

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

NAILSA MARIA SOUZA ARAÚJO

**HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
o Governo Lula-PT como seu instrumento ideológico**

RIO DE JANEIRO

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NAILSA MARIA SOUZA ARAÚJO

**HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
o Governo Lula-PT como seu instrumento ideológico**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Yolanda Demétrio Guerra

RIO DE JANEIRO
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Araújo, Nailsa Maria Souza.

Hegemonia Burguesa no Brasil Contemporâneo: o governo Lula-PT como seu instrumento ideológico/ Nailsa Maria Souza Araújo. - 2008. 230 f.: il.

Tese (Doutorado em Serviço Social) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2008.

Orientadora: Yolanda Demétrio Guerra

1. Crise capitalista contemporânea. 2. Hegemonia burguesa. 3. Ideologia conservadora. – Teses.

I. Guerra, Yolanda Demétrio (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD

NAILSA MARIA SOUZA ARAÚJO

**HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
o Governo Lula-PT como seu instrumento ideológico**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Prof.^a Dra. Yolanda Demétrio Guerra (Orient.)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Ana Elizabete Mota (1^a examinadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Maria das Graças Osório Pitombeira Lustosa (2^a examinadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^o Dr. José Paulo Netto (3^o examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Leila Escorsim Machado Netto (4^a examinadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Para Maria Souza Melo, minha mãe (in memoriam),
que teve uma vida breve, mas plena.
Há tanto dela em mim quanto um ser humano
pode marcar com dureza, amor e afeto a vida de outra pessoa.*

AGRADECIMENTOS

Experimentei muitas idas e vindas neste longo processo de doutoramento. Fui de uma cidade a outra, e depois desta para outra. Fui de um trabalho a outro, e depois deste para outro. Fui de um objeto de estudo a outro, e depois a outro. Neste percurso, vivi muitos encontros e felizmente pouquíssimos desencontros, ao menos no campo das amizades.

Mesmo que ao leitor parece cansativo, preciso me dirigir a muitos dos amigos e companheiros que viveram comigo a caminhada, de longe ou de perto.

Agradeço a **Kátia e Ramiro**, pela atenção, pelo cuidado, pelo carinho, pela latinidade com que me acolheram em amizade. Somos parceiros de sentimentos e de projetos, e seguiremos unidos na luta pela construção de *nuestra América*.

Devo agradecimento a **Solange da Silva Moreira** (Dodô), que é uma amiga fiel, dessas pra todas as horas, e além do mais cheia de vida e amor pelo samba.

Presto agradecimentos, coletivamente, a: **Raimunda Soares**, pela presença, o carinho, a amizade, e por ter dividido comigo algumas peripécias na representação estudantil da pós; **Glauce**, pelo ritmo, pela alegria, pela disposição que me fazem tanto bem; **Paula e Marcelo** – dividimos tantos bons momentos nos anos de Rio de Janeiro que sem eles me parece que a vida na cidade maravilhosa teria menos sabor; **Mirella**, pela alegria contagiante; Renata (amiga Rê); **Gustavo Repetti**, com seu humor fino.

Alguns amigos já marcham comigo há mais tempo, e temos dividido uma história pessoal e profissional muito afinada. Nada que eu diga poderia expressar por completo o sentimento de carinho, de amizade, de amor, de admiração e respeito que tenho por **Flávio Rêgo**. Seja no frevo pernambucano ou no samba carioca, temos dançado no ritmo de uma amizade sólida e tão fraterna como poucas que se pode construir na vida. O mesmo se aplica a **Josiane Soares Santos**, companheira de muitas jornadas e sempre um estímulo intelectual e acima de tudo afetivo. Agradeço pela força de sempre!

Quero agradecer aos colegas técnico-administrativos do Departamento de Serviço Social da UFS, **Elisa e Bosco**. Há muitos anos, desde quando estudante, tenho para com eles amizade e respeito. E às **colegas docentes do DSS-UFS**, pelo apoio neste final de processo, quando precisei me afastar em licença por seis meses a fim de concluir a produção da tese.

Agradeço também a **Maria das Graças e Silva**. Faz dez anos que me encontrei com esta mulher extraordinária, por ocasião do mestrado. Sempre mantive, até hoje, a admiração e o respeito, tanto por suas capacidades intelectuais (é uma das minhas principais fontes para indicação bibliográfica), quanto por ser uma amiga de todas as horas. Também agradeço a **Sâmbara Paula**, pela amizade de uma década.

No âmbito da UFRJ, preciso agradecer aos Professores: **Carlos Nelson Coutinho** (o prazer de suas aulas é algo transcendente!); **Nobuco Kameyama** (uma mulher impressionante); **Leila Escorsim** (que tem me acompanhado em diversas bancas); **José Paulo Netto** (para mim sempre uma inspiração no campo da formação intelectual – agradeço por ter aceitado estar em minhas bancas).

Quando cheguei ao Rio de Janeiro para iniciar o doutorado, logo três meses depois engravidei. Na hora parecia uma loucura! Mas dessa aventura nasceu o **Otto**, uma criatura indescritível, a quem dedico o melhor sentimento que um ser humano pode experimentar, e algo que não sabia que eu poderia sentir. No dia-a-dia desses anos tenho me dividido entre livros e fraldas, entre computador e brincadeiras infantis e, no final, vejo que tudo isso teria menos sentido se ele não existisse. Esta tese é também dele, e para ele.

Como estou no ambiente da família, agradeço a presença de minha irmã **Nadja** – uma grande companheira, para todas as horas. Formamos uma amizade e cumplicidade que nos pegou de surpresa, e nos encheu de graça.

Em conjunto, agradeço a **Máira, Malu, Neto, Luma e Gum**, as crianças ao meu redor. Agradeço a minha irmã **Nadiselma**, com quem construí afinidades por toda uma vida! E a minha irmã **Nívea**.

Agradeço ao meu velho pai, **José Paulo**, um homem tão doce na sua nordestinidade sertaneja, tão cheio de vida e de alegria, que fez das marcas paternas as melhores lembranças de minha infância feliz. Até hoje me encho de alegria e orgulho por ser sua filha. Há sete anos, ele ficou viúvo e eu perdi a companhia inestimável de minha mãe, **Maria Souza Melo**. Esta tese é para ela, e qualquer agradecimento é pequeno.

A minha vida tem sido dividida, há sete anos, com **Valtinho**, em todos os sentidos um COMPANHEIRO. A paixão, o amor, o desejo de nos construirmos como *pareja* nos uniu e nos mantém juntos. Neste processo de doutoramento, simplesmente não sei se teria conseguido sem ele. Talvez sim, mas não seria tão pleno de carinho, de atenção, de choro e de riso, de gozo e de dor. Obrigada por estar comigo.

Por fim, agradeço a **Yolanda Demétrio Guerra**, minha orientadora. Não sei como ela suportou tantas idas e vindas, tanta indecisão, tantos percalços pelos quais passei pra chegar até aqui. E ela o fez com paciência, com profissionalismo, com seriedade, com afeto. Muito obrigada!

Por último, agradeço à **CAPES** por conceder bolsa de estudos, essencial a minha permanência no Rio de Janeiro para cumprir os estudos.

RESUMO

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza Araújo. **Hegemonia Burguesa no Brasil Contemporâneo: o Governo Lula-PT como seu instrumento ideológico.** Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Estudo da realidade brasileira contemporânea na forma como ela é explicitada nos discursos oficiais do Governo Federal nas gestões Lula-PT, com foco nos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da pobreza. O objetivo almejado foi identificar o conteúdo destas explicações, e procurar confrontá-las com a realidade da situação brasileira. Delimitei como objeto de estudo o conteúdo dos discursos oficiais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com foco nos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”. Parto da hipótese de que neste universo seria possível encontrar uma explicação sobre a realidade nacional e que esta explicação demonstraria o substrato conservador fundante das concepções e programáticas de ação do atual Governo Federal brasileiro. Na tese, a fundamentação teórico-metodológica segue uma perspectiva ontológica, considerando o processo gnosiológico como eminentemente histórico. Esta perspectiva toma a totalidade como principal *lócus* de desvelamento das categorias do real, partindo do pressuposto ontológico de que o *real* é uma totalidade complexa, formada por outros complexos. Como resultado, concluo que o Governo Lula-PT se constitui como instrumento ideológico de base conservadora que responde aos interesses do capital - e particularmente do capital financeiro internacional e nacional -, cuja função última é garantir a consolidação da hegemonia burguesa e do modelo neoliberal no Brasil. O elemento novo por mim identificado, portanto, é referente à consagração da hegemonia burguesa, um produto/resultado daquele processo de construção da cultura política da crise. A consolidação da hegemonia burguesa foi

alcançada pela imbricação, na contemporaneidade da realidade brasileira, de uma estratégia de dominação e direção que se sustenta em um projeto de contra-reformas, portanto, de caráter regressivo, conjugada com a prática do transformismo. Porque assente nesta cooptação de antigos representantes dos projetos das esquerdas é que foi possível forjar a consagração da hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: crise capitalista contemporânea, hegemonia burguesa, ideologia conservadora.

ABSTRACT

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza Araújo. **Hegemonia Burguesa no Brasil Contemporâneo: o Governo Lula-PT como seu instrumento ideológico.** Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

This is a study of Brazilian contemporary reality in the way it is shown in the PT federal government official speeches, focusing on the growth and economical development besides the poverty. The objective was to identify the contents of these explanations and try to confrontate with the Brazilian situation reality. The limit of my object of study is the contents of president Luiz Inácio Lula da Silva's official speeches focusing on the growth and economical development, besides the poverty. I made my point of view from the hypothesis that in this universe, it would be possible to find an explanation about the national reality and that this explanation would show the Brazilian federal government conservative conceptions and programmatic actions. In the thesis, the theoretic-methodologic fundamentation follows an ontologic perspective, taking into consideration the gnosiologic process as purely historic. This perspective gets the totality as the main locus of the real categories digressment, living from the ontologic thought that the real is a complex totality, formed by other complexes. As a result, I conclude that Lula-PT government is a conservative ideologic instrument that answers for the capital interests – particularly national and international financial capital – which main function is to guarantee the richest's hegemony consolidation and Brazilian neoliberal model. The new element for me identified is due to the richest's hegemony consolidation was reached by the proximity, on the Brazilian reality contemporary times, of the domination strategy and a direction that goes in the

direction of anti-reformation way of acting, regressive, together. With the practice of transformism. Because of the rebel projects old representants persuasion that was possible the contemporary brasilian society richest's hegemony consagracion.

Keywords: brasilian reality, richest's hegemony consolidation; ideology conservative.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO I – Estratégias Keynesianas Anticrise e Crise do Capital...21	
1 – Os anos pós Segunda Guerra Mundial e as Estratégias keynesianas anticrise.....	23
2 – As causas fundamentais das crises do capitalismo.....	34
3. CAPÍTULO II – A Crise Contemporânea e as Respostas de Classe a ela.....	43
1 – A reestruturação produtiva como ofensiva do capital.....	50
2 - A ofensiva do ajuste neoliberal.....	60
3 – A mundialização financeira como ofensiva do capital.....	70
4. CAPÍTULO III – A Particularidade da Realidade Brasileira na Contemporaneidade.....	87
1- Brasil: alguns traços de sua constituição sócio-econômica e política dos anos 70 a meados dos anos 90.....	90
2 – Elementos da ofensiva neoliberal capitalista no Brasil: governos Collor, FHC e Lula.....	125
5. CAPÍTULO IV – Consolidação da Hegemonia Burguesa através da Ideologia Conservadora Sustentada nos Discursos do Governo Lula-PT.....	151
1 – O transformismo do PT-Lula: instrumento ideológico conservador hegemonia burguesa no Brasil.....	161
2 – O Brasil contemporâneo segundo a percepção oficial: consolidação da hegemonia burguesa como produto que completa o processo de transição forjado pela “cultura da crise”.....	167
3 – A “pobreza” e os pobres como nova categoria classificatória: a “questão social” é finita no Brasil?.....	194
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223

INTRODUÇÃO

Desde o dia primeiro de janeiro do ano 2003 comanda o Governo Federal brasileiro o Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de seu maior líder, Luiz Inácio Lula da Silva, ou, simplesmente, Lula.

A vitória eleitoral do PT em 2002, depois de três derrotas na disputa pelo executivo federal, encheu o Brasil, desde a campanha, quando ainda era uma possibilidade, de um misto de ansiedade, esperança e receio, além do medo que teimava em assombrar algumas camadas de elite.

Este misto contraditório de expectativas dizia respeito, de um lado, à consideração devida ao lugar do Partido dos Trabalhadores e do próprio Lula na história da construção da consciência de classe operária e de renovação do movimento sindical no Brasil; de outro lado, durante a década de 90 o partido já mostrava claramente uma guinada para o centro e quiçá à direita, em vista de assumir uma estratégia eleitoreira e aliancista a qualquer custo, o que agradava o capital e as elites, embora elas ainda mantivessem certo afastamento.

Assim, as camadas democrático-populares, e junto a elas suas representações mais críticas, encheram-se de esperanças com a vitória de Lula, embora confrontando-as com a ansiedade e o receio de como o PT iria administrar politicamente o conjunto de alianças no qual se calçou, o que só seria possível com um amplo apoio popular, para poder realizar as mudanças necessárias à retirada do país do caminho neoliberal que seguia há uma década. Já algumas frações das elites, embora as garantias de continuidade com o modelo anterior oferecidas por Lula e pelo PT desde a campanha, como foi exemplo a Carta ao Povo Brasileiro, mantinham posição de desconfiança e ansiedade, no sentido de aguardar a confirmação dessa intencionalidade continuísta apontada no documento.

Depois de decorridos cinco anos de Governo Lula-PT, os capitalistas e as elites são os vencedores e sua aposta, embora vacilante, nas possibilidades do PT transformar-se em seu legítimo dirigente e representante político se confirmou correta e vitoriosa. Desde os primeiros dias, inclusive por ocasião da indicação do corpo ministerial, ficou demonstrado que o Governo Lula-PT não apresentava uma agenda ou um projeto alternativo ao neoliberal. A crescente subordinação da economia nacional aos movimentos do capital

financeiro, a política monetária ortodoxa, a liberalização cambial e comercial irrestritas, a prática do superávit primário, a política dos juros altos, tudo foi mantido, algumas vezes até com maior rigor do que no período anterior ao governo das “mudanças”.

Em vista da observação deste quadro, e na esteira de sua concatenação com uma preocupação da qual venho me ocupando desde os estudos de mestrado, que é o conservadorismo, iniciei aproximações à problemática de analisar as explicações sobre a realidade brasileira contemporânea quando assumidas oficialmente pelo Governo Federal. Meu objetivo foi identificar o conteúdo destas explicações, e procurar confrontá-las com a realidade da situação brasileira, que se mantinha alinhada aos ditames dos organismos financeiros internacionais, continuava uma política macroeconômica já diagnosticada como nefasta às possibilidades de desenvolvimento nacional e, portanto, tornava-se incapaz de realizar as mudanças requeridas para a retomada de um processo de crescimento em novos moldes, direcionado para os interesses internos, com participação popular e voltado para a melhor repartição de seus frutos.

Assim, delimito como objeto de estudo **o conteúdo dos discursos oficiais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando o foco principal fosse os temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”**. A hipótese de que parti foi a de que neste universo seria possível encontrar uma explicação sobre a realidade nacional e que esta explicação demonstraria o substrato conservador fundante das concepções e programáticas de ação do atual Governo Federal brasileiro.

Executando o movimento de aproximações ao objeto, procurando abordá-lo como síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso, encontrei novas mediações, que me direcionaram, “na viagem de volta” (Marx, 1978, p. 116), para a apropriação de categorias como *hegemonia*, *ideologia* e *transformismo*, tornadas centrais na apreensão do objeto como concreto pensado.

Com base nelas, construí a tese de que *o Governo Lula-PT foi cooptado pelo capital e, através do transformismo, assumiu a função de dirigente da classe burguesa, deu forma e conteúdo à consolidação de sua hegemonia, que vinha se constituindo desde os anos 80 e 90, e tornou-se, na*

contemporaneidade da realidade brasileira, responsável pela disseminação da ideologia burguesa, cuja marca histórica é o conservadorismo.

Para chegar a esta conclusão, tomei como suposto a ocorrência de um desdobramento da tese defendida por Mota (1995), que identificou a construção de uma cultura política da crise, nos anos 80 e 90, constituidora de hegemonia, e que perseguia a formação de um novo projeto nacional e supunha uma nova orientação no tratamento da “questão social” no Brasil. Assumindo esses pressupostos, descobri que o Governo Lula-PT tratou de completar aquele processo que estava em transição, e lhe foi possível realizá-lo porque operou o transformismo político, assumiu a função de direção do poder político, e passou a servir, através da cooptação, como suporte ideológico-conservador do projeto de classe burgues.

A análise que realizei tomou como universo os discursos oficiais do Governo Lula-PT, com foco naqueles em que o tema principal era as questões referentes ao crescimento e desenvolvimento econômico e a “pobreza”. Inicialmente, o universo foi constituído por 200 (duzentos) discursos do chefe do executivo federal, proferidos em variadas ocasiões e distintos ambientes, desde o sertão brasileiro às montanhas geladas de Davos, na Suíça. Deste universo, no final foquei a análise numa amostra de 93 (noventa e três) discursos, selecionados em virtude de sua maior integração ao objetivo de destacar o substrato ideológico conservador, em que as idéias e os valores que os compõem fossem exemplares para a afirmação de seu papel de constituidor dos consensos necessários à consolidação da hegemonia burguesa.

Cabe esclarecer alguns aspectos metodológicos. Me propus a analisar, através dos discursos oficiais do Presidente Lula, contrapondo-os a suas realizações no campo da política macroeconômica e da política de combate à “pobreza” – corolário e elemento central de sua política social – o conteúdo de suas explicações acerca das estratégias assumidas para encaminhar/direcionar um projeto de desenvolvimento nacional. Pressupus que neste universo encontraria a composição de uma ideologia conservadora, que assumia a função de trabalhar no sentido da consolidação do projeto hegemônico burgues na sociedade brasileira contemporânea.

Assim, me guiei por longe da metodologia conhecida como “análise de discursos”, comumente usada para descobrir as nuances do “significado

etimológico das palavras”, explicar a formação de determinados “sujeitos discursivos”, ou os “sentidos” dados pela significação social aferida na enunciação do discurso. Este tipo de preocupação tem vasta produção, especificamente, mas não só, no campo dos estudos lingüísticos e dos intelectuais da área de comunicação.

Nesta tese, a fundamentação teórico-metodológica de que me valho tem suportes distantes desta perspectiva. Procurei realizar uma análise sustentada em uma postura metodológica fundada numa perspectiva ontológica, considerando o processo gnosiológico como eminentemente histórico e reconhecendo o objeto como seu "pólo regente" (Tonet, 1995, p. 51).

Esta perspectiva toma a totalidade como principal *locus* de desvelamento das categorias do real, partindo do pressuposto ontológico de que o *real* é uma totalidade complexa; em assim sendo, a compreensão do real pela subjetividade, para lhe ser fiel, deve se guiar para a apreensão do movimento da totalidade.

Compreendo que no processo do conhecimento é necessário efetuar a síntese entre singular e universal para atingir a particularidade do objeto, e assim extrair, de uma expressão fenomênica, o princípio essencial que rege sua (a do objeto) constituição histórica. É no processo onto-criativo da práxis humana que está radicada a possibilidade de construção do conhecimento concreto de realidades concretas, ou seja, de aproximação, apropriação e domínio verdadeiro das crescentemente complexas expressões da vida social. Uma operação que deve ser permanente, porque a realidade está em movimento e é sempre maior e mais complexa do que nossas capacidades de compreendê-la.

Nesta justa medida, com Lukács (1965), realizei a pesquisa a partir do entendimento de que, no tocante à acepção dialético-marxista, toda ortodoxia se refere ao método, pois:

“O arcaico sentido literal da palavra “método”, indissolivelmente enlaçado com a idéia do caminho do conhecimento, contém, com efeito, a exigência, posta ao pensamento, de recorrer determinados caminhos para

alcançar determinados resultados. A direção destes caminhos está contida, com evidência indubitável na totalidade da imagem do mundo projetada pelos clássicos do marxismo, especialmente pelo fato de que os resultados presentes se nos aparecem como metas daqueles caminhos. Assim pois, ainda que não seja de um modo imediato nem visível à simples olhada, os métodos do materialismo dialético indicam com clareza quais são os caminhos e como recorrer-los se se quer levar a realidade objetiva a conceito, em sua verdadeira objetividade, e se aprofundar na essência de um determinado território de acordo com sua verdade. Só realizando e mantendo, mediante a própria investigação, esse método, a orientação desses caminhos, se oferece a possibilidade de tropeçar com o buscado (...)" (p. 16).

Guiada por estes pressupostos metodológicos, cheguei aos resultados que apresento aqui. Sua exposição está organizada da maneira que se segue.

No primeiro capítulo, procuro demarcar alguns aspectos da realidade contemporânea, particularmente a situação de crise capitalista que se arrasta há mais de 30 anos, configurando uma fase de "onda longa recessiva" (Mandel, 1982). E destaco também, a partir de uma perspectiva marxista, as causas fundamentais das crises capitalistas, fundadas na impossibilidade de manter em equilíbrio uma organização que se sustenta na apropriação privada dos bens socialmente produzidos. Aí argumento que o sistema metabólico do capital (Mészáros, 2002), passa atualmente por uma de suas crises mais longas e agudas desde a ascensão do modo de produção capitalista.

No capítulo dois, tratei das particularidade do período contemporâneo, de largas transformações societárias, para parafrasear Netto (1996b), procurando demarcar suas nuances centrais, em vista do objeto em questão, e fazendo-o a partir dos fundamentos da crítica da economia política. Aprofundando enormemente suas contradições inelimináveis, o modo de produção capitalista tem demonstrado dificuldades crescentes para encontrar saídas progressistas da crise e para enveredar num novo período de progresso e crescimento contínuo e/ou permanente como o que vigiu no pós-guerras. Em

virtude dessa realidade, vem engendrando um conjunto amplo de estratégias de sobrevivência e saídas da crise, como a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a mundialização financeira.

Embora não tenha logrado resultados no que diz respeito à retomada dos índices de crescimento econômico sustentável da economia mundial, conquistou larga vitória no campo da construção de uma hegemonia sem precedentes na história secular do capitalismo, em virtude do enfraquecimento e do influxo, também sem precedentes na história, da organização e consciência de classe proletária.

Na seqüência, compõe o terceiro capítulo o delineamento das características econômico-sociais da sociedade brasileira contemporânea na relação com sua interação àquela dinâmica geral da economia capitalista mundial (Capítulo II). Procurei mostrar como os traços particulares de sua formação sócio-histórica se repõem, mas assumem novos contornos na dinâmica atual. E identifiquei alguns elementos novos, como o investimento, por parte das elites brasileiras, na construção de uma estratégia de dominação e direção que se sustenta na constituição da hegemonia e não mais, desta vez, na efetivação de transformações “pelo alto”, como já havia observado Mota (1995).

O último capítulo traz a exposição da análise dos discursos oficiais do Governo Federal nas gestões Lula-PT entre 2003 e 2007, especificamente daqueles cujo tema central são as questões do desenvolvimento e crescimento econômico e da “pobreza”. Esta análise me levou a identificar o atual representante do Executivo Federal, e o partido a que pertence, como mais um instrumento do capital, nacional e internacional, a quem cabe a função de garantir a consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea.

Esta façanha tem sido conquistada através da prática do transformismo, a partir da qual o PT e Lula assumiram a função ideológica de elemento justificador da ordem e do prosseguimento da orientação neoliberal no Brasil, denotando, com isso, seu suporte conservador. Com esta prática, cujo sentido maior é fraturar, ou, como disse Gramsci (1978), decapitar e aniquilar por um longo período as forças de oposição, utilizando-se da técnica

de absorção das suas elites dirigentes, o capital procura garantir, na atualidade, a hegemonia de sua perspectiva e de seu projeto de classe.

Cabe ressaltar, por fim, que os resultados apresentados aqui não configuram um produto acabado. Várias mediações não foram exploradas e muitas também poderiam obter tratamento mais minucioso. Portanto, trata-se de um trabalho aberto, em construção, que reclama desdobramentos. Estes poderão tanto ser feitos por mim, em outro momento de estudos e pesquisas, como por quem se interessar pela temática e identificar nela, como foi o meu caso, uma contribuição para o conhecimento da realidade brasileira contemporânea, para os desafios da construção de uma alternativa, a fim de somar forças ao projeto de um outro país e de um outro mundo, sem exploração nem dominação de classe, somente possível se miramos “para além do capital”.

CAPÍTULO I:
Estratégias Keynesianas anticrise
e Crise do Capital

O processo de aproximação ao conteúdo das explicações acerca da realidade brasileira contemporânea, advindas do discurso oficial do Governo Federal, com foco nos temas do crescimento/desenvolvimento econômico e da “pobreza” (Capítulo IV), me levou a problematizar, a partir da crítica da economia política, ou seja, dos fundamentos teórico-metodológicos amparados na teoria social marxiana, as causas primárias e essenciais das crises capitalistas.

Somente com base nesta apreensão dos elementos determinantes das crises capitalistas seria possível perscrutar os principais componentes do movimento atual da última crise capitalista (Capítulo II), que se arrasta desde os anos 70, para poder destacar, na seqüência (Capítulo III), a forma como ela opera na particularidade de uma formação sócio-histórica do capitalismo periférico, como é a brasileira.

O princípio fundamental de que parto é o de que o real existe e que ele é cognoscível. Contudo, no seio de uma sociedade fundada na alienação e na reificação das relações sociais, também a consciência está subsumida ao fetichismo da mercadoria. Neste processo, ela é desviada, através da ideologia, da elevação a patamar de verdade dos aspectos fenomênicos do cotidiano, resgatados pela racionalidade formal – que ratificam e procuram sedimentar uma posição conservadora na sociedade – e torna-se cada vez mais difícil, como disse Lukács (1959), à consciência burguesa, conseguir desvelar os aspectos concretos da realidade. De onde parti, portanto, cujo fundamento é a teoria social de Marx, é a maneira mais fidedigna de aproximação ao movimento concreto da realidade, aquela capaz de apreender a sua lógica imanente e refletir, já como concreto pensado, a totalidade do objeto de que me ocupei e cujos resultados de pesquisa constam desta tese.

Assim sendo, a síntese que trago neste primeiro capítulo, em que exponho alguns traços da realidade das sociedades capitalistas nos anos do pós-guerra, a partir dos quais sustento uma argumentação acerca das causas das crises do sistema capitalista, procura revelar o movimento do real, que aparece em confronto com as explicações que encontrei nos discursos oficiais, como mostrarei no Capítulo IV. Por isso, as identifiquei como ideologia conservadora cuja função é solidificar a hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea.

1 - Os anos Pós Segunda Guerra Mundial e as estratégias Keynesianas anticrise

Nos anos que se estenderam do fim da II Guerra Mundial até o início da década de 70 as sociedades capitalistas, em geral, passaram por um período de crescimento econômico contínuo, acompanhado por melhorias nas condições de reprodução da força de trabalho. Esta experiência se fez possível porque ordenada no interior de uma configuração societal que combinou fordismo e keynesianismo, ou seja, um dado regime de acumulação sustentado na produção em massa para um consumo de massa, no controle e criação de um novo tipo de trabalhador e de homem, e na intervenção do Estado, através da assunção de novos papéis.

Esta experiência, historicamente determinada, ficou conhecida, especialmente por causa da realidade da Europa Ocidental, como os “30 anos gloriosos” do pós-guerra, durante os quais foi possível combinar as benesses de um dado padrão de crescimento com crescentes ganhos salariais para a classe trabalhadora, quadro no qual foi repassado ao Estado, adjetivado “de bem-estar social”, a responsabilidade por boa parte da reprodução da força de trabalho, unindo-se ao fortalecimento de seu papel de empresário, já assumido desde antes da II Guerra, quando passou a promover medidas passíveis de fomentar o crescimento econômico, atuando como empresário.

Óbvio que não se tratou de um movimento e um desenvolvimento “natural” da sociedade capitalista, já que ela se dirige sempre para a busca incessante do lucro e não da equidade. Foi o resultado de uma determinada e historicamente condicionada ordenação que buscou responder aos desafios impostos tanto pela lógica imanente do capitalismo e sua propensão às crises quanto pela organização da classe trabalhadora, cujas experiências de construção de identidade e consciência, após várias conquistas e lutas¹, lograram construir contrapontos como a Revolução Socialista de 1917, impondo uma contraposição real à ordem do capital. Foi nesta conjuntura que se deu um dos fortes embates teóricos e ideopolíticos no campo das

¹ Das quais são exemplo as Revoluções de 1848, ainda que tenham saídos derrotados; a Comuna de Paris (1871), o primeiro governo operário da história; as Internacionais Comunistas, os sindicatos operários e os partidos políticos operários, como os PCs (Partidos Comunistas) espalhados pelo mundo.

esquerdas, no sentido de determinar as vias possíveis de superação do capitalismo² e impulsionar as estratégias de luta para seu equacionamento.

A luta e consciência de parte da classe trabalhadora no interior da ordem capitalista, a existência do projeto socialista e das experiências do leste europeu, unidas à impossibilidade, vislumbrada desde a crise de 29 e destrutivamente acumulada durante duas grandes guerras mundiais, de manutenção do sistema nos moldes do *laissez faire* e da *mão invisível do mercado*, obrigaram o capital a buscar a construção do consentimento para o seu projeto. Assim, surgiu o pacto keynesiano do *Welfare State*.

Exigia-se que o Estado se responsabilizasse pela redistribuição social da riqueza produzida, minimizando as seqüelas da “questão social”, e que concretizasse tal redistribuição através da aplicação de políticas públicas. As lutas impressas nestes séculos tiveram como produto, por conseguinte, um reordenamento das funções do Estado, passando a intervir diretamente na estrutura econômica, através das empresas estatais e também, de forma sistemática e em alguns países, universal, das políticas sociais.

Por outro lado, o modelo fordista de organização da produção possibilitava o recrudescimento da divisão do trabalho, o crescimento da produtividade, a produção em massa para o consumo de massa, ou seja, a hegemonia do americanismo, como o conceituou Gramsci. Foi só com a II Guerra Mundial que se formaram as bases para essa hegemonia industrial, tecnológica, financeira e militar dos EUA. Em meio à polarização da Guerra Fria, sob a batuta do Plano Marshall e com o apoio dos recém-criados acordos e instituições internacionais (Bretton Woods, ONU, Banco Mundial, FMI) os norte-americanos puderam expandir seu padrão de produção industrial aos demais países centrais (MATTOSO, 1995).

² Como recorda Mota (1995), as discussões postas naquele cenário dos anos 20 perscrutavam a capacidade de o capitalismo superar suas crises e os caminhos para a superação do sistema, dentre outras questões. “Do ponto de vista político, o debate, após a I Guerra Mundial, é polarizado pelos teóricos da social democracia e da Internacional Comunista. Os primeiros viam, nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, uma possibilidade de estabilização econômica, porque criadas as bases para uma democracia política e uma via pacífica de transição ao socialismo. (...) Já o pensamento da Internacional Comunista, oscilando entre teses *catastrofistas* e/ou *voluntaristas*, vislumbrava os anos 20 como palco de uma *crise geral* do capitalismo e que propiciaria o surgimento de uma revolução nos moldes soviéticos. Fortemente influenciados pelo pensamento economicista e fatalista, que prevaleceu no seio da II Internacional, os principais ideólogos do período acreditavam que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a um aguçamento dos conflitos de classe, determinando a irreversibilidade de um colapso do capitalismo e, conseqüentemente, a vitória da revolução proletária” (p. 29) (grifos da autora).

Portanto, a ordem instalada nos princípios do livre mercado não pôde mais lograr êxito, e a ideologia do liberalismo, menina dos olhos da consciência burguesa no período, perde sua legitimidade, não apenas pelos determinantes intrínsecos ao próprio sistema capitalista, ou seja, sua dinâmica instável e os antagonismos inerentes às relações sociais entre suas classes fundamentais, como pela ação coletiva dos sujeitos sócio-políticos, especialmente a classe trabalhadora, cuja organização há muito batia de frente com a exploração oriunda da estrutura do capital.

Consolidando a etapa monopolista de seu desenvolvimento, cujos acordos vinham desde a conformação dos monopólios industriais e bancários no último terço do século XIX, o capital percorreu, na segunda metade do século XX, uma “onda longa expansiva”, nos termos de MANDEL (1982), período de relativa estabilidade que consubstanciou uma nova forma de garantir a sobrevivência do capital e sua acumulação, através do aprimoramento das relações entre classes numa perspectiva de convivência menos desumanizante, deslocando ampla e profundamente suas contradições³.

A teoria sociológica que serviu de fundamento, naquela conjuntura, teve em T.H. Marshall um de seus grandes representantes. Foi este autor que, baseado em conceitos de *cidadania, classe social e status*, nucleou parte do pensamento burguês no século XX nos diversos países que assumem o *Welfare State* como baluarte para a nova ordem societária. O essencial das teses defendidas por Marshall e assumidas pelo capital é a viabilidade da convivência entre propriedade privada e bem-estar social. Ou seja, não interessaria romper com a estrutura do capital, mas aprimorá-la no sentido da garantia do “status” de cidadão a todos os membros da sociedade:

³ Analisando as crises do capital e suas estratégias de enfrentamento, István Mészáros é um dos autores mais felizes na identificação de características negativas nos *Welfare States*, a fim de desmistificar seu papel na história do metabolismo social do capital. Lessa (2000) assegura que, para o autor, “O *Welfare State* não passaria, segundo *Beyond Capital*, da forma de crise estrutural em que o capital está mergulhado desde o pós-guerra (Mészáros, 1995:53). É por isso que, ao lado de “políticas públicas” que deixam alguns saudosos, vale lembrar que foi o *Welfare State* que produziu desde o macarthismo nos EUA ao gaullismo na França, momentos de repressão política intensa no interior de países constitucionalmente democráticos; que foi na sua vigência que ocorreu o renascimento da tortura como instrumento de perseguição política *mesmo nos países democráticos centrais*, para não falar na periferia do sistema (Millet, 1994); e, para terminar uma lista que poderia ser mais longa, foi também contemporâneo ao planejamento em larga escala, com investimentos vultosos, (mais vultosos que em qualquer outro setor econômico considerado isoladamente), da destruição nuclear da humanidade” (Lessa, 2000, p. 03) (grifos do autor).

“O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis — entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma família grande. A igualação não se refere tanto a classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para esta finalidade, como se fosse uma classe. A igualdade de status é mais importante do que a igualdade de renda” (MARSHALL, 1992, p. 94-95).

Vê-se então que a sociedade capitalista passou por transformações amplas, atingindo os níveis político, econômico, social e cultural-ideológico. Neste *ínterim*, percebe-se que as transformações sociais emergentes no período do pós-guerra são determinadas pelas complexas contradições do sistema do capital e, enquanto tais, envolvem as várias dimensões da vida social, congregando reordenações que se tornaram imprescindíveis para não dar espaço ao “germe de sua própria destruição”.

Outro grande representante ideológico dessa nova perspectiva que busca conter as contradições da ordem capitalista é John Maynard Keynes. Ele defende ardentemente a legitimidade da intervenção estatal, “como agente neutro e árbitro”, no sentido de estabelecer e restabelecer as regras para assegurar o equilíbrio econômico, devendo o Estado passar a “*ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais*” (BEHRING & BOSCHETTI, op. Cit., p. 86).

O Estado deve assumir estes novos papéis, formulando políticas fiscal e monetária, atuando, sobretudo, como credor, empresário, ocupando-se da infra-estrutura básica para permitir a ampliação da acumulação do capital (através dos sistemas de transporte, energia, comunicação, etc.) e respondendo amplamente pela reprodução da força de trabalho⁴, o que lhe impõe também o papel de promotor e executor de um conjunto de políticas

⁴ Segundo Netto & Braz (2006) o grande diferencial do Estado no período dos anos dourados é o seu papel em face da força de trabalho, pois opera exatamente para desonerar o capital de boa parte do ônus da reprodução da força de trabalho e transferir esta carga para o conjunto da sociedade (p. 204).

sociais que devem propiciar parte do acesso da classe trabalhadora a bens e serviços que agora devem tomar caráter “público e democrático”, ou seja, tornarem-se conquistas de cidadania no espectro da sociedade moderna, como a educação, a saúde, a habitação, a proteção em tempos de desemprego e a aposentadoria, dentre outros.

Esta característica, essencial na nova fase do capitalismo, já estava apontada em NETTO (1992), quando tratou de distinguir a ação estatal na passagem do século XIX para o XX:

“No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as seqüelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, **a preservação e o controle contínuos** da força de trabalho, ocupada e excedente, **é uma função estatal de primeira ordem**: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio” (p. 22) (grifos do autor).

Portanto, logo na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, e depois, com os chamados “anos dourados” do imperialismo, com a economia sob o comando dos EUA, forjou-se um pacto no qual se delegou ao Estado o papel de garantidor não só da ordem, mas da coesão social, incluindo nele a Europa Ocidental e Nórdica e em medida mais pragmática, os Estados Unidos da América (NETTO, 1992 e NETTO & BRAZ, 2006). Para que fosse possível este ordenamento, foi necessário, em tempos de crescente organização e luta do movimento operário e sindical e das forças democráticas (idem, ibidem), como diz uma frase do senso comum, que o capital “entregasse os anéis para não perder os dedos”, já que o exemplo da Revolução Bolchevique de 1917 estava ali à espreita.

Assim, temos uma *base objetiva* sobre a qual se sustenta a expansão do pós-guerra, na qual o capital primou por uma reestruturação no mundo da produção que permitisse o avanço na extração de mais-valia, numa tentativa audaciosa de frear a operação da lei do valor por meio do fordismo⁵. E uma *base subjetiva*, que se consubstanciou através da força da classe trabalhadora e pela existência do socialismo real⁶ (BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

É certo que depois das experiências catastróficas do fascismo⁷, do nazismo e das duas Grandes Guerras, ficou claro que a estratégia de organização societal não podia preterir de mudanças, e elas se consolidaram, então, sob os auspícios do fordismo-keynesianismo. Para Harvey⁸,

“O problema, tal como o via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam” (HARVEY, 2005, p. 124).

⁵ “(...) o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no contexto da Guerra Fria” (Behring & Boschetti, 2006, p. 83).

⁶ “A base subjetiva para os anos de crescimento foi a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expandia a leste da Europa, o que forjou um grande pacto social entre os segmentos do capital e do trabalho do setor monopolista, coordenado e sustentado pelo Estado, com os governos social-democratas na Europa Ocidental. Essas circunstâncias geraram o empolgado ensaio de Marshall (1967) sobre a cidadania e sua suposta compatibilidade com a desigualdade de classes. Um otimismo visceral que não resistiu aos processos mais profundos da sociedade capitalista...” (Behring & Boschetti, 2006, p. 83).

⁷ Segundo Netto & Braz (2006), “o fascismo – à parte seus traços adjetivos, como o *racismo*, no caso do nazismo alemão, ou o *clericalismo*, como no caso do Portugal de Salazar (Antônio de Oliveira Salazar, 1889-1970) e no da Espanha de Franco (Francisco Franco, 1892-1975) – é um regime político ideal para os monopólios ou para o estabelecimento da dominação dos monopólios. Não é uma casualidade que a fase “clássica” do imperialismo tenha sido a da ascensão, do prestígio e da dominação do fascismo. Entretanto, são equivocadas as análises segundo as quais o fascismo tenha se esgotado com a derrota que sofreu em 1945; de fato, *desde que exista o controle monopolista da economia, a possibilidade do fascismo é sempre real*” (p. 194). Tomando esta afirmação como certa, seria mais estranho, portanto, entender a permanência por três décadas da impoção democrática nos moldes keynesianos em pleno desenvolvimento e domínio dos monopólios.

⁸ Harvey, David. “A condição pós-moderna”. Ed. Loyola, 14 ed. São Paulo, 2005.

Consoante com o pensamento keynesiano emana uma nova racionalização do trabalho, uma nova divisão de funções no interior das fábricas. Efetiva-se o *fordismo*, como apontado, que, segundo Gramsci⁹ implica em um “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem” (HARVEY, 2005, p. 121). Se tomarmos o fordismo, unido ao taylorismo, apenas como o processo de trabalho que se manteve predominante na indústria capitalista ao longo do século XX, abstraindo-se suas outras dimensões, podemos entendê-lo, com ANTUNES (1995),

“*Fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões” (p. 17) (Grifos do autor).

Uma das características nas quais se baseava (baseia) o fordismo é a *rigidez*, que abrange tanto os processos de trabalho quanto os padrões e normas de consumo. A par disto explicita-se que o capitalismo monopolista do pós-guerra tomou como base a produção de massa, o que requer, como bem o percebeu Ford¹⁰, um consumo de massa. Desta sorte, o fordismo forjava um

⁹ Gramsci, Antônio. “Cadernos do Cárcere”, citado por Harvey (op. Cit).

¹⁰ Segundo Harvey (op. Cit.) “a data inicial simbólica do fordismo deve ser por certo 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearbon, Michigan” (p.121). Porém, continua, “o que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significa consumo

novo tipo organização da sociedade que não podia prescindir da uma nova funcionalidade da ação estatal.

Aqui possivelmente estabeleça-se a relação entre bem-estar e política social, forma de intervenção assumida pelo Estado nesta etapa do imperialismo, no sentido de reiterar a nova ordem societária. São alteradas as funções do capital, do Estado e do trabalho. Conforme HARVEY (op. Cit.),

“O *Estado* teve de assumir novos (Keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o *capital corporativo* teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o *trabalho* organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançada por acaso – resultou de anos de luta” (p. 125) (Grifos meus).

Foram muitas e distintas as configurações do Welfare State pelo mundo¹¹, buscando todos, na heterogeneidade, a convivência pacífica, até harmônica, entre capital e trabalho, entre propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e níveis elevados de bem-estar social estendidos ao conjunto da sociedade. Esta tese central da social-democracia, de que é possível combinar capitalismo com níveis crescentes de eqüidade, foi sempre alvo das melhores críticas marxistas, porque os adeptos desta perspectiva

de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (idem). Contudo, para que o fordismo realmente vigorasse como regime hegemônico de acumulação, ultrapassando as barreiras a ele, foi necessário a experiência das duas grandes guerras, unidas à crise de 29, e uma nova configuração e uso dos poderes do Estado. “Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão do pós-guerra que se manteve mais ou menos até 1973” (p. 125).

¹¹ Gosta Esping-Anderson (1991), no artigo “As três economias políticas do Welfare State”, oferece um panorama acerca das explicações sobre o Welfare State, destacando duas abordagens: uma que enfatiza estruturas e sistemas globais e outra, instituições e atores. O mesmo autor, no citado artigo, distingue três grupos com “combinações qualitativamente diferentes entre Estado, mercado e família”, classificando-os de Welfare State Liberal (de garantias mínimas); os Conservadores e Corporativistas (preservando as diferenças de *status* - ex.: Áustria, França, Alemanha e Itália) e os Sociais-Democratas (com princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais).

percebem o limite inerente a esta configuração social, bem como a impossibilidade de avanço, em seu seio, rumo à humanização das relações sociais. Veremos, contudo, que a ideologia burguesa neoliberal chega mesmo a ser um retrocesso frente a essa estratégia reformista da social-democracia, porque sequer mantém a extensão dos direitos que era o patamar do pacto keynesiano.

A consolidação do capitalismo monopolista, ou do capitalismo tardio, como quer MANDEL (1982) e a reorganização do mundo capitalista pós II Guerra Mundial conseguiu, contudo, uma imbricação tênue que postulou um largo período de equilíbrio instável entre acumulação de mais-valia, apropriação de superlucros e crescentes índices de emprego protegido, altos salários e vasto consumo, produzindo o consentimento dos trabalhadores para sua exploração.

Mas, claramente, era uma ordenação que só poderia ter sucesso em determinado período e por vista de uma série de condicionamentos históricos. Mesmo assim, com este pacto (keynesiano) foi possível, durante mais ou menos três décadas, um convívio que pregava harmonia para uma realidade ontologicamente contraditória, ou seja, para uma sociedade do equilíbrio impossível.

Se for assim, já estava evidente, para aqueles que não se deixaram encantar pela ideologia burguesa da estabilidade progressiva, que a experiência fordista-keynesiana tinha limites temporais claros, já que haveria de se impor a lógica imanente do sistema e restabelecer-se a lei do valor. Foi nesta linha que MANDEL (1990) criticou a disseminação da tese de que a planificação econômica seria capaz de regular permanente e indefinidamente o capitalismo e assim derrotar a possibilidade de crises. Segundo o autor, os marxistas revolucionários, além de alertarem para os perigos dessa ideologia, preocuparam-se também em oferecer explicações para o longo período de expansão do capitalismo tardio. Em suas palavras:

“A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (nos EUA a Guerra Fria

e seus efeitos desastrosos sobre o movimento operário), que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais-valia e, desta forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível por em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta (“rendas tecnológicas”), essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições “ideais” para o capital – ao mesmo tempo, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão” (MANDEL, 1990, p. 26-27).

O escalonamento destas características particulares¹² propiciadoras de um período historicamente determinado de desenvolvimento do capitalismo se suporta nas profundas transformações econômicas, políticas e sócio-culturais aí logradas. Elas se sustentam, portanto: 1) no avanço das forças produtivas propiciado pela revolução tecnológica; 2) no estabelecimento de uma sincronização internacional do ciclo industrial que, “no regime capitalista, toma necessariamente a forma de uma concentração e de uma centralização internacionais do capital” (Mandel, op. Cit. p. 12); 3) na aplicação de políticas anticíclicas por parte dos Estados-nação para controlar os ciclos de crise, particularmente a expansão do crédito e a expansão monetária, o que inexoravelmente levaria a processos inflacionários, como se verá; 4) na extensão, ampliação e consolidação do fordismo, impensável sem articulação com a intervenção estatal nos moldes keynesianos, ambos os processos preñhes de consideráveis implicações sócio-culturais para a sociedade¹³; 5) na

¹² A síntese elaborada por Behring & Boschetti (2006) também é esclarecedora: “Para Mandel, a situação excepcional envolvendo a economia de guerra e a ascensão do fascismo esteve na base do processo de acumulação que antecedeu e possibilitou os anos de ouro (...) e que ele caracteriza como terceira onda com tonalidade expansionista da história do capitalismo. A essa acumulação prévia que propiciou aquelas precondições antes referidas, somam-se outras condições políticas especiais que viabilizaram a experiência do *Welfare State*: o contexto da Guerra Fria e a necessidade de fazer um contraponto civilizado ao ainda recente Estado socialista (...)” (p. 114) além de muitos outros fatores, aos quais as autoras também fazem menção.

¹³ Já aludi a uma compreensão do fordismo como muito mais do que uma proposta de racionalização das bases técnicas da produção *strito sensu*. Gramsci talvez tenha sido o primeiro a perceber suas múltiplas

hipertrofia do setor terciário ou de serviços, como expressão da tendência de redução do tempo de giro do capital que é inerente ao modo de produção capitalista¹⁴; 6) na ascensão dos EUA à posição de dirigente econômico, político e militar desta etapa do imperialismo (NETTO & BRAZ, 2006); 7) e no crescimento do papel das exportações, especialmente de capitais e particularmente dentre os países capitalistas centrais¹⁵.

Essa imbricada e complexa configuração moldou os êxitos da organização assumida pelas sociedades capitalistas e comandada pelos países imperialistas no pós-guerra, possibilitando, dentro do ciclo econômico, a assunção de uma “onda longa expansiva”. Não havia nada nela, quando analisada correta e coerentemente, isentando-se do cerco ideológico da racionalidade instrumental, que tornasse plausível a alusão e a ilusão quanto à estabilidade permanente do capitalismo, através da contenção infinita de seus mecanismos contraditórios que propiciam crises e supõem antes e acima de qualquer coisa a acumulação e lucratividade do capital, mesmo que para tanto, em vista da ausência de outras possibilidades, seja necessário tomar de volta os anéis ou apropriar-se dos dedos da classe trabalhadora.

Tomando isto como certo, MANDEL (op. Cit.) recorda que as análises marxistas, embora escamoteadas, asseveraram que aquela etapa de crescimento contínuo e de estruturação em torno da elevação da qualidade de vida para o grosso da população tinha seus dias contados. Ele argumenta que as análises oriundas desta perspectiva chegaram a três conclusões: 1) *que os*

dimensões e conseqüências. É neste sentido que as condições políticas e culturais necessárias à sustentação da onda longa expansiva só podem ser pensadas num ambiente que supõe “compromissos e reposicionamentos políticos das classes e seus segmentos, ajustando-se às novas condições e a difusão em massa do novo *ethos* consumista de massas. Para a burguesia, a manutenção de altas taxas de lucro (...) pressupunha concessões e acordos. Para o movimento operário organizado, essa possibilidade histórica implicou abrir mão de um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais” (Behring & Boschetti, 2006, p. 88).

¹⁴ “A expansão do setor de serviços capitalistas que caracteriza o capitalismo tardio resume, portanto, à sua própria maneira, todas as principais contradições do modo de produção capitalista. Reflete a enorme expansão das forças produtivas sócio-técnicas e científicas e o crescimento correspondente das necessidades culturais e civilizadoras dos produtores, exatamente como reflete a forma antagônica em que essa expansão se realiza sob o capitalismo: pois ela se faz acompanhar de uma supercapitalização crescente (dificuldades de valorização do capital), de dificuldades crescentes de realização, de desperdício crescente de valores materiais e de alienação e de formação crescentes dos trabalhadores em sua atividade produtiva e em seu âmbito de consumo” (Mandel, 1982, p. 282).

¹⁵ A síntese dessas características da organização do sistema capitalista durante os “anos dourados” do pós-guerra baseia-se, em Mandel (1982 e 1990), Netto & Braz (2006), Behring & Boschetti (2006), Harvey (2005) e Mota (1995).

*elementos impulsionadores desse longo período iriam se exaurir progressivamente, provocando o alargamento da concorrência interimperialista; 2) que a aplicação deliberada de técnicas keynesianas anti-crise acentuaria a inflação mundial e a erosão permanente do poder de compra das moedas, o que terminaria por provocar uma crise bastante grave do sistema monetário internacional; 3) que estes dois fatores tomados conjuntamente iriam multiplicar as recessões parciais e que se orientaria para uma recessão generalizada da economia imperialista*¹⁶ (p. 10).

Foi realmente o que se passou. O período áureo chegou ao fim, o crescimento econômico estancou, a inflação tornou-se um empecilho, e o mundo capitalista adentrou em uma fase de crise estrutural e necessidade de reorganização do sistema. Para entender efetivamente a crise estrutural que se instaura no mundo capitalista nos anos 70 e seu desenvolvimento e desdobramento nos mais de trinta anos de sua vigência, com vistas a demarcar, em seguida, a particularidade da situação brasileira, fui primeiro estabelecer as causas das crises capitalistas, e os resultados colhidos demonstro agora.

2. As Causas Fundamentais das Crises do Capitalismo

Ao longo de toda a história de seu desenvolvimento o capitalismo foi atravessado por crises. Estas crises podem abranger aspectos eminentemente conjunturais, ou podem representar uma dinâmica mais global, atingindo as esferas da política, da economia, da cultura, da ideologia, ou seja, configurar-se em uma crise estrutural, ou societal. Importa reter, inicialmente, que no modo de produção capitalista, com sua dinâmica contraditória eminentemente instável, as crises apontam como traço ineliminável¹⁷.

¹⁶ Mandel retira essas conclusões das teses do IX Congresso Mundial da IV Internacional, e as cita em nota de rodapé à página 10 de seu livro “A Crise do Capital” (1990).

¹⁷ “A análise teórica e histórica do modo MPC [modo de produção capitalista - NSA] comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não**

Alguns clássicos da economia política asseguraram a irrefutabilidade deste argumento. Porém, na explicação das crises, MANDEL (1990) destaca duas grandes escolas que se confrontam: aquela que explica as crises pelo subconsumo das massas (superprodução de bens de consumo) e a que as explica pela superacumulação (a insuficiência de lucros para expandir os bens de capital).

Para nosso autor, ambas as perspectivas cometem o grave erro de separar arbitrariamente aquilo que está organicamente ligado, já que o próprio Marx havia enfatizado “*a necessidade de se ligarem os problemas resultantes da queda da taxa de lucros àqueles da realização da taxa da mais-valia para explicar os fenômenos das crises periódicas*” (MANDEL, op. Cit. p. 209). Decerto, o modo de produção capitalista se suporta numa unidade contraditória entre produção, circulação, distribuição e consumo.

Marx, em sua obra maior - O Capital (1985) – ao realizar a análise do modo de produção capitalista, ao descortinar sua lógica imanente e as leis que regem seu movimento, foi capaz de mostrar claramente que o capitalismo engendra uma organização societária em que o equilíbrio é impossível. Mostrou que o capitalismo se funda numa *contradição central* na qual a produção é cada vez mais socializada enquanto a apropriação da riqueza permanece privada¹⁸, ao que virão se somar, na etapa imperialista, outras contradições, como os movimentos crescentes de concentração e centralização.

Em vista daquela contradição fundante, põem-se em posição antagônica as suas classes fundamentais – a burguesia e o proletariado. A luta entre elas expõe, põe a nu, os alicerces de uma sociedade em que a força de trabalho, única mercadoria que possui a peculiar característica de ser produtora e reprodutora do valor¹⁹, portanto, a responsável pela produção da riqueza

existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (Netto & Braz, 2006, p. 157) (grifos dos autores).

¹⁸ Netto & Braz (op. Cit.) sintetizam assim este elemento: “Eis a contradição fundamental do MPC [modo de produção capitalista - NSA]: a produção torna-se *socializada*; mais: essa socialização é *progressivamente aprofundada*, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém, permanece *privada*: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme *excedente* que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas)” (p. 165) (grifos dos autores).

¹⁹ Conforme Marx (1985): “Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do

social, é progressivamente explorada e alijada do produto de seu trabalho que, tomando a forma de sobretrabalho, é apropriado e usufruído pelos detentores dos meios e instrumentos de produção.

Estes conflitos expressam a clássica antinomia posta no desenvolvimento do capitalismo entre as forças produtivas e as relações de produção. Isso porque o objetivo é a produção do superlucro, que é produto do diferencial da produtividade do trabalho, e não a satisfação das necessidades humanas.

A todo custo, portanto, o capital precisa subjugar e dominar o trabalho. Quando revoluciona a técnica, perseguindo aquele objetivo, aumenta crescentemente o capital constante e diminui a participação do capital variável, ou seja, corta trabalho vivo e expande trabalho morto, elevando a composição orgânica do capital, através ou da expansão da escala produtiva ou de uma inovação técnica radical.

Ora, esta tendência de desenvolvimento do modo de produção capitalista, de elevação da base técnica para poupar trabalho vivo, tem como resultado inicial o aumento da taxa de mais-valia, uma possível baixa dos preços das matérias-primas e o barateamento das mercadorias, porque reduz o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, ocasionando superlucros para os capitais que estão na ponta da cadeia produtiva. Vemos que esta situação *“cria seus próprios obstáculos: com a redução do exército industrial de reserva, tende a se ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia”* (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 69-70).

Além disso, a disseminação desta técnica nova, na procura da massa de capitalistas pelos lucros adicionais daí oriundos, põe o capitalismo sempre em contato com a tendência de queda da taxa de lucros – o que Marx chamou de lei da queda tendencial da taxa de lucros. Em conseqüência, *“A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Com isso, configura-se uma superabundância de capitais e uma*

produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho. (...) A parte do capital convertida em força de trabalho (...) muda seu valor no processo de produção. Ela produz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável” (p. 171).

escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia” (BEHRING & BOSCHETTI, op. Cit., p. 70).

Em Marx, temos que a possibilidade das crises se manifesta desde o movimento de metamorfose da mercadoria, que traz implícita a contradição entre valor de uso e valor, contradição que se desdobra entre as fases de produção e realização da mais-valia²⁰, enfim, no momento da compra e da venda:

“A discordância entre o processo imediato de produção e o processo de circulação faz com que se desenvolva novamente e se aprofunde a possibilidade de crise, que se manifestava já na simples metamorfose da mercadoria. A crise existe desde o momento em que esses processos não se fundem, mas se independentizam um do outro (p, 32). (...) E quando dizemos que a forma simples da metamorfose contém a possibilidade de crise, dizemos simplesmente que esta forma traz implícita, por sua vez, a possibilidade de que as duas fases, que se complementam entre si substancialmente, se desgarem e se dissociem” (MARX, 1982, p. 33).

A ocorrência desta dissociação entre o processo de formação do valor e o de sua realização, uma possibilidade inerente ao modo de produção capitalista, põe presente a iminência da crise, já que, como assevera MARX (op. Cit.), “na produção de mercadorias a transformação do produto em dinheiro, a venda, é *conditio sine qua non*. Aqui, não tem nenhum papel a produção direta para as próprias necessidades. Tão rápido quanto fracassa a venda, aparece a crise” (p. 33). Foi com base nessas análises que MANDEL (1990), condensando a explicação marxiana para as crises, afirmou:

²⁰ Assim se refere Mota (1995) às diferentes condições da exploração e de sua realização: “Enquanto a primeira (a exploração) remete à produção do sobretrabalho, no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas, a segunda (a realização) implica tanto a capacidade de consumo da sociedade como os modos e as formas por meio dos quais os diversos ramos da atividade produtiva se articulam. É, portanto, a possibilidade de ocorrência de descompassos entre esses dois momentos que cria as bases objetivas para a emergência de crises” (p. 34).

“Pouco importa ao capitalista que uma massa crescente de mais-valia seja *produzida* durante o processo de produção, se ele obtém somente uma fração do contravalor dessa mais-valia no curso do processo de circulação. No entanto a produção de mais-valia não produz automaticamente a sua realização. Encontramos, portanto, nesse desdobramento entre a mercadoria e o dinheiro, que deve realizar o seu valor de troca – e na contradição entre o valor de uso e o valor de troca dessa mesma mercadoria, que é estreitamente ligado a esse desdobramento -, a possibilidade primeira das crises de superprodução” (p. 210) (Grifo do autor).

As dificuldades de realização da mais-valia, ou seja, a interrupção do movimento de reprodução ampliada do capital, faz decrescer a taxa de lucros, ao que os capitalistas, operando em massa, respondem primeiramente incrementando a produção, com o objetivo de aumentar sua massa de lucros decrescente. Aquele incremento postula a **superprodução**, porque a massa crescente de mercadorias não pode ser vendida a preços que garantam lucros, já que se instala uma situação de desemprego crescente, este último devido ao incremento tecnológico poupador de trabalho vivo. É neste sentido que Mandel (op. Cit.) contrapõe as crises capitalistas àquelas pré-capitalistas. Estas se caracterizavam pela *subprodução de valores de uso*. Já aquelas, as capitalistas,

“(...) são *crises de superprodução de valores de troca*. Não é porque há muito poucos produtos que a vida econômica se desregula. É porque há a impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio – isto é, porque há, portanto, “muitas mercadorias” – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, o investimento e o emprego caem”²¹ (MANDEL, op.cit. p. 210).

²¹ Mais à frente, ele continua: “É essa venda insuficiente, essa não estocagem e essa redução da produção corrente que geram *o movimento cumulativo da crise*; redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção etc., e isso nos dois departamentos fundamentais da produção, o de bens de produção e o de bens de consumo” (Mandel, 1990, p. 212) (Grifos do autor).

Com a interrupção da possibilidade da venda das mercadorias a preços que garantam os lucros, os capitalistas, num segundo movimento, procuram frear a produção, restringindo-a ao limite. Aí a crise se generaliza. Suas causas mais determinantes são, portanto: a superacumulação de capitais, que é sempre acompanhada da superprodução de mercadorias²²; o subconsumo das massas; a anarquia da produção e a desproporcionalidade entre produção e consumo dos “últimos consumidores”; a queda da taxa de lucros (Mandel, op. Cit., 210-211).

Harvey (2005) agrupa três características essenciais do modo de produção capitalista: sua orientação para o crescimento; esse crescimento se apóia na exploração do trabalho vivo, ou seja, numa relação de classe entre capital e trabalho; o capitalismo é tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Ora, como ele diz, Marx já havia mostrado que essas três características são inconsistentes e contraditórias, fato que faz a dinâmica do capitalismo necessariamente propensa a crises. Conforme o geógrafo, não há, nas digressões marxianas, uma forma que ponha em equilíbrio aquelas três condições. Ademais,

“(…) as tendências de crise do capitalismo [apresentam - NSA] a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação – definida como uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para o atingimento de tarefas socialmente úteis. Uma condição generalizada de superacumulação seria indicada por *capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro (talvez mantido como entesouramento) e grande desemprego. As condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente*

²² Para Mandel, “a crise da economia capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias (...). A superprodução significa sempre que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado. Quaisquer que sejam os meandros profundos da análise, o primeiro fenômeno a se compreender é o dessa ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em “tempos normais” entre a oferta e a procura de mercadorias” (p. 211-212).

desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação” (HARVEY, 2005, p. 170).

Embora as causas determinantes e fundamentais das crises, de maneira geral, estejam expostas acima, é preciso acrescentar os elementos *detonadores* das crises, que são aqueles que as precipitam e que no fim configuram suas formas de aparição. Em síntese elaborada por NETTO & BRAZ (2006), fica claro que

“A *crise* pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria-prima essencial, a queda de um governo). Bruscamente, as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada, preços e salários caem, empresas entram em quebra, o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta. À crise, segue-se a *depressão*: o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a baixo preço” (p. 159) (Grifos dos autores).

Porém, ressalta MANDEL (1990), para que aquele elemento detonar possa desencadear a crise é necessário que todas as suas pré-condições já estejam reunidas e esteja posto o cenário através do qual a lei do valor volta a se impor. **É preciso que estejam amadurecidas as condições para a reversão, no interior do ciclo econômico, da onda longa com tonalidade expansionista.** É por isso que toda crise de superprodução “*implica um aumento considerável de falências e ruínas de empresas*”, já que sua função objetiva é realmente fazer ruir as empresas menos rentáveis²³ para possibilitar, em seqüência, um novo quadro de retomada e uma nova fase de *boom*²⁴.

²³ “As empresas que sobrevivem procuram soluções tecnológicas para continuar com alguma escala de produção (...); buscam, sobretudo, apoderar-se de mercados e fontes de matérias-primas – quando este

Deixo claro, contudo, que do dito acima não se considere uma naturalização das crises. Aqui sua condição ineliminável responde somente pela organização sócio-econômica capitalista, na qual a emergência da crise é uma tendência inerente. Note-se também que “deflagração e o enfrentamento das crises é um processo no qual estão implicados a acumulação do capital e a ação política das classes” (MOTA, 1995, p. 37-38). Assim, da mesma forma que põe em xeque determinado padrão de desenvolvimento do capitalismo, as crises postulam situações de disputa de hegemonia, cujo desfecho somente pode se suportar nas condições históricas das forças sociais em disputa. Conforme assevera MOTA (op. Cit.), nas situações de crise, tanto

“as classe dominantes podem reciclar as bases do seu domínio, erigindo (...) novas formas de obtenção do consenso necessário à reestruturação da sua hegemonia, ou mesmo exercitar as práticas coercitivas para neutralizar a emergência de iniciativas de outras classes que ameacem sua hegemonia” [quanto - NSA], “(...) as classes subalternas podem ampliar suas bases organizativas (...). Dessa forma, as classes subalternas criam as condições a partir das quais podem esgarçar as práticas de dominação e a direção do grupo dominante” (p. 39).

Daí decorre que, se não é possível aguardar o desmoronamento da ordem capitalista somente pelo desenrolar do amadurecimento de suas contradições, já que as crises são elas mesmas contraditórias e expressam tanto as contradições do modo de produção como as condições de sua reanimação (NETTO & BRAZ, 2006, p. 162), é necessário, condição *sine qua non* para um desfecho que aponte “além do capital”, **a organização e articulação de novos patamares da luta de classes**, que realmente apontem para uma solução.

movimento, mais a concorrência entre elas, sinaliza a possibilidade de recuperação, criam-se estímulos para fomentar a produção” (Netto & Braz, 2006, p. 160).

²⁴ “A concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas, a abrir novas linhas e frentes de produção e esta é largamente ampliada (...). O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica: a prosperidade está ao alcance da mão” (idem, ibidem).

Esta solução reside²⁵, segundo a análise marx-engelsiana, na constituição de uma outra ordem societal, tarefa árdua para a qual os capitalistas são naturalmente incapazes. Cabe aos trabalhadores constituir esta solução e esta opção, para que em vez de barbárie ou de uma nova configuração societária capitalista de caráter progressista (opção cada vez menos factível), a solução de uma crise se dê na constituição de uma nova sociedade, em que *o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos*.

Estando explicitadas, sem qualquer intenção exaustiva, as explicações marxistas para as causas das crises do capitalismo e também algumas das mediações que possibilitaram a onda longa com caráter expansionista que moldou o capitalismo no pós II Guerra Mundial, passo, a seguir, a tecer argumentos sintetizadores de algumas das características essenciais da reversão desta onda longa e do estabelecimento de um novo período de estagnação, que tem plasmado a sociedade capitalista desde a década de 70 do século XX e adentra estes primeiros anos do século XXI.

Trata-se de destacar aspectos de ordem material que compõem as estratégias de superação da crise contemporânea. Mas estes se sustentam em determinada concepção acerca da realidade de crise, e essa concepção, enquanto necessariamente ideológica, pois objetiva compor uma falsa consciência que possibilite a reordenação da hegemonia burguesa, é o patamar a partir do qual são forjadas também as explicações sobre a realidade brasileira, notadamente aquelas assumidas pelo discurso oficial do Governo Federal, aqui tomado como instrumento de consolidação, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, dos avanços desta hegemonia burguesa sobre a sociedade brasileira.

²⁵ “A solução reside em substituir o modo de produção capitalista por uma organização superior e mais avançada da vida econômica, mediante um protagonismo político dos trabalhadores que dirija um processo de *transição socialista*” (Netto & Braz, 2006, p. 166).

CAPÍTULO II:
A Crise Contemporânea e as
Respostas de Classe a ela

Vimos no capítulo precedente que o pacto forjado no fordismo-keynesianismo supunha que o capital continuava seu ciclo de acumulação, no interior de uma onda longa expansiva ou expansionista e numa organização produtiva e político-institucional em que a situação de pleno emprego, a legislação protetora do trabalho, os incentivos à industrialização, arregimentados via Estado-Nação, faziam parte do modelo mesmo de gestão e desenvolvimento da acumulação capitalista do período.

Neste sentido é que as respostas à “questão social”²⁶, via atuação estatal, prioritariamente a partir de políticas sociais, são caracterizadas como fruto contraditório de uma particularidade histórica em que a organização do processo de produção e reprodução da ordem do capital se pode estabelecer nos moldes da ampliação da cidadania e da democracia à parte quantitativamente importante da população. A base teórico-filosófica que a desborda é, como vimos, a social-democracia.

Recorda MATTOSO (1995) que com aquele arranjo foi possível equacionar a “questão social”, particularmente nos países de capitalismo central. Por esta razão, havia quem apregoasse que a “questão social” havia

²⁶ Estou entendendo “questão social”, aqui, nos termos como foi sintetizada por Cerqueira Filho (1982): “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho” (p. 21). Há muita polêmica e questionamento em torno do conceito de “questão social”. Em artigo recente, Netto (2001) esclarece que a expressão surgiu por volta de 1830, para dar conta do fenômeno da pauperização na Europa Ocidental de então, imersa em sua primeira industrialização. O autor afirma que antes deste período histórico, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez ele mesmo determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais. É somente com a sociedade burguesa que a pobreza cresce conectada a uma cada vez maior capacidade de produzir riquezas. A organização de diversas formas de protestos, por parte dos “pauperizados”, e os desdobramentos sócio-políticos daí advindos, é que toma a designação de “questão social”. Porém, como esclarece Netto, a partir de 1850, a expressão “questão social” é deslocada para o vocabulário do pensamento conservador, sendo assumida pela burguesia decadente, que passa a naturalizá-la e desistoricizá-la, propondo sua resolução num arcabouço de reformas que preservem a propriedade privada dos meios de produção e propugnem uma solução moral para a “questão social”. Ao mesmo tempo, e a partir das derrotas de 1848, a consciência de classe operária, transformada em razão teórica com a publicação de *O capital*, de Marx (1867), vai revelar a anatomia da “questão social” como componente indissociável da dinâmica do desenvolvimento capitalista, expressando uma exploração distinta, porque nela as desigualdades resultam de uma escassez que advém da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Se é assim, no capitalismo, e na contemporaneidade mais explicitamente, o conceito de pobreza, de suma importância neste estudo, não pode ter sentido desconectado à exploração do trabalho e às desigualdades sociais daí resultantes. Nenhuma reforma, (e muito menos uma reforma moral), por maior alcance que tenha, pode ter a ilusão de resolver a “questão social” sem implodir estas bases que sustentam a apropriação privada dos bens socialmente produzidos. A experiência do pacto fordista-keynesiano talvez tenha sido, na história secular do capitalismo, a mais progressista dentre suas formas de organização quando se pensa pelo enfoque da maior participação operária e trabalhadora na riqueza social, ainda que não possamos esquecer das ressalvas feitas por Mészáros (apud Lessa) e reproduzidas por mim na nota n.º 3 do capítulo I.

morrido, desaparecido da cena da história da humanidade, e as crises capitalistas também seriam coisa do passado. Os teóricos de inspiração marxista eram responsáveis, embora comumente mal vistos, bem lembra Netto, por fazer observar que a pobreza relativa continuava existindo e que as características imanentes ao capitalismo apontavam para o esgotamento do modelo fordista-keynesiano.

No entanto, a manutenção da pobreza e da desigualdade eram tomadas como episódio acidental de percurso pelos social-democratas, defensores de que aquelas questões seriam resolvidas pelo próprio crescimento econômico do capitalismo, tomado como intermitente e possivelmente eterno. Em relação às diferenças e desigualdades quando se comparava o primeiro e o terceiro mundo, toda a ideologia assegurava que era só seguir o caminho certo, aquele impetrado pelos países do Norte, para elevar os demais países da condição de subdesenvolvimento para as maravilhas da ordem burguesa altamente desenvolvida.

Sabemos que não foi assim que sucedeu. Após aquelas três décadas de crescimento contínuo, eis que se estabelece um processo recessivo, de caráter internacional, cujo marco são os anos 74/75, sem que o terceiro mundo chegasse sequer próximo ao tão sonhado patamar superior de desenvolvimento.

Para MANDEL (1990), em 74/75 ocorre a *primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a II Guerra Mundial*, na qual se conclui uma fase típica de queda da taxa média de lucro²⁷ somada à não utilização de parte considerável da capacidade produtiva da indústria²⁸. Para nosso autor, esta recessão generalizada é expressão de uma **crise clássica de superprodução**, que tem dois traços particulares: inflação permanente e acelerada, provocando estagflação e slumpflação; e o inchamento das dívidas bancárias, da moeda escritural, acompanhado pelo estrangulamento de setores particulares da economia enquanto outros

²⁷ Segundo dados citados por Netto & Braz (2006), “entre 1968 e 1973, ela cai (a taxa de lucros), na Alemanha Ocidental, de 16,3% para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1 % e no Japão, de 26,2 para 20,3%” (p. 213).

²⁸ “Podemos deduzir uma não utilização permanente, para fins civis produtivos, de perto de um terço da capacidade instalada de produção nos Estados Unidos. Não poderíamos expressar melhor a natureza da crise atual enquanto crise clássica de superprodução capitalista” (Mandel, 1990, p. 26).

progridem, até o ponto em que atinge todos os principais setores da economia²⁹.

Suas causas, como indiquei já desde o capítulo I, explicam-se pela lógica contraditória de desenvolvimento do capital, e nesse caso em particular pelo próprio movimento de desenvolvimento dos 30 anos anteriores, e pela dinâmica ali engendrada. Os anos gloriosos do pós-guerra levaram a um aumento da composição orgânica do capital, mas numa situação de pleno emprego e de forte organização da classe trabalhadora que criava crescentes dificuldades de compensar aquela elevação por uma alta contínua da taxa de mais-valia (Mandel, op. Cit.). São os chamados *vetores sócio-políticos* tornando-se decisivos e por isso vale uma citação mais longa:

“ao longo dos anos sessenta e na abertura dos setenta, o peso do movimento sindical aumentou significativamente nos países centrais, demandando não somente melhorias salariais, mas ainda contestando a organização da produção nos moldes taylorista-fordista (a mobilização francesa de 1968 e a italiana de 1969 foram extremamente significativas a esse respeito). Além disso, mobilizações culturais que tinham raízes nos anos imediatamente anteriores – sinalizadas pela contracultura, pela revolução nos costumes etc. – lançaram outros sujeitos na cena política, com movimentos de categorias sociais específicas, impropriamente designados como “minorias”, nos quais existiam componentes anticapitalistas (nos anos sessenta, a revolta estudantil foi notável, assim como a mobilização dos negros norte-americanos em defesa de direitos civis; torna-se mais visível, também, o movimento feminista)” (NETTO & BRAZ, 2006, p. 213-214).

²⁹ Mandel (1990) chega a expor breves indicações de como a recessão repercutiu em cada um dos principais ramos industriais tomados individualmente. Dentre eles: automobilística, construção civil, eletrodomésticos, têxtil, petroquímica, química em geral, siderúrgica, construção naval, aeronáutica, eletrônica, construção mecânica.

Ademais, no curso da onda longa expansiva, havia se dado uma ampla modificação na divisão internacional do trabalho, ocasionada pela entrada de uma série de países que viveram processos de industrialização importantes no pós-guerra, especialmente alguns Asiáticos, mas também os *mais desenvolvidos entre os países subdesenvolvidos* da América Latina, tornado-se ameaças para importantes setores industriais dos países imperialistas. Essa emergência interfere, como observa Mandel (1990), na composição do mercado mundial, repondo a concorrência em novos patamares e constituindo, ainda, ameaça de falência para trustes de outros países imperialistas³⁰.

Toda esta configuração criou as condições em que, de um lado, a hegemonia norte-americana é questionada, especialmente por europeus e japoneses³¹, embora seja recuperada logo em seguida, e, de outro, a característica hierárquica intrínseca à economia capitalista propiciou, a partir da massa de investimentos externos dirigidos a um conjunto de países, a recomposição da concorrência inter e entre os monopólios e os Estados imperialistas.

Este processo torna a economia cada vez mais internacionalizada. Se isto acarreta o crescimento sem precedentes do mercado mundial, já que no período áureo do imperialismo as exportações ganharam destaque na economia e cresceram mais do que a produção industrial, também engendra um conjunto crescente de dificuldades de os governos nacionais continuarem aplicando sua principal técnica anticíclica, própria desta fase do capitalismo

³⁰ Para Mandel (op. Cit.) o sentido deste fenômeno precisa ser buscado em duas tendências que lhe são complementares e contraditórias: o deslocamento dos centros de produção para os países com salários médios ou mais baixos e/ou preços de matérias-primas menos elevados, posto pelo fenômeno do crescimento do número de multinacionais; e a emergência, que se tornou incontestável, nesses países dependentes “de um capital financeiro parcialmente autônomo, que age independentemente dos interesses dos trustes imperialistas e, algumas vezes, francamente em oposição a eles” (p. 201).

³¹ Veremos à frente que a configuração geopolítica também tem reservado consideráveis mudanças nos tempos atuais. Se desde a eclosão da crise o Japão e a Alemanha Ocidental apareciam já como principais concorrentes da hegemonia norte-americana, mais recentemente, após as crises financeiras que balançaram as estruturas econômicas do Japão e de outros países do Leste Asiático (os chamados Tigres Asiáticos), a China, com sua economia pujante, aparece no cenário internacional como principal concorrente potencial da hegemonia econômica dos Estados Unidos, implicando estratégias outras no âmbito do imperialismo do tempo presente.

monopolista, que foi a expansão do crédito e a expansão monetária, como já vimos³².

Esta dificuldade tem a ver com o caráter, também já apontado, fundamentalmente inflacionário desta técnica. Não que a inflação seja de todo nefasta ao desenvolvimento do capitalismo; está mais para, como diz Mandel, um preço que se paga na luta pelo controle das crises e um mecanismo muitas vezes estimulante da economia³³. Porém, “*o limite da aplicação das técnicas anticrise é atingido logo que a inflação, tendo exaurido o grosso das reservas de uma potência imperialista, começa a se acelerar e perde todo efeito estimulante sobre a atividade econômica, provocando, até, conseqüências perversas*” (MANDEL, 1990, p. 60).

Portanto, quando a inflação cresce contínua e globalmente, todos, a começar pelos países imperialistas mais fortes, são obrigados a aplicar políticas antiinflacionárias. Aqui, forma-se a situação em que o Estado burguês apropriado e refuncionalizado pelo capital monopolista perde sua capacidade de limitar a profundidade das recessões. A clara síntese mandeliana explicita essa situação:

“O Estado burguês não tem absolutamente os meios de evitar flutuações econômicas e uma recaída periódica na crise de superprodução. É inata ao modo de produção capitalista e não desaparecerá senão com ele. Mas o Estado burguês tem os meios de *limitar no imediato a duração e a profundidade da recessão* pela aplicação de técnicas keynesianas e neokeynesianas – isto é, criando uma falsa moeda. (...) O limite da aplicação das técnicas anticrise é atingido logo que a

³² “A expansão do crédito e das medidas anticíclicas por intermédio do poder público (produção de armamentos, políticas sociais etc.) e do setor de serviços vão impor a emissão de papel-moeda para além do lastro de ouro. Dessa forma, assegura-se o volume de capital *ficício* para evitar as crises de superprodução” (Behring, 1998, p. 134).

³³ É assim que Behring (op. Cit.) as sintetiza: “a inflação permanente no capitalismo tardio cumpre alguns objetivos: ocultar a redução do valor das mercadorias; facilitar a acumulação de capital; dissimular a alta da taxa de mais-valia; e resolver temporariamente as dificuldades de realização por meio da expansão do crédito. No entanto, no contexto do ciclo industrial do capitalismo tardio, a inflação pode se tornar galopante, à medida que se colocam limites a emissão de dinheiro e expansão do crédito” (p. 134). Porém, como veremos nos capítulos III e IV, na particularidade da sociedade brasileira contemporânea, depois do desastre econômico da década de 80, a inflação tornou-se quase que um monstro para a população nacional, e este elemento tem sido amplamente utilizado, desde a década de 90 até os dias atuais, como instrumento de manipulação a serviço dos interesses da burguesia.

inflação (...) começa a se acelerar e perde todo o efeito estimulante sobre a atividade econômica, provocando, até, conseqüências perversas” (MANDEL, 1990, p. 59-60).

Em razão de todas essas questões, podemos afirmar então que no início dos anos 70 do século XX deu-se o processo de reversão da onda longa expansiva e o estabelecimento de uma **onda longa de estagnação**, e não somente uma crise conjuntural que tivesse em sua base este ou aquele acontecimento, como querem fazer parecer aqueles que identificam na alta do preço do petróleo, ou nos movimentos de libertação nacional, ou na mudança do padrão ouro-dólar, as causas da crise.

Segundo Mandel (op. Cit.) esses fatores, pela sua externalidade, podem ser considerados no máximo detonadores da crise, fatores adicionais que vieram se somar às condições já instaladas para o desencadear da crise.

Isto posto, devemos reter que a crise se instaura e o capital, obviamente, passa a organizar um conjunto de respostas à situação de crise, tendo à frente delas a ação dos Estados Unidos que, já em 71, antecipando-se à explosão da crise de que este país era a mais alta expressão, dá o golpe em que fratura o acordo de Bretton Woods e declara unilateralmente a inconvertibilidade do dólar. De início, partes destas respostas foram articuladas no interior de técnicas keynesianas, mas fracassaram.

A partir daí, o capital articula sua ofensiva através de três movimentos básicos que, interligados, compõem as estratégias amplas de enfrentamento da crise e de moldagem de uma nova ordenação societária, de um novo modelo ou regime de acumulação. Trata-se da **reestruturação produtiva**, que procura combater e reverter a organização da produção nos moldes fordistas, em prol de um processo de flexibilização; da **mundialização financeira**, pautada na abertura comercial e financeira, nas novas relações internacionais daí advindas e no novo lugar dos mercados financeiros na lógica de acumulação do capital; e do **neoliberalismo**, complexo ideológico que reorienta a ação dos Estados nacionais e sua funcionalidade, impondo-lhes ajustes. É destes mecanismos e de suas funções contemporâneas que passo a tratar agora.

1 – A reestruturação produtiva como ofensiva do capital

Já apontei anteriormente que uma das condições de desenvolvimento do modo de produção capitalista é o contínuo e progressivo revolucionamento das bases técnica e tecnológica de organização da produção, bem como do controle e gestão da produção. Esse dinamismo é uma das características progressistas que o sistema possui e que foi capaz de manter desde seu surgimento, nos distantes tempos em que a burguesia era classe revolucionária.

Porém, a maneira como os frutos do desenvolvimento da ciência e da técnica são postos em sociedade satisfaz concretamente às necessidades de acumulação do capital, no que fraturam, de certa forma, o caráter revolucionário e progressista da ciência ao adequá-la aos imperativos de exploração do trabalho. Sob o capital, o desenvolvimento tecnológico é utilizado como meio de força e poder, pelos detentores dos meios e instrumentos de produção, para solapar crescentemente as possibilidades do trabalho, como seu antagonista, colocar-se em disputa por posições no seio da sociedade.

Na passagem dos anos 70 para os anos 80 do século XX, fracassadas as tentativas anticíclicas keynesianas, com seu sistema “fazendo água por todos os lados”, **o capital entra em ofensiva**, e procura revolucionar seu modelo de acumulação através de transformações na organização, na gestão e no controle da produção. De certa maneira, dá-se o esgotamento do modelo de organização fordista-keynesiano, em nome da construção de rearranjos de flexibilização nos processos de trabalho, nas técnicas de gestão da produção e nos produtos e padrões de consumo.

Nesta linha de raciocínio, são pautadas transformações que respondem às necessidades de o capital restabelecer o crescimento das taxas de lucro. Sob o fordismo, com características rígidas e sólidas e sustentado numa forte e crescente organização da classe operária por meio dos sindicatos e partidos, a tarefa parecia impossível. Afirma HARVEY (2005)

“Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo em larga escala e de longo prazo (...). Havia problemas de

rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (...). [E ainda havia problemas na - NSA] rigidez dos compromissos do Estado (...) à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões de base fiscal para gastos públicos (...)" (p, 135-6).

Para romper com aquela *rigidez*, parte-se para um modelo de produção baseado na chamada **acumulação flexível**, que engendra um processo de incremento tecnológico com base na microeletrônica e na robótica, processo ao qual alguns autores têm dado a designação de Terceira Revolução Industrial, como é o caso de Mattoso (1995), já que se dá uma ruptura do paradigma industrial e tecnológico anterior e a emergência de um novo padrão produtivo e organizacional³⁴.

Para Harvey (op. Cit.), as mudanças ocorridas assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação, pautado na flexibilização, mas que não se tornaram hegemônicas em toda parte. O que se deu foi a convivência combinada da antiga produção fordista com os avanços da acumulação flexível, num movimento desigual que realiza a recombinação das estratégias de procura do lucro pela extração das mais-valias absoluta e relativa. Se se mantêm nichos de produção e áreas geográficas em que a dominância permanece na organização fordista da produção no interior da nova divisão internacional do trabalho, precisamos reter, porém, que a acumulação flexível também

"(...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas

³⁴ Para autores como Maria da Conceição Tavares e Ruy Braga, não é possível falar em Terceira Revolução Industrial, porque não houve ruptura na infra-estrutura de transportes e na base energética do sistema; e porque a financeirização, ao impedir a propagação das bases técnicas novas, demonstra a inexistência de uma Terceira Revolução Industrial, respectivamente. Ver Mattoso (1995, p. 55-68).

altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (...) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (HARVEY, 2005, p. 140).

Esse novo modelo de organização da produção ou esse novo regime de acumulação toma como suporte o **toyotismo**³⁵, que se pauta na *segmentação*, *horizontalização* e *descentralização* da produção. No lugar de economias de escala, com produção em massa como no fordismo, incrementa-se a economia de escopo³⁶, coadunando as características de estoque mínimo com reposição efetuada a partir da demanda – o *kanban*; e de controle da qualidade e do tempo da produção, com os sistemas *just in time*.

Os ramos de produção são descentralizados, “implicando a reordenação geoeconômica das fases do ciclo global da mercadoria”, conforme destaca Mota (1995), entre os países centrais (tendo o Japão e a Alemanha à frente) e destes com os periféricos, com o objetivo de elevar a taxa de lucro. Une-se a estes mecanismos um movimento de horizontalização, em que as empresas abdicam da manutenção de todos os elementos do processo de produção no interior de grandes unidades e estendem a *terceiros*, a *subcontratados*, a responsabilidade por suprir boa parte daqueles elementos.

³⁵ Segundo Antunes (1995) o *toyotismo* é também conhecido como *ohnismo*, em referência ao engenheiro Ohno que originou o modelo na Toyota. Citando Coriat, o autor destaca quatro fases do advento do toyotismo. “*Primeira*: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. *Segunda*: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. *Terceira*: a importância das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *Kanban* [modelo de reprodução dos produtos somente depois da sua venda] (...). *Quarta fase*: a expansão do método *kanban* para as empresas subcontratadas e fornecedoras” (p. 23-24).

³⁶ Segundo Harvey (op. Cit.), em tempos de acumulação flexível, as economias de escopo derrotaram as economias de escala, ainda que seja pela “integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e “deslocamento” para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos. A produção em pequenos lotes e a subcontratação tiveram por certo a virtude de superar a rigidez do sistema fordista e de atender a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis” (p. 148).

Ao fazê-lo, estendem também a essas terceiras os métodos e procedimentos do novo modelo³⁷.

Cria-se, assim, uma flexibilidade e uma mobilidade que põem em patamar de força superior os detentores do capital, em detrimento do trabalho. As inovações tecnológicas possibilitam a economia de trabalho vivo e um crescimento da produtividade do trabalho, só que numa situação em que suas capacidades de luta estão enfraquecidas pelo forte desemprego.

Flexibilizam-se, junto com as técnicas de gestão e controle de produção, as formas de contratação do trabalho. Reinstaura-se, nos grandes centros do capitalismo, uma situação dual em que convivem trabalhadores com emprego protegido, em tempo integral, bons salários, garantias previdenciárias, premiação por produtividade e outras vantagens, além de deter maior controle do processo, por isso a tese da polivalência do trabalho e sua falsa identificação com o fim da alienação do trabalhador; e, ao lado, trabalhadores sem contrato determinado de trabalho, em tempo parcial, temporários, subcontratados, casuais, que podem ser substituídos a qualquer momento, muitos dos quais articulados, via terceiros, em uma rede de médias e pequenas empresas que repõem as características do trabalho familiar³⁸.

Toda esta nova configuração plasmou a diminuição do tempo de giro do capital, conseqüência perseguida através das mudanças tecnológicas e organizacionais. Porém, é necessário também, para a lucratividade capitalista, que seja diminuído o tempo de giro do consumo: *“A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a cumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores”* (HARVEY, 2005, p. 148).

O conjunto dos aspectos destacados acima expõe que o capitalismo tardio opera transformações que implicam uma extraordinária economia de trabalho vivo, plasmando como *um dos resultados da última reestruturação produtiva do capital o aumento do exército industrial de reserva*. Chegamos a uma situação em que as melhores análises, mesmo a dos defensores do

³⁷ É por isso que Antunes (1995) afirma que *“kanban, just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa” sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente”* (p. 27).

³⁸ Sobre este ponto, tomo como referência Harvey (2005), Mattoso (1995), Antunes (1995), Teixeira (1996), Behring (2003).

capital, precisam reconhecer o desemprego como um problema estrutural da terceira etapa do imperialismo.

Em vista disso, muitos teóricos pensaram este novo momento como fim da sociedade do trabalho, por causa desse crescente desemprego. Alardearam que se tratava do esgotamento das promessas da modernidade e neste sentido a contemporaneidade teria se transformado no período pós-moderno. Outros chegaram mesmo a entender que o capitalismo havia chegado ao fim, como pleiteou Gorz. Ademais que estas ideologias³⁹ se suportam também no esgotamento da experiência do chamado socialismo real no leste europeu, contribuem para sustentar uma concepção de mundo em que o capitalismo aparece como fim último da humanidade. Veremos como este suportes ideológicos servirão, também na realidade brasileira, como parte das justificativas acerca do caminho do crescimento e desenvolvimento econômico, bem como das formas de tratamento da “pobreza”⁴⁰.

Pretendemos tratar mais detalhadamente desses elementos que conformam os aspectos ideológicos e culturais desta etapa do capitalismo tardio mais à frente. Por enquanto, cabe destacar alguns outros processos quem implicam diretamente na classe daqueles que vivem do trabalho⁴¹, nos termos cunhados por Antunes (1995).

Trata-se das conseqüências da reestruturação do mercado de trabalho para a classe trabalhadora. Tomando como suporte níveis altos de desemprego estrutural, é possível ao capital operar em escala a desvalorização da força de trabalho, através da redução salarial, aliada à articulação daquelas novas formas precárias de contratação acima citadas.

³⁹ Aqui como na aceção inicial de Marx & Engels (1989), no sentido de falsa consciência; expressão falseada do real.

⁴⁰ Como a opção de construir uma nova sociedade não está mais no horizonte, oferece-se a inserção crescente do país na lógica atual do sistema, e esta é a apresentada sequer como a mais viável, mas como a única existente. Da mesma forma, acerca da “pobreza”, a recorrência é àquilo que esta ideologia propugna: apelo à solidariedade; imperativos morais; focalização na assistência aos extremamente pobres; paternalismo; humanismo abstrato.

⁴¹ Reconheço que a expressão “classe que vive do trabalho” é objeto de polêmicas, até porque caberia argumentar que quem vive *do* trabalho – só que do trabalho alheio – é o capital e não os trabalhadores, que na verdade vivem *para* o trabalho, como nos diz a bela canção dos Paralamas do Sucesso, Capitão da Indústria: “ (...) Eu não tenho tempo de ter/O tempo livre de ser/De nada ter que fazer/É quando eu me encontro perdido/Nas coisas que eu criei/Ah, eu acordo pra trabalhar/Eu durmo pra trabalhar/Eu corro pra trabalhar”. Contudo, mantenho o uso da expressão, porque entendo que o autor quis designar, embora com certa impropriedade, aqueles que só dispõem de sua força de trabalho como mercadoria a partir da qual tem que obter os meios de vida e/ou subsistência.

Um estudioso sintetiza o que considera uma eversão da estrutura de classes da sociedade burguesa e sua crescente complexificação, destacando quatro aspectos: as transformações na classe operária tradicional, com crescente diferenciação, divisão, cortes e recomposições, além de perder grandeza estatística; acentuada tendência ao assalariamento; a ausência de um universo comum de valores e práticas; e a pulverização em vários novos movimentos sociais, porém carentes de politização e universalização das questões que levantam (Antunes, 1995).

Outros aspectos que merecem destaque, e que se relacionam à perda de grandeza estatística e à crescente diferenciação de classe diz respeito à subproletarização, que “segundo alguns autores chega a 40, às vezes a 50 % da força de trabalho de vários países⁴²”; ao aumento proporcional do assalariamento no setor de serviços⁴³; à entrada massiva das mulheres nos mercados e processos de trabalho, que se relaciona diretamente ao reaparecimento daquelas formas arcaicas de contratação, como o trabalho doméstico e familiar, além da complexa situação de jovens e velhos e dos chamados *segmentos desprotegidos*⁴⁴.

A par desta configuração da *classe-que-vive-do-trabalho*, é possível ao capital deitar terra sobre o fetiche do trabalhador autônomo, enriquecido culturalmente, participe das decisões e parceiro nas respostas qualificadas a um mercado consumidor crescentemente exigente, pelo qual ele agora também é responsável, senão o principal responsável. Cabe também o regresso cada vez mais ofensivo das explicações que culpabilizam os indivíduos pelo potencial fracasso diante das enormes possibilidades dessa nova etapa em

⁴² “Trata-se daquele conjunto de segmentos que compreende essa nova classe trabalhadora, que eu chamo de subproletariado e que Gorz, equivocadamente, chamou de não-classe-dos-não-trabalhadores” (Antunes, 1996).

⁴³ Na argumentação de Harvey (2005), dá-se uma explicação para a relevância, no período, do crescimento do emprego em serviços, que já era anterior à fase de crise, como analisou Mandel, mas que ganha destaque devido à rápida contração do emprego industrial depois de 1972. O aumento do emprego nos serviços se deu mais nas áreas de assistência, nas finanças, nos seguros e no setor de imóveis, bem como em outros segmentos como saúde e educação. Segundo ele, “pode-se atribuir parte da expansão (...) ao crescimento da subcontratação e da consultoria (...). Também pode ser (...) que a necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo tenha provocado uma mudança de ênfase da produção de bens (...) para a produção de eventos (como espetáculos, que tem um tempo de giro quase espontâneo)” (p. 149).

⁴⁴ “Tais segmentos compreendem universos heterogêneos, desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados (...), até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (...) que, situados nas bordas da “sociedade oficial”, se vêem e são vistos como uma “não-sociedade” ou uma “contra-sociedade” – e assim interatuam com a ordem” (Netto, 1996b, p. 96).

que o trabalhador encontra à sua disposição uma sociedade globalizada, altamente “moderna”, na qual ele pode interagir com todo o mundo sem sair da frente da tela do computador. Por isso ganham destaque as ações em torno da qualificação profissional, cujo fundamento ideológico é a presença ou ausência de condições de *empregabilidade* neste ou naquele trabalhador tomado isoladamente.

Em tempos como este, para além de modernos, não se fala mais sequer em capitalismo, ou capitalistas. Eles nem têm mais cara. O que existe é o **mercado**, ente natural que tudo sabe e tudo pode, cenário da liberdade; os **governos**, sobre os quais pode recair alguma responsabilidade, inclusive porque gastam muito e mal e assim expõem a população a problemas com os serviços públicos que não funcionam; e o **povo**, as *pessoas*, essa massa amorfa, indiferenciada, que por um lado é tudo – representa uma identidade nacional, uma cultura, ao qual acenam as benesses da sociedade com suas possibilidades infinitas de consumo, mas por outro lado, se não cabe nos lugares de destaque ou de sobrevivência mais ou menos digna que aí existem, torna-se sobranete, incapaz, empecilho ao desenvolvimento humano.

Para estes a resposta pode e deve ser ou a violência, inclusive do Estado, via aparatos repressivos, mas tolera-se bem a violência privada e até marginal, como são exemplo os grupos de extermínio e as milícias urbanas, hoje tão atuantes em nosso país; ou a caridade e a benevolência, a filantropia do voluntariado, pelas quais todos os “abençoados” desta sociedade supostamente livre, igualitária e justa devem se responsabilizar.

Levanto aqui alguns aspectos de uma ideologia que repõe a *moralização conservadora* como forma de explicar a vida em sociedade e as mazelas postas pela ordem do capital como se fosse expressão de naturais diferenças próprias aos seres humanos e inelimináveis da vida em sociedade. Repõem-se as teorias que confundem, deliberadamente, desigualdade e diferença, e justificam aquela em virtude desta.

É flagrante este tipo de interpretação, que se transforma em justificativa para a política econômica e as ações de caráter assistencial, notadamente voltadas para atender a extrema pobreza, seja no discurso seja nas ações do atual Governo Federal brasileiro. Com base em aspectos desta ideologia, interligados a uma característica diferenciada, pois se trata de um

Governo cuja figura central é um representante político surgido no seio da classe trabalhadora, é que foi construída a viabilidade da manutenção do mesmo estreito neoliberalismo que marcou as gestões FHC, só que com uma nova máscara que lhe confere uma feição “social”.

Está nos alicerces dos fundamentos da reestruturação produtiva esse objetivo de fraturar a consciência de classe e consolidar a hegemonia burguesa neoliberal, pois a flexibilização busca a adesão dos trabalhadores ao projeto do capital, através do envolvimento manipulatório (Antunes, 1995). Analisando a funcionalidade dos processos de reestruturação produtiva na contemporaneidade, Mota (op. Cit.) nos diz que

“as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação – seja em termos de ajuste, seja em termos de reestruturação industrial – exigem a recriação de *novas formas de domínio sobre o trabalho através de uma verdadeira reforma intelectual e moral*, visando outra cultura do trabalho e outra forma de racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital” (MOTA, 1995, p. 4) (grifos nossos).

Busca-se uma outra sociabilidade, na qual os **valores tradicionais** tornam-se peças chaves e a cultura assume papel fundamental, procurando legitimar as “novas formas de subordinação do trabalho”, ao passo que fratura e neutraliza “as expressões da tradição conflitiva que sempre permeou a relação patrões e empregados”⁴⁵ (Mota, op. Cit. p. 5).

Este patamar de análise vai possibilitar à autora a compreensão da crise atual como um período particular de questionamento e de luta pela hegemonia e pelo poder, portanto, de construção e consolidação de um novo patamar ideológico e o processo de reestruturação produtiva como uma

⁴⁵ Teço aqui apenas algumas indicações de como a resposta do capital a sua crise estrutural via reestruturação produtiva interfere na formação de um compósito ideológico que irá aparecer na forma de teorias explicativas da realidade cujo amálgama será buscado no conservadorismo e num de seus fios condutores, que é a moralização das relações sociais. Este é um dos suportes condutores da ideologia burguesa conservadora assumida veladamente, porém de forma bastante clara, pelo Governo Federal brasileiro, especificamente nas suas explicações, propostas e ações em torno do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”.

mediação para a reorganização dos mecanismos sócio-políticos, jurídicos e institucionais que tornem possível restaurar a lógica da acumulação.

Para Braga (1997) a reestruturação produtiva estabelece dois movimentos: a *passivização do Estado* e a *passivização do trabalho*. Referindo-se ao segundo movimento - **a passivização do trabalho** – o autor assegura que ele arranca da reestruturação produtiva, calcada no desenvolvimento de novas formas de produção de mercadorias que usam a ciência como primeira força produtiva, e cujo alimento – a força de trabalho produtora de mais-valia – será buscado pela reposição das leis de circulação simples de mercadoria, a saber: a subcontratação do trabalho vivo (Teixeira, 1996).

Neste verdadeiro movimento de retorno, o trabalho, em sua identidade e diferenciação de classe, é inteiramente desqualificado. Ele (o trabalho) agora virou *parceiro* do capital, mais um comerciante a trocar no livre mercado os seus produtos⁴⁶. Nas palavras de TEIXEIRA (1996)

“O trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor de capacidade de trabalho; não entra mais no mercado de mãos vazias, mas, sim, traz uma mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação. Por conta disso, apagam-se todas as diferenças entre os parceiros da troca, que passam a se reconhecer apenas como comerciantes. (...) [O - NSA] trabalhador e o capitalista se encontram e se separam, no mercado; se confrontam como simples comerciantes, e não mais na condição de representantes de interesses antagônicos” (p. 73).

E esta lapidar afirmação é tanto mais preocupante quando relacionada à crise ideológica que afeta a identidade e organização de classe dos trabalhadores, caucionada nos meandros e nos reflexos da crise terminal do

⁴⁶ Quando este trabalhador não vira um “autônomo”, parceiro do grande capital, dele vai se exigir no chão da fábrica um nível de qualificação que antes lhe foi negado mas que agora, sob a nova roupagem de uma qualificação profissional para o capital, para sua estratégia de formação de consensos ainda no espaço fabril, torna-se exigência. Assim se refere à questão Kameyama: “A qualificação da força de trabalho, além de enfatizar a qualificação técnica, busca a participação e o envolvimento dos trabalhadores através da mobilização das subjetividades para obter o consentimento passivo na construção de um consenso” (Kameyama, 1998, p. 9).

“socialismo real”, além do desmoronamento da esquerda tradicional, sindical e partidária, no momento amplamente subordinada à ordem do capital (Antunes, 1995). Veja-se, portanto, que a reestruturação produtiva não se configura somente (e já seria muito) em um movimento de flexibilização das bases da produção material do trabalho, mas implica uma “restauração” (expressão devida a Braga) também, das bases políticas e ideológicas que dão legitimidade a esse processo. Ou seja, implica um verdadeiro movimento de restauração ofensiva do capital.

E neste sentido Dias (1997) assegura: “*O momento atual é o da **passivização da ordem**: a expansão do capital requer e exige a recusa à plena cidadania, ainda que formal. Trata-se da quebra dos direitos sociais como base da acumulação e da velha/nova cidadania burguesa*” (p. 15). Trata-se de uma forma atual de subsunção real do trabalho ao capital. Ora, coesão e ordem interessam, nesta sociedade regida pela lógica de exploração de classe, ao capital⁴⁷, e seus resultados não podem dar em menos do que **processos regressivos**, onde os patamares de direitos e conquistas sociais são e devem ser questionados, solapados e até destruídos no sentido de repor a dominância da lógica da lucratividade. E esta tarefa é impensável sem a orquestração do arcabouço político-institucional.

Ao Estado, portanto são delimitados novos papéis, que respondam aos auspícios da acumulação flexível e que complementem a estratégia ofensiva do capital na terceira etapa do imperialismo. Vejamos alguns aspectos desta nova funcionalidade do Estado ao capital, que já se estende também desde os anos 70.

⁴⁷ Por essa justa razão os movimentos sociais de caráter progressista devem ficar atentos à falácia de muitas organizações contemporâneas que articulam lutas pela “paz”. Óbvio que o crescimento da violência nos grandes centros urbanos, mas não só neles, interfere na vida de grande parte da população e preocupa a todos, inclusive afetando muito mais as camadas populares, os mais pobres e miseráveis, daí sua clara expressão de classe. Mas caminhadas e abraços clamando pela paz, nos moldes que vêm sendo propostos por ONG’s e determinadas frações dos movimentos sociais e populares, significam a aceitação do lugar que cabe aos subalternizados na sociedade do capital, só podendo ter um caráter de subserviência que fratura ainda mais as possibilidades de se pensar um novo patamar conflitivo e contestador para os movimentos sociais e para a luta de classes.

2 – A ofensiva do ajuste neoliberal

Durante o período de vigência da “onda longa expansiva” que teve lugar entre os anos 45-75, como vimos, a organização da sociedade capitalista postulou novos papéis ao Estado. Transferiu-se para ele, no sentido de desonerar a acumulação capitalista, parte da conservação da força de trabalho⁴⁸ ameaçada pela superexploração, através da assunção de um conjunto de direitos e garantias sociais. A partir de então se consolidaram sistemas mais ou menos complexos de seguridade social, de assistência, de saúde e educação, além de habitação e outros, como seguro desemprego, que dão forma às políticas sociais do capitalismo tardio.

E mais, ao Estado refuncionalizado coube também posições econômicas desde dentro do sistema, passando a atuar como empresários em áreas essenciais para a garantia do ciclo de giro do capital, como transportes, energia, matérias-primas fundamentais, etc., operando para contribuir na preservação e no aumento da taxa de lucro dos monopólios. Completa o quadro de funções dirigidas aos Estados nacionais o papel regulador da macroeconomia, cabendo-lhes implantar uma política cambial e monetária capaz de induzir o desenvolvimento industrial no seio de um sistema financeiro internacional ele mesmo controlado por acordos e instituições supranacionais, no caso sob hegemonia norte-americana (Netto, 1992).

Assim se conformou os chamados *Welfare State*, particularmente na experiência européia. Porém, com a ascensão da crise, o capital investe numa verdadeira cruzada contra os mecanismos de base keynesiana que haviam sido a ele tão úteis e segue na defesa intransigente de um programa de ajustes que passou a ser conhecido como **neoliberalismo**. Este programa consubstancia-se, para Anderson (1995), como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social⁴⁹.

⁴⁸ Pela elaboração realizada por Netto (1992), “no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é função estatal de primeira ordem (...)” (p. 22).

⁴⁹ Para Perry Anderson, o texto de origem do neoliberalismo é “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, datado de 1944. Ali o autor identifica a intervenção estatal como um ataque à liberdade, chegando a compará-la ao fascismo. Defendia a desigualdade como um valor positivo. Foi uma obra e uma programática que não repercutiu na época, mas a crise e a recessão capitalista que marca o esgotamento o Estado de Bem Estar Social tiraram esta teoria do ostracismo e a fizeram alçar vôo.

Os ideólogos do capital passam a explicar a crise do sistema a partir de dois suportes: o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário; e a ação reguladora do Estado, que vinha tolhendo as capacidades expansivas intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo. A receita neoliberal postula a quebra da ação reguladora do Estado, para tornar a liberdade de mercado o novo baluarte do crescimento econômico e da virtuosidade do capital. Não dá pra resistir a um sorriso de ironia, já que esta tese já fora testada antes, nos velhos e nada saudosos, tempos do *laissez faire*.

No entanto, os tempos são outros. As propostas oriundas dos organismos financeiros internacionais (principalmente FMI e Banco Mundial), agora refuncionalizados, procuram quebrar uma regulação que, até certo ponto, significava os limites democráticos que a classe trabalhadora pode impor, através da luta de classes, à lógica de lucratividade desenfreada do capital. Por isso, a briga antiestatista que se assiste, que já foi inclusive chamada de “satanização do Estado”, é talvez a expressão mais clara, dentre os mecanismos de resposta do capital à crise, de seus caracteres regressivos.

A satanização do Estado serve para legitimar as ações de ajuste que procuram repor o mercado como mecanismo insuperável, e impor sua liberdade de movimentação sem restrições sóciopolíticas, assegurando que, por esta via, seria possível o retorno do crescimento econômico. Postula-se, para tanto, um conjunto de “reformas” aos Estados, considerados inchados, ineficazes e ineficientes; e propõe-se, como tábula de salvação para sua crise fiscal, um formato “mínimo”. Esclareço, a minimização proposta se refere basicamente ao corte dos gastos sociais dos Estados, aqueles que respondem pelas políticas sociais, pois *“apesar de todo esse antiestatismo, os neoliberais querem um estado forte, capaz de garantir um marco legal adequado para se criarem as condições propícias à expansão do mercado”*⁵⁰ (LAURELL, 2002, p. 162).

Sua política social passa então a ser direcionada para um mínimo de “direitos”, os quais terminam se confundindo, em nível estrito, com aqueles

⁵⁰ “É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*. Precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (Netto & Braz, 2006, p. 227) (Grifos dos autores).

aceitáveis e reconhecíveis no velho liberalismo. Os Estados devem ser desmantelados em sua capacidade de taxar o capital; devem desfazer-se de suas instituições reguladoras e reduzir-se a interferir nas necessidades básicas da sociedade. Estas seriam: saúde, educação, segurança. Também uma intervenção junto a idosos, crianças, pessoas com deficiências físicas e mentais seria aceitável enquanto política social no neoliberalismo.

Nesse espectro, as políticas neoliberais assumem também a finalidade de "*atingir o poder dos sindicatos, tornar possível a ampliação da taxa "natural" de desemprego, implantar uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre as altas rendas e favoreça a elevação das taxas de juros, preservando os rendimentos do capital financeiro*" (IAMAMOTO, 1998, p. 34).

É claro que este receituário é dirigido de forma mais radical aos países de capitalismo periférico, pois os países centrais não lograram êxito em desmantelar, como gostaria o grande capital, mais profundamente seus Estados de Bem-Estar social. A função precípua do Estado, hoje, passa a ser a de proteção, de qualquer interferência, da lucratividade do capital financeiro, especialmente, em tempos de mundialização financeira da economia, da qual falaremos na seqüência. Respondendo a essa prerrogativa, o Estado, como sempre funcional ao sistema do capital, engendra o processo de "reformas", ou "contra-reformas" (dado seu caráter regressivo), desfazendo-se de boa parte de seu poder de investir diretamente na esfera da produção, pois lhe cabe agora implementar políticas macroeconômicas que beneficiem o capital especulativo - como a política monetária e de juros.

Conforme esclarece Atílio Borón (1996), ao perder o poder de taxar devidamente a iniciativa privada e de "interferir" na política econômica, o Estado torna-se incapaz de prover as necessidades sociais da população⁵¹, pois mergulha verdadeiramente numa crise fiscal. Ou seja, principalmente nos países de capitalismo periférico, os governos, ao adotarem tal doutrina, afastam-se cada vez mais da capacidade de prestar, através das políticas sociais, o mínimo de serviços à maioria da população⁵².

⁵¹ Atílio Borón. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal" In: Pós-neoliberalismo.

⁵² Idem, ibidem.

Também o Estado deve regredir do conjunto de ações de regulação e controle da economia, seja abdicando de seu planejamento e orientação⁵³, seja abrindo mão do controle de empresas e serviços que até então estavam sob sua responsabilidade. NETTO & BRAZ (2006) esclarecem

“(…) trata-se do **processo de privatização**, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros)”.
(p. 228) (Grifos dos autores).

Estamos diante, e isso é claro como água, de um processo sócio-histórico de *natureza política* enraizado em outro, de *dimensão estrutural*, em que ambos somente podem ser entendidos em sua imbricação recíproca, como partes integrantes de um todo articulado que compõe as respostas do capital à crise e sua procura de restabelecimento do princípio de valorização do valor. A ideologia e a prática política neoliberal complementam os processos de reestruturação produtiva no emaranhado complexo das iniciativas e da ofensiva do capital na luta para restabelecer, em novos patamares, sua dominação de classe, tanto econômica como política. Por esta via, o neoliberalismo pode ser visto como síntese política dessa reação histórica contemporânea (Alves, 1996, p, 121-122).

Muitas das áreas que antes eram de domínio público e que tinham sido relegadas pelo grande capital passam hoje a fazer parte dos novos nichos de lucratividade que devem ser abarcados. Esse é o caso muito particular dos **serviços**, que na idade dos monopólios assume uma configuração tão importante quanto complexa. A experiência das privatizações de muitos dos serviços públicos, como os de energia, transporte, telefonia, são um forte exemplo de como o capital, nesta terceira fase da etapa imperialista, através da

⁵³ “Sob esse ponto de vista, a solução da crise consiste em reconstruir o mercado, a competição e o individualismo. Isso significa (...) eliminar [parte da - NSA] intervenção do Estado na economia, tanto nas funções de planejamento e condução como enquanto agente econômico direto, através da privatização e desregulamentação da atividade produtiva” (Laurell, 2002, p. 162).

ideologia neoliberal de minimização das funções estatais para o social, logrou enveredar por novos espaços à procura de retomar a lucratividade posta em cheque na crise que eclodiu em meados dos anos 70.

Essas ações fazem parte de um conjunto de estratégias indispensáveis ao projeto de “restauração” engendrado pelo capital, do qual falamos atrás, que necessita organizar a nova divisão internacional do trabalho, impondo com isso às sociedades de capitalismo periférico formas mais atrasadas de produção (a produção manufatureira de bens, por exemplo) e de consumo da força de trabalho⁵⁴ e aos carros chefes do imperialismo novos patamares de disputa na concorrência intermonopolista, tendo o capital financeiro à frente.

Fato é que todas estas mutações trazem consigo uma crise real do *Welfare State* (onde ele existiu), atingindo tanto os países centrais quanto os periféricos, como é o caso dos países da América Latina e seus Estados intervencionistas. Esta crise que afeta a esfera estatal vai atingir diretamente as políticas públicas, principalmente as de corte social e assistencial, como aludido acima. Uma citação mais longa me ajuda a esclarecer:

“No campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado e que as suas fontes “naturais” são a família, a comunidade e os serviços privados. Por isso, o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir (...). Propõem uma política de beneficência pública ou assistencialista com um forte grau de imposição governamental sobre que programas instrumentar e quem incluir, para evitar que se gerem “direitos”. (...) Rechaça-se o conceito de direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal. Portanto, o neoliberalismo

⁵⁴ Com esta afirmação não pretendo minimizar os reflexos da reestruturação produtiva e das transformações no mundo do trabalho para os países centrais. Apenas estamos considerando que as particularidades brasileiras e de outros países ditos periféricos superdimensionam os produtos nefastos deste processo. E ainda, consideramos que a estes países é imposta uma conta extremamente alta desta crise mundial.

opõe-se radicalmente à universalização, igualdade e gratuidade dos serviços sociais” (LAURELL, 2002, p. 163).

Conclui-se do aludido que, se o alvo maior da ideologia e do programa neoliberal é quebrar a resistência da classe trabalhadora e qualquer perspectiva de superação da ordem do capital, descaracterizando completamente não só o projeto socialista como a experiência do modelo social-democrático de produção, o que inclui transformar, no plano teórico, “o keynesianismo na besta-fera do neoliberalismo” (Netto, 1995), torna-se também necessário e imperativo, quando se observa o plano social e político-institucional, colocar “(...) *em questão o conjunto daquilo que o já citado Marshall arrolou como direitos sociais e as funções reguladoras macroscópicas do Estado*” (NETTO, op. Cit, p. 78).

Observando os planos ideológicos e culturais, percebe-se que o neoliberalismo opõe-se bruscamente “à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade* civil e política para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da *necessidade* e do *risco*” (NUNES, apud NETTO, 1995, p. 78) (grifos da autora).

Nesta nova forma de organizar a sociedade e nesta nova angulação da lei geral da acumulação capitalista, o Estado é, como estamos demonstrando, redimensionado, e o tratamento que confere à “questão social” também se transforma. A regra é o desmonte do sistema de bem-estar social por ele sustentado no keynesianismo. Para tanto, foi preciso tornar os Estados incapazes, pela crise fiscal, de dar respostas aos problemas sociais, enquanto eles crescem, particularmente o desemprego. Em sintonia, foi imperativo tornar os Estados incapazes, também, de taxar os capitais.

É o Estado mínimo, atomizado, no que se refere à regulação do trabalho e o Estado escancarado, desavergonhado, no que se refere à movimentação irresponsável e socialmente nefasta da massa de capitais financeiros. Para servir aos desígnios deste capital, que supõe baixa inflação, altas taxas de juros e câmbio flutuante, o Estado neoliberal complementa a

ofensiva, ao diminuir os ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho.

Nessa tessitura, o enfrentamento da “questão social” é deslocado mais uma vez, só que de outra forma, da esfera pública para a esfera privada, porque é disso que se trata. A ideologia neoliberal supõe que o Estado máximo para o capital, agora, deve ser mínimo para o social. Para ele, a única sociabilidade possível, sua forma natural, é a do mercado, ainda que a liberdade daí irradiada leve à ampliação do desemprego, da recessão, da fome (Dias, 1997).

Nos países de capitalismo central, ora veja, reaparece a “questão social”, que muitos, especialmente a social-democracia, davam como finda. O desemprego e a proletarização das classes médias tornam-se outra vez fenômenos de preocupação para o primeiro mundo. No quintal do capitalismo, antes terceiro mundo e agora países em desenvolvimento ou ainda “países do Sul”, os programas de ajuste neoliberal e de abertura comercial indiscriminada ao capital especulativo estrangeiro nos moldes da mal chamada globalização, da qual trataremos em seguida como mundialização financeira, impõe também a ampliação das mazelas da exploração do trabalho e da concentração da renda, somando-se novos focos de pobreza e nichos de miséria àqueles que sempre existiram nestas latitudes.

Em vista de todo o dito, tornam-se centrais no debate sobre as conseqüências do neoliberalismo as possibilidades de convivência desta “nova ordem” com a **democracia**. Atílio Borón (1996) é um dos críticos da ideologia neoliberal que levanta essa preocupação, posto que este autor entende o avanço das idéias neoliberais como incompatível com a ordem democrática. No passado, mesmo não sendo projeto para a classe trabalhadora, a saída encontrada através do pacto fundado no *Welfare State* transformou-se em ganhos reais para esta classe, pois o momento histórico e a organização política a favorecia no embate de forças entre o capital e o trabalho.

Contudo, na conjuntura atual, o avanço direitista/conservador traça um panorama desfavorável. O crescimento do desemprego, a miserabilidade de grandes camadas da população e o refluxo das organizações de classe desenha um quadro não muito animador. Um analista sustenta:

“Por “baixo”, isso se expressa muito claramente no ressurgimento de fortes tensões e movimentos de cunho racista e chauvinista na Europa – um desenvolvimento que preocupa o mundo todo. E por “cima” ela [a viragem política NSA] se materializa na adoção de medidas cada vez mais restritivas da democracia representativa e do pluralismo democrático” (FERNANDES, 1996, p. 56).

Ora, quando Borón e Fernandes levantavam essas preocupações, há mais de uma década, essas estratégias do capital completavam quase vinte anos e seus efeitos já eram catastróficos. No mesmo sentido postulava HUSSON (apud Behring, 2003), quando sintetizou que com a mundialização deu-se

“uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas. Neste sentido, (...) abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo em nome: da participação nos processos eleitorais, os quais se convertem (...) em um mecanismo plebiscitário de legitimação do sistema; do reforço do poder executivo (...); do freio ao desenvolvimento de uma sociedade civil capaz de interferir e controlar os processos decisórios; da animação, em contrapartida, de um “associativismo *light*” e bem comportado, que tem a função de amenizar as seqüelas da dura política econômica (p. 60).

O capital, utilizando dos mecanismos da reestruturação produtiva, do ajuste neoliberal e da financeirização, apesar da retórica modernista (ou pós-modernista) e democrática, repôs, no final do século XX e início do XXI, uma realidade social de insegurança, de angústia, de falta de sentido para a vida de uma parcela cada vez maior da população do globo, pondo também em suspense tanto as conquistas democráticas como qualquer possibilidade de ampliação e melhoria das suas condições de vida, pondo em cheque, com isso,

sua própria credibilidade como sistema. Mas, como diz Harvey (op. Cit.) em tempos de insegurança somada ao vazio ideológico, “o desejo de valores estáveis faz surgir uma ênfase intensificada na autoridade das instituições básicas – a família, a religião, o Estado” (p, 161), em detrimento da crítica à exploração e toda configuração nefasta e selvagem da organização societal capitalista madura.

Por isso, mesmo com este sentimento de que tudo está errado dominando o grosso da população e mesmo o capital não tendo logrado grandes êxitos econômicos com as estratégias barbarizantes que impôs, parecia e parece ter consolidado um grau de hegemonia sem precedentes em sua história, fundado no vazio político que se instaurou sobre os movimentos sociais e democráticos, esfacelados e fragmentados, muitos dos quais imersos na ilusão de lutas chamadas minoritárias, sem estabelecer qualquer relação destas com a dinâmica mais geral da produção e reprodução da sociedade capitalista madura.

O que é certo é que, no âmbito econômico, nem em 96 nem hoje, início de 2008, o capitalismo logrou recuperar taxas altas e estáveis de crescimento, embora tenha conseguido restabelecer a taxa de lucro, mais baseada no que retirou do trabalho e numa trilha gigantesca de capital fictício do que nas capacidades de crescimento do sistema. Isso porque os lucros recuperados estão sendo dirigidos para a esfera da especulação financeira, num movimento prenhe de complexidade que faz crer a muitos que o capital finalmente descobriu a fórmula mágica de fazer mais dinheiro sem passar pelos percalços e toda a chateação, incertezas e possível desilusão do processo de produção propriamente dito.

Mergulhado numa onda longa recessiva que já ultrapassou a idade balzaquiana e se aproxima da idade da loba, suas capacidades progressistas são postas em questão. Teríamos chegado ao momento da irreversibilidade dos seus mecanismos regressivos? Parece que Mészáros (apud Netto, 1995) está entre aqueles que encontram nas expressões do capitalismo contemporâneo certos *limites estruturais*⁵⁵, mesmo não concluindo deles o

⁵⁵ Resenhando as idéias de Mészáros em “Para além do Capital”, Lessa (2000) destaca também que o autor não deixa dúvidas acerca dos limites últimos e absolutos inerentes ao capital, que ele conceitua como “forma de controle do metabolismo social”. Observe-se a síntese elaborada por Lessa: “Existiriam

colapso imediato do capitalismo. Mandel (1990) também não enxergava, em sua análise da crise contemporânea do capital, francas capacidades de recuperação. Para ele, a deterioração da economia capitalista que já vinha das recessões de 74/75 e 80/82 poderia estender-se por vários anos e passar por fases sucessivas de recessão e estagnação. Tudo isso o levou a crer que “*uma retomada expansiva, profunda e ampla dessa economia nos anos vindouros [estava - NSA] totalmente excluída*” (p. 329).

Como recorda Lessa (2000), o que está por trás dessas argumentações

“é a velha (e boa) concepção marxiana segundo a qual a tendência do capital à expansão nada mais é, ao fim e ao cabo, que a tendência à expansão de riqueza humana alienada, - e, nesse sentido, é uma tendência à expansão, intensiva e extensiva, da destrutividade das relações sociais. Ao ampliarem suas forças produtivas sob a regência do capital, os homens terminam por ampliar também sua desumanidade, o que se expressa concentradamente, hoje, na ampliação de suas capacidades de autodestruição” (p. 3).

No tocante às capacidades de recuperação do crescimento econômico, todos os dados indicam que Mandel (op. Cit.) tinha razão. Embora a mídia seja totalmente incapaz de colocar sequer de maneira superficial o problema, não se encontram dados disponíveis que corroborem a tese da grande vitória do capital com base na recuperação de seu crescimento. Todavia, o incremento e a transformação das estratégias financeiras de busca da lucratividade parecem estar dando ao capital um maior fôlego, ainda que esteja, conjuntamente, significando o empobrecimento geral da classe trabalhadora em todo o mundo e o rebaixamento de muitos países e regiões do

limites absolutos à expansão do capital, contudo, esses limites nem podem ser prefigurados antecipadamente, nem impõem uma alternativa única. Na ausência de um sujeito revolucionário historicamente operante, até mesmo uma crise estrutural causada pela aproximação aos “limites absolutos” do sistema pode conduzir, não à superação, mas sim a reajustamentos e deslocamentos das contradições de modo a, com custos sociais cada vez mais altos – no limite, com a própria eliminação de parte da humanidade –, garantir a sobrevivência do capital enquanto momento predominante do metabolismo social” (p. 2).

globo a situações de penúria impensáveis quando se tem em conta o desenvolvimento atual das forças produtivas.

É desta estratégia global, articulando seus aspectos mais característicos com base nos debates mais atuais, que passo a tratar em seguida.

3 – A mundialização financeira como ofensiva do capital

Deixei por último para tratar da mundialização financeira da economia capitalista pela razão inversa de sua importância na articulação complexa das estratégias ofensivas de saída da crise do capital e de retomada da lucratividade. Assumo o termo mundialização, em detrimento do conceito de globalização, porque, como assegurou Chesnais (1996), este é utilizado como um embuste ideológico para mascarar a nova configuração do capitalismo mundial e os mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação.

Tomo como suposto da argumentação que farei aqui, uma afirmação de Harvey (2005). Ele diz que, se pretendemos encontrar algo verdadeiramente peculiar na situação atual do capitalismo **“deveremos concentrar nosso olhar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito”** (p. 184). E mais, se nos perguntamos pelas possibilidades de estabilização da ordem capitalista, *“é nos domínios das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial que é mais fácil encontrar elementos”* (idem) para respostas.

Tendo como suporte aquelas afirmações e as digressões de Chesnais (1996, 2005), observa-se que uma das características centrais da atual configuração da economia capitalista é o aparentemente incontrolável poder das finanças, ou do capital portador de juros⁵⁶. Essa hipertrofia da esfera financeira tornou-se possível por causa da derrubada do sistema de Bretton Woods (padrão ouro-dólar) e seu regime de câmbio fixo e de relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimos às

⁵⁶ No livro “A finança mundializada”, os tradutores explicam que, por orientação de Chesnais, o termo “capital de placement” foi traduzido como “capital portador de juros” porque ele significa mais precisamente uma combinação do capital portador de juros, como é definido em Marx, com o capital fictício, e em seu comportamento predomina o aspecto especulativo e rentista. Ver nota de rodapé à página 28 do livro de referência.

necessidades do investimento industrial (Chesnais, 1996, p. 250), advindas do pós-guerra.

Em vista do advento da crise, o capitalismo tardio investe na implantação de um conjunto de medidas, ainda nos anos 70, oriundas do Reino Unido e do governo norte-americano, para criar um sistema contemporâneo de finanças liberalizadas e mundializadas, a partir do qual questiona a tradicional função dos bancos no ambiente financeiro e repassa a dominação deste para os mercados e novos sistemas financeiros criados para aí atuar (*idem*, p. 258).

Porém, devemos nos perguntar: de onde advém essa massa de capitais que passam a atuar na esfera financeira agora liberalizada e dinamizada? Chesnais (2005) destaca que a **origem** deste capital portador de juros está na centralização dos lucros não reinvestidos das empresas, e na centralização das rendas não consumidas pelas famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, que formaram o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão.

Esta centralização foi realizada por instituições especializadas cujas estratégias estão inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, dentre as quais se destacam os *fundos de pensão*, os *fundos mútuos*, as *companhias de seguros*, e os *bancos que administram sociedades de investimentos* (p. 36). Mas seria impensável e estaria fadada ao fracasso, essa estratégia, sem a decisão dos Estados nacionais mais poderosos de “liberar o movimento dos capitais e desregulamentar e desbloquear seus sistemas financeiros” (p. 35).

Esse desenvolvimento sem precedentes do setor financeiro é fruto de um processo de média duração que, segundo CHESNAIS (2005), percorreu as seguintes fases:

- 1) **de recomeço**, tendo os EUA dos anos 50 e a Europa dos anos 60 como cenário. Os estoques financeiros aparecem como subproduto da acumulação industrial do período da idade de ouro, a partir do qual foi criada uma base de operação para o capital portador de juros, com o nascimento do chamado “mercado de eurodólares”, sediado em Londres e onde se concentraram lucros não investidos na produção e não repatriados pelas firmas

- internacionais. A partir da crise nos anos 70, acelera-se o afluxo de recursos para este mercado financeiro;
- 2) **de reciclagem dos petrodólares**, que se trata das grandes somas advindas do aumento do petróleo que são aplicadas também em Londres e depois recicladas na forma de empréstimos aos países do Terceiro Mundo, levando ao seu endividamento e ao crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia;
 - 3) **de formação dos mercados de obrigações**⁵⁷, surgidos para atender às necessidades de governos e das grandes instituições de poupança, a partir de onde o capital portador de juros se beneficia da dívida pública dos países.

O lugar extraordinário que assumem os mercados financeiros leva um teórico como HARVEY (2005) a ver a “*flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário*” (p. 181), o que significa uma verdadeira primazia e um grau antes impensável de autonomia que foi conquistado pelo capital portador de juros⁵⁸.

Porém, sob esse comando do capital financeiro, ressurgem aquelas formas agressivas e brutais de procura pelo aumento da produtividade, como o toyotismo, do qual já nos ocupamos, que busca obter máxima intensidade do trabalho e máximo rendimento através da flexibilização da mão-de-obra e do uso da tecnologia, rearticulando formas de extração da mais-valia absoluta e

⁵⁷ Segundo Chesnais (2005), “a formação dos mercados de obrigações liberalizados respondeu (...) às necessidades de financiamento dos déficits orçamentários dos grandes países industrializados. A constituição de um mercado de obrigações completamente aberto aos investidores financeiros estrangeiros permitiu o financiamento dos déficits orçamentários pela aplicação de bônus do Tesouro e outros compromissos da dívida sobre o mercado financeiro”. Esse processo se iniciou pelos EUA e Londres, “mas, desde 1984/85 todos os outros países do G7 adotaram a nova tendência de financiamento dos déficits orçamentários pelo apelo ao mercado de obrigações e da oferta de taxas de juros reais positivas” (p. 40-41).

⁵⁸ “A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização autônomo, com características muito específicas, foi alçada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo” (Chesnais, 1996, p. 239).

da mais-valia relativa. E os Estados agem em conformidade, inserindo-se na defesa intransigente do ajuste neoliberal como único caminho para sua incursão nos meandros da mundialização financeira.

Como não poderia ser diferente, assumem papel importante nesta mundialização os grandes grupos oligopólicos⁵⁹, criando uma estrutura que põe novas clivagens entre capital produtivo e capital financeiro, tornando suas formas diversas de valorização menos claramente demarcadas e mais interpenetradas e criando também um novo patamar da concorrência intermonopolista. Desde que essas outras tantas formas de capital-dinheiro, frutificadas “sob a forma de dividendos, de juros e variedades híbridas de rendimentos se baseia, no fim das contas, no valor criado na esfera da produção de bens”, a tão decantada autonomia da esfera financeira, ou, melhor dizendo, “a “tirania dos mercados” não significa nada mais que o direito dos que centralizam esse capital dinheiro, depois de o terem criado e multiplicado, de arrogar para si uma parte desmesurada das riquezas criadas no processo de produção” (SERFATI, 1998, p. 145-146).

Na mesma direção, Chesnais (1995) esclarece que o elemento essencial a destacar é que essas multinacionais, oligopolizadas, ou seja, convivendo num ambiente de alta rivalidade e de “concorrência encarniçada”⁶⁰, se constituem como grupo fundamentalmente financeiro (p. 76), seguindo estratégias técnico-financeiras das quais se apoderam como “expressão da capacidade que o capital concentrado possui de crescer alimentando-se de um elemento rentista” (p. 82).

Em conjunto, portanto, os mecanismos de oligopolização e financeirização compõem parte da estratégia de reposicionamento da economia mundial, cuja dinâmica espacial estará centrada nos fluxos internos à chamada Tríade, composta por EUA, Japão e Europa, em detrimento dos demais países do global, aos quais caberá lugar de maior subordinação que

⁵⁹ Chesnais esclarece: “(...) o enunciado mais genérico, mas também mais frutífero, para descrever o oligopólio prende-se à interdependência entre as companhias que ele acarreta, “as companhias não reagem mais a forças impessoais provenientes do mercado, e sim, pessoal e diretamente, a suas rivais” (Pickering, 1974 apud Chesnais, 1995, p. 92).

⁶⁰ Para Harvey (2005) o reposicionamento da concorrência na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo “sugere que a tensão que sempre existiu no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico, está se manifestando de modos fundamentalmente novos” (p. 150).

aquele anteriormente ocupado no bojo da divisão internacional do trabalho e da renda.

Para Chesnais (1996), o processo de mundialização financeira possui três elementos essenciais que precisam ser observados e distinguidos: 1) a **desregulamentação** ou **liberalização** monetária e financeira (perda de controle pelos Bancos Centrais sobre o nível das taxas de juros; desregulamentação no tocante à fixação dos preços dos serviços bancários); 2) a **desintermediação**, que se trata do processo pelo qual os usuários dos serviços financeiros satisfazem suas necessidades por fora das instituições e redes tradicionais, por exemplo, nos mercados de títulos (por isso o processo é comumente chamado de *titularização* ou *securitização*; 3) a **abertura dos mercados** (tanto no tocante a barreiras internas às distintas especializações bancárias quanto relativa às barreiras que separam os mercados nacionais dos externos)⁶¹.

A articulação destes elementos não ocorre de maneira homogênea nos diversos países, mas todas as nações, desde a dominância dos processos de abertura desenfreada da economia mundial, incrementaram ações que visam esvaziar as barreiras até então impostas à livre movimentação do capital, acentuando mais um ou outro daqueles elementos. Portanto, como assevera Chesnais (op. Cit.) na mundialização financeira do capital criaram-se novos critérios de seletividade à participação dos países e camadas sociais. Áreas como África, partes da Ásia e mesmo da América Latina são postas de fora do movimento de mundialização. Por isso, "(...) uma das características essenciais da mundialização é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização: interna a cada país e internacionalmente, onde os países subordinados não mais representam interesse" (p. 37-39).

Nesse contexto, torna-se central o papel dos EUA, por sua situação privilegiada, advinda de seu poderio militar e de sua superioridade no plano do capital financeiro, já que é ele quem dita as regras do comércio e das finanças internacionais. Seu lugar especial, ou seja, sua hegemonia na hierarquia da

⁶¹ A síntese desses três elementos eu busquei no livro de Chesnais "A Mundialização do Capital". Em uma produção mais recente, o autor reorganiza os três elementos, que aparecem assim: desregulamentação ou liberalização monetária e financeira; descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais; e a desintermediação – abertura das operações de empréstimo, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor financeiro (Chesnais, 2005, p. 46).

economia mundial se baseia tanto nesses fatores financeiros (o papel mundial do dólar, por exemplo) quanto em outros de cunho diplomático e cultural (a exemplo do inglês como língua-veículo mundialmente dominante). E esta hegemonia é tanto mais espetacular quando se tem em conta que, partindo das conseqüências do novo modelo monetarista, os EUA sofreram amplamente com o decréscimo do crescimento econômico e com o aumento da dívida pública, tendo que recorrer ao mercado financeiro internacional para financiá-la. É quando se dá uma mudança importante nos fluxos do capital internacional. Segundo PLIHON(1998),

“Durante os anos 60/70, o essencial dos fluxos internacionais de capitais segue um eixo Norte-Sul, os principais países industriais (Estados Unidos, Japão, Europa) financiando, em grande parte, o déficit estrutural dos países em desenvolvimento (PED). (...) A crise da dívida de 1982/83 marca uma guinada. (...) As transferências internacionais de capitais mudam, então, de orientação, para seguir uma lógica Norte-Norte: os excedentes do Japão e da Europa financiam, doravante, o volumoso déficit dos Estados Unidos” (p. 109-110).

A partir de dois elementos pode-se distinguir melhor a nova configuração da economia mundial: o *comércio mundial* e o *IED* (Investimento Externo Direto). No tocante ao comércio exterior nota-se uma acentuada polarização, como aludido acima, com a crescente marginalização de muitos países. Sua principal marca, é, assim, a formação de zonas de comércio em torno da Tríade, por onde circulam não só o grosso da produção internacional de mercadorias, via exportações, cujo volume já ultrapassa os PIB's dos principais países desenvolvidos, mas também um manancial de capitais financeiros que por ali prioritariamente circulam.

Quanto ao IED, destaca-se que seu fluxo também está articulado à Tríade⁶², tendo se concentrado nos mecanismos de fusão/aquisições – que o

⁶² Explorando gráfico elaborado pelas Nações Unidas sobre Companhias Transnacionais, Chesnais analisa: “Ele demonstra o caráter essencialmente “intratriádico” do IED, que, ao longo da década de 80, se concentrou, em mais de 80%, dentro da área da OCDE. No mesmo período, as aquisições e fusões de

autor chama de investimento cruzado - e predominantemente na área dos serviços e não na indústria⁶³. Dentre os serviços, aparece a participação muito alta do investimento em bancos, seguros e sistemas financeiros (Chesnais, 1995). Merece destaque também a concentração dos fluxos de tecnologia e a cooperação oligopolista. A P&D está entre as despesas industriais mais concentradas no mundo, em que poucos grupos detêm a maior parte do investimento, tomam a tecnologia como uma dimensão central de sua atuação internacional e modificam, assim, sua conduta concorrencial, estabelecendo inclusive acordos e alianças de cooperação intraoligopolistas. Ora,

“num contexto de rápida mudança tecnológica, os acordos de cooperação e as alianças estratégicas são um meio que permite às empresas, minimizando riscos e mantendo a possibilidade de se descomprometerem, obter os recursos complementares e insumos tecnológicos essenciais” (CHESNAIS, op.cit., p. 144).

Tomam parte nessa estratégia de domínio internacionalizado da produção e apropriação da riqueza pela monopolização do arsenal científico e tecnológico desenvolvido, as medidas de proteção das tecnologias privadas e de impedimento de sua imitação e utilização por concorrentes. Com a ascensão da lei de patentes ao plano internacional, consolida-se mais uma etapa da estratégia de domínio draconiano dos países ricos sobre o resto do mundo⁶⁴.

Já que a espinha dorsal do movimento de mundialização financeira da economia se dá no eixo da Tríade, cabe nos perguntarmos: o que “sobra”

empresas existentes representam a modalidade predominante de investimento entre os países da OCDE” (Chesnais, 1995, p. 61).

⁶³ “Os serviços, que representavam apenas cerca de um quarto do total de IED no começo da década de 70, já respondiam por quase metade no fim dos anos 80. Em termos de fluxo, os serviços representavam, na mesma época, entre 55% e 65% do total dos fluxos anuais de investimento externo direto. O processo de internacionalização nas atividades de serviços deu-se, portanto, mais pela via do IED do que por meio das exportações” (Chesnais, 1995, p. 61).

⁶⁴ “Os grandes grupos americanos sempre deram a maior importância a essa proteção. Foram eles que impuseram no GATT, ao fim da rodada Uruguai, a adoção dos TRIP, aspectos comerciais do direito de propriedade intelectual. O tratado que fechou a negociação, em dezembro de 1993, abrange disposições importantes para organizar a harmonização de cima para baixo da proteção da propriedade intelectual. Impõe que todos os países, qualquer que seja seu nível de renda e de desenvolvimento, adotem, até o fim do século, sistemas de proteção como os vigentes nos países capitalistas avançados, a começar pelos EUA” (Chesnais, op. Cit, p. 164).

para o “resto” do mundo? Ora, se cresceu a participação dos países desenvolvidos no volume de IED, houve uma progressiva redução da participação dos ditos países em desenvolvimento⁶⁵. Como ressalta com todas as letras Chesnais (op. Cit.) e Salama & Câmara (2005), partindo do lugar que sempre lhes coube na economia mundial, os países do Terceiro Mundo, mercados emergentes ou países em desenvolvimento, para não dizer países do Sul, têm sua situação marginal no sistema metabólico do capital reforçada, “e seu papel natural como exportador de produtos primários tende a desaparecer”⁶⁶.

Em vista dessa situação, Chesnais (1995) recupera um conceito criado por L. M. Mouhoud (1993), o de “**desconexão forçada**”, para explicar a apartação que se dá dos países “em desenvolvimento”, os PED, da dinâmica mais geral da economia internacional, introduzindo um abismo entre eles⁶⁷. As leis de patentes, disseminadas e enfiadas goela abaixo aos diversos países, assim como o domínio oligopólico da tecnologia e da pesquisa, são agentes indispensáveis do processo, para os quais serve muito bem a OMC (Organização Mundial do Comércio). Todavia, há ainda que considerar uma separação entre os países mais desenvolvidos entre os em desenvolvimento, que possuem alguma margem de manobra para uma participação subalterna no esquema geral de reprodução do capital internacional financeiro e aqueles que, sob essa lógica, estão totalmente excluídos de sua dinâmica de valorização.

⁶⁵ “Se por um lado, entre 1980 e 1988 quase foi quadruplicado o volume de IED realizado no interior da tríade, por outro há um decréscimo da participação dos países em desenvolvimento na disponibilidade mundial de IED – caiu de 30,6% em 1967, para 19, 2% em 1989” (Chesnais, op. Cit, p. 65).

⁶⁶ “Tudo converge para que esses países permaneçam prisioneiros de especializações tornadas obsoletas pela evolução dos conhecimentos científicos e das tecnologias acumuladas pelos países avançados, especialmente dentro dos grandes grupos” (Chesnais, 1995, p. 221). O autor destaca também dois dos principais campos em que o desenvolvimento científico tornou obsoleta a produção primária, como a indústria química, que tem substituído matéria-prima de origem agrícola por outras industrializadas (borracha sintética em substituição à natural, fibras sintéticas no lugar do algodão e do linho). Também toma parte “a revolução no domínio dos processos da vida, nascido com a biotecnologia contemporânea (...)”, através da clonagem, que está tornando dispensável, por exemplo, o uso de açúcar em processos industriais, substituídos por um xarope obtido a partir de um processo enzimático a partir de amidos extraídos do milho (p. 222).

⁶⁷ Tenha-se o cuidado, como salienta Chesnais (op. Cit.) de não criar confusão quanto a isso. “A responsabilidade não pode ser abstratamente atribuída “à ciência e técnica”, mas a um determinado quadro de relações sociais e de relações entre países, o qual, longe de ajudar os países golpeados pelo perigo de desconexão a gerir uma transição já difícil, exige deles que paguem dívida e lhes impõe a recessão forçada pelo ajuste estrutural” (p. 222).

Em razão desta reordenação, que configura inclusive uma nova divisão internacional do trabalho e da distribuição da riqueza, deu-se, na contemporaneidade, uma recuperação do conceito de **imperialismo** (que venho utilizando largamente aqui), com o objetivo de explicar criticamente a crescente centralização de poder e riqueza no âmbito de uns poucos países ou regiões e a conseqüente subalternização e marginalização dos demais recantos do mundo à convivência com as seqüelas mais drásticas do desenvolvimento do capitalismo nesta fase de exacerbação de suas contradições estruturais.

Para Chesnais, principal autor de que temos nos utilizado na caracterização da mundialização financeira, as teorias que precedem ao estudo do IED são aquelas sobre o imperialismo, embora o autor não explore à miúdo suas conseqüências. Minha breve problematização sobre a atual etapa do imperialismo toma como base, prioritariamente, as reflexões de Harvey (2005b) em estudo recente, que supõe o aparecimento de um “novo imperialismo”.

Contudo, retomando a acepção clássica de Lênin (1985), líder político e teórico marxista que mais contribuiu para descortinar essa fase do capitalismo, temos que o imperialismo é a conformação própria do capitalismo dos monopólios. “*Tendo nascido no terreno da livre concorrência, o monopólio marca a transição para uma ordem econômica e social superior*” (p. 122). Por isso o autor cunhou a formulação do **imperialismo como fase superior do capitalismo**. Sustentando-se no objetivo de demonstrar o quadro de conjunto da economia capitalista em suas relações internacionais às vésperas da Primeira Guerra Mundial, Lênin (op. Cit.) definiu o imperialismo como

“o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas” (p. 88)⁶⁸.

⁶⁸ Segundo Lênin, são caracteres fundamentais na definição do imperialismo: 1) concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com

Conforme síntese elaborada por Netto & Braz (2006), é possível distinguir três fases na história do imperialismo: 1) a fase “*clássica*”, que segundo Mandel, vai de 1890 a 1940; 2) os “*anos dourados*”, do fim da segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta; 3) e o capitalismo *contemporâneo*, de meados dos anos 70 até os dias atuais (p. 192). Com base nela é que vimos utilizando a expressão **terceira fase ou etapa do imperialismo** ao longo de nossa argumentação. Presumimos que aquilo que Chesnais (2003) mais recentemente chamou de “regime de acumulação com dominância financeira” é parte da estratégia desta fase particular do estágio imperialista, ao que Harvey (2005c) vem chamando de “novo imperialismo”.

O geógrafo norte-americano, procurando novas respostas para o prolongamento da sobrevivência do capital apesar de suas múltiplas crises, recupera as contribuições de Lefebvre, Rosa Luxemburgo e Lênin, quando estes, ao estudarem o imperialismo, encontraram na produção e uso do espaço a resposta para a capacidade manifestada pelo capitalismo de superação de suas crises.

A argumentação central do autor é que, frente a crises de sobreacumulação, que se manifestam como excedente de capital e de força de trabalho, deve-se encontrar formas de absorção desse excedente. Esses excedentes podem ser absorvidos lançando mão de três fatores⁶⁹, incluindo estratégias de “ordenação” (rearranjos) espaço-temporais, expressão que é uma “metáfora para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica” (p. 99). Historicamente, a *expansão geográfica* e os *rearranjos espaço-temporais* são as principais opções levadas a cabo no capitalismo como meio de driblar a operação da lei do valor. Trata-se da dialética exterior-interior, da busca de

base nesse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira; 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância particular, 4) formação de uniões internacionais monopolistas que partilham o mundo entre si; 5) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas (p. 88).

⁶⁹ Seguindo a síntese de Harvey (2005c), os três fatores são: *a*) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; *b*) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho em outros lugares; ou *c*) alguma combinação de *a*) e *b*). (p. 94).

solução fora de seu habitat natural, como condição necessária ao processo de acumulação⁷⁰.

“Como a expansão geográfica com frequência envolve investimento em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, bem como em educação e pesquisa), a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferece um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo” (HARVEY, 2005c, p. 78).

Porém, como assevera o autor em questão, essas expansões e reorganizações precisam de muitos anos para recolocar em circulação esses valores. Ademais, elas ameaçam os valores já fixados nos lugares para onde se dirigem. Por outro lado, o capital fixado num lugar é empecilho à capacidade de realizar uma ordenação espacial alhures. Põe-se uma contradição ineliminável e incontornável do modo de produção capitalista. Há também a possibilidade de absorver capitais e força de trabalho excedente, sempre segundo Harvey (op. Cit.) enviando excedentes de mercadorias para outros mercados, mesmo que seja necessário lhes oferecer crédito; ou pode-se exportar capitais acompanhado da exportação de força de trabalho, o que contraditoriamente fará desenvolver os locais receptores que em pouco tempo também terão sobreacumulação⁷¹.

Na contemporaneidade, com a ascensão sem precedentes da financeirização mundial da economia como ofensiva nos meandros da crise estrutural do capital, Harvey supõe que pode estar havendo uma sobrecapacidade generalizada, desdobrada no eixo da Tríade e algumas outras configurações regionais, para cujo desfecho o capital lança mão de uma

⁷⁰ Um dos supostos básicos da tese de Harvey sobre o novo imperialismo é que há uma lógica “territorial” do poder e uma lógica “capitalista” do poder e que a relação entre elas é sempre problemática. Ele argumenta que “as práticas imperialistas, quando na lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capital (...). A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios”. Trata-se de aproveitar as assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso, e aí passa a interferir o papel essencial do Estado, a dimensão política do imperialismo (p. 35).

⁷¹ O exemplo do Japão na década de 60, a Coreia do sul, Cingapura e Taiwan mais recentemente são clássicos na passagem de receptores a exportadores de capitais (Harvey, op. Cit., p. 102).

estratégia de “**acumulação por despossessão**”. Diria respeito à substituição, ou melhor, à complementação, como opção paralela, daquelas estratégias clássicas de rearranjos espaço-temporais, que na atualidade têm se mostrado frágeis, por um imperialismo abertamente sustentado na força militar, significando “a ascensão de tentativas de acumulação mediante despossessão” (Harvey, 2005c) enquanto característica marcante das recentes formas de imperialismo⁷².

A espoliação, como se sabe, faz parte da experiência do desenvolvimento histórico do capitalismo, particularmente, mas não somente, nos processos de acumulação primitiva. Para Harvey, que recupera também Arent, essa necessidade de buscar ativos fora de si é um processo contínuo na geografia do capitalismo, hipótese que implicaria uma reavaliação geral do papel e da persistência das práticas predatórias da acumulação primitiva ou original⁷³. Contudo, por tratar-se de processo em andamento no qual interferem fatores muito distintos daqueles que ficaram no passado, Harvey substituiu o termo acumulação primitiva pelo conceito de “acumulação por despossessão”. Ele pretende, com isso, abarcar tanto a permanência e aprimoramento dos mecanismos que Marx havia enfatizado, como é o caso dos sistemas de crédito e o capital financeiro, como a criação de mecanismos inteiramente novos de acumulação por despossessão, a saber:

“A ênfase nos **direitos da propriedade intelectual** nas negociações da OMC aponta para maneiras pelas quais o *patenteamento e licenciamento de material genético (...)*”

⁷² O recente livro de Harvey (2005c) publicado pela Editora Loyola traduz o termo *dispossession* como espoliação. Portanto, lá, o leitor encontrará a expressão “acumulação por espoliação”. Aqui, assumo a tradução encontrada na Revista Margem Esquerda N.º 5 (2005b), que publicou a parte inicial de um artigo de Harvey antes publicado em inglês no site titanus.romal.infn.it/sito_pol/Global_emp/Harvey.htm. Segundo o tradutor, “entre as diversas opções apropriadas para traduzir o termo *dispossession* (desapropriação, espoliação, desapossamento, despojamento), (optou) pelo neologismo “despossessão”, o qual tenta preservar ao máximo o caráter específico dado pelo autor às recentes formas de imperialismo, ainda que elas, segundo Harvey, também remetam a certa acumulação primitiva” (p. 33, nota de rodapé número 7).

⁷³ A análise efetuada por Harvey (2005c) encontra desvantagens em alguns dos pressupostos a partir dos quais, segundo ele entende, Marx teria construído uma teoria geral da acumulação capitalista: “A desvantagem desses pressupostos é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária (...)” (p. 120).

podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, água, ar) também resultaram na **mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas**. A transformação em **mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual** envolve espoliações em larga escala (...) A **corporativização e privatização de bens até agora públicos** (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns” (HARVEY, 2005c, p. 123) (grifos meus).

Mais ainda: nessa configuração o capital não poderia prescindir do Estado para impor a nova ordem societária⁷⁴, mesmo que ela contrarie qualquer condição de avanço democrático ou de crescimento do acesso à riqueza produzida. O que a acumulação por espoliação ou por despossessão faz, segundo Harvey (2005c), para resolver o problema da sobreacumulação é *“liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”* (p. 124).

Por outro lado, o mesmo objetivo pode ser alcançado *“pela desvalorização dos ativos de capital e de força de trabalho”* (p. 124). Na atualidade, os ativos liberados a custos baixos ou desvalorizados pela ação direta do poder Estatal superior e das instituições internacionais são a mola mestra desse novíssimo processo de acumulação por despossessão, que

⁷⁴ “Tal como no passado, o poder do Estado é com freqüência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal” (Harvey, 2005c, p. 123).

significa exatamente o que significou antes: pilhagem, roubo de muitos países ou regiões para garantir a lucratividade dos centros capitalistas mais poderosos, com os EUA à frente.

Assim, lançando mão das privatizações⁷⁵, enquanto ativos liberados para serem usados lucrativa e privadamente (seja da energia, da água, das telecomunicações, dos transportes ou mesmo de ramos da produção de minérios, como no caso do Brasil), ou recorrendo à desvalorização pela via da orquestração de crises que podem ser impostas a toda uma área territorial capitalista, o capitalismo, pelas problematizações do geógrafo marxista, utiliza-se da capacidade de “criar seu próprio outro”, num momento em que as demais estratégias imperialistas tornaram-se elas mesmas difíceis de operar.

Neste sentido, como ofensiva para encontrar soluções para sua crise, o capitalismo engendrou um processo novo de acumulação que, em vista do fracasso de fórmulas keynesianas, retoma práticas “canibais”, “predatórias” e “fraudulentas” de busca da lucratividade, ainda que suponha mecanismos novos, em face do nível atual de desenvolvimento das forças produtivas:

“O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. (...) Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financialização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente de acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O

⁷⁵ Em seu texto, Harvey dá grande destaque ao papel/lugar das privatizações, que ele define como braço armado da acumulação por despossessão. Citando Roy, o autor ressalta que a privatização é essencialmente “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuras entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história” (Roy, apud Harvey, 2005c, p. 133). É interessante notar que o autor busca exemplos recentes para demonstrar esses processos de despossessão via privatizações, inclusive dos recursos naturais: o caso das habitações populares na Inglaterra; da água na África do Sul pós-apartheid; vários serviços na Argentina; direitos fundiários dos povos indígenas no México, etc.

surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição” (HARVEY, 2005c, p. 129).

A análise de Harvey me parece fecunda, e por isso recuperei aqui alguns de seus aspectos, visto que ele foi capaz de explorar elementos de síntese da situação contemporânea. Ao repor em novos patamares o conceito de imperialismo – o novo imperialismo – pautando a vigência de processos novos de acumulação, que ele chama por despossessão⁷⁶ e que, como vimos, tem na dinâmica financeira um de seus principais corolários, o autor oferece tanto um suporte sólido para pensarmos o lugar que cabe aos países do Sul nessa terceira fase imperialista (o que farei no capítulo seguinte), quanto algumas condições para projetar as formas de lutas passíveis de sucesso no âmbito de um regime de acumulação por despossessão cuja dominância é da esfera financeira.

Por seu caráter regressivo, que destrói e faz ruir um caminho de conquistas sociais já aberto, a acumulação por despossessão merece um enfrentamento também diferenciado, embora convergente com aquele que dirigiu as lutas anticapitalistas e socialistas precedentes. Contudo, em tempos de desilusão, como os atuais, com a perspectiva socialista, as lutas parciais, incipientes, fragmentadas, com um tipo de visão alternativa, difusa, tomam a dianteira, e desprezam os aspectos mais universais, criando inclusive hostilidades entre as formas de luta oriundas do movimento operário e sindical e as dos novos movimentos.

Há que separar, para usar um termo bíblico, o joio do trigo, e encontrar tanto nas formas mais novas de revolta e rebelião anticapitalista e antiimperialista, como nas formas tradicionais de luta socialista, que estão organicamente interligados e entrelaçados dialeticamente, os novos caminhos que nos levem ao socialismo do século XXI e que nos ponha em posição de

⁷⁶ “O veículo primário da cumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções” (Harvey, *idem*, p. 147).

luta e ofensiva contra o capital em sua fase tardia e ampla e crescentemente predatória da vida em sociedade⁷⁷.

Na situação atual, no seio desse novo imperialismo, a realidade imposta aos países de capitalismo periférico é a mais brutal. Eles são os espoliados, pilhados, usurpados de suas riquezas materiais, culturais e também naturais, em prol da lucratividade de uma dinâmica de acumulação cuja expressão mais clara é a guerra, o monopólio do poder militar, unido à privatização das forças de guerra e à recriação dos exércitos de mercenários, operados por rackets (gângsteres) (Arantes, 2005, p. 48).

Eles se espalham pelo globo disseminando o fim das perspectivas coletivistas, a miséria e o medo, a insegurança e o desespero, o individualismo exacerbado como as atuais formas de sociabilidade e a única e ineliminável maneira de ser e viver para a humanidade.

Alguns teóricos, ainda que com abordagens distintas, já apontam que teríamos adentrado numa nova fase do capitalismo⁷⁸, baseados em dados que interpretam como manifestações importantes que corroboram a tese da recuperação da economia capitalista e a superação da crise. Essas manifestações seriam: a supressão do desemprego nos EUA e sua redução na Europa; a subida da taxa de lucros; o surgimento de novas tecnologias e instituições; e o confinamento da instabilidade financeira à periferia do sistema. Nessa análise, a produtividade do trabalho e do capital voltaram a crescer, embora não tenha beneficiado de nenhuma maneira as rendas do trabalho. O que se deu foi uma explosão das rendas do capital.

Creio que essas afirmações precisam ser analisadas com cuidado. Um destaque a ser feito é que, se o capital demonstra, mais recentemente, algumas nuances de recuperação, isso tem se dado de maneira fragmentada e segmentada, atingindo esse ou aquele país em particular ou esse ou aquele ramo da produção e das finanças. De toda maneira, mesmo que estejamos avançando para uma situação mais de conjunto, há que considerar a nova dinâmica e lógica da acumulação cuja dominância é da esfera financeira.

⁷⁷ Ver o livro de Harvey (2005c) entre as páginas 133 e 146.

⁷⁸ Há um pequeno livro cujo título é “Uma nova fase do capitalismo?”, organizado por François Chesnais (2003), em que autores franceses exploram essa hipótese.

Por isso, para um estudioso como Chesnais (2003), essa “nova economia”⁷⁹ que assegura ser portadora de virtuosidades para um novo ciclo de crescimento estável da economia capitalista, desde que continua se sustentando no regime de acumulação com dominância financeira (que não tem a propriedade de criar valor) e inclusive o fortalece e acentua, **não oferece opção de estabilidade**, e deve ser vista mais como uma situação particular dos Estados Unidos como potência hegemônica e de alguns de seus aliados mais poderosos. Se essa nova economia, portanto, não inclui a todos, que será que cabe, na terceira fase do imperialismo, cuja acumulação com dominância financeira se dá por despossessão, aos países da periferia do sistema, como o Brasil? A questão se completa: e no momento, quando a instabilidade teima em voltar ao centro nervoso da economia e do sistema financeiro internacional, que são os Estados Unidos, como pensar em uma nova etapa ascendente?

Na seqüência, procuro problematizar, nos meandros desse quadro de crise capitalista, a particular situação de um país da periferia do sistema, o Brasil, sempre com base nesta perspectiva da teoria crítica, que será cotejada, por último, com as explicações oriundas do Governo Federal, no tocante aos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”. Em minha hipótese de trabalho, estas últimas são expressões da ideologia burguesa, com a função de consolidar a hegemonia do capital na realidade brasileira.

⁷⁹ Segundo Chesnais (2003), o termo “nova economia” significaria o surgimento de um novo modelo, distinto do fordismo e do keynesianismo, que se pretende generalizável para todo o mundo, mas advém dos EUA. Este modelo seria o responsável pela recuperação da economia mundial. Já se percebe, portanto, sua forte conotação ideológica. Sua base é o regime de acumulação com dominância financeira, que se impõe como autônomo tanto à classe operária quanto às outras frações do capital, a partir de onde se situam “as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira), os mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia a sua disposição” (p. 48).

CAPÍTULO III:
A Particularidade da Realidade Brasileira na
Contemporaneidade

Nos capítulos anteriores procurei traçar um quadro, ainda que sintético, da crise capitalista contemporânea, suas causas originárias e fundamentais, seus detonadores e as respostas organizadas pelo capital como estratégia ofensiva de saída desta crise. O percurso realizado retratou a exposição de um dos elementos constituintes do movimento do objeto de estudo em questão, exatamente aquele referente às condições mais gerais e causais do modo de produção capitalista na contemporaneidade, bem como das respostas de classe organizadas pela burguesia no sentido de reverter a situação de crise estrutural do sistema, arregimentadas nos movimentos de mundialização financeira, reestruturação produtiva e neoliberalismo.

Na seqüência do movimento de aproximação ao objeto - analisar o conteúdo das explicações acerca da realidade brasileira no que diz respeito aos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza” quando enunciados nos discursos oficiais do Governo Lula-PT -, ficou latente a obrigatoriedade de, através dos aportes teórico-metodológicos nos quais me embaso, traçar também uma síntese sobre a realidade nacional contemporânea, com especial atenção a seus aspectos sócio-econômicos. O capítulo presente expõe os resultados a que cheguei pela realização desse movimento de perscrutar elementos recentes da trajetória da particularidade da formação sócio-histórica do Brasil.

A sociedade brasileira possui uma formação sócio-histórica extremamente marcada pela condição de país periférico e dependente na organização da economia capitalista em nível internacional. Pelo seu lugar originário de Colônia, as marcas de sua vinculação a interesses forâneos em detrimento das necessidades nacionais se mantiveram, apesar das grandes mudanças e transformações, do novo que se pôs, mais especificamente a partir da Proclamação da República. Um dos aspectos que mais chama atenção como marca desse processo histórico, além dessa reposição do velho no novo, é a característica das elites nacionais, da burguesia nacional, ser protagonista de seguidos processos de “transformação pelo alto” como estratégia para garantir sua dominação de classe, ainda que paralelamente articule a construção de suportes ideológicos que dêem sustentação à sua hegemonia.

Como procuro demarcar na análise que segue, os anos 80 e 90, como disse Mota (1995) marcaram um posicionamento da burguesia que a afastou daquela estratégia de “transformação pelo alto”, pois realizou um movimento todo ele constituidor de hegemonia, utilizando para isso da “cultura da crise” como seu instrumento. Para Mota (1995) tratava-se de um processo em transição. O que descobri, através da análise dos conteúdos dos discursos do Governo Lula-PT, é que este processo se completou e as explicações oferecidas, bem como o caminho proposto para o tratamento das questões do crescimento, desenvolvimento econômico e “pobreza”, devem ser consideradas como ideologia, produto e resultado que dá concretude e completa aquele processo em transição, pois consolida a hegemonia burguesa, tendo, portanto, um suporte claramente conservador.

A seguir, procuro tratar algumas particularidades da situação nacional na contemporaneidade, ditadas tanto pelo lugar que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, na economia capitalista em tempos de mundialização financeira, quanto pelas características sócio-políticas, ideológicas e culturais que acumulou durante seu desenvolvimento e que se transmutam e repõem num período de crise societal como o atual.

Nosso lastro temporal, como se viu nos capítulos antecedentes, é da eclosão da crise, datada, com base em Mandel (1990), em 1974/1975, embora sejam encontrados alguns de seus traços desde finais dos anos 60, aos dias atuais. Procuro demonstrar alguns traços característicos da sociedade brasileira nesse período, com fulcro em uns poucos elementos sócio-econômicos e políticos, em vista do recorte do objeto de estudo, para perscrutar, mais à frente (no Capítulo IV), quando me detenho na análise dos discursos oficiais do Governo Lula-PT, a construção de determinada expressão da ideologia burguesa que repõe traços do conservadorismo nas explicações que oferece, e consolida, na contemporaneidade, sua hegemonia.

Minha problematização está organizada em dois itens: no primeiro trato algumas características sócio-econômicas da sociedade brasileira desde os anos 70 até o final da década de 80, notadamente até a eleição de Collor: no segundo percorro os mesmos aspectos quando da experiência de Collor, da ascensão de FHC ao Governo Federal até a atualidade do segundo governo Lula.

1 - Brasil: alguns traços de sua constituição sócio-econômica e política, dos anos 70 a meados de 90

No primeiro lustro dos anos 70 o Brasil vivia plenamente uma ditadura militar, já amplamente conhecida entre nós como período da autocracia burguesa (Fernandes, 1976, Netto, 1996). A partir de abril de 64, com o golpe militar, o país envereda para a consolidação do modelo monopolista de desenvolvimento capitalista, angariando esforços para finalmente completar o processo de substituição de importações e efetivar a chamada industrialização pesada.

Segundo a fecunda análise de Fernandes (1976), desde a compreensão de que não há um único padrão de desenvolvimento capitalista, se pode observar que, no Brasil, vivenciou-se três fases de evolução do sistema, em todas elas sendo possível identificar os traços típicos das nações periféricas e heteronômicas, denotando o caráter estrutural e permanente dessas suas características⁸⁰. As três fases são, conforme o autor: 1) *de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno* (fase de transição neocolonial que pode ser datada da abertura dos portos em 1808 até a sexta década do século XIX; 2) *de formação e expansão do capitalismo competitivo*, quando se dá a consolidação e disseminação do referido mercado capitalista e de seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico (vai de 1860 a 1950 e é quando se consolida a economia urbano-comercial e se dá a primeira transição industrial importante); 3) *de irrupção do capitalismo monopolista*, quando se dá a reorganização do mercado e do sistema de produção, fase que se acentua no fim dos anos 50, mas só adquire caráter estrutural no pós-64.

Aqui, como disse, estou me ocupando dessa terceira fase, ainda que nela tome como subsídio as características dos períodos anteriores que, porquanto estruturais, sobrevivem, moldam e se superpõem ao desenvolvimento subsequente da formação sócio-histórica brasileira. Dentre as

⁸⁰ Conforme Fernandes (op. Cit.) em nenhuma das três fases sucessivas de desenvolvimento capitalista no Brasil chegou a haver a “ruptura com a associação dependente em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); a desagregação completa do antigo regime e de suas seqüelas ou, falando alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza” (p. 223).

particularidades da sociedade brasileira que advém desde o modelo de colonização⁸¹ aqui adotado e se estende até os dias atuais, deve-se destacar, com base em Netto (1996):

- a) a constituição, de início, de uma economia voltada para fora, para o mercado exterior⁸², já no período colonial;
- b) a ausência de uma radical ruptura com aquele estatuto colonial⁸³;
- c) a constituição de uma burguesia que não tinha fundamento político-econômico objetivo para promover o fim do monopólio da terra nem realizar suas “clássicas” tarefas nacionais, posto sua formação dependente e associada com os centros externos⁸⁴;

⁸¹ Está afirmado que a colonização que se faz na América Latina, dentre elas a do Brasil, se dá, pelo seu embrião, “como capítulo de um processo de expansão marítima européia levada a cabo por empresas comerciais” (Prado Jr., 2004). O fim, portanto, era mercantil. Também para Mello (1998), a “economia colonial possui uma inescusável tendência capitalista, que advém de sua base que é a plantation. Por isso, a colonização moderna integra um processo mais amplo: o de constituição do modo de produção capitalista (p. 38). A economia colonial organiza-se para cumprir a função de instrumento de acumulação primitiva do capital” (p. 39). Por isso Prado Jr. (op. Cit) assegura que a colonização que se faz na zona tropical toma o aspecto da empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais do território, ao contrário daquela que se faz na zona temperada, para onde seguem os colonos com intenções de povoamento, tornando estas regiões esboço para excessos demográficos da Europa (p. 18).

⁸² Caio Prado Júnior assim se refere a esta característica: “Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país” (Prado Jr., 2004, p. 23).

⁸³ Manteve-se, no Brasil, um amálgama entre passado e presente, entre o velho e o novo, a partir do que foi possível moldar uma transição para o capitalismo ou para a modernidade sem realizar grandes e verdadeiras revoluções ou reais transformações estruturais de forma disruptiva. Ao contrário, as mudanças foram sendo conquistadas através da acomodação dos elementos retrógrados à nova tessitura social. Daí a tese de que, ainda que capitalista e moderno, o Brasil mantém, até a atualidade, traços particulares advindos da estrutura colonial e da maneira como este passado foi sempre reinventado nos processos de “transformação pelo alto” próprios do modelo aqui implantado de transição para o capitalismo.

⁸⁴ A análise da constituição da burguesia brasileira efetuada por Florestan Fernandes é primorosa, e por isso tornou-se clássica. Ele mostra claramente que, após ter estado por séculos, enquanto senhor de engenho, como parte interna de uma engrenagem que era na verdade externa, portanto, impermeável a qualquer interferência substancial sua (o que lhe punha numa situação de total carência de autonomia), o principal agente econômico interno (já transmutado em oligarquia agrária), ao tornar-se burguês, o faz de modo vacilante, procurando resguardar e incrementar os privilégios que lograra construir enquanto estamento. Neste sentido, irá se comprometer com tudo que lhe seja vantajoso, como os tempos desiguais e a heterogeneidade da sociedade brasileira, seu atraso e seu adiantamento, preocupada tão somente em garantir os mecanismos necessários à sua dominação política. Por isso se faz, por exemplo, a Independência, extinguindo o estatuto colonial, porém mantendo todo o resto, ou seja, as bases estruturais da economia e das relações de classe. O Brasil toma finalmente para si o controle do poder, mas “as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial, [senão - NSA] contra as implicações econômicas, sociais, e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação

- d) o caráter do desenvolvimento capitalista no país: monopólio precoce e industrialização tardia.

Uma extensa citação de COUTINHO (2005) nos ajuda a compreender aspectos gerais dessa particularidade:

“O desenvolvimento do capitalismo, que se processava sem rupturas com a economia pré-capitalista e dependente, não apresentava as mesmas características revolucionárias que tivera na Europa Ocidental (...). Impossibilitada de realizar a sua revolução democrática, a nossa burguesia jamais chegou a tentar a criação do *citoyen* (o homem que sintetiza em si a vida pública e a vida privada) ou da comunidade humana autêntica (na qual os interesses individuais e os interesses coletivos formam uma totalidade orgânica). (...) No Brasil, (...) a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ideal do “cidadão” e da comunidade democrática. (...) Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através das conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva” (p. 161-162).

Conforme assevera Mello (1998), é preciso destacar que a industrialização latino-americana comporta, assim, duas especificidades: seu ponto de partida – as economias exportadoras; e seu momento – a dominância do capitalismo monopolista em escala internacional. Por esta justa medida, o autor chama a nossa industrialização e o capitalismo que aqui se instaura de

em todos os níveis da ordem social” (p. 32). E Fernandes (op. Cit.) prossegue: “O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade (...) [mas - NSA] se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso (...) mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações” (p. 204).

retardatário. Na mesma rota de análise, Fernandes (1976)⁸⁵ trata o Brasil como uma constelação **particular do desenvolvimento capitalista**, cujo caráter **dependente e tardio** lhe são características **estruturais e funcionais**, e não uma etapa precedente em vista da qual se processaria uma evolução que, por fim, deveria retirar o país do lugar subalterno que histórica e vergonhosamente vinha ocupando, tese muito disseminada no país, em especial, por influência do PCB e a orientação da III Internacional⁸⁶, mas também pelo dualismo cepalino⁸⁷, que julgavam o atraso e as sobrevivências pré-capitalistas como óbices ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

Isso significa dizer que, para as melhores análises marxistas ou de alguma forma inspiradas no marxismo que conseguiram fugir à vulgarização stalinista das postulações marxianas, *pelas características advindas desde seu nascimento como economia colonial, portanto voltada para fora e dominada por interesses forâneos* (ou seja, ocupando um lugar determinado no cenário econômico mundial, lugar subalterno, dependente, secundário, ou melhor, marginal), *a constituição do capitalismo no Brasil só poderia se fazer dessa forma tipicamente dependente e por via de uma transição “não clássica”⁸⁸*, pois

⁸⁵ Florestan Fernandes tornou-se um dos responsáveis, no país, por empreender uma reflexão em que a constituição do modo especificamente capitalista de produção no Brasil e seu trânsito para a era dos monopólios passou a ser interpretado como uma constelação particular do desenvolvimento capitalista em sua dinâmica desigual e combinada. Também por isso tornou-se um clássico para o estudo da formação sócio-histórica brasileira.

⁸⁶ Esse debate tem larga produção no Brasil. Tratava-se de pensar a forma como o Brasil transita para o capitalismo e se torna um país moderno. Sintetizando a “imagem” de Brasil produzida pelo PCB, Coutinho (2005) assinala: “para o PCB, o Brasil continuaria [no início do século - NSA] a ser um país “atrasado”, semicolonial e semifeudal, bloqueado em seu pleno desenvolvimento para o capitalismo pela presença do latifúndio e da dominação imperialista. Em conseqüência, careceríamos ainda de uma “revolução democrático-burguesa”, que deveria ser feita com a participação de uma “burguesia nacional” supostamente antiimperialista e antifeudal. (...) [Constata-se - NSA], em todas as suas variantes, [que - NSA] ela [a imagem de Brasil do PCB - NSA] desconhece o fato de que o Brasil já havia realizado sua revolução burguesa e que, em conseqüência, pelo menos desde a República, sua formação econômico-social já era, ainda que com importantes especificidades, de tipo capitalista” (p. 248).

⁸⁷ São conhecidas no Brasil as críticas marxistas dirigidas às análises de boa parte dos intelectuais ligados à CEPAL, especialmente ao caráter dualista de suas teorias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira. Dentre elas destaque-se as de Mello (1998). Para a visão da Cepal “o lado “atrasado” da sociedade brasileira seria um empecilho e não algo funcional ao desenvolvimento do lado moderno” (Coutinho, 2005, p. 229), portanto, em clara contraposição às idéias desenvolvidas por Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.

⁸⁸ Em dois artigos em que analisa as “imagens” de Brasil construídas em obras de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, Coutinho (2005) nos oferece uma breve síntese dos dois conceitos marxistas elaborados com o fito de analisar as vias “não clássicas” de passagem para o capitalismo. Por um lado, ele diz que temos o “conceito de “via prussiana”, elaborado por Lênin com o objetivo principal de esclarecer a modernização agrária; e [por outro lado - NSA] o de “revolução passiva”, utilizado por Gramsci para determinar processos sociais e políticos de transformação ‘pelo alto’” (p. 222). Embora Coutinho (op. Cit)

a inserção do que Fernandes (op. Cit) chama de móveis capitalistas no Brasil ficou resumida ao transplante daquelas funções dos processos econômicos que serviam para manter e intensificar a incorporação dependente da economia brasileira às economias centrais, cujo resultado último, ainda que suponha a modernização do país e seu pleno desenvolvimento capitalista, é a manutenção e até o recrudescimento da heteronomia⁸⁹.

Em vista disso, esse formato de capitalismo “não continha (...) as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas Nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial (...)”⁹⁰ (p. 90), no qual se gestou uma acomodação entre o moderno e o arcaico das formas econômicas e sócio-culturais:

“Dessa acomodação resultou uma economia nacional híbrida, (...) graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*)” (FERNANDES, 1976, p. 176).

Essas características que conformam o modo de ser particular da formação sócio-histórica brasileira (as origens de uma economia colonial de base escravista e mercantil; a heteronomia; a via “não clássica” de passagem para o capitalismo; a constituição de uma burguesia cujo fundamento de classe se dá pelo privilégio patrimonialista; e o resultado numa organização societária

observe que nem Caio Prado nem Florestan Fernandes utilizem direta ou explicitamente as noções de via prussiana ou revolução passiva, os dois intelectuais postulam uma imagem do Brasil que, ainda que distinta, supõem uma via não clássica de passagem para o capitalismo cuja dinâmica essencial está na possibilidade de realizar mudanças “pelo alto”, implicando transformação e, sobretudo, conservação.

⁸⁹ A análise de Mandel (1982) acerca do capitalismo tardio nos orienta exatamente para essa mesma interpretação que tem a ver com a característica central de desenvolvimento desigual própria do capitalismo. Mandel ressalta um aspecto crucial desse sistema: “(...) que a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial” (p. 32).

⁹⁰ Mais uma vez, conforme Mandel (op. Cit): “Com a exportação em massa de capitais para os países subdesenvolvidos, para a organização, nessas áreas, da produção capitalista de matérias-primas, a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os economicamente atrasados foi subitamente transformada numa diferença qualitativa. Esses países tornaram-se dependentes, além de atrasados. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva de capital, e a defasagem industrial em relação às áreas metropolitanas alargou-se regularmente” (p. 40).

capitalista dependente, subalterna e tardia) assumem novos patamares naquela terceira fase de sua evolução, quando finalmente o país envereda pela constituição de um setor de bens de produção (o chamado Departamento II) para consolidar sua entrada subalterna no capitalismo monopolista.

Conforme Fernandes (1976), esta fase de emergência e expansão de um novo padrão de desenvolvimento capitalista na periferia, o monopolista, impõe uma série de novos requisitos e exigências que inexistiam na maior parte dos países periféricos, como: concentração demográfica; renda per capita; padrão de vida; diferenciação e integração nacional do mercado interno; capital incorporado ao mercado financeiro; modernização tecnológica; estabilidade política e controle efetivo do Estado pela burguesia nativa.

Ainda conforme Fernandes (op. Cit), há alguns elementos indispensáveis para entender a irrupção do capitalismo monopolista no Brasil, cuja expansão se faz da forma típica que esta assumiu junto à parte mais pobre da periferia do sistema: 1) é imposto de fora; 2) se superpõe como moderno ao que já existia, o arcaico; 3) tem que adaptar-se e satelizar formas econômicas que persistiram; 4) sua irrupção coincide com uma época de crise mundial do projeto burguês, ou seja, os anos 60.

A segunda metade da década de 50, com o Governo Kubitschek e seu Plano de Metas, foi o período em que o Brasil deu seus primeiros passos para configurar uma organização societal mais próxima dos moldes requeridos pelo capitalismo monopolista, inclusive dando grande prioridade ao capital internacional em detrimento do nacional, ao conceder ao primeiro amplas vantagens, já apontando o sentido de recomposição da dinâmica de acumulação num período de claro exaurimento do modelo de desenvolvimento fundado na substituição de importações (NETTO, 1996).

Esgotadas as possibilidades da industrialização restringida que foi o fulcro do modelo econômico brasileiro desde os anos 30 - sob a batuta de Vargas - toma fôlego o processo de desenvolvimento da industrialização pesada, baseada mais fortemente na instalação de indústrias de bens de capital através do aceno aos "homens de negócios" estrangeiros⁹¹. Contudo,

⁹¹ O modelo de industrialização que emergia com o Plano de Metas de Kubitschek supunha o crescimento e fortalecimento do setor de bens de produção, numa combinação entre empresa privada nacional, ação do

embora o governo Kubitschek, nos seus primeiros anos, tenha conseguido certa estabilidade política⁹² após um longo período de conturbações e ameaças golpistas desde o fim da ditadura varguista do Estado Novo⁹³, lá pelo final dos anos 50, encontrando dificuldades para controlar a inflação e os déficits na balança de pagamentos a partir dos planos ambiciosos de estabilização, o governo vai enfrentar um novo movimento de organização política da sociedade, que havia se iniciado com a ascensão de uma tessitura democrática em 45.

Desde 45 sabemos que no Brasil cresceu bastante o debate sobre a estratégia de desenvolvimento econômico que deveria ser adotada no país, debate que foi amplamente influenciado pelos EUA, via comissões mistas, resultando no Relatório Abbink, de caráter fortemente liberal. Como resposta às propostas ali contidas, houve fortes reações de intelectuais brasileiros, abrindo a controvérsia que se polarizou, segundo Fausto (2004), entre monetaristas ou liberais (também chamados entreguistas) de um lado; e de outro, os estruturalistas.

Tendo como suporte o nacional-desenvolvimentismo⁹⁴, a disputa ideológica foi travada entre os adeptos do desenvolvimento com base na industrialização, na autonomia nacional e no Estado regulador e investidor direto na economia, cumprindo também a tarefa de impor restrições ao capital estrangeiro; e aqueles que defendiam a menor intervenção estatal na economia, não priorizavam a industrialização e propunham abertura irrestrita ao capital estrangeiro.

No período curto de redemocratização entre os anos 45 e 64, o sindicalismo se encontrava liberado, embora tenha permanecido a estrutura

Estado e do capital estrangeiro para promover o desenvolvimento. Aí se consolida a produção de automóveis no Brasil, basicamente com capital privado estrangeiro (Netto, 1996, Fausto, 2004).

⁹² Segundo Boris Fausto (2005), Juscelino Kubitschek conseguiu estabilidade política porque soube acalmar as Forças Armadas, ao dar-lhes prestígio no interior do governo. Sua bandeira era “desenvolvimento e ordem”. Assim, não dava margem para que os grupos conservadores, que sempre comandaram o país e se engalfinhavam numa luta ferrenha contra qualquer manifestação à esquerda, o ligassem ao comunismo ou sequer à “República sindicalista”.

⁹³ É neste sentido que o período que vai de 45 a 64 é chamado, por Boris Fausto, de período democrático, já que é um interregno, na história do Brasil, entre a ditadura varguista (30-45) e a ditadura militar implantada em 64.

⁹⁴ Observe-se que no cenário dos anos 50, em pleno recrudescimento da Guerra Fria, a questão do nacionalismo e do desenvolvimentismo começa a aparecer como antiamericanismo. Esta realidade surte grande efeito sobre os militares, que passam a identificar nacional-desenvolvimentismo com comunismo. Para uma sociedade com traços históricos tão entranhados numa perspectiva conservadora, qualquer possibilidade de fortalecimento do comunismo no país impunha um verdadeiro pavor.

corporativa herdada do período varguista. Em torno daqueles temas do desenvolvimentismo e do nacionalismo, a “questão social”⁹⁵ se expressa nas lutas dos trabalhadores camponeses, organizados em sindicatos agora comandados pelo PCB, pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião e pela Ação da Igreja em prol da sindicalização⁹⁶; se reproduz nas lutas do sindicalismo urbano, pautando a ampliação dos direitos e garantias sociais e dos estudantes universitários em torno da UNE; se manifesta na mobilização das massas populares em torno do lema das “reformas de base”. Portanto, no final dos anos 50 e início dos anos 60 o Brasil encontrava-se numa situação de avanço dos movimentos sociais, tanto no campo como na cidade, que pautavam a inclusão das demandas populares no debate caloroso sobre o caminho do desenvolvimento brasileiro.

Netto (1996) assegura que o dinamismo das forças populares do período, somado aos dilemas econômicos postos pela crise financeira e pelos entraves do desenvolvimento industrial, punha duas possibilidades de tratamento, pelo Estado e pelo capital, da “questão social” e dos rumos do país. Uma delas seria uma composição entre Estado, capital nacional e classes trabalhadoras e médias no sentido de completar o processo de substituição de

⁹⁵ No capítulo II lancei mão de um conceito de “questão social” e é dele que continuarei me valendo todas as vezes que a expressão for usada ao longo desse texto. Contudo, me parece que cabe aqui uma complementação, que faço a partir da contribuição de Yamamoto, em trabalho publicado em 1998, onde registra o seguinte conceito: “a “questão social” é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos. Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redundava, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo”” (p. 27-28). Se é assim, e creio que é, crescimento e desenvolvimento econômico não significam, no capitalismo, melhoria das condições de vida do conjunto da sociedade, porque suas benesses ficam concentradas nas mãos das classes que detêm o controle dos meios e instrumentos de produção. Os frutos do trabalho social são por ela privadamente apropriados.

⁹⁶ Não é à toa, portanto, que no Nordeste, quando da redemocratização brasileira entre 45 e 64 após o regime autoritário do Estado Novo, toma corpo, como suporte das lutas pelas reformas de base, as Ligas Camponesas, tendo à frente Francisco Julião, cujo objetivo era encontrar solução para a questão da democratização do acesso à terra no Brasil, especialmente na região nordestina dominada ainda por coronéis donos do capital e do poder. É exemplo também o desenvolvimento, no período, do sindicalismo rural, arregimentado e organizado pelo PCB.

importações de maneira autônoma, implantando a indústria de bens de capital em consonância com a realização das reformas de base (perspectiva simétrica aos chamados estruturalistas). A outra seria uma ampliação da submissão ao capital internacional, o que supunha o tratamento repressivo às camadas populares (que se suporta na mesma lógica dos então chamados monetaristas). Sabemos qual foi a escolha.

Antes que essa escolha pudesse ser feita, com base nas forças militares apoiadas na burguesia nacional, em nome dos desígnios do capital internacional, o Brasil viveu, entre os anos 61 e 64, aquele período de tensões e articulações com o fito de restabelecer os rumos do desenvolvimento do país. Apesar da manutenção da estrutura corporativa dos sindicatos, o conjunto das forças sociais e das lutas políticas se organiza. O sindicalismo se encontra liberado, como dissemos, e agora, sob o comando dos comunistas, retoma as greves⁹⁷. Tanto a classe trabalhadora como a burguesia e as classes médias encontravam-se politicamente divididas.

Estava em jogo, como aludimos acima, definir se o Brasil enveredava por um percurso em que somasse esforços próprios para completar o processo de substituição de importações e por fim implantar a indústria de bens de capital em moldes soberanos, ou mantinha e aprofundava a interferência e ingerência do capital internacional nos destinos do país, reiterando o fundamento heteronômico de sua formação social. Decerto, tratava-se de uma escolha que poderia definir se o país se encaminhava para a possibilidade de resolução de sua particularidade sócio-histórica ou se a ratificava, como observou Netto (1996). É no seio desta disputa que se passam os governos, Juscelino, Dutra, Vargas, Jânio Quadros e João Goulart, mas é neste último que as questões chegam a um patamar que impõe o estabelecimento de uma saída.

⁹⁷ A participação popular se verifica de forma mais atuante nos sindicatos, que, a partir de 46, voltam a ser o *locus* privilegiado de reivindicações, através dos quais se articulam as lutas populares sobre o Estado (requerendo maior participação na política, principalmente no processo eleitoral), na vida social (lutando por saúde, educação, etc.), e sobre o mercado (no que diz respeito a uma maior participação popular no consumo e no emprego).

Segundo a maioria dos autores que estudam a formação sócio-histórica brasileira que pude consultar⁹⁸, este período, marcado pela ascensão das massas populares ao processo político, engendra pela primeira vez a possibilidade de sua participação direta e autônoma nos destinos do país, que somente foi ceifada pelo golpe militar de 64. Mas há claras divergências nas análises dos diversos autores.

Por exemplo, na avaliação de Weffort (2003), o que se deu entre 45 e 64 foi uma participação popular pautada em formas espontâneas, como o populismo e o nacionalismo, ideologias que teriam integrado os movimentos populares e subvertido suas potencialidades enquanto movimento contestador e propositor de uma nova ordem. É como se o período expusesse uma interrupção da consciência de classe proletária, já que os sujeitos políticos, seus representantes, se deixaram enveredar pelo populismo, que trazia como fundamento um claro projeto burguês. Análise próxima encontra-se em Cerqueira Filho (1982), para quem o populismo é um fenômeno típico de uma época de transição para estruturas econômicas mais modernas, mas supõe uma supremacia burguesa baseada em alianças políticas entre burguesia industrial e oligarquia agrária, além da incorporação de amplos setores das camadas populares a esse pacto de dominação burguesa.

Um contraponto a estas visões está em Netto (1996), quando considera que o processo de erosão do modelo de desenvolvimento que vinha dos anos 50, cuja base era o desenvolvimentismo, trazia pela primeira vez a possibilidade de reverter as linhas de força⁹⁹ que sempre repuseram o atraso

⁹⁸ A bibliografia hoje disponível sobre a formação sócio-histórica brasileira é vasta. Dentre elas, cito algumas das que consultei. As demais aparecerão ao longo do texto, nas citações. “História Econômica do Brasil”, Caio Prado Júnior, 46ª reimpressão – São Paulo: Brasiliense, 2004; “A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político”, Gisálio Cerqueira Filho, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1982; “Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil – 1930-1960”, Sônia Miriam Draibe, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; “Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre”, Sérgio Henrique Abranches, 2ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985; “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”, Florestan Fernandes – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1976; “História do Brasil”, Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 2004; “Liberalismo e Sindicato no Brasil”, Luiz Werneck Vianna – 4ª ed. – Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999, “O capitalismo Tardio”, João Manuel Cardoso de Mello, São Paulo: Brasiliense, 1998; “O Populismo na Política Brasileira”, Francisco C. Weffort – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003; “Cidadania e Justiça”, Wanderley Guilherme dos Santos – 2ª ed. – Campus: Rio de Janeiro, 1987. Além desses, baseio-me também nas contribuições fecundas de José Paulo Netto (1996 e 1992), Carlos Nelson Coutinho (2005), e Yamamoto & Carvalho (1998), dentre outros.

⁹⁹ Na reflexão elaborada por Netto (op. Cit) essa linha de força se sustenta especialmente em três ordens de fenômenos, de certa maneira já apontados em nossa argumentação anterior: 1) um desenvolvimento capitalista que não opera contra o atraso mas em sua contínua reposição, portanto não realiza as

na sociedade brasileira e excluíram as forças populares dos processos decisivos.

Neste sentido, o autor critica a noção de populismo porque entende que ela contribuiu para descaracterizar e desacreditar os esforços e as lutas do movimento operário e sindical no período, qualificando-as, ou desqualificando-as, como um grande mal entendido.

Netto (op. Cit) advoga que a onda de lutas sociais que se organiza no início dos anos 60, cuja principal bandeira são as reformas de base, foi um dos grandes passos do movimento social do país, fruto do acúmulo das experiências de mais de meio século de organização das massas populares e de efetivação da luta de classes. Embora seja claro que não se tratava de um movimento de caráter revolucionário¹⁰⁰, posto que as condições não estavam dadas para tal, os movimentos que se agudizavam entre 61 e 64 colocavam em xeque o capitalismo sem reformas no Brasil e a exclusão das massas dos níveis de decisão, o que poderia ter como consequência a reversão completa da particularidade histórica da formação social brasileira, cujo significado é óbvio, tanto para reformistas quanto para a perspectiva da revolução social (NETTO, 1996, p. 20-25).

Mas os capitais nacional e internacional, temerosos de uma solução que poderia por em risco sua dominação, preferem encontrar outra saída para a crise e para as necessidades postas pela dinâmica da industrialização pesada. Em vez de formar com o Estado um esquema de acumulação neste nível, a burguesia nacional encontrou outro “arranjo político-econômico [que - NSA], privilegiando ainda mais os interesses imperialistas, (...) sustentasse a consecução do padrão de desenvolvimento já em andamento” (p. 24) e

transformações estruturais que são pré-condições para o desenvolvimento capitalista nas experiências clássicas; 2) uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política; 3) o específico desempenho do Estado na sociedade brasileira, atuando como desestruturador ou eficiente instrumento inibidor das agências da sociedade portadoras dos interesses das classes subalternas (p. 16-20).

¹⁰⁰ Essa idéia de que os movimentos sociais daquele período se radicalizavam, concentrados cada vez mais em torno das chamadas “Reformas de base”, porém sem conteúdo mais largo do que as reformas no interior do capitalismo aparece também em Fausto (2004). Para ele, a esquerda procurava provocar uma transformação real na sociedade brasileira, propondo-se a modernizar o capitalismo nacional e reduzir as profundas desigualdades sociais aqui existentes, mas não ia além. Porém, isso já era muito para o capital internacional, que tinha interesses em jogo e não se dispunha a arriscar nada. O autor recorda também que existiam tendências de forte nacionalismo, ou, como diz Netto (op. Cit.), “de conteúdos objetivamente revolucionários”, tendências essas adeptas da moratória, da nacionalização de empresas e do controle da remessa de lucros para o exterior.

excluísse as forças mais aguerridas do campo democrático. Mais uma vez o sujeito político coletivo da classe trabalhadora é tolhido no Brasil. A luta de classes passa por um longo refluxo. Não esquecemos da luta armada, que se desenvolve na ocasião, mas seus frutos, pela estratégia equivocada que assume, são parcos e ademais nefastos para seus próprios membros.

O que acontece no Brasil com a viragem autocrática pode ser explicado em conjunto com uma situação ditatorial que se torna internacional no continente latino-americano, pela dinâmica de acumulação dessa fase do capitalismo monopolista. Para o capital internacional, após a crise de 1929 e a segunda Guerra Mundial, a periferia toma um novo lugar na sua dinâmica de reprodução, tanto econômica como politicamente. Já sabemos que uma das características centrais do capitalismo é a ausência de equilíbrio (ver Capítulo I), posto sua constituição eminentemente contraditória e permeada por tensões, à qual se soma o caráter desigual e combinado de seu desenvolvimento.

Mas o capital oligopolista e dos países imperialistas opera sempre no sentido de encontrar formas, mais ou menos civilizadas, não importa, de driblar a falta de equilíbrio, por um lado (através, por exemplo, do controle de suas crises com medidas anticíclicas), e de potencializar para si os produtos do movimento desigual de seu desenvolvimento, por outro (cuidando de angariar todos os esforços para garantir a continuidade da situação de dependência dos países periféricos, revitalizando sua heteronomia). É mais uma vez o que acontece na segunda fase da etapa monopolista de seu desenvolvimento. Os países periféricos passam a ocupar um lugar novo no comércio mundial, mas nem por isso menos subalterno.

Seguindo a síntese de Fernandes (1976) podemos dizer que nesse período as economias periféricas tornam-se fator de equilíbrio para o sistema, não necessariamente porque possuem as matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento capitalista, mas, principalmente, por outros fatores econômicos de grande importância, como sua capacidade de tornarem-se produtores de bens acabados e de seus territórios configurarem um mercado atrativo não somente para as mercadorias dos países imperialistas mas para os capitais sobrantes que em seu lugar de origem encontram dificuldades de valorização. Ademais, há que considerar a existência de um preço muito mais baixo da força de trabalho nos países subdesenvolvidos.

Contudo, como assegura Mandel (1982), embora as características do capitalismo tardio sejam distintas da fase anterior, tanto na periferia como no centro, quando observados os níveis de produtividade, renda e prosperidade, percebe-se que são reproduzidas as gritantes diferenças entre os países; e mais, que elas inclusive são agravadas.

É o que se observa, por exemplo, com o nível de participação do Terceiro Mundo no comércio mundial, que cai de 32% em 1950 para cerca de 17% em 1970 (MANDEL, 1982, p. 46). Esse dado mostra que, embora as transformações operadas no modo de produção capitalista em sua fase monopolista indiquem um novo lugar a ser ocupado pelos países subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo na divisão internacional do trabalho, isto não significa qualquer reversão de sua situação de dependência e subalternidade no seio da economia capitalista mundial¹⁰¹.

Ocorrem mudanças, inclusive de larga importância, como veremos com a situação particular do Brasil, no período de consolidação do capitalismo monopolista (precisamente a partir de 64), mas, por condicionamentos da dinâmica externa e, principalmente, pelas condições internas, essas transformações aceleram o crescimento econômico, desenvolvem a urbanização e a industrialização (e a industrialização também no campo), porém sem interromper o fluxo de inserção subalterna dessas economias na composição global do sistema capitalista e inclusive exacerbando a função de escoadora de capital dessa região para os centros capitalistas¹⁰².

¹⁰¹ Ortiz (2006), observa a dinâmica do capital monopolista em vista da periferia: “para a apreensão de superlucros na fase monopólica, o capitalismo necessitou combinar o moderno e o arcaico, ou seja, foi necessário que existisse uma variação no desenvolvimento do modo de produção dentre os diversos países, gerando, com isso, um diferencial na produtividade do trabalho (...). É isso que explica o movimento do capital para fora em busca da periferia, na qual a mão-de-obra é abundante, tendendo a ser mais frágil politicamente e mais barata; as matérias-primas costumam ser mais atraentes financeiramente; além dos poucos ou inexistentes entraves geopolíticos e tributários para o livre trânsito do capital” (p. 36.).

¹⁰² Mandel (1982) demonstra como, a partir da segunda Guerra Mundial, embora haja claramente um novo curso na estrutura da economia mundial, ela continua desigual e combinada, portanto, assente na diferenciação entre as regiões e países. Ele diz que a industrialização requerida pelo capital para o Terceiro Mundo no Pós-guerras “significa, simplesmente, uma mudança nas justaposições do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, [fazendo emergir - NSA] novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração de excedente” (p. 43). “Principalmente no caso da América Latina, (...) o “escoamento” ou vazão líquida de valor para os países metropolitanos, à custa das economias dependentes em relação a eles, continua a operar de maneira imperturbável. Pode-se afirmar, sem exagero, que essa transferência líquida de valor é ainda maior hoje em dia do que no passado, não só devido à transferência de dividendos, juros e ordenados pagos aos diretores das *grandes companhias* imperialistas e aos débitos *crescentes* dos países subdesenvolvidos, mas também por causa do agravamento da *troca desigual*” (p. 44) (grifos do autor).

Além de se tornarem escoadouro para os capitais sobrantes dos países centrais que saem em busca de valorização (mas que não acompanham o ritmo do escoamento de valores na direção oposta, ou seja, da periferia para o centro¹⁰³), há um elemento político que deve ser destacado e merece atenção, dado seu caráter determinante para compreender as estratégias de dominação ditatorial-militar sobre o continente latino-americano, especialmente, mas não só: “o controle da periferia passa a ser vital para barrar o socialismo”¹⁰⁴ e para manter sua associação dependente aos países imperialistas¹⁰⁵ no momento mesmo da consolidação do padrão monopolista nas periferias (FERNANDES, op. Cit, p. 254).

Ora, esse controle político não se faz sem a adesão dos Estados nacionais. Vimos, no capítulo anterior, que no segundo pós-guerra dá-se uma refuncionalização das ações do Estado, o que nos países de capitalismo central vai significar a ascensão do chamado pacto fordista-keynesiano, através da conformação do *Welfare State*. Com isso, temos uma mudança

¹⁰³ Netto & Braz (2006) destacam como uma das mudanças importantes na economia do imperialismo em sua segunda etapa, o giro que se dá na dinâmica de exportação de capitais se comparada ao período “clássico”. Se antes essa exportação era mais dirigida dos países centrais aos periféricos, “agora passa a se dirigir especialmente para outros países cêntricos (...). As transferências para países periféricos passaram a ser sobretudo empréstimos de Estado (imperialista) a Estado (periférico)” (p. 197). Vimos como na terceira etapa do imperialismo essa característica é exacerbada.

¹⁰⁴ Os anos 60 do século XX são reconhecidos internacionalmente como um período de lutas e contestação social que atingiu enorme radicalidade. As promessas não cumpridas pelo capital e o então contraponto da URSS levaram a movimentos em que os antagonismos de classe da sociedade burguesa tardia apareceram de forma límpida. A Revolução Cubana, de 1959, por exemplo, lhes serviu como mais um sustentáculo. Em vista das convulsões sociais ocorridas no período, o controle de regiões como a periferia do capitalismo, onde as seqüelas do desenvolvimento monopólico do capital impunha e impõe sacrifícios gritantes - porque evolui para formas cada vez mais “perversas e envenenadas” - (para usar os termos de Fernandes, op. Cit), tornava-se imperativo. Netto & Braz (2006) ressaltam alguns elementos dessa realidade dos anos 60 pelo mundo e da organização anticapitalista que se aprofundava: “ao longo dos anos sessenta e na abertura dos setenta o peso do movimento sindical aumentou significativamente nos países centrais, demandando não somente melhorias salariais, mas ainda contestando a organização da produção nos moldes taylorista-fordista (a mobilização francesa de 1968 e a italiana de 1969 foram extremamente significativas a esse respeito). Além disso, modificações culturais que tinham raízes nos anos imediatamente anteriores – sinalizadas pela *contracultura*, pela *revolução nos costumes* etc. – lançaram outros sujeitos na cena política, com movimentos de categorias sociais específicas, impropriamente designadas como “minorias” nos quais existiam componentes anticapitalistas (nos anos sessenta a revolta estudantil foi notável assim como a mobilização dos negros norte-americanos em defesa de direitos civis; torna-se mais visível, também, o movimento feminista)” (p. 213-214) (grifos dos autores).

¹⁰⁵ Além da disputa ideológica e política em torno das perspectivas de formas de vida em sociedade entre capitalismo e socialismo, vale destacar também o papel das guerras, e no período em questão, da chamada Guerra Fria, como componente estimulante do desenvolvimento do capitalismo da era dos monopólios. Ocupando montante considerável de valores em capital e ademais na produção de uma determinada mercadoria cujo valor de uso não é desgastado no momento da troca, como é caso da indústria armamentista, o capitalismo monopolista encontra uma fonte de contra-tendência à queda da taxa de lucro. Sobre o tema ver Mandel (1982), Netto & Braz (2006) e Ortiz (2006).

considerável na ação do Estado no período do capitalismo dos monopólios. De forma geral, podemos dizer, com NETTO (1992) que o Estado passa a assumir novas funções:

“Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*. A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos” (NETTO, 1992, p. 21)¹⁰⁶.

Outra característica desse Estado “comitê executivo da burguesia” monopolista é sua ação frente à classe trabalhadora, pois passa a atuar na garantia da conservação física e ideológica da força de trabalho ameaçada pela superexploração, atuação claramente diferente daquela do período anterior, quando se reservava a agir coercitivamente frente às lutas da classe operária. Já tratamos dessas funções do Estado no capitalismo monopolista na argumentação traçada no segundo capítulo.

Aqui, quero destacar o seguinte: essas renovadas funções são assumidas pelo Estado, seja nos países centrais, seja nos periféricos. Mas, na periferia, a partir das bases anteriores nas quais foram constituídos os Estados Nacionais, e da estrutura social heteronômica do desenvolvimento do capitalismo nos países dos Sul, a burguesia autóctone tomou o Estado como

¹⁰⁶ Também na publicação recente de que venho me utilizando, Netto & Braz (2006) sintetizam assim as novas funções do Estado no período dos monopólios: “O Estado passou a se inserir como empresário nos setores básicos não-rentáveis (especialmente os que fornecem aos monopólios, a baixo custo, insumos e matérias primas fundamentais), assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades, a oferecer subsídios diretos aos monopólios e a lhes assegurar expressamente taxas de lucro. Suas funções indiretas, além das encomendas/compras aos monopólios, residem nos subsídios mascarados (a renúncia fiscal), nos maciços investimentos em meios de transporte e infra-estrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, mas residem, sobretudo, no plano estratégico: aqui, através de planos e projetos de médio prazo, o Estado sinaliza a direção do desenvolvimento, indicando aos monopólios áreas de investimento com retorno garantido no futuro” (p. 204).

instrumento privado de sua estratégia de dominação, com o objetivo de manter e conservar seu poder. Estamos falando de um Estado nacional que foi organizado como instrumento político de dominação de classe, em que a Nação jamais chegou a ser objetivo central¹⁰⁷.

Ao longo da história particular da formação social brasileira “o modelo “prussiano”, elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social” sempre foi dominante. Foi assim com a República e depois na Revolução de 30, mais uma manobra “pelo alto”, reorganizada de forma ditatorial com o Estado Novo a partir de 37; e foi assim, outra vez, no Golpe de 64, quando novamente foi encontrada “uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas (...) as classes e camadas sociais ‘de baixo’” (COUTINHO, 2005, p. 50).

No seio dessa trajetória, nota-se que a dominação burguesa nos países dependentes tem no Estado um de seus principais instrumentos, num largo processo de *modernização conservadora*¹⁰⁸ que se concretiza a partir de uma “dissociação pragmática” entre capitalismo e democracia. É neste sentido que Fernandes (1976) avalia o caráter autocrático da Revolução e da dominação burguesa no Brasil, na qual o Estado “não é uma peça contingente ou secundária, [mas - NSA] está no cerne de sua existência e só ele, de fato, pode abrir às classes burguesas o áspero caminho (...)” (p. 307). A reposição de mais uma etapa do processo de modernização conservadora reside, por conseguinte, numa das principais tarefas esperadas das ditaduras militares

¹⁰⁷ Graças a suas características de capitalismo dependente e tardio, “a revolução nacional engendra uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas dela decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre *sociedade civil* e *Nação*. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” da *sociedade civil*; e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a Nação a um ente abstrato (ou a uma *ficção legal* útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria ‘ativa’ e ‘esclarecida’” (Fernandes, 1976, p. 302) (grifos do autor).

¹⁰⁸ Behring (2003) oferece uma definição do conceito de “modernização conservadora” a partir de Moore Jr.: “Trata-se de uma aliança entre uma classe comercial e industrial demasiado fraca e dependente para tomar o poder, com a aristocracia proprietária de terras e a burocracia estatal, configurando um governo conservador e autoritário, mas não necessariamente fascista, e comportando um parlamento com poderes limitados. O Estado é um instrumento de reforma e motor da industrialização, além de manter os operários e camponeses em seu lugar, seja pela força, seja com políticas sociais. Vale dizer que tanto o varguismo quanto o período pós-64 recorrem aos dois expedientes. A modernização conservadora exige algumas circunstâncias e condições: um governo capaz de arrastar os elementos mais reacionários das classes superiores; e a separação de governo e sociedade (...)” (p. 107).

implantadas na América Latina nos anos 60, e seu maior instrumento é o Estado e seu poder.

Assim, para os países periféricos, aquela refuncionalização do Estado na época do capitalismo tardio, para falar nos termos de Mandel (1982) se reveste em outro nível de organização político-econômica e institucional. O capital precisava garantir o poder de decisão e de controle dos governos periféricos pró-capitalistas sobre suas sociedades. Porém, a realidade de regiões como, por exemplo, a América Latina, no período, estavam mais próximas de um convulsão social e de radicalização das lutas nacional-populares, em vista da cobrança de mudanças significativas nos níveis de desigualdade social e de renda aí existentes.

Como vários autores advogam, dentre eles NETTO (1996), no Brasil havia uma verdadeira crise da forma de dominação burguesa, posta na contradição de que o padrão de acumulação embasado na industrialização pesada se chocava com as requisições democráticas do período (p. 26).

Frente a essa contradição, um Estado forte e artilheiro é indispensável à consecução dos objetivos do capitalismo monopolista na periferia. Apesar, como disse Fernandes (1976) do apregoado nacionalismo, tanto as burguesias nacionais como as classes médias mais uma vez desconheciam os interesses gerais da Nação e empunharam a defesa intransigente, com todas as forças e armas, de seus interesses privados, logrando controlar o Estado para agir em seu favor e a serviço, novamente, do capital internacional.

Instaura-se a ditadura militar com o golpe de Abril de 64. Tratou-se, segundo a clássica conceituação de Fernandes (op. Cit), de uma “contra-revolução preventiva”¹⁰⁹, impetrada para fazer face àquela situação potencialmente revolucionária em âmbito internacional e amplamente contestatória do sistema, no espaço nacional, advindas ambas tanto das mazelas do próprio capitalismo quanto das experiências socialistas que eram na ocasião seu contraponto. O advento do regime da “autocracia burguesa” é considerado, assim, como a “expressão da impossibilidade estrutural da

¹⁰⁹ A situação vivenciada com o Golpe de 64, segundo Fernandes (1976) “nos coloca (...) diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora (...). Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva” (Fernandes, 1976, p. 297).

burguesia brasileira de ampliar minimamente suas bases de consenso junto aos segmentos subalternos, o que a obrigou a recorrer de modo sistemático e permanente à coerção aberta contra os ‘de baixo’” (COUTINHO, 2005, p. 258).

Conforme veremos à frente, ao tratarmos da situação contemporânea, esta estratégia de “transformação pelo alto” tornar-se-á inviável, e a burguesia, ainda uma vez a partir do Estado, vai saber se utilizar do *transformismo*, segundo Gramsci uma das conseqüências da revolução passiva, para cooptar um antigo representante da classe trabalhadora e colocá-lo como dirigente dessa nova situação, que tem sido demarcada como de contra-reforma¹¹⁰, em que a burguesia busca constituir sua dominação através de processos hegemônicos. A ideologia sustentada no Governo Lula-PT é maior expressão ideal desse projeto de consolidação desta hegemonia, marcadamente conservadora, no seio da sociedade brasileira contemporânea.

Retomando a linha de argumentação, afirmo que o capital monopolista, com o controle do Estado exercido via Forças Militares, pode finalmente encontrar as condições sócio-políticas necessárias a sua consolidação na periferia do sistema. No quintal do desenvolvimento capitalista, sob os auspícios de uma burguesia nacional servil ao imperialismo, o monopólio vai desenvolver-se de forma brutal e selvagem, com forte componente concentrador de renda e maior capacidade de drenagem, para o exterior, de parcela crescente do excedente econômico nativo. Algo muito distante daquele modelo fordista-keynesiano europeu que, numa fase de onda longa expansionista, pautava-se na ampliação das condições de cidadania, ainda que burguesa, a parcelas significativas de sua população.

Aqui nos trópicos brasileiros, o Estado, no pós-64, responsabiliza-se por dar prosseguimento ao modelo dependente de integração do país ao capitalismo monopolista em nível internacional, com a finalidade de readequar o esquema de acumulação em proveito do grande capital internacional, assumindo, seja o papel de repassador de renda para os monopólios transnacionais, seja os ônus sociais advindos dessa tessitura excludente.

¹¹⁰ No próximo capítulo, trato desta possibilidade de utilizar o conceito de transformismo como parte das estratégias de composição da ideologia burguesa em tempos de contra-reformas neoliberais, apropriando-me de problematizações feitas por Coutinho (2007).

Em vista disso, um de seus caracteres essenciais, no período, é ser antinacional, além de antidemocrático (NETTO, 1996). Ademais, o novo ordenamento político-institucional forjado pela ditadura agia no sentido de agravar as históricas distorções da sociedade nacional. Entretanto, se por um lado visava a um controle forte e austero do governo¹¹¹ sobre a sociedade com vistas à estabilidade necessária ao pleno desenvolvimento do capital monopolista, trazia como produto contraditório da “modernização conservadora” o real crescimento e desenvolvimento econômico e, principalmente, engendrava os sujeitos e processos que iriam, em futuro breve, destruir a ditadura.

Antes que esta reversão fosse possível, contudo, os 20 anos de ditadura militar no Brasil lograram construir uma sociedade onde foram exacerbados os seus constituintes de desigualdade e exclusão de parcelas cada vez mais crescentes das classes e camadas trabalhadoras. Um país no qual Abranches (1985) viu o convívio, ao mesmo tempo, de um pequeno país europeu e de um grande país pobre, como uma Etiópia, por exemplo (p. 11).

Tivemos, assim, uma realidade econômica que se pautou em profundas transformações na estrutura produtiva, com sua ampliação e implantação de novas atividades: “o novo ciclo caracterizou-se pelo crescimento, maior integração e diversificação adicional do parque manufatureiro nacional” (ABRANCHES, op. Cit., p. 15), além do acervo de investimentos oriundos do setor produtivo estatal.

É recorrente se falar dos anos 70, especialmente, como os anos do chamado “milagre econômico” brasileiro, visto o crescimento exponencial de sua economia, que chegou aos espantosos índices de cerca de 11, 2 % de crescimento do PIB entre 67/73 e 7,1% entre 73/80¹¹². É notório que o crescimento mais substantivo fica restrito aos anos que vão do Golpe até

¹¹¹ Behring (2003) sintetiza: “Portanto, têm-se uma combinação, no pós-64, entre a tradicional democracia restrita e a orientação modernizadora de um governo forte, num Estado sincrético (porque são mantidas algumas aparências democráticas), autocrático e oligárquico, requerido pela difícil administração de tempos históricos discordantes e pelo exercício da dominação burguesa. Mas não por muito tempo, já que as forças de contra-hegemonia desencadeadas pela própria modernização em breve solapariam esta forma de despotismo, pondo fim ao regime militar” (p. 106).

¹¹² Abranches (1985) explora um conjunto amplo de dados sobre a economia brasileira no período do milagre econômico. Além do citado acima e de outros tantos, ele demonstra a simetria entre industrialização e urbanização, ao apontar que a população urbana cresceu, entre 1940 e 1980 de 31% do total para praticamente 68%, o que significou a inversão da composição populacional brasileira.

meados da década de 70, condizendo com um período de três lustros nos quais Netto (1996) identificou a gênese e o ocaso do *processo* da autocracia burguesa¹¹³. A partir de então, a legitimação do sistema torna-se cada vez mais problemática, já que o único fator de estabilidade da dominação, que era o crescimento econômico, passa a mostrar claros sinais de deslocamento descendente.

Se o crescimento econômico é uma das expressões concretas do “processo da autocracia burguesa”, o suporte político desta ordem assume feições regressivas e repressivas. O enfrentamento das seqüelas oriundas do desenvolvimento monopólico do capital na periferia foi delegado, por um lado, à repressão (da qual o Ato Institucional nº 5 é a expressão mais emblemática)¹¹⁴, e por outro, à disseminação de políticas sociais no interior de um aparato estatal autocrático.

Isso impôs um dualismo em suas ações no âmbito do tratamento da “questão social”. Assim foi na política de educação, de saúde, de habitação, e nas experiências do BNH, do SFH, do INAMPS e INPS, da LBA, etc., que são exemplos da fragmentação, da privatização, da precariedade da atenção dada às seqüelas da “questão social” no período da ditadura militar.

Neste sentido, apesar de sua real interação, ainda que subalterna e dependente, à segunda etapa do imperialismo (o capitalismo tardio), não se constitui aqui a ampliação da democracia e da cidadania nos moldes que vimos acontecer na Europa Ocidental, especialmente, mas também em outros cantos do planeta. É tanto que foi cunhada a expressão Estado de mal-estar social¹¹⁵,

¹¹³ Analisando a ditadura militar brasileira, Netto (op. Cit.) destaca a existência de um ciclo ditatorial com momentos diferenciados, cujo conjunto ele chama de *processo da autocracia burguesa*, dado em três lustros, de abril de 64 a março de 79, ou seja, do golpe à posse do General Figueiredo. Portanto, para Netto, o fim do ciclo autocrático não coincide com a democratização nem com a desarticulação do Estado autocrático, mas com a incapacidade da ditadura continuar a reproduzir-se como tal, passando para uma postura política defensiva.

¹¹⁴ No curso da autocracia burguesa a luta de classe se apresenta mais dura e encontra no aparelho repressivo seu limite. Inclui censura, torturas, exílios, cassações de mandatos, supressão de liberdades civis e políticas. Durante parte do período ditatorial militar no Brasil os movimentos sociais foram calados à força, enquanto o país envereda pela política econômica aventureira que foi por aqui denominada de milagre.

¹¹⁵ Fernandes (1976) dissecou a natureza do Estado servil ao capitalismo monopolista na periferia da seguinte forma: “As classes e estratos de classe burgueses patrocinaram (...) um intervencionismo estatal *sui generis*. Controlado, em última instância, pela iniciativa privada, ele se abre, em um pólo, na direção de um capitalismo dirigido pelo Estado, e, em outro, na direção de um Estado autocrático. (...) O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da Nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional. Porém, para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar

em lugar de Estado de Bem-estar social, para designar o formato assumido pelo Estado brasileiro, já que nunca foi possível, pela submissão aos interesses do capital internacional, e pela própria concepção de vida e de homem da burguesia nacional, construir um corpo estrutural de políticas sociais públicas universais, nem sequer uma economia que pudesse garantir pleno emprego, apesar daquele espetacular crescimento econômico e dos sucessos no campo da industrialização pesada.

As respostas às seqüelas da “questão social” sempre foram, no Brasil, parciais, além de fragmentadas¹¹⁶. A vigência da ditadura potencializou e cristalizou estas características, enquanto suprimia, pela repressão, as reais possibilidades de seu equacionamento pelas camadas de inspiração democrática. Isso significou que a classe trabalhadora brasileira e parcelas da “baixa” classe média jamais puderam usufruir do “milagre econômico”¹¹⁷, pois viveram durante a ditadura o maior arrocho salarial da história do país¹¹⁸, uma

visibilidade histórica ao desenvolvimento extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia” (p. 346).

¹¹⁶ Foi nos anos 30, com a ascensão de Vargas, que se instaurou no Brasil uma política trabalhista cujo objetivo principal era reprimir os esforços organizatórios autônomos da classe operária. Antes disso, o grosso da ação estatal na “questão social” era dado em torno do aparato repressivo. O Estado, a partir de 30, ao reconhecer e legitimar a “questão social”, se encarrega de postular uma ideologia que transforma os conflitos em entes básicos da sociedade, portanto, incapazes de gerar inquietação social. A legislação social, pautada nessa ideologia, surge no sentido de incorporar o sindicato ao Estado, conduzindo a “questão social” no interior de um discurso integrador e paternalista. Segundo Cerqueira Filho (1982), essa teoria e o corporativismo advindo do Estado eram indispensáveis para reinscrever na relação entre Estado e classes, a teoria da integração social. O Estado, que aparece como ente acima das classes, seria o responsável por coordenar e harmonizar os conflitos, subordinando-os aos interesses superiores da nação. No interior desta configuração, a legislação social (e especialmente a CLT de 43) será tomada como principal mecanismo utilizado pelo Estado para reprimir o embate entre o capital e o trabalho, podendo utilizar-se de sua marca paternalista, que unia o autoritarismo ao sistema de favor. Tal união pode ser observada na repressão contida na legislação sindical (ex.: atrelamento ao Estado, proibição de greve, etc.), e na legitimidade conferida à “questão social” através da legislação social. Inerentes ao discurso governamental são as justificativas esdrúxulas acerca das origens da “questão social”, como da legislação que pretende introduzi-la no cenário político. O discurso ideológico dominante entende os problemas sociais como universais, ou seja, não específicos da ordem capitalista - buscando ocultar ou desconsiderar os antagonismos intrínsecos à ordem do capital. No caso do Brasil, quando comparado aos outros povos, os do velho mundo, que passaram por lutas sangrentas, imbuídos por ideais socialistas que nada teriam a ver com as características nacionais, procura-se fazer crer que os motivos da existência, entre nós, de uma legislação social estariam relacionados a um “imperativo puramente moral”.

¹¹⁷ Segundo a análise de Mota (1995), “o chamado “milagre econômico” da década de 70 é o produto acabado de um movimento em que economia e política se vinculam estreitamente para viabilizar um processo de modernização conservadora. Suas características foram as benesses concedidas ao capital estrangeiro e aos grupos nacionais, o que permitiu a concentração e centralização do capital, além de instituir um padrão de industrialização dirigido ao atendimento da parcela elitizada de consumidores internos e às demandas do exterior. É nessas condições que o período 1967-74 é considerado de recuperação e expansão da economia brasileira” (p. 60).

¹¹⁸ Abranches (1985) demonstra que o salário mínimo, do qual vive a maior parte da classe trabalhadora brasileira, sofreu uma perda real de valor de cerca de 44% entre 1964 e 1984 (p. 28). Ele recorda que, “na dinâmica do desenvolvimento, quando a renda cresce e as desigualdades aumentam ou permanecem em

brutal concentração de renda nas camadas de elite, e um escoamento sem precedentes das riquezas aqui produzidas em direção aos centros hegemônicos do capitalismo internacional. Tudo isso produziu uma dívida social cujos frutos até hoje colhemos.

Explorando comparação de dados acerca da distribuição de renda no país, Abranches (1985) a demonstra claramente, quando observa a crescente apropriação desigual da riqueza pelos diferentes grupos sociais (ou classes sociais). Ele mostra que, se em 1960 a faixa de cidadãos mais ricos (1% da população) detinha 12% da renda nacional, em 1970 a fatia chega a 15% e em 1980 a 17%. Isso significa que “os 10% mais ricos captavam em torno de 50% da renda em 1980 e os 20% mais pobres, não mais que 3%” (p. 27).

O conjunto dos dados que o autor explora, e são muitos¹¹⁹, seguem todos no sentido de demonstrar o crescimento da pobreza, da miséria, da desigualdade social no Brasil, que aparecem em um grande número de indicadores. Isso tudo em comparação com uma situação de grande crescimento econômico por pelo menos uma década no país. Nota-se, assim, que “o padrão de desenvolvimento das últimas décadas consolidou focos estruturalmente duros de pobreza, de difícil erradicação (p. 30) [além de impor - NSA] restrições à política social¹²⁰, desenhando caprichosamente o perfil da escassez” (ABRANCHES, op. Cit., p. 50).

níveis muito altos, pode agravar-se a privação material dos mais pobres. Não se trata de privação relativa, isto é, em comparação àquilo que os mais ricos podem obter, além do indispensável, mas de dificuldades reais dos pobres em obterem uma “cesta básica” satisfatória de bens e serviço” (p. 28).

¹¹⁹ Na obra em questão Sérgio Henrique Abranches explora dados referentes às condições do crescimento econômico brasileiro e da expansão da pobreza e da miséria. Expõe os níveis de renda per capita, nível salarial, mortalidade infantil, expectativa de vida, dados sobre saúde, habitação, condições sanitárias e de alimentação, etc. Em seguida analisa a ação do Estado ditatorial sobre estas seqüelas da “questão social”.

¹²⁰ Conforme Abranches (op. Cit), “a política social brasileira, no período anterior ao regime militar, continha uma série de vícios oriundos de uma prática elitista e populista de intervenção estatal. Tratava-se de um padrão de inclusão seletiva de grupos sociais estratégicos e mobilizados, caracterizado pela predominância de mecanismos de cooptação. A incorporação social e política das classes desprivilegiadas se fazia através do Estado. (...) Os benefícios sociais passam usualmente a integrar uma rede burocrática e clientelista, que submete as organizações da sociedade ao controle das agências governamentais (...) [num - NSA] misto de concessão e coerção, satisfação e controle, integração e manipulação. O regime militar não rompeu com essa visão do direito social como privilégio, mas quebrou o padrão de cooptação, trocando a negociação, controlada e desigual, pela repressão à ação coletiva e pela intervenção nas organizações populares. À integração seletiva, política e social, sucederam-se a exclusão em princípio e a reintegração burocratizada” (p. 53). Na ditadura, portanto, desenha-se um padrão de políticas sociais pautado, segundo Abranches (1985) nas seguintes características: ausência de pressões de baixo; absoluta centralização decisória; fragmentação do aparelho do Estado em inúmeros segmentos autônomos; acentuada tendência à privatização.

Aquele *mix* entre assistência e repressão pelo qual a ditadura reconfigurou o trato da “questão social” impôs uma constelação dual em suas ações, pois

“(...) no mesmo passo em que impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas (...). Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social¹²¹ e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do *Welfare State* europeu. Outra herança é a de que, mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo *assistencial-industrial-tecnocrático-militar*” (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p. 137).

Em virtude dessa realidade gritante, recolhi em Netto(1996) o perfil de Brasil legado pela ditadura militar:

- 1) concentração brutal da propriedade e da renda;
- 2) padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e voltado para atender demandas de elite (lembrem-se que a implantação do capitalismo monopolista não significava nem significou a reversão da condição dependente e tardia do nosso capitalismo);
- 3) constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada;
- 4) pauperização relativa de sua população, sem precedentes no mundo contemporâneo;
- 5) concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais.

¹²¹ É importante a observação dessa característica singular brasileira, já que aqui a ampliação das políticas sociais se dá por fora do pacto social-democrático próprio das experiências européias, e o resultado disso “foi uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho, mas que ampliou o mercado interno, embora aquém de suas possibilidades, alimentando os sonhos da casa própria, dos filhos doutores, do “Fuscão” na garagem entre os segmentos médios e trabalhadores” (p. 135). Foi como parte deste cenário que se expandiu “a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista” (Behring & Boschetti, 2006, p. 135).

O esgotamento do modelo econômico desenvolvido pela ditadura dá seus primeiros sinais em meados dos anos 70. Começa a cair por terra, assim, sua única fonte de legitimação. Os militares ainda tentaram encampar uma estratégia de sobrevivência fundada no chamado “processo de distensão”¹²², uma tentativa de auto-reforma com vistas a recomposição do sistema de relações para continuar servindo ao capital monopolista (Netto, 1996). Mas não obtêm êxito.

Ao final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, aquele crescimento econômico anteriormente observado encontrava-se revertido. Se a economia entrou em franca desaceleração a partir de 74¹²³,

“os sintomas de colapso (...) seriam confirmados a partir de 1980, com a queda expressiva dos principais indicadores de atividade” (p. 17). A renda caiu, no período, 12,7%, o Produto Industrial, 15, 6% e o emprego industrial, em torno de 20%. (...) A inflação permaneceu em alta, enquanto a política salarial contribuía para reduzir ainda mais a capacidade de consumo, agora com o achatamento dos salários da classe média (...)” (ABRANCHES, 1985, p. 17-18).

É preciso ter em conta, desde sempre, que a crise econômica da qual estamos falando, que mostrou sua cara no Brasil no final dos anos 70, mas realmente se consolida nos anos 80, é expressão particular-concreta, ainda que retardatária, em vista da realidade brasileira dos anos 70, da crise estrutural do capitalismo em nível internacional, da qual falamos nos Capítulos I e II, e toma parte, portanto, no quadro de reversão da onda longa expansiva e de dominância da onda longa de estagnação que passa a conformar a economia capitalista¹²⁴.

¹²² Devido aos mecanismos de pressão social interna e externa, o General Geisel inicia um processo de abertura política institucional “lenta, gradual e segura”. Uma de suas primeiras consequências é o retorno dos exilados e banidos do país.

¹²³ De acordo com os dados sintetizados em Abranches (op. Cit.), “enquanto a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto cai de 14% em 1973 para 9,8% em 1974 e 5,6% em 1975, na indústria a perda de ritmo é mais acentuada, variando, para o Produto Industrial, de 15,8% em 1973 para 8,4% em 1974 e 4,5% em 1975” (Serra, apud Abranches, p. 17).

¹²⁴ Do dito acima não se retire a impressão de que considero a crise brasileira como apenas um *reflexo* ou *produto direto* da crise internacional. Divido com Mota (1995) o entendimento dialético de que é no movimento de articulação entre o particular e o geral no seio da totalidade histórica (p. 63) que podemos

Mandel (1982) apontou que os países de Terceiro Mundo, especialmente os não exportadores de petróleo, foram atingidos cruelmente pela crise capitalista, de quatro maneiras: 1) agravando o déficit de seu balanço de pagamentos; 2) perdendo recursos na importação de víveres e fertilizantes químicos; 3) diminuindo seus recursos em divisas e aumentando as despesas; 4) regredindo a produtividade da agricultura e estagnando a produção industrial. Sua conclusão é que a crise golpeia mais fortemente, assim, os países mais fracos economicamente.

No Brasil, a crise dos anos 80 tem como base o esgotamento do modelo até então desenvolvido, baseado no tripé Estado-capital-estrangeiro-capital-nacional, que logrou seus resultados, mas tornou-se incapaz de seguir adiante porque, como asseverou Mattoso (1995), estava em dissonância com o desenvolvimento do capitalismo no mundo, que enveredava por uma crise global que nos atinge a todos até hoje (da qual tratei dos aspectos gerais nos capítulos I e II).

Um dos resultados da recessão e crise que assola o capitalismo central é a interrupção do afluxo de capitais produtivos para o país, que nos anos 80 fogem como o diabo da cruz em vista da crise que se avoluma e da nova orientação financeira internacional, o que levou o país a um desastre dos termos da finança e ao endividamento exacerbado¹²⁵. O Brasil torna-se, a partir de então, “pobre provedor de capitais para os centros hegemônicos, sob a forma de pagamento da dívida externa, com o ônus do empobrecimento e da miséria da sua população” (MOTA, 1995, p. 69).

Destarte, se a crise contemporânea do capital se apresenta tardiamente no Brasil, isto se dá em função daquela relação orgânica, embora assimétrica (porque desigual e combinada), entre centro e periferia do sistema. Caio Prado Júnior (2004) já previa que o Brasil sofreria duramente por ter

entender como a crise brasileira, não sendo apenas expressão periférica da crise do capital em âmbito internacional, é por ela determinada.

¹²⁵ No início dos anos 80 o processo de endividamento da economia nacional não tinha nada de recente. Todavia, pela mudança brutal na política de financiamento dirigida aos países da periferia do capitalismo, principalmente em decorrência da reorientação da política econômica norte-americana, aquele processo de endividamento tornou-se incontrolável. Recordamos Behring & Boschetti (2006), com base em dados de Toussaint (1998) que na entrada dos anos 80 saiu-se de taxas de juros que variavam entre baixas ou negativas “para um salto percentual em torno de 19% em 1981 e 27% em 1982, por parte dos credores, de forma que houve uma inversão explosiva da transferência de divisas dos países que contraíram empréstimos em prazos muito curtos, mas que foi acompanhada também da queda das exportações de matérias-primas, nos países ao sul da Linha do Equador” (p. 138).

optado por uma política econômica oportunista, pautada no afluxo de recursos externos, criando um endividamento crescente e o conseqüente déficit no balanço de pagamentos. Segundo o autor, o que o Brasil logrou dessa aventura dos anos 60 e 70, apesar do razoável ganho no crescimento industrial, foi uma indústria de bens de consumo durável sem infra-estrutura apreciável e dependente do fornecimento de insumos externos. Vemos, assim, que as expressões emblemáticas da crise na forma em que ela se apresenta no Brasil aparecem no crescimento da dívida externa (um dos resultados seja da política deliberada de endividamento seja da alta dos juros em âmbito internacional) e na alta dos preços do petróleo, que, ao somarem-se e desequilibrarem a balança de pagamentos, postulam o aumento da inflação e da dívida interna.

Entretanto, o final dos anos 70 e início dos 80 era também para o Brasil o período de efervescência de uma crise política que trazia à baila novamente a pressão das massas populares, em particular da classe operária, que surge, a partir do movimento sindical (ou do novo sindicalismo, como ficou conhecido no Brasil) como protagonista do processo de redemocratização que movimenta o país. É por esta particularidade que no Brasil não é possível a gestação do programa de ajuste neoliberal nos anos 80: porque acompanhou este deslocamento da atividade econômica a ampliação da organização e movimentação popular, especialmente através da nova estrutura sindical que é resultado do próprio desenvolvimento da industrialização pesada¹²⁶.

Por aqui ressurgem e se desenvolvem as organizações dos trabalhadores e suas lutas. No campo, articula-se a CPT e os sindicatos rurais. Ao mesmo tempo, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nas cidades, surgem os sindicatos de “colarinho branco” e o “novo movimento sindical”, cujo eixo era a indústria automobilística que deu origem, entre 78 e 79, às grandes greves do ABC paulista, de onde surgiu, como

¹²⁶ “O novo padrão de industrialização, baseado na grande empresa, privada e estatal, nacional e multinacional, na organização oligopolista dos mercados, no dinamismo do setor de bens duráveis de consumo e no crescimento, também rápido, dos setores de insumos básicos e bens de capital, promove importante alteração na composição da classe trabalhadora. Esse novo modelo social requer um contingente ponderável de trabalhadores qualificados, com grande capacidade de organização e mobilização. A concentração industrial promove a concentração operária e desenha os caminhos do novo sindicalismo, característico dessa etapa de industrialização baseada na grande indústria” (Abranches, 1985, p. 21).

sabemos, Lula. A nova sede de democratização se faz a partir de uma ampla mobilização popular por todo o país. Havia nascido o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e foram estas organizações que inicialmente encamparam uma das maiores expressões dos anseios, sonhos e projetos populares do período, que foi a luta em torno das eleições diretas, a conhecida campanha “Diretas Já” de 1984¹²⁷, movimento que mobilizou amplas camadas democráticas e populares do país no afã de finalmente ver ruir a ditadura militar e traçar o cenário de uma organização societária com suporte popular e de classe, para de uma vez enfrentar as abissais desigualdades sociais brasileiras e a rigidez e o conservantismo político-cultural que sempre entravaram a participação das classes trabalhadoras nos processos e decisões sobre o destino do país.

MOTA (1995) sustenta que a década de 80 deve ser considerada como um período em que convivem traços de continuidade e de saturação do modelo que vinha de 64:

“Podemos dizer que, em nível da economia, foi uma década que *congelou* algumas situações deflagradas desde os finais dos anos 70. Daí ser considerada por muitos como a *década perdida*, em função das baixas taxas de crescimento do PIB, da compressão dos salários e do aumento da concentração da riqueza. Ao mesmo tempo, metabolizou um novo processo político, cujo principal protagonista foi a ação organizada de expressivos setores da sociedade civil, rompendo as bases de sustentação da ditadura militar e resultando, assim, no restabelecimento do Estado democrático” (p. 62).

Mais uma vez, contudo, as forças mais progressistas foram derrotas no movimento das “Diretas Já” e o saldo foi uma eleição indireta a partir do suporte institucional de um Colégio Eleitoral. Behring (2003), tomando como base Fernandes, recorda que o movimento das “Diretas”

¹²⁷ Em torno da bandeira das “Diretas Já” se uniram, na seqüência, para a criação de uma Frente Única, o PT, PMDB, PDT, CUT e CONCLAT.

“revelou uma radiografia da sociedade brasileira assustadora para as tradições culturais das elites, mostrando uma inquietação social mais forte que em 64, a qual anunciava um período histórico de ritmos fortes e ricos. O Colégio Eleitoral foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contra-revolução, se é observado o aspecto no qual as elites no Brasil sempre tiveram uma profunda unidade política: conter a emancipação dos trabalhadores” (p. 139).

Em virtude desse desfecho, significaria então que mais uma vez a burguesia brasileira logrou construir uma saída “pelo alto” para os dilemas impostos pela realidade de crise nos anos 80? Ou seja, restabeleceu no presente a ampla trajetória brasileira de desconhecimento e impedimento da participação popular nos destinos da nação? Uma resposta positiva a esta questão está em Ortiz (2006), que toma como base Fernandes (1976) e Ianni (1989). Ianni (apud Ortiz, 2006) parte do princípio de que o colapso dos regimes ditatoriais do continente latino-americano não significou sua derrota, já que não foram dissolvidos os aparatos estatais por eles organizados. Para ele, a maior parte dos governos militares da região, em conjunto, foi capaz de forjar um pacto de coalizão e conciliação para realizar a `abertura`, a `redemocratização`, conjugando setores conservadores com liberais da oposição democrática e com os conservadores e liberais da própria ditadura.

Em Fernandes (1976) o projeto de abertura aparece como significando o caminho de uma “democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação” (p. 358-359), resultado último de um período de “paraíso burguês” que existiu no Brasil no pós-64.

Encontramos em Coutinho (2005) e Mota (1995) um contraponto a estas visões. Em face das acepções de Fernandes (op. Cit.), COUTINHO (2005) enfatiza suas discordâncias:

“Embora [Florestan Fernandes - NSA] denunciasse com lucidez os limites “transformistas” do *projeto* de “abertura”, (...)

parece ter subestimado¹²⁸ (...) o fato de que tal projeto foi atravessado e contraditado por um *processo* de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras. O “processo” de abertura, atuando de baixo para cima, abriu e conquistou espaços que nem de longe estavam previstos no “projeto” geiseliano-golberiano, que previa apenas uma reforma da autocracia “pelo alto”, com a conservação de suas características essenciais” (p. 259).

Mota (1995), por seu turno, também advoga que os anos 80 configuram uma década de transição, em que os processos políticos de *transição pelo alto* não encontram possibilidade de continuação na sociedade brasileira. Para a autora, as estratégias arregimentadas pela burguesia nos anos 80 se sustentam na busca de hegemonia¹²⁹. Por isso, defende

“(...) a tese de que o *novo* reside no fato de a burguesia **não mais querer nem poder** exercitar *pelo alto* este poder. Para universalizar a sua ordem é necessário formar uma cultura geradora do consentimento das classes – isto é, constituidora de hegemonia”¹³⁰ (p. 47) (grifos da autora, negritos meus).

¹²⁸ Coutinho (2005) dirige suas críticas mais diretamente às concepções de Florestan Fernandes que são posteriores ao clássico “Revolução Burguesa no Brasil”. Contudo, mesmo para essa obra, o autor discorda de um dos conceitos centrais usados por Florestan, que é o de autocracia, a partir do qual o autor sempre supôs, segundo Coutinho, que a burguesia brasileira seria incapaz de reciclar as bases de sua dominação, e adotar formas mais consensuais ou democráticas.

¹²⁹ É preciso esclarecer que Mota (op. Cit.) parece partir, segundo meu entendimento, do pressuposto de que o conceito de transformismo, como historicamente vem sendo utilizado, toma parte da tradição a partir da qual se apresenta como uma das formas de traduzir concretamente a “revolução passiva”. Por isso a autora, ao negar a identificação de uma nova fase de “modernização conservadora” como suporte explicativo da situação brasileira contemporânea, nega também o conceito de transformismo: “(...) podemos argumentar que as atuais estratégias do capital – nas quais se inclui a construção de uma nova cultura política - não se confundem com o *velho* e conhecido *transformismo*, legitimador do poder da burguesia para realizar redirecionamentos na intervenção do Estado” (p. 47). A minha hipótese de trabalho se baseia na idéia, embrionariamente apontada por Coutinho (2007) em artigo recente, de que o transformismo, como fenômeno político, não é exclusivo dos processos de revolução passiva. Assim, como mostrarei, defendo a tese de que o Governo Lula-PT expressa um caso clássico de transformismo, ao assumir a função ideológica de tornar hegemônico o projeto do capital consubstanciado, entre outras, nas contra-reformas neoliberais. Assim, nos discursos sobre crescimento, desenvolvimento econômico e “pobreza”, trabalha como dirigente da classe burguesa na disseminação seja de explicações seja de programas de ação que dão base de sustentação e consolidam a hegemonia burguesa, produto e resultado final daquele processo em transição configurado por Mota (1995) como “cultura da crise”.

¹³⁰ E Mota (op. Cit) prossegue: “A rigor, a partir da segunda metade dos anos 80, constatamos, no conjunto das transformações vividas pela sociedade brasileira, o surgimento de um novo processo de luta entre as classes fundamentais no Brasil. A ação política organizada de frações da burguesia e das classes

Do que foi dito, por ora importa reter que a transição para o período democrático se faz sem grandes rupturas com o passado¹³¹, ainda que deixando um saldo de cultura democrática, através daquele *processo* de abertura de que nos falou Coutinho (2005), impossível de ser desprezado em qualquer análise. Ocorre a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e, logo em seguida, sua morte, até hoje cercada de uma aura de mistério. Assume o governo José Sarney: um filhote da antiga Arena, partido oficial dos governos militares. Entra em cena a Nova República¹³², dessa forma vacilante, cheia de contornos advindos da ditadura, mas preñe de possibilidades de disrupção.

O Governo Sarney, quando assume, tem que se defrontar com a crise sócio-econômica brasileira, que pululava. Na verdade, era uma realidade continental, já que toda a América Latina viveu o estrangulamento de sua economia. Alguns indicadores destacados por Kucinsky & Brandford (1987 apud Behring, 2003) apontam que entre 1980 e 1985 o investimento interno bruto caiu em 26,9%; o PIB *per capita* decresceu 8,9%; o fluxo de importações em 41,0%; e o crescimento médio do PIB foi de 2,3% entre 1981 e 1985, mostrando-se insignificante (p. 132).

Enquanto os indicadores denotavam a fragilização da economia, a dívida do Brasil crescia, levando à busca de superávits comerciais para saldá-la, a partir da prioridade à exportação. Ademais, boa parte da dívida que se acumulava, embora tenha sido produto do endividamento privado, foi

trabalhadoras, via sindicatos, partidos e outros movimentos organizados, nos permite caracterizar esse período como de ruptura com os parâmetros de organização e conflito que vigiam desde 1964, implicando, por isso mesmo, uma redefinição das práticas sóciopolíticas das classes” (p. 63).

¹³¹ Para Sader (apud Ortiz, 2006) “quando a ditadura se esgotou, as elites simplesmente amarraram o destino da oposição aos limites que a própria ditadura impunha, por meio do PFL. Assim, o regime que nasceu na década de 1980 tomou a feição de um pacto de elites feito no Colégio Eleitoral e não da campanha popular pelas eleições diretas” (p. ...). Como se observa, Sader parece também conjugar da tese de que se conforma mais um pacto para realizar as reformas pelo alto, na sociedade brasileira dos anos 80.

¹³² Para Abramides & Cabral (1995) “A Nova República se impõe por meio de um Colégio Eleitoral, depois de esmagar a vontade de milhões de brasileiros que clamavam por diretas-já, em 1984. Constituiu-se um pacto das elites para substituir o insustentável regime militar por um governo de roupagem democrática que, sob a ideologia “mudancista” tenta se assenhorar das bandeiras históricas das classes trabalhadoras com o intuito de adquirir respaldo popular e dar continuidade ao mesmo tipo de dominação capitalista do período militar. Continuam intactos os aparatos repressivos utilizados contra os trabalhadores: a lei de greve, a estrutura sindical fascista e a Lei de Segurança Nacional” (p. 79). As analistas corroboram, portanto, com a tese de mais uma estratégia de mudança “pelo alto” impetrada pela burguesia nacional e internacional nos anos 80.

“socializada”¹³³, sob pressão dos organismos financeiros internacionais. Ficou para os governos, segundo BEHRING (2003), três opções para lidar com a necessidade de angariar recursos e cobrir o déficit: *cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes*. A opção foi pela “emissão de títulos, elevando os juros e alimentando o processo inflacionário” (p. 134):

“O Brasil saltou de uma inflação anual de 91,2% em 1981, para 217,9% em 1985 (Kucinski & Brandford, 1978:45). As baixas da crise do endividamento foram muitas: o empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos 1980” (BEHRING, 2003, p. 134)¹³⁴.

Veja-se, assim, que nos anos 80, quando os determinantes da estagnação da economia capitalista em nível mundial finalmente chegam ao Brasil¹³⁵ e tomam feições particulares, ditadas pela estrutura e conjuntura

¹³³ A análise efetuada por Behring, com base em Kucinski & Brandford (1987) e Cano (1994) aponta que no Brasil 70% da dívida externa tornou-se estatal, num circuito de ciranda financeira decisivo para o descontrole inflacionário brasileiro. “A estatização de dois terços da dívida externa, de acordo com Cano – e este elemento é muito importante para compreender a crise do Estado no Brasil e o quanto é ideológica sua “satanização” – ocorreu a partir de 1978/79, e passou a exercer uma dupla pressão sobre a economia: uma demanda violenta de títulos cambiais para o serviço da dívida, acrescida de novos encargos de juros internacionais e dos juros da dívida pública interna, esta última crescente para fazer face à compra de cambiais para atender àquele serviço. (...) Os resultados desse processo foram terríveis na “década perdida” brasileira: taxa média de crescimento de 2,1% (na indústria, de 1%); redução da taxa de investimento e recrudescimento da inflação” (Cano, 1994, apud Behring, 2003). No caso específico do Brasil, a autora, mais uma vez citando Kucinski & Brandford (op. Cit.) assegura que 50% da nossa dívida foi consequência direta da alta do petróleo. Entre 1973 e 1981 a dívida brasileira passou de 13 bilhões de dólares para 75,7 bilhões de dólares (p. 135).

¹³⁴ Behring ressalta também (citando Nogueira, 1998), “que ao longo dos anos 1980 as dificuldades do Estado brasileiro adquiriram transparência em alguns aspectos: sua intensa centralização administrativa; sua hipertrofia e distorção organizacional, por meio do empreguismo, sobreposição de funções e competências e feudalização; sua ineficiência na prestação de serviços e na gestão; sua privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos e na estrutura de benefícios e subsídios fiscais; seu déficit de controle democrático, diante do poder dos tecnocratas e, dentro disso, o reforço do Executivo em detrimento dos demais poderes” (p. 147).

¹³⁵ É preciso ter em conta, contudo, como assevera Mota (1995) e como já indiquei anteriormente, a dialética relação entre elementos endógenos e exógenos no desencadear da crise brasileira. “(...) do ponto de vista mais global, os diagnósticos indicam, quase por unanimidade, que a crise brasileira não é produto

nacional, aquela que era então a oitava economia mundial não encontra saídas em torno da continuação dos seus investimentos industrializantes, pois suas receitas estão comprometidas com a transferência de dólares para pagar as dívidas e, assim, o país passa a tomar parte diretamente na onda longa recessiva que se abate na economia mundial, sendo insustentável, portanto, a manutenção de uma situação de externalidade a ela.

Apoiado no mecanismo de juros flutuantes, em contraposição à taxa fixa do período anterior, o serviço da dívida se transforma no mecanismo básico de extorsão do excedente da periferia pelo capitalismo dos países imperialistas. O governo Sarney, a partir do Plano Cruzado¹³⁶, ainda pretendeu uma saída mais progressista e menos monetarista, mas não obteve êxito. Foi descaracterizado seja por pressão dos EUA, seja pela burguesia nacional, e não recebeu sequer o apoio da maioria dos segmentos democráticos e populares (Behring, 2003).

Com a falência do Plano Cruzado¹³⁷ e com a crise brasileira tomando contornos alarmantes, Sarney passa a adotar uma postura cada vez mais liberal:

“A partir de 1987, o discurso governamental sobre a política industrial volta-se para advogar a adoção de medidas conseqüentes para (Behring, p. 141) atrair o capital estrangeiro, desregulamentar a atividade econômica e facilitar a adoção de tecnologias novas” (Velasco e Cano, 1997: 79 apud BEHRING, 2003, p. 141)

direto da crise internacional, mas é por ela determinada em função do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e pelas relações sociais nele vigentes. Assim, não se trataria de um desdobramento da crise econômica internacional, nem tão pouco da expressão periférica da crise global, mas da constatação de que ela é uma manifestação particular de um movimento geral” (p. 63).

¹³⁶ Segundo Abramides & Cabral (1995), o Plano Cruzado foi elaborado por expoentes da economia saídos das universidades brasileiras e claramente ligados aos setores progressistas da sociedade. “O Plano se apropria das bandeiras históricas da classe trabalhadora: congelamento de gêneros de primeira necessidade, escala móvel de salários e seguro desemprego, o que confunde os trabalhadores, posto que esses aspectos são aparentes e não respondem efetivamente às reivindicações” (p. 85). Para que as medidas tivessem sucesso era preciso reformas profundas, como a reforma agrária e o fim da dívida, para ficar só nessas duas. Como isso não se faz, ficam prejudicadas suas propostas.

¹³⁷ O Plano Cruzado foi objeto de grande debate no Brasil. Segundo Velasco & Cruz (1997 apud Behring 2003), seu fracasso “residiu fundamentalmente na resistência ao seu caráter redistributivo da parte de grupos política e economicamente fortes e na incapacidade dos órgãos estatais de operacionalizarem o plano, em função da paralisia gerada pela dificuldade de conciliar interesses contraditórios das classes e segmentos de classe. Assim, a orientação do documento de 1985 foi definitivamente sepultada por Sarney” (p. 140).

É preciso considerar que, se nos finais dos anos 80, em meio à grave crise que tinha na inflação, no endividamento e na pobreza crescente da população seus maiores expoentes, o país dá seus primeiros passos em direção às políticas de estabilização nos moldes requeridos pelo capital internacional, traçando com isso o embrião da fase posterior (quando se dará a consolidação do neoliberalismo no Brasil), é também aí que se gesta uma disputa que se desborda no plano político-institucional.

Trata-se da expectativa, que engolfou muitos protagonistas de caráter progressista, de finalmente encontrar forças para construir um país mais distante das injustiças e desigualdades que são sua marca histórica e voltar a Nação, enquanto tal, para a consecução dos interesses da maioria da população. Os trabalhadores, através do movimento sindical, e um conjunto de organizações políticas e político-partidárias, através do movimento popular e dos “novos movimentos sociais”, voltam-se para a defesa da elaboração de um novo instrumento jurídico-legal, pautando uma Assembléia Constituinte livre e soberana, mas conquistando somente um Congresso Constituinte.

Mesmo com esse limite, que deve ser somado ao limite intrínseco a uma estratégia que se sustenta nos aspectos jurídico-legais da problemática, deu-se uma forte mobilização social na qual os trabalhadores tiveram papel político fundamental. Seu fulcro advém de um caldo de cultura política democrática que, ultrapassada a possibilidade das “diretas”, foi canalizado para os debates e embates em torno da nova constituição. As mobilizações e organizações de todo tipo - profissionais, partidárias, sindicais, populares, etc. – se articularam em torno da construção da Carta Magna, aprovada em 1988.

Há um consenso na intelectualidade de esquerda de que a Constituição de 88, a “Constituição Cidadã”, reflete o avanço democrático do país, expressando a extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos brasileiros e uma perspectiva que vislumbrava dar respostas à sua chamada “dívida social”. Mas reflete também, e por isso terá uma certa estrutura híbrida entre o velho e o novo, as disputas de hegemonia do período. É o que destaca BEHRING (2003), quando diz que

“O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos (...). Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (...), a manutenção de prerrogativas do executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica” (p. 143)¹³⁸.

Destarte, vemos que a derrota da ditadura e a falência de seu modelo econômico, desde que não implicou na quebra da dominação burguesa, mas em sua rearticulação em novos moldes, implicou o ascenso de formas de dominação democráticas e saturadas de hegemonia, sem significar, contudo, qualquer mudança em sua preferência pela vinculação dependente e periférica, portanto heteronômica, ao capital internacional.

Em vista disso, muito embora a força das aspirações progressistas de esquerda¹³⁹ referidas acima, os segmentos burgueses, via construção de um consenso que tem na “cultura da crise”¹⁴⁰ um de seus pilares, orquestraram um projeto de dominação e direção da sociedade brasileira, agora em moldes democráticos.

¹³⁸ Segundo Behring (op. Cit), “os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado em nossas paragens...): uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares. Houve mobilização social, por meio das emendas populares – 122 emendas, assinadas por 12.277.423 brasileiros (ANC, 1987:9) -, num movimento intenso e por vezes subestimado pelos analistas. Todavia, prevaleceram os acordos estabelecidos por uma maioria mais conhecida como “Centrão” – apelido que diz muito sobre a natureza de tal articulação – que inclusive prolongou o impopular governo Sarney por mais um ano” (p. 143).

¹³⁹ Mota (1995) pensa que o processo de liberalização política configurou nítidos traços de continuidade com o passado, o que tornou “o movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, a despeito das conquistas obtidas, preso a uma” “*transição com marcas subalternizadas*, posto que operou uma ruptura com a ditadura, mas não alterou, substancialmente, o peso político do latifúndio e do grande capital, sobretudo do capital bancário” (Mota, 1995 e Coutinho, 1992 apud Mota, 1995, p. 104).

¹⁴⁰ A tese de Mota (1995) é a de que o processo de transição democrática, com todos os problemas e esperanças frustradas, traz um produto de larga importância – a burguesia nacional, que historicamente exercitou seu domínio sem construir um projeto hegemônico que evidenciasse seu papel de classe dirigente no conjunto da sua classe e junto às outras classes, nos anos 80 gesta uma **cultura política da crise** que recicla aquelas bases históricas, erigindo novas formas de obtenção do consenso necessário à estruturação da sua hegemonia. Para a autora, a burguesia brasileira, a partir dos anos 80, **não pode e não quer** exercer o poder “pelo alto”, como já destaquei. Neste sentido, ela caracteriza o período como de ruptura com os parâmetros de organização e conflito que vigiam desde 1964, já que “o desenvolvimento progressivo do processo de socialização da política, protagonizado pela luta dos setores organizados das classes subalternas, é formador de uma direção política de classe e constitutivo de hegemonia” (p. 64). Em contraponto à construção dessa organização política da classe trabalhadora, a burguesia postula a construção de uma cultura da crise, deflagrando uma ofensiva que procura *funcionalizar* a luta dos trabalhadores e conquistar sua adesão e consentimento ao projeto neoliberal.

O capital transnacional rearranja sua ofensiva sobre o Brasil, e o ordenamento da constituição de 88 é colocado na contracorrente. Daí por diante, as críticas à Constituição, sua culpabilização pela crise em que é engolfado o Estado brasileiro e posteriormente sua desconstrução serão uma das estratégias das elites para quebrar as possibilidades democráticas e de extensão dos direitos de cidadania que ela continha/contém¹⁴¹. A retórica da necessidade de ajustes e planos de estabilização tornou-se pedra de toque do discurso político em toda a América Latina, mas a “década de 80 terminou com situação econômica vizinha à hiperinflação, depois de dez ajustes fiscais e sete máxi ou mini desvalorizações da moeda” (BEHRING, 2003, p. 137).

O dobre de sinos para uma perspectiva mais progressista e substantivamente democrática para o país se dá com as eleições de 1989, quando fica demonstrado que o sentido neoliberal do ajuste capitalista na periferia do mundo do capital já vinha sendo desenhado. O então candidato de esquerda, o petista Lula, é derrotado por Collor, que, segundo Antunes (2004), era a expressão bem sucedida de um imprevisto, já que os representantes orgânicos da direita e defensores do *status quo* não conseguiam fazer decolar suas campanhas.

A partir da vitória de Collor, como veremos, a ofensiva neoliberal ganha forças e entrará como enxurrada no país. É quando a agenda político-econômica brasileira assume o perfil almejado pelas agências multilaterais (Behring, op. Cit.). Com Collor, largamente fortalecida nas duas gestões FHC e, de maneira surpreendente incrementada e consolidada pelos dois governos Lula, a ofensiva do capital em tempos de mundialização financeira abarca o país e dita, como veremos a seguir, seu lugar na atual divisão internacional do trabalho: lugar subalterno, mais uma vez, e heteronômico, como sempre.

¹⁴¹ Como nos diz Mota (1995), a experiência da campanha eleitoral de 1989 tornou explícita a tensão dos discursos de direita e esquerda. “Enquanto os primeiros criticavam o *tamanho do Estado* e defendiam a desestatização, por meio da liberação de atividades para a chamada iniciativa privada, a esquerda criticava a ausência de regulação estatal e defendia a desprivatização do Estado, no sentido de publicizar a sua intervenção. Derrotada a esquerda, o discurso liberal torna-se o eixo de uma ampla ofensiva, por meio da articulação entre empresários, burocracia estatal e mídia, cujo objetivo foi quebrar a resistência dos setores organizados para integrá-los à sua ordem, assumindo, portanto, a característica de um *movimento molecular*, formador de cultura” (p. 105).

2 - Elementos da ofensiva neoliberal capitalista no Brasil: governos Collor, FHC e Lula

É nos anos 90 que a ofensiva neoliberal chega com força ao Brasil. Inicialmente foi tentada por Collor, um claro *outsider*, no dizer de Behring (2003), todavia, nem por isso deixou de ser representante claro de tendências regressivas e conservadoras. Segundo as análises de Antunes (2004) e Behring (2003), a política econômica de Collor postulava uma adequação destrutiva do Brasil à nova ordem mundial. Através dos Planos Collor I e II pretende dar um salto para a “modernidade” capitalista, sustentando-se na acentuação do modelo produtor para exportação:

“Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos” (ANTUNES, 2004, p. 16-17)¹⁴².

Fazia parte dos dois Planos Collor o projeto de abertura do país para o capital e a tecnologia forâneos, isentando-os de qualquer perspectiva de regulação nacional. Sua ideologia, cujo fundamento é o neoliberalismo, pautava a construção de uma estrutura a partir da qual o país deveria tornar-se competitivo em nível internacional, em sintonia com uma cultura econômica monetarista¹⁴³.

¹⁴² “O sucateamento do nosso parque produtivo ainda atinge, de maneira aguda, o pequeno e médio capital e destrói o capital produtivo estatal. Suas conseqüências são, portanto, arrasadoras. Neste sentido, o projeto Collor opera uma mudança de curso em relação ao período juscelinista e até mesmo em relação à política econômica da fase ditatorial. Esta foi marcada por uma modernização conservadora que, embora socialmente nefasta e politicamente autocrática e perversa, permitiu uma enorme expansão do padrão de acumulação e um intenso salto industrial. A modernização contemplada no Projeto Collor acarretará a eliminação de elementos nucleares deste parque industrial. Ela é essencialmente destrutiva em relação a vários segmentos da economia brasileira” (Antunes, 2004, p. 17).

¹⁴³ Era a idéia, muito disseminada à época, de que o Brasil daria seus passos rumo à “modernidade”, deixando para traz os dilemas e desencontros da década perdida. O que ficava para traz era atraso, arcaísmo, especialmente quando se tratava de defender a intervenção estatal na economia e a proteção da produção nacional via controle e regulamentação da movimentação do capital. Essas velharias deviam ficar no passado, e o Brasil finalmente abriria suas portas e comportas para o mundo, num novo

Segundo ALVES (2005),

“é apenas no governo Collor que a liberalização comercial surge como um dos principais eixos da política neoliberal voltada para a inserção na mundialização do capital, capaz de instaurar novos patamares de valorização no Brasil. (...) As propostas (...) tinham o objetivo de promover um processo de modernização, uma “ruptura com o passado”, uma mudança de “180 graus” na rota da produção nacional, uma grande “revolução” – é o espírito do ajuste neoliberal. (...) Promoveu-se uma abrupta liberalização comercial que provocou a queda das restrições às importações e, a partir daí, o país tende a experimentar uma gradativa exposição ao mercado mundial. As empresas deviam incrementar sua produtividade, aprendendo a viver sem os incentivos fiscais e subsídios, enfrentando a concorrência externa” (p. 186-187).

Para Behring (op. Cit.) embora inicialmente o Plano Collor tenha conseguido equilibrar as finanças, fomentou o aumento do desemprego, posto pela abertura comercial que levou o país a uma profunda recessão. Mas sua continuidade foi interdita, porque, embora a clara tessitura neoliberal, os planos impunham algumas perdas, ainda que iniciais e recuperáveis ao longo do tempo, às elites nacionais¹⁴⁴. Não continham, óbvio, nada que ferisse verdadeiramente os interesses dominantes¹⁴⁵.

Contribuiu para o desenlace desastroso da experiência do *outsider* alagoano na presidência do país sua postura arrogante e excessivamente

movimento, mais profundo, por suposto, de “abertura dos portos”. Como disse Marx, qualquer tentativa de repetir a história não pode passar de farsa.

¹⁴⁴ Antunes (2004) relata a posição ambígua da burguesia nacional frente ao Plano Collor, oscilando entre a adesão total e a tentativa de “relaxá-lo”. Para o autor, “o confisco de recursos financeiros, o aumento da carga tributária sobre os ganhos de capital, a punição aos abusos do poder econômico, os crimes contra o Estado etc. atingem somente na imediatez, na contingência, na circunstancialidade os interesses do grande capital, pois o horizonte aberto com o Plano Collor é francamente favorável” (p. 10). Mas a ambigüidade com que é recebido é, para ele, “a expressão dos limites da consciência da ordem em nosso país: ela tem seus pés muito presos no *hic et nunc*, e fica sempre temerosa ante projetos que impliquem perdas iniciais, visando ganhos posteriores” (p. 10).

¹⁴⁵ As ausências no tocante a atingir as gritantes desigualdades sociais do país, que somente se agravavam desde o ocaso da ditadura, são claras: “nenhuma referência a uma mudança radical na política econômica e no padrão de acumulação, visando à erradicação da miséria e ao fim do arrocho salarial; nenhuma alusão à enorme sucção de capitais, que migram para o Primeiro Mundo; nenhuma referência séria à reforma agrária; nenhuma referência à desprivatização do Estado” (Antunes, op. Cit., p. 11).

autônoma em face da sociedade civil: desprezou o parlamento; dispôs de um discurso moralista sobre o Estado (de denúncia de privilégios); desconsiderou a negociação como instrumento democrático e se portou agressivamente frente ao movimento sindical (Behring, 2003).

Esta sua postura, a crise econômica e social, unidas às denúncias sobre corrupção exatamente no Governo que prometia destruir os “marajás” geraram o ambiente para sua derrocada. Cria-se mais uma mobilização social, dessa vez de caráter duvidoso, segundo vários analistas, e chegamos ao *impeachment*¹⁴⁶. O primeiro presidente eleito no Brasil pelo voto direto depois do deserto ditatorial é retirado do poder. E, como ressalta BEHRING (2003), mais essa frustração gerou desconfiança para com a política e a democracia por parte dos setores populares e progressistas¹⁴⁷: “a passagem do *outsider* desencadeou, ainda que de forma limitada, a implementação de uma pauta regressiva no país, revertendo as tendências democratizantes e expectativas redistributivas dos anos 80” (p. 153).

Se Collor era um ente de fora, um representante não autorizado da burguesia nacional e internacional, seu substituto – Itamar Franco - ocupará o lugar de um “interregno” a partir do qual a burguesia se rearticula para construir uma estratégia em que um seu legítimo representante possa assumir a direção do governo federal. Dá-se a articulação, na linguagem utilizada por Behring (op. Cit.) de uma coalizão conservadora de poder constituída em torno de FHC, alçado à condição, desde logo, de Ministro da Fazenda de Itamar e de idealizador do Plano Real, reconhecido pelos analistas mais críticos como um,

¹⁴⁶ Essas características de sua relação com a sociedade civil tiveram suporte, ainda, na ampla utilização dos meios de comunicação de massa como instrumento de legitimação social, fugindo sempre a qualquer relação com os segmentos organizados, mas investindo num clientelismo com pitadas de populismo. Como diz Behring (2003) “Collor optou por uma estratégia política midiática, cujo discurso massificado voltava-se para os indivíduos atomizados (...). Assim, dirigia-se aos “descamisados”. No que se refere à enorme expectativa democrática quanto ao enfrentamento das refrações dramáticas da questão social no país, seu pouco tempo de governo pautou-se no clássico clientelismo” (p. 154).

¹⁴⁷ O tecido social moldado no Brasil a partir de Collor já demonstrava traços da fissura da cultura política que havia sido forjada no período precedente e a composição de uma “cultura da crise” portadora da nova hegemonia capitalista. Ora, “tal ambiente político articulado à abertura comercial e à reestruturação produtiva, geradores de desemprego, teve impactos sobre a espinha dorsal dos movimentos sociais dos anos 1980, no sentido da sua desmobilização. Tanto que serão os estudantes, “caras pintadas”, que tomarão a iniciativa das ruas, pelo *impeachment*. Esse foi um movimento importante, mas que esteve longe de possuir a densidade e o componente operário e popular da luta pelas eleições diretas, em 1984” (Behring, op. Cit., p. 154).

dentre os planos de estabilização econômica engendrados na América Latina sob a batuta do FMI¹⁴⁸.

Mota (1995) assegura, como dito atrás, que no bojo dessa rearticulação se encontra a construção de uma “cultura da crise” que comporta um claro projeto de ofensiva burguesa em contraposição ao projeto das classes trabalhadoras¹⁴⁹. Desde que a transição do período ditatorial ao democrático se fez sem operar grandes rupturas com as estruturas de sustentação econômica do grande capital, o suporte ideológico da “cultura da crise” surge como estratégia política, de âmbito internacional e nacional, de construção do consentimento de classe e de passivização das classes trabalhadores à ordem erigida pelo capital na contemporaneidade.

Esse movimento, como se denota, está em imbricação e consonância com o esfacelamento da perspectiva socialista, especialmente com a queda do muro de Berlim em 1989 e a decomposição da URSS. A crise e o refluxo do movimento sindical de cunho claramente classista e de postura antagônica ao capital, bem como de outros movimentos de contestação do sistema capitalista, são ao mesmo tempo parte e produto dessa conjuntura histórica que por seu turno resulta das/nas mudanças realizadas no mundo do trabalho (conforme visto no Capítulo II).

O que ocorre entre 90 e 93 no Brasil, com as experiências econômicas e políticas de Collor e Itamar, cumpre a tarefa de dar os contornos iniciais da “desertificação neoliberal”¹⁵⁰ que tomará o país a partir de 94 até os dias atuais, criando o solo para que o suporte ideológico da cultura da crise compusesse um ambiente de hegemonia que, se por um lado olha para o passado, como diz Hobsbawm, através das lentes do “adeus a tudo aquilo”, conclama o presente como o reino do fim da história, da perenização da ordem competitiva e da naturalização do cidadão-consumidor (Mota, 1995).

É com FHC, a partir de 1994, portanto, que o ajuste neoliberal se torna nítido nessas latitudes. É imperativo destacar que na particularidade da

¹⁴⁸ Um analista observa que não é verdade que o Plano Real tenha sido orquestrado para eleger FHC. Ao contrário, FHC foi eleito, com apoio irrestrito do grande capital nacional e internacional, exatamente para implantar o Plano Real.

¹⁴⁹ Neste sentido, a autora afirma que “a gestação da cultura política da crise tem suas raízes na necessidade de o capital (...) investir na neutralização dos processos de resistência e em estratégias persuasivas, promotoras de adesões ao seu projeto, valendo-se, para tanto, das precárias condições de vida e de trabalho da população brasileira” (Mota, 1995, p. 111).

¹⁵⁰ O termo é devido a Antunes (2004).

formação sócio-histórica brasileira, a efetivação de uma política de corte neoliberal tem contornos distintos e singulares. Não há aqui, como recorda Netto (1996b), um *Welfare State* a destruir. Contudo, a nova ordenação mostra capacidade de combinar as seqüelas de seu histórico tardo-burguês periférico com os produtos das atuais transformações societárias (NETTO, 1996b).

Conforme as digressões de Alves (2005), o ingresso de FHC no poder executivo federal desenhou mudanças substantivas na realidade sócio-política e econômica brasileira. O autor nos diz que desde os anos 80 o Brasil envereda por um processo de reestruturação produtiva com vista à constituição da “modernidade”¹⁵¹ própria ao capitalismo dos tempos de mundialização financeira. Contudo, nos anos 80 e até Collor, essa reestruturação manteve-se num nível secundário, por isso ele denomina o período como de “toyotismo restrito”, tanto se levarmos em conta o nível das transformações tecnológicas na estrutura da produção quanto se considerarmos um dos elementos centrais da estratégia toyotista, que é a conquista da adesão e do consentimento de classe por parte dos trabalhadores ao projeto do capital, ou seja, a instauração de sua hegemonia. Essa defasagem deveu-se, segundo Alves, ao nível organizativo e combativo do movimento sindical brasileiro nos anos 80, e seu suporte classista e em alguns casos socialista, apesar de suas transparentes debilidades¹⁵².

¹⁵¹ A tentativa de implantar essa “modernidade” vinha desde Collor, como dissemos, e sua base, supostamente virtuosa, era a desregulação da concorrência e a globalização financeira internacional. Segundo Mattoso (2003), a partir de FHC, se acredita que “para serem absolutamente modernos, bastava integrar o país a esta economia internacional. Para tanto, consolidaram a abertura comercial e financeira iniciada por Collor e dispensaram a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Como absolutamente modernos, caracterizaram quaisquer políticas de defesa da produção e do emprego nacionais como corporativas e inflacionistas. Por outro lado, acreditaram que para serem absolutamente modernos e integrarem a economia e sociedade brasileira ao Primeiro Mundo necessitavam ancorar a moeda nacional ao dólar e o financiamento do investimento aos mercados financeiros, crescentemente alavancados e voláteis. Para tanto, basearam a estabilização monetária na sobrevalorização da moeda nacional e nos elevados juros. Como absolutamente modernos, consideraram os críticos desta política como jurássicos ou fracassomaníacos” (p. 115-116).

¹⁵² Por isso o autor nos diz que os anos 80 são prenhes de contradições: “se, por um lado, observávamos um novo surto de reestruturação produtiva, por outro, ele era deveras incipiente e surgia como um toyotismo restrito vinculado com uma automação microeletrônica seletiva. Se, por um lado, é perceptível um avanço relativo nas “relações industriais”, por outro, vigorava ainda um estilo “autoritário” na relação entre capital e trabalho no campo da produção. Se, por um lado, surgia um novo sindicalismo, combativo e classista, capaz de resistir à superexploração do trabalho, por outro, ele era ainda um sindicalismo débil, em constituição, ainda se inserindo no local de trabalho, incapaz de intervir – e resistir – na nova onda de reestruturação produtiva” (Alves, 2005, p. 173).

A partir dos anos 90, e mais especificamente desde 1994, com FHC, o novo complexo de reestruturação produtiva toma maior impulso e passa a constituir um “toyotismo sistêmico” no Brasil. São componentes centrais desse novo complexo de reestruturação produtiva, estruturalmente determinado pelos mecanismos de integração do país à mundialização financeira do capital: a aceleração da adoção da automação microeletrônica na produção; a utilização de novas estratégias organizacionais, inspiradas na *lean production*; a liberalização comercial, que é fruto da política neoliberal; a constituição de novos espaços de valorização do capital no âmbito regional, tais como o Mercosul; a irrupção da flexibilização dos contratos de trabalho; a instauração da acumulação flexível no Brasil, da qual são partes centrais a descentralização produtiva e a terceirização das atividades; e, por fim, o mais importante deles, a captura da subjetividade operária e a conquista de seu consentimento.

Significa afirmar, com Alves (2005) que o “toyotismo sistêmico” ou a instauração, finalmente, de uma dinâmica econômica no país assentada nos mesmos moldes da ofensiva contemporânea do capital em âmbito internacional, após a eclosão de sua crise, deu-se realmente a partir de FHC e um de seus principais componentes estruturantes está na conquista, sempre parcial, por suposto, da subjetividade da classe operária e trabalhadora. Aproveitando-se e intensificando o recuo político-ideológico advindo da derrota do socialismo realmente existente, as classes capitalistas postulam, através da flexibilização das relações e contratos de trabalho, da terceirização, do desemprego estrutural na indústria, da reposição salarial a partir de bônus vinculados à produtividade, postulam a construção de sua hegemonia e impulsionam mais ainda a crise das estratégias sindicais classistas e contestatórias da ordem capitalista.

“A partir do Plano Real, os capitalistas encontraram melhores condições para promover o “envolvimento estimulado” do operário à lógica da produção capitalista – não apenas condições macroeconômicas, tais como a redução brusca da inflação, mas condições sociais e políticas, como o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho e um sindicalismo

debilitado quanto aos aspectos estruturantes e político-ideológicos (p. 231). A crise política (e ideológica) das estratégias de classe criou as condições subjetivas para a nova hegemonia do capital na produção (p. 189). É o que ocorre no Brasil na passagem para os anos 90, quando à derrota política da classe operária, expressa na candidatura do PT – o Partido dos Trabalhadores, com Luís Inácio Lula da Silva – segue-se a ressaca violenta do processo de ajuste neoliberal da economia brasileira. (...) Sob a era neoliberal, a resistência operária tende a adquirir, em maior ou menor proporção, uma nova feição de cariz neocorporativo – um defensivismo de novo tipo (p. 191)” (ALVES, op. Cit.).

Parece-me que a tese de Alves está em consonância com aquela de Mota apontada anteriormente, de que a burguesia, a partir dos anos 80, e especialmente dos anos 90, diria eu, mas finalmente consolidada nos anos 2000, com a ascensão de Lula e do PT ao governo federal, tece uma estratégia de construção de hegemonia, buscando o consentimento dos trabalhadores para sua dominação. É uma perspectiva de passivização da ordem e de restauração do capital, como disse nos capítulos iniciais, com base em Dias (1997) e Braga (1997).

Essa conquista da subjetividade do trabalho é condição determinante do “toyotismo sistêmico”, tomando parte na moldagem da nova estrutura produtiva e do novo lugar da economia brasileira no cenário da divisão internacional do trabalho. Para atingir todos os resultados almejados, foi necessário realizar uma transformação macroeconômica que entre nós latino-americanos tem sido cunhada pela expressão “ajuste neoliberal”. Já tratamos dos aspectos globais da ideologia neoliberal no capítulo precedente. Aqui, estou preocupada em destacar a forma particular que este processo de ajuste toma na realidade de uma economia periférica/dependente como a brasileira.

Toma parte nessa mutação macroeconomia a estratégia de desregulamentação da economia e sua abertura irrestrita ao capital internacional, seja ele produtivo, comercial ou financeiro/especulativo, mas favorecendo escandalosamente a oligarquia financeira. Sua política econômica baseou-se no tripé abertura econômica e financeira indiscriminada,

sobrevalorização do real e depois desvalorização cambial tardia e desastrada, e elevados juros (Mattoso, 2003). Uma das conseqüências concretas e imediatas das medidas tomadas via Plano Real foi o controle da inflação¹⁵³, ainda no Governo Itamar, elemento que trouxe grande alívio para a população e se tornou cabo eleitoral da direita representada por FHC. Outra foi o desemprego, que assume, a partir de FHC, caráter estrutural no Brasil¹⁵⁴.

Soares (2002) sustenta que para os países da América Latina, cuja economia vinha de uma experiência de solapamento advindo da crise financeira e do endividamento externo, o ajuste neoliberal propõe diminuição do déficit fiscal através da redução do gasto público, aplicando uma política monetária restritiva com prevalência para o papel da taxa de juros. Daí o caráter monetarista do modelo dirigido aos países de capitalismo periférico, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos¹⁵⁵, gerando saldos a seres utilizados tanto nas importações quanto na geração de superávits da balança comercial. Em contraponto a esta liberalização irrestrita requerida para o nosso quintal, os países centrais desenvolvem um neoprotecionismo¹⁵⁶ para sua economia.

Tem parte essencial no ajuste a refuncionalização do aparato estatal. Duas, dentre suas repaginadas funções, nos interessam à miúdo, porque para a realidade brasileira elas são determinantes. Uma delas é a retirada do Estado de seu papel produtivo e empresarial. Já ressaltamos o papel que o Estado nacional cumpriu como indutor da industrialização brasileira, seja a partir da

¹⁵³ “A sobrevalorização do real sem dúvida acentuou a deflação dos preços industriais ao baratear ainda mais os produtos importados. O que gerou a alegria dos consumidores mas agravou as dificuldades dos produtores nacionais. Ao mesmo tempo, estimulou o aumento das importações e a redução das exportações. Passamos a ter déficits crescentes na balança de mercadorias, cobertos com empréstimos externos e investimentos diretos do exterior. O que serviu para ampliar, pouco depois, o déficit na balança de serviços, onerada por crescentes remessas ao exterior de juros e dividendos” (Antunes, 2003, p. 32).

¹⁵⁴ “(...) observou-se que não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu. Essa contração do emprego formal fez emergir com acentuada força a ampliação da informalidade e da precarização das condições e relações de trabalho” (Mattoso, 2003, p. 117).

¹⁵⁵ A autora também destaca que no continente latino-americano o ajuste neoliberal se inicia nos anos 70, no Chile sob Pinochet, mas somente arranca no final dos anos 80 e início dos anos 90.

¹⁵⁶ Essa discrepância entre as políticas de ajuste se comparados os países de capitalismo central com os periféricos é um dos elementos, dentre tantos, que expõem o caráter imperialista selvagem do atual modelo de acumulação de capital cujo sustentáculo é a predominância do capital portador de juros. Como ressalta Ouriques (1997) “a política aplicada ao Terceiro Mundo, especialmente na América Latina, diferencia-se notadamente da política aplicada no Primeiro Mundo (G-7); enquanto nestes são criados subsídios de toda ordem, intervencionismo estatal, protecionismo seletivo, etc., nos países dependentes ocorre o oposto, com aplicações de políticas “austeras”, que eliminam subsídios, cortam gastos sociais, privatizam e internacionalizam empresas, liberam mercados, etc.” (p. 127).

Revolução de 30, na “industrialização restringida”, seja principalmente na etapa seguinte de “modernização conservadora” impetrada pela ditadura militar - a “industrialização pesada”, quando se deu a consolidação da etapa monopolista do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ademais, destacamos também o lugar das funções atribuídas ao Estado na etapa monopolista do capitalismo e mais ainda em sua segunda fase, principalmente para os países dependentes e periféricos no contexto da economia mundial e seu movimento desigual e combinado. Em face disso, a realidade de retirada do Estado de sua função de indutor do desenvolvimento econômico, pela interferência direta e indireta no arsenal produtivo, tem características nefastas alarmantes no ambiente de uma economia como a brasileira.

Dada a nova concentração de capitais, sem precedentes, nos países centrais e seus oligopólios [observar Capítulo II], países como o Brasil têm seu espaço reconfigurado no ordenamento contemporâneo do comércio mundial. Dá-se o fenômeno de “desconexão forçada” de nossa economia frente aos notáveis desdobramentos oriundos da reestruturação produtiva toyotista de base na acumulação flexível. Alguns estudiosos enxergam uma *reprimarização*¹⁵⁷ da economia nacional, com um sentido que parece ser idêntico ao referido por Chesnais através do termo “desconexão forçada” [observar Capítulo II]. Dissemos atrás também que um autor como Chesnais e seu grupo de estudos se utilizam de vários indicadores para demonstrar a subalternização crescente das economias periféricas no seio do intercâmbio internacional; e também a concentração do comércio e da concorrência oligopolista no interior da chamada Tríade¹⁵⁸.

A política adotada a partir do Plano Real, nos dois governos FHC e também, desastrosamente, seguida por Lula, como veremos, ao inserir e manter o Brasil nesta dinâmica de maneira desordenada e sem qualquer espécie de preparação anterior, resultou na possibilidade de consolidar (e consolidou) essa “desconexão forçada”, via desmantelamento de segmentos

¹⁵⁷ Exploro melhor o conceito de *reprimarização*, e sua articulação com o conceito de *desconexão forçada*, no último capítulo.

¹⁵⁸ Observe-se, no capítulo II, as indicações que fiz acerca da concentração do comércio mundial e do fluxo de IED no interior da Tríade. Isso se dá, obviamente, pela marginalização de muitos países, que vai desde sua decrescente participação nos níveis de renda à defasagem em nível de desenvolvimento de P&D.

inteiros da nossa economia. Pior ainda é que, além desta inserção competitiva subalterna nos meandros atuais da economia mundial, não foi articulada uma séria política industrial ou um novo padrão/modelo de desenvolvimento no país. Ou melhor, o modelo parece ser esse do salve-se quem puder para a indústria de base nacional e do banquete para o capital oligopolista, notadamente o especulativo e/ou usurário, que se dirige ao país em busca de lucratividade fácil e garantida, no afã de, qual alquimista transfigurado, transformar dinheiro (D) em mais dinheiro (D') a partir das altas taxas de juros que aqui ele encontra, pois se tornou política permanente.

Fica difícil dizer que há projeto de desenvolvimento para o país, e também fica difícil dizer que não há projeto para o país. O projeto, sustentado no suporte político e ideológico conservador que historicamente molda a nossa classe dominante, é seguir por esta estrada de subalternidade e dependência, ainda que ela signifique desmontar e desconstruir um arsenal industrial que levou o Brasil próximo do desenvolvimento tecnológico dos países centrais, à época do “milagre”. Desde que continue garantindo sua participação nos lucros (seu quantum de mais valia), seu quinhão do excedente da riqueza produzida pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira, a burguesia nacional vai em frente, e dorme tranqüila. Não importa se a Nação continua e exacerba sua dependência e se seus filhos são jogados em níveis cada vez mais desumanos de vida, seja no âmbito econômico ou sócio-cultural¹⁵⁹. Como nos diz OURIQUES (1997),

“as classes dominantes locais sempre revelaram um extraordinário poder de adaptação às ondas modernizantes originadas nos centros dinâmicos do capitalismo mundial. É deste impulso que nasce sua adesão acrítica ao projeto em curso atualmente e, portanto, não pode haver outra possibilidade para seu futuro que não seja impulsionar com

¹⁵⁹ Soares (2004) sintetiza: “O ajuste estrutural de natureza neoliberal não apenas deixou de resolver os antigos problemas sociais como ainda gerou novos, em especial no que diz respeito ao mundo do trabalho, com uma precarização e um desemprego crescentes. Isto gera uma perversa superposição, em que pobreza e desigualdade social assumiram uma também crescente complexidade, agregando “novos pobres” ao contingente de “antigos pobres” ou miseráveis. Períodos de desemprego não apenas agravam a situação de vida das famílias pobres – tornando ainda mais escassos seus meios de sobrevivência, como jogam na pobreza famílias antes incluídas, trazendo novas situações de instabilidade e de “semipobreza”, aumentando a vulnerabilidade dessas famílias à doença e à velhice” (p. 40-41).

redobrada força o projeto dominante. Ocorre uma renúncia explícita da nação em nome do paraíso do capital: sua completa e definitiva desvinculação da pátria ou, em termos, a criação de uma pátria mundial do dinheiro” (p. 128).

Conforme observei no capítulo anterior, a situação marginal dos países em desenvolvimento (PED) no sistema metabólico do capital, para usar um termo de Mészáros do qual anteriormente já lancei mão, é reforçada neste cenário. Por isso recupera-se com grande fôlego o conceito de imperialismo como base explicativa da situação contemporânea.

Esta terceira etapa do imperialismo, o “novo imperialismo”, como quer Harvey (2005c), supõe a apartação crescente entre regiões e países e cria novos mecanismos de acumulação, que o autor chama por despossessão, como assinalai antes. Trata-se de pilhagem, de espoliação, e os instrumentos para executá-la, inicialmente, no Brasil contemporâneo, além dos juros referentes ao pagamento da dívida externa¹⁶⁰, foram as privatizações¹⁶¹, uma das maneiras de realizar a *reprimarização* da economia nacional e de transferir riqueza social para os monopólios, num claro processo de acumulação por despossessão ou espoliação.

Para dar cabo à tarefa de privatização de parcela do parque produtivo nacional e alguns serviços sob responsabilidade até então do Estado, foi imprescindível uma campanha inicial de descredenciamento do aparato Estatal. Já tratei do fenômeno, baluarte da ideologia neoliberal, de satanização do Estado com vistas a balcanizá-lo aos interesses do grande capital. As acusações à Constituição como causadora da crise, pelo excessos de direitos que supunha, é uma expressão dessa satanização.

¹⁶⁰ Atentemos para esta esclarecedora síntese de Netto & Braz (2006): “Embora tenha origens bem anteriores, a dívida externa dos países periféricos e dependentes ganhou a dimensão que hoje possui a partir de meados dos anos setenta do século XX: volumosos capitais dos países centrais, tornados excessivos pela superacumulação e pela queda das taxas de lucro, foram postos ao alcance dos tomadores (devedores) a juros variáveis, determinados pelos credores. Só esta prescrição já aprisionava os devedores, mas ela não bastou aos credores: estes condicionaram largamente os empréstimos, de forma a compelir os tomadores a compras ou investimentos segundo seus interesses. (...) Nessas condições a dívida cresceu astronomicamente e aos credores não interessa senão o pagamento dos juros – seu total acumulado ultrapassa de longe o principal da dívida – que, de tão significativos, muitas vezes implicaram novos empréstimos para saldá-los. O caso latino-americano é emblemático: se, em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005, ela chegava a 730 bilhões – apesar de, nos mesmos trinta anos, nossos países terem pago um total de 1 trilhão de dólares” (p. 234).

¹⁶¹ Nos recorda Mota (1995) que “a expressão pragmática mais significativa para o enfrentamento da crise é a defesa dos projetos de privatização, que se transformam no novo baluarte do capital” (p. 115).

A ordem era e é (porque o processo não está concluído – vem aí a “reforma” trabalhista e a nova versão da reforma da previdência!) traçar um conjunto de “reformas”, mas na verdade são contra-reformas¹⁶², sem as quais o país não pode fazer face, dizem seus ideólogos, às gigantescas mazelas sociais que vitimizam grande parte de sua população. Cortar gastos, reduzir despesas, era e é o mote posto no programa de “reformas”. Nesse processo inclui-se o enxugamento do tamanho do Estado, se se quer nova eficácia para tratar os largos problemas sociais.

Com as privatizações¹⁶³, uma das pedras de toque do processo de “reformas”, prometia-se que tanto o Estado se desoneraria do peso de funções que não são suas, quanto encontraria os recursos necessários para fazer deslanchar os programas sociais de que tanto necessitava. Assim,

“(…) o Estado entregou para ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos – onde, em

¹⁶² Behring (2003) foi uma das responsáveis por sistematizar e socializar a idéia de que se operou no Brasil uma contra-reforma do Estado. Para ela, o termo reforma tem significado progressista, ainda que mantenha suas propostas e projetos dentro das amarras do capital. Como o que ocorre no Brasil a partir do ajuste neoliberal supõe mudanças que tiram direitos e conquistas sociais do conjunto da população trabalhadora, não pode receber a designação de reforma, mas sim de contra-reforma, dado seu caráter regressivo. Corroborando esta idéia, Netto & Braz (2006) escreveram que o “Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais*” (p. 227) (grifos dos autores). Porém, Behring vai ainda mais longe em sua tese, pois supõe que o conceito de contra-reforma se contrapõe ao de modernização conservadora, que tem sido recuperado por parte da intelectualidade marxista brasileira para explicar o atual processo econômico, social e político desde a vigência do ajuste neoliberal implantado a partir de FHC.

¹⁶³ “Na verdade, o programa de privatização, longe de ser uma medida pontual e recorrente, é a expressão material do novo projeto do capital. Sob a defesa da transferência de atividades do setor público para o setor privado – lucrativo e não-lucrativo, o que se está construindo é um modelo societário que tem por base a constituição de um determinado sujeito político: o “cidadão-consumidor”, *produto de uma sociedade que concebe a organização econômica e social valendo-se de um Estado mínimo e do mercado máximo*” (Mota, 1995, p. 115) (grifos da autora).

geral, significou uma profunda desnacionalização da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos” (NETTO & BRAZ, 2006, p. 228).

Na experiência brasileira, as privatizações foram verdadeiros “negócios da China” para os compradores, como diz Biondi (1999), já que o governo brasileiro financiou a compra das estatais em leilão, além de vendê-las em troca de “moedas podres” em longo prazo; já que o governo se responsabilizou, via BNDES, pelos investimentos que os “compradores” precisariam realizar; e se responsabilizou por “engolir” as dívidas das empresas antes de realizar as vendas; e ainda deixou-lhes dinheiro em caixa¹⁶⁴. E tudo isso, como sabemos, não significou nem um décimo de melhoria na prestação de serviços sociais, que continuaram e continuam desmantelados, fragmentados e sub-financiados.

Uma outra expressão da contra-reforma que tem grande repercussão frente a realidade de sociedades como a brasileira é, por conseguinte, exatamente este desmonte da possibilidade de construção de um padrão de políticas sociais garantidoras de direitos de cidadania. Essa possibilidade, ainda formal, porque quase existente somente na letra da lei, foi conquistada a duras penas pelo movimento organizado das classes e camadas trabalhadoras.

Hoje, já que os Estados tornam-se incapazes, pela abertura comercial e desregulamentação financeira, de taxar os capitais, são engolfados numa crise fiscal; os recursos que arrecada, seja de impostos seja de empréstimos, são dirigidos ao pagamento de juros e ao superávit primário (que também será revertido no pagamento dos juros). Assim, o Estado nacional se vê impossibilitado de realizar efetivamente aqueles direitos sociais recentemente conquistados e garantidos em lei; e muito menos pode ampliá-los, como era e é demanda da classe trabalhadora.

¹⁶⁴ O autor expõe uma série de dados acerca do processo de privatização que, ao observarmos, somos tomados por acessos de raiva e indignação de classe. Dentre eles estão: “A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em “moedas podres” – vendidas aos compradores pelo próprio BNDES e financiadas em 12 anos”; “Na venda da Cosipa o governo ficou responsável por dívidas de 1,5 bilhão de reais e recebeu só 300 milhões”; “A Vale do Rio Doce foi entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa e a Telesp tinha mais de 1 bilhão ao ser entregue à Telefônica”(Biondi, 1999, p. 5-10).

É o Estado chamado mínimo para o social, como já o identificamos; e atomizado no que se refere à regulação do trabalho. O capital rompe o pacto keynesiano que suportava o *Welfare State*, no âmbito dos países de capitalismo central e destrói “as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO & BRAZ, 2006, p. 225), na periferia.

Na periferia, e particularmente no Brasil, para dar cabo a esta nova lógica, há que desconstruir os aspectos progressistas da Constituição de 1988¹⁶⁵, já que ela contém o embrião de um Estado de bem-estar social, pois garante universalização do acesso a uma série de direitos sociais. Aquela desconstrução visa, portanto, um ajuste que se propõe a diminuir os ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho e afastar o Estado da prestação de serviços sociais é um dos elementos indispensáveis a essa estratégia. Ao Estado, agora, cabe responder não aos direitos sociais de toda a população, o que sequer chegou a ocorrer no Brasil, mas focalizar sua ação nas chamadas “situações de risco e vulnerabilidade”.

A intenção do capital, ao atingir os direitos sociais, é, por um lado, abocanhar parte dos recursos que eram para eles dirigidos, através dos juros; e, por outro, desestruturar, a partir de sua ausência, também as capacidades de luta e organização do trabalho, visto que o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a ausência de perspectiva para o futuro são claros componentes disruptivos exercendo forte pressão sobre a consciência de classe e as possibilidades de sua elevação.

Ademais, o capital avança nestes ramos que antes estavam entregues mais diretamente ou totalmente à ação do Estado, conforme vimos, pautando sua privatização, como foi e tem sido o caso da extensão de seus tentáculos na saúde, na educação superior, na seguridade social (pela possibilidade da previdência privada)¹⁶⁶, dentre outros.

¹⁶⁵ Para Netto (2003), “o desenho constitucional de 1988, logo que a Carta foi promulgada, configurou-se como o centro do debate político: para a massa dos trabalhadores a sua implementação representava a alternativa para reverter as conseqüências econômico-sociais mais dramáticas da herança da ditadura; para os setores ligados ao grande capital tratava-se precisamente de inviabilizar esta alternativa” (p. 78).

¹⁶⁶ A Reforma da Previdência efetuada por FHC é alvo de amplo debate e críticas da intelectualidade de esquerda brasileira. No âmbito do Serviço Social, por motivos óbvios, vários estudos foram produzidos com o objetivo de entender a seguridade social na contemporaneidade, sua reforma, e as conseqüências para os trabalhadores brasileiros. Dentre tantos, indicamos: Mota (1995), e Boschetti (2006). Indicações podem ser encontradas também em Behring & Boschetti (2006).

Do conjunto destas contra-reformas nasce um Estado que reduz suas funções na área social, num processo chamado pela ideologia neoliberal de *publicização* mas que em verdade trata da transferência de parte das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil, esta transformada em setor público não estatal, (e se não é estatal é eficiente, segundo essa ideologia), incrementando uma ação compensatória no âmbito das políticas sociais. Mostrarei como essa ideologia neoliberal conservadora é o suporte dos discursos do Presidente Lula, o que transforma o Governo Lula-PT em instrumento de consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea.

Esse afastamento do Estado de uma atuação mais conseqüente, mais democrática, mais sustentada na imagem de cidadania burguesa construída pela social-democracia, e tendo-se em conta a crise econômica que não dá tréguas e para a qual esta nova funcionalidade do Estado serve como contraponto, buscando favorecer sua reversão, tudo isso recrudescer as expressões da “questão social”, e de forma exponenciada. NETTO & BRAZ (2006) dizem exatamente isso: que “uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da “questão social” (p. 220).

O resultado dessa maximização, que não é aleatório ou acidental, como bem nos lembram Anderson, Borón e Sader (1995), é catastrófico. Em sociedades como a brasileira, já marcadas por altos índices de pobreza e marginalização, o ajuste repõe o crescimento da concentração da renda, aumentando a distância entre ricos e pobres e entre estes e os mais pobres. Eles se concentram nas periferias das grandes cidades, mas são visíveis em todos os recantos do país. Atinge mais arduamente os jovens e as mulheres, uns porque não conseguem emprego e outras porque são discriminadas e superexploradas pela condição de gênero (Soares, 2002).

Neste cenário, ao invés de ações contundentes visando a redistribuição de renda, o que ocorre é que a política social brasileira passa a se sustentar no trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização (Draibe, apud Behring e Boschetti, 2006). São repassados para a família e a comunidade os custos de minimizar os efeitos da crise e a responsabilidade por garantir o bem-estar social, já que essa passa a ser tratada como uma questão que diz respeito ao âmbito privado, para os

neoliberais (Soares, 2002). O resultado não poderia deixar de ser o fortalecimento da situação de miséria como resultado da enorme desigualdade social brasileira que teima em permanecer e crescer.

O coeficiente de Gini comprova isso, que no Brasil, até o primeiro mandato Lula, era de 0,6 enquanto no Uruguai, por exemplo, é de 0,3, média dos países europeus¹⁶⁷. Ademais, aqui não havia políticas universais a cortar, porque jamais chegamos a construir os grandes e eficientes Estados de Bem-Estar como a experiência europeia, em que pese as diferenças entre eles.

O desemprego chegou a atingir 20% da PEA numa cidade como São Paulo, e alcançou a estrondosa marca de 30% no ano 2000 na grande Salvador. Paralelamente, cresce o subemprego e o emprego informal. Ora, no Brasil, como recorda Netto (1996b), a ordem tardo-burguesa periférica vai expressar um rearranjo que se compõe dos produtos da modernização conservadora do período da ditadura militar somando-os às novas seqüelas advindas dos meandros da acumulação flexível. Ou, como diria Mattoso (1995), entramos no redemoinho da Terceira Revolução Industrial sem sequer ter completado a segunda.

Este percurso caracteriza bem a formação social brasileira, determinada pelo lugar que ocupa na divisão internacional do trabalho e no papel que assume no interior da burguesia internacional. Hoje, como no passado, o Brasil novamente fica fora da rota preferencial dos fluxos internacionais de investimentos diretos, restando-lhe mais uma vez o papel de produtor de alguns poucos gêneros naturais ou manufaturados, como observava Caio Prado Jr.

Portanto, os reflexos da concentração de renda, do baixo crescimento, dos cortes nos investimentos em políticas sociais terão efeitos graves, posto que aliado ao desemprego, no Brasil, tem-se “(...) as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as

¹⁶⁷ Gonçalves (2003) escrevendo em 1999, portanto em pleno reinado tucano, mostrava que no Brasil, à época, “quatrocentas mil famílias, pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, controlavam cerca de 20% da renda nacional e mais da metade do estoque de riqueza nacional. Considerando um PIB de US\$ 800 bilhões e um estoque líquido de riqueza privada de US\$ 2 trilhões, as elites brasileiras [controlavam - NSA] uma renda anual da ordem de US\$ 160 bilhões (...). O restante 99% da população brasileira (39, 6 milhões de famílias ou 158 milhões de pessoas) responde por uma renda familiar anual média de US\$ 16.000 e uma riqueza familiar média de US\$ 24.000. Assim, a renda média das elites é 25 vezes maior do que a renda média do restante da população e a riqueza média das elites é 110 vezes maior do que a riqueza média do restante da população brasileira” (p. 45-46).

relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir uma certa “máscara de modernidade” neste país” (IAMAMOTO, 1998, p. 33).

Resulta daí que o avanço da perspectiva neoliberal, ao incidir na realidade brasileira, radicaliza a já acentuada particularidade histórica de sua formação social, que, dentre outras, conforme já aludimos, evidencia a ausência de políticas sociais garantidoras da reprodução material dos que vivem dos frutos de seu trabalho. Num país onde inexisteram políticas redistributivas da renda, a retração das políticas sociais e assistenciais plasmadas no projeto neoliberal reforça a exclusão social, cria padrões de violência alarmantes e hipostasia a clivagem entre ricos e pobres, ao minimizar a participação das classes médias na pirâmide social (Netto, op. Cit.). Os dados a seguir revelam uma parcela dos resultados emblemáticos que esta política neoliberal produziu no Brasil e no mundo, até finais dos anos 90.

Dados recolhidos na *Revista Veja* (1997) traziam, ainda em 1997, uma estimativa da existência, à época, entre desempregados e subempregados, de um contingente de *um bilhão* de trabalhadores no mundo. Somente nos países do centro do capitalismo (os ditos desenvolvidos), o IDH/97 (Índice de Desenvolvimento Humano - índice nada catastrófico) destacava a existência de 35 milhões de desempregados. No Brasil, o desemprego nos anos noventa foi crescente: entre 94 e 96 o índice do DIEESE apontava uma média de 14,1% (índice já assustador), mas que atinge a marca dos 22% no ano de 1999¹⁶⁸.

Não é à toa, portanto, que nos relatórios da ONU (Organização das Nações Unidas) e no mesmo IDH, o Brasil ocupou sempre posição nada invejável. Seu índice de “*Desenvolvimento Humano*” em 99, ocupava o 79º lugar entre os 174 países que estão filiados às Nações Unidas. Este seu lugar expunha uma realidade em que 17% da população do Brasil vivia na mais absoluta miséria, 11,5% da população morria antes de chegar aos 40 anos, 24% não tinha acesso a água potável e 16% ainda eram analfabetos¹⁶⁹. Mais a

¹⁶⁸ Fonte DIEESE, publicado pelo Jornal do Comércio de 27.06.99. Nesta edição o Jornal traz ainda os dados de 97 e 98, respectivamente 16 e 18,3%. Constam ainda os números da dívida pública nacional, que em 94 era de 153,2 milhões e que em 99 atingiu a gorda soma de 500,8 milhões.

¹⁶⁹ Dados recolhidos no Jornal Opinião Socialista, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), ano IV n.º 79, 22/7/99 a 5/8/99.

frente poderemos ver qual a situação de alguns desses indicadores nos anos 2000 e mais especificamente nos primeiros anos do governo Lula.

Concluimos esta exposição de dados, contudo, procurando demonstrar que a situação de padecimento da classe trabalhadora em face dos ajustes neoliberais e da ofensiva de um modelo de acumulação com dominância financeira ocorre de maneira implacável também nos países centrais. É o que destacam Netto & Braz quando, citando Passet (2002), afirmam:

“(...) Em 1997, a proporção da população que vivia na pobreza chegava a 16,5% nos Estados Unidos e a 15,1% no Reino Unido. (...) Os dois países símbolos do neoliberalismo são (...) os campeões da pobreza entre os países industrializados (...). Na Grã-Bretanha, a desigualdade dos rendimentos (...) em 1990 era mais flagrante que nunca desde a Segunda Guerra Mundial e se agravou mais rapidamente que na maioria dos demais países (...): em vinte anos, os 10% de rendimentos mais baixos perderam 20% de seu poder aquisitivo, ao passo que o dos 10% mais altos aumentava 65% (...). Nos Estados Unidos, a parcela do PIB destinada aos 5% mais favorecidos da população passou de 16,5% em 1974 para 21% em 1994, enquanto a dos mais pobres caía de 4,3% para 3,6%” (PASSET, apud NETTO & BRAZ, 2006, p. 221).

Note-se que os dados da realidade brasileira, se não são dissonantes, no todo, dos países centrais, muito menos o são em relação aos outros países da América Latina, especialmente dentre aqueles (como Chile e Argentina) que foram pioneiros e aceleraram a aplicação do receituário neoliberal. Ao realizar uma abertura comercial sob pressão dos países centrais e do grande capital sem considerar as particularidades de uma economia despreparada para o choque da concorrência, o Brasil do governo FHC fez acentuar ainda mais o seu perfil de país dependente.

Desta forma, as chamadas “medidas de ajuste econômico” têm produzido fortes apelos à recessão. O país se endivida e desestimula o uso da

capacidade produtiva instalada, à medida que o mercado de bens de produção e consumo é invadido por produtos importados.

Ou seja, principalmente nos países de capitalismo periférico, os governos, ao adotarem tal doutrina, afastam-se cada vez mais da capacidade de prestar, através das políticas sociais, o mínimo de serviços à maioria da população¹⁷⁰ e abandonam, aberta ou veladamente, as possibilidades de implantarem um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional, com crescimento econômico minimamente sustentado nos limites em que isto é possível na economia capitalista. Sua política social passa então a ser direcionada para um mínimo de "direitos", os quais terminam se confundindo, em nível estrito, com aqueles aceitáveis e reconhecíveis no velho liberalismo. Um dos produtos dessa nova estratégia de atuação estatal, minimizando direitos, é a *criminalização* da pobreza e a *assistencialização* das políticas sociais, que vêm se somar e agravar, no caso das sociedades de capitalismo periférico, ao frágil e parco conjunto de políticas sociais aqui existentes.

Os dois governos FHC, como se vê pela argumentação exposta acima, cumpriram bem o dever de casa dos organismos multilaterais – nome pomposo para designar as instituições financeiras que ditam normas sobre os países de capitalismo periférico. No Brasil de FHC o retrocesso atingiu as políticas de seguridade social e assistência, a primeira visada pelo capital como nicho de acumulação, a segunda delegada à focalização e refilantropização. O quadro de pobreza se agravou no país, pois além do desemprego e do emprego desregulado e informalizado, caiu também o nível de renda dos que continuavam trabalhando. Assistimos ao crescimento da violência, à fome generalizada, ao desmonte da saúde e da educação, enquanto a ideologia do consumo, do individualismo e do fim das utopias põe em refluxo o movimento das classes que vivem do trabalho¹⁷¹, como chamou Antunes (1995). O sindicalismo, esfacelado, não consegue articular respostas. Os demais movimentos sociais também não.

Parte dessa incapacidade, em meu entender, se dá pelo defensivismo de que nos fala Alves (op. Cit), encarniçado no movimento operário na atualidade, para o que corrobora a tessitura dos chamados “novos

¹⁷⁰ Idem, ibidem.

¹⁷¹ A polêmica em torno da expressão “classe-que-vive-do-trabalho” será comentada mais à frente.

movimentos sociais”¹⁷². Nos anos 90 e até hoje, nos anos 2000, o que sustenta estes movimentos ditos de minorias são concepções de mundo que os tornam cada vez mais fechados em sua problemática específica, em que pese o uso da mídia, dos meios eletrônicos de comunicação e da estratégia das redes. Some-se a isso o arcabouço institucional forjado nos últimos anos pelos programas de ajuste neoliberal, com o repasse de funções antes estatais para a sociedade civil, e estão formados os espaços *públicos não estatais*, que aparecem hoje como o alfa e o ômega das organizações da sociedade civil. Inclusive os sindicatos, numa crise político-ideológica sem precedentes na história brasileira, e não só nela, enveredam por este caminho.

Nos primeiros anos do século XXI, contudo, o Brasil elegeu para presidente um membro de um partido de esquerda, um ex-sindicalista, embora desde a articulação de alianças para sua candidatura já estivesse mais ou menos clara a moldagem de seu futuro governo¹⁷³. Ainda assim, essa vitória de Lula-PT foi analisada como resultado de anos de organização e luta das camadas populares e médias do país pela implantação de um governo democrático-popular. Já se passaram, desde então, cinco anos (quatro do primeiro governo e um da segunda gestão).

Não será necessário aqui nos alongarmos acerca da política econômica de Lula, até porque ela é também objeto de debate quando do tratamento direto dos discursos oficiais, no próximo capítulo. No geral ela manteve a mesma estrutura da política que vinha de FHC, demonstrando que

¹⁷² A efervescência dos movimentos sociais nos idos dos anos 80 logrou trazer para o debate os denominados “novos atores sociais”, que apareceram especialmente como representantes das mal-chamadas minorias. São movimentos e organizações de luta em torno de temas como etnia, gênero, sexualidade (gays e lésbicas), ecologia, direitos humanos, etc. Eles põem novos desafios às lutas anticapitalistas, no sentido do alargamento de suas bandeiras e, nos entendamos, podem e devem ter importância capital como elemento contestador da ordem. Entretanto, seu aparecimento na cena política tem se dado quase como um contraponto ao movimento sindical, primeiro como se partisse do princípio de que as lutas são distintas e inconciliáveis e que as demandas são do mesmo modo díspares. O conceito de classes sociais em luta e de um projeto transformador para a sociedade, o conceito de lutas de classe, portanto, que unificava o movimento operário-sindical, parece não ter validade neste novo escopo, como tão pouco hoje para boa parte do próprio movimento sindical. É o tempo de sublevação da cultura e da subjetividade. Neste sentido, e só nesse, é que é possível questionar o papel que vem sendo exercido pelos “novos movimentos sociais” em sua capacidade de construtor de uma contra-hegemonia.

¹⁷³ Conforme Netto (apud Braz 2004), “o que mais caracteriza o governo Lula, a sua essência mesma, seria a convivência de suas duas almas em um mesmo governo, ambas mudancistas: uma buscaria dar continuidade ao governo FHC, por meio do aprofundamento de suas feições; outra, progressista, procuraria dar início ao árduo trabalho de superação de suas pesadas hipotecas. Estas duas almas, a conservadora e a progressista, seriam resultantes, então, da própria natureza do governo eleito em outubro de 2003, que buscou articulações para além da esquerda para a vitória eleitoral” (p. 51).

os elementos de continuidade entre esses governos suplantavam os traços de descontinuidade (Antunes, 2004). Nas áreas de política fiscal e monetária sustentou e fortaleceu a lógica anterior, buscando novamente minimizar riscos de instabilidade e continuar o controle da inflação. Vem suportando uma balança comercial superavitária e uma taxa de juros ainda bastante elevada. Ademais, mostra enorme paralisia no que diz respeito a forjar uma política de crescimento econômico, deixando-se levar pelos ares e sabores ditados pela dinâmica internacional, sem qualquer interferência maior do governo federal brasileiro. Essa avaliação é corroborada por BRAZ (2004), quando diz que, com Lula

“assistimos (...) a uma continuidade dos fundamentos principais que nortearam a economia brasileira na última década. Política cambial volátil, contração de investimentos produtivos e altas taxas de juros formam a tríade que os quatro últimos governos brasileiros (incluindo Lula) vêm operando. (...)Tal como no governo Fernando Henrique Cardoso, presenciamos um comprometimento orçamentário fortemente dirigido ao capital financeiro: os gastos com encargos, juros e amortização de dívidas financeiras abocanham quase toda a disponibilidade orçamentária para investimentos do Estado brasileiro, cerca de 35% do PIB. O que resta para investimentos diretos é irrisório, perto de 3%” (p. 53).

E, no tocante àquela paralisia de que falávamos, acrescenta:

“Trata-se de um cenário no qual “o Estado brasileiro foi reduzido à vida vegetativa, na qual se limita a pagar salários, alguns gastos de custeio e, sobretudo, juros [...] áreas como agricultura, defesa, segurança pública, assistência social, cultura, meio ambiente, transportes, reforma agrária e ciência e tecnologia foram afetadas de forma dramática, realizando investimentos irrisórios (entre 0,01% e 2,26% do total orçado); outras, como habitação e saneamento, foram literalmente

paralisadas, com investimento zero. A saúde investiu 3,5% do previsto; a educação, 5,5%” (Benjamim, apud BRAZ, 2004, p. 54)¹⁷⁴.

Após cinco anos, tornou-se imperativo concluir algo que já era claro desde o primeiro ano de governo Lula: jogamos fora mais essa chance de enfrentar, numa perspectiva progressista, a reorientação da política macroeconômica, no sentido de retirá-la do controle parasitário-financeiro (Netto, 2004). Foi novamente ceifada uma possibilidade histórica, construída pela organização de classe dos trabalhadores, de oferecer resistência e contraposição ao projeto de classe do capital e sua dominação, mas a diferença é que desta vez quem joga na lata do lixo da história essa possibilidade é um até então representante da própria classe trabalhadora, levado pelo transformismo, cooptado pela burguesia.

Não que o governo Lula pudesse assumir qualquer papel revolucionário¹⁷⁵, e teria dificuldades inclusive para concretizar reformas dentro da ordem, mas poderia ter dado um passo à frente, no sentido de reorientar a política econômica do país e reencaminhá-lo para uma outra estrada do desenvolvimento. Isso não estava interdito.

Como sustenta NETTO (2004), o problema imediato era “articular um arco de forças políticas e sociais que, amarrando interesses diferentes, assegurasse o enfrentamento com os beneficiários da orientação macroeconômica de FHC” (p. 10). Nada disso, entretanto, foi sequer tentado. Ao contrário, Lula incrementou os aspectos regressivos daquela orientação

¹⁷⁴ Também segundo Netto (2004) a orientação macroeconômica do PT se iguala à de FHC. Neste sentido, “compreende-se que os partidos que respaldaram aquela orientação durante a era FHC (assim como os gestores diretos do capital parasitário-financeiro) estejam entre os fervorosos divulgadores da “maturidade” com que vem se comportando a “equipe econômica” (...). A defesa da estabilidade econômica e de todos os slogans paradigmáticos da era FHC constitui a retórica dos membros do [atual - NSA] governo” (p. 14).

¹⁷⁵ Conforme Netto (2004), somente “delirantes poderiam vislumbrar passos no sentido de um projeto socialista qualquer” advindo do PT, “até porque, quando mencionado, o socialismo petista, do ponto de vista de formulações oficiais, jamais ultrapassou vagas elucubrações anticapitalistas” (p. 11). Neste artigo, Netto refaz sua avaliação acerca das características do Governo Lula na forma como apareceram antes em matéria publicada no Jornal do Brasil em 19 de janeiro de 2003, quando ainda supunha a presença de duas almas no Governo Lula, uma mudancista e outra conservadora. Neste artigo de 2004 do qual me valho, diz que as análises apontavam para um conflito tenso de posições no seio do Governo, no “qual uma orientação claramente mudancista haveria de colidir com amplas resistências intestinas” (p. 11-12), e que ele tomou parte nesta avaliação. Mas ratifica que logo em seguida, ainda em 2003, retificou esta posição (no artigo “A mudança, a continuidade e o oportunismo”, Política Democrática. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, ano II, nº 5, nov. 2002/maio 2003).

macroeconômica advinda de FHC. A receita neoliberal estava e está sendo tão ou mais bem seguida que nos governos FHC¹⁷⁶. A inserção subalterna e periférica do país na economia capitalista internacional torna-se mais aguda e se reflete, por exemplo, na incapacidade de acompanhar, de longe que seja, os avanços do capitalismo em termos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Como seguimos pela mesma cartilha, os indicadores econômicos e sociais continuam alarmantes e esclarecedores da miséria efetuada pela “desertificação neoliberal”. Mas há novidades. Vejamos algumas delas.

Na era FHC, o crescimento econômico do Brasil manteve-se muito baixo ou quase nulo, sempre inferior a 3,0%. Nos primeiros anos do governo Lula a média não se alterou muito, mas em 2006 o PIB cresceu 3,7% e em 2007, seu melhor momento, atingiu os 5,3%.

Em 2005, segundo dados do DIEESE, os 10% mais ricos abocanhavam 44,7% da renda nacional enquanto os 10% mais pobres ficam somente com 1,1%, criando uma situação em que os 50% mais pobres atingem somente a marca de 16% das rendas do trabalho. Esta realidade, como se vê, não se afasta muito daquela observada nos anos 80 e destacada por mim com base em dados retirados de Abranches (1985).

Na mesma direção vão os dados disponibilizados pelo IPEA através do Radar Social, com suporte no ano de 2003. Ali é demonstrado que o Brasil ainda mantinha persistentemente a pobreza e a desigualdade social¹⁷⁷.

Mas o IDH do Brasil vem progredindo nos últimos anos, embora com oscilações. Importa reter que no relatório 2007/2008 do PNUD o Brasil ocupa o 70º lugar, num ranking de 177 países. Isso significa que o Brasil saltou do nível de médio desenvolvimento humano, pela primeira vez, para o de alto desenvolvimento humano, façanha largamente festejada pela mídia e pelo

¹⁷⁶ Neste sentido, “se a composição da equipe ministerial já apontava para a manutenção da mesma orientação macroeconômica da era FHC, os primeiros meses de Luiz Inácio Lula da Silva assinalaram que a vontade política expressa do novo governo era mais **que a continuidade, era o aprofundamento** daquela orientação. (...) O PT abdicou de exercer um governo orientado para mudar o Brasil numa direção democrático-popular” (Netto, 2004, p. 12-13)(grifos meus).

¹⁷⁷ Explorando os dados do Radar Social cuja base é o ano de 2003, Behring e Boschetti (2006) assinalam: “O Brasil está em penúltimo lugar entre o conjunto dos países do mundo em distribuição de renda: 1,7 milhão de brasileiros ricos, ou seja, 1% da população, se apropria da mesma soma de rendimentos familiares distribuída entre outros 86,5 milhões de pessoas (50% da população); 53,9 milhões de brasileiros (31,7% da população) sobrevivem com menos de R\$ 160,00 mensais e são considerados pobres; 21,9 milhões de brasileiros (12,9% da população) são indigentes, ou seja, possuem uma renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo” (p. 185).

otimista Lula. Quanto à concentração de renda, fazia anos que falávamos da nefasta e vergonhosa posição do Brasil como vice-campeão mundial de concentração de renda. Pelo índice de Gini, nossa posição atual (2007) é de décimo país mais desigual, numa lista de 126 países.

Segundo o DIEESE, o desemprego continua muito alto, com taxa média de 15,0% para as principais regiões metropolitanas. O analfabetismo também se mantém alto, no ano de 2005 atingindo 11,1% da população. Mas um dado novo nos ajuda a compreender a evolução do IDH brasileiro. É aquele que demonstra a exposição de nossa população à extrema pobreza, para os quais se volta o que é central na política social neoliberal e cuja exacerbação dessa focalização, no Governo Lula-PT, é um dos aspectos mais relevantes de seu posicionamento ideológico conservador como sustentáculo da hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea.

Segundo estudo patrocinado pelo PNUD, entre 1990 e 2005 a extrema pobreza decresceu no país, em quaisquer das análises em que nos basearmos¹⁷⁸. Embora continue grande o contingente de brasileiros que vivem em situação de grande carência econômica, para não falar das demais, chama a atenção, como várias reportagens divulgadas na mídia vêm explorando, o fato do Brasil estar cuidando seguidamente da diminuição da extrema pobreza, em detrimento de ações dirigidas para retirar parte da população sequer da situação de pobreza e muito menos ainda ampliar direitos sociais.

Os programas sócio-assistenciais do tipo Bolsa Família, carro chefe da política social dos governos Lula, podem ser considerados um dos responsáveis por esta guinada nos dados acerca da pobreza alarmante. A incipiente, frente à necessidade, mas concreta, diminuição das taxas de juros¹⁷⁹, a expansão e unificação do Programa Bolsa Família e o aumento real

¹⁷⁸ Existem dois dados disponíveis sobre a situação de extrema pobreza no Brasil, ambos patrocinados pelo PNUD, mas seguindo critérios metodológicos diferentes. Segundo o estudo “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”, os extremamente pobres são aqueles que vivem com menos de um dólar por dia. Assim, em 1990 eles representavam 8,8% da população brasileira e em 2005 são 4,2%, uma redução significativa de 52%. Já a Coleção de Estudos Regionais, feita em conjunto por cinco universidades brasileiras com apoio do próprio PNUD, considera extremamente pobres aqueles que vivem com ¼ do salário mínimo. Sob essa perspectiva, em 1990 viviam 19,98% da população brasileira em extrema pobreza, número que caiu para 11,11% em 2005, ou seja, uma redução de 44%. Sob qualquer das metodologias, o número caiu consideravelmente, embora continue muito alto.

¹⁷⁹ A taxa Selic, no ano 2007, iniciou em 12,9%, baixou para 12,3% e hoje (dezembro de 2007) está em 11,5%.

do salário mínimo¹⁸⁰, que ampliou também o piso da Previdência e do BPC (Benefício de Prestação Continuada) podem ser as causas da diminuição dos índices de pobreza extrema. E põe em lugar de destaque no governo atual a política de assistência, em detrimento das demais. Isto significa que o Brasil, e os demais países da América Latina também, alteram pouco a desigualdade social, mas, mantêm no mínimo alimentados os seus filhos muito pobres, em clara consonância com os ditames neoliberais, para quem a política social deve ser focalizada nos mais pobres, daí a prevalência para as políticas de assistência à extrema pobreza.

Lula, como veremos, faz dela o baluarte da política social, deixando transparecer que a “questão social”, em suas tantas expressões, perde lugar e sentido nesta consolidação da hegemonia burguesa dirigida pelo atual Governo Federal, fato que me leva a sugerir, desde já, um movimento, nada novo no Brasil, de moralização da “questão social, e de sua (re) transformação em nada mais do que um pauperismo interpretado como carência, vulnerabilidade, situação de risco, portanto, distante das determinações postas no conflito capital-trabalho.

O que me interessa destacar, por enquanto, é que, se para as estimativas dos organismos de Nações Unidas, como o PNUD/IDH, o Brasil melhora seus indicadores, os resultados não significam qualquer possibilidade de reversão da situação econômico-social do país, pois ele continua seguindo pela lógica de inserção subalterna na economia mundial, cuja predominância é da esfera financeira. Aqui, o capital portador de juros continua a encontrar solo fértil para suas peripécias lucrativas, mesmo que signifique, e significa, o enterro de nossas possibilidades de desenvolvimento social ou de fratura das desigualdades históricas que acumulamos.

Mas, no seio dessa longa crise econômica internacional, dessa onda longa de estagnação, será que essa possibilidade de desenvolvimento econômico-social existe? A questão principal que quis destacar aqui não era essa de supor uma capacidade ímpar e isolada do Brasil engendrar crescimento e desenvolvimento apesar do período de crise; mas, ao contrário,

¹⁸⁰ O salário mínimo brasileiro teve seu primeiro aumento real no governo Lula, depois de uma década de simples reposição de perdas, quando muito. Porém, como se sabe, continua muito aquém das necessidades mínimas. Segundo projeção do DIEESE, em novembro de 2007 o salário mínimo necessário seria de R\$ 1.726,24 ou seja, 4,73 vezes maior que o mínimo em vigor.

procurei mostrar como, tomando parte na crise, construímos um caminho que não chegou a projetar qualquer estratégia nacional de proteção de sua sociedade, e somente reforçou sua histórica heteronomia e dependência. E esse caminho foi fortalecido com os dois governos Lula-PT.

As justificativas oferecidas para o caminho seguido pelo Brasil existem. Elas conformam uma parte importante do pensamento social brasileiro contemporâneo e moldam também a ideologia sedimentada nas explicações oferecidas pelo Governo Federal. Em verdade, acima expus uma determinada análise, com fundamento teórico-metodológico crítico, segundo entendo, sustentada na interlocução com a tradição marxista. Mas há outros suportes ídeo-teóricos que servem não só como explicação e justificação para o caminho seguido pelo Brasil, mas também como suporte/sustentáculo ideológico deste mesmo caminho. Operando pela direita, esses fundamentos ideológicos são expressão de traços do pensamento conservador.

Numa sociedade em que o conservadorismo tem largas marcas e particularidades importantes, procurei, tomando como base o que expusemos até aqui acerca da realidade sócio-econômica em âmbito internacional e nacional, analisar o conteúdo das explicações acerca dessa mesma realidade, na forma como aparecem nos discursos oficiais do Governo Lula-PT. Os argumentos expostos no próximo capítulo expressam os resultados a que pude chegar: avaliando os discursos oficiais acerca dos temas do desenvolvimento e crescimento econômico e da “pobreza”, identifiquei que seu conteúdo era eminentemente ideológico, no sentido de falsa consciência, cuja função era consolidar a hegemonia burguesa, tomando a feição de produto superior, resultado, daquele processo identificado por Mota (1995) como em transição. Portanto, com base na análise do objeto, pude constatar que as explicações e as ações efetivas do Governo Lula-PT no tocante aos temas estudados tomam parte na composição de uma ideologia burguesa conservadora cuja função é moldar a hegemonia neoliberal iniciada desde a ascensão de Collor e FHC, e consolidá-la.

CAPÍTULO IV:
Consolidação da Hegemonia Burguesa através da
Ideologia Conservadora Sustentada nos Discursos do Governo
Lula-PT

Nos capítulos anteriores expus uma determinada análise sobre a realidade contemporânea, particularizando a situação sócio-econômica brasileira. Falo de uma *determinada* análise porque, como espero ter deixado claro, ela tem como fundamento a teoria social marxiana e o método a ela correspondente¹⁸¹, e é resultado do processo de aproximações ao objeto de estudo que delimittei, constituindo o solo a partir do qual realizei as análises que compõem esta tese.

Há, obviamente, tantas outras formas de explicar a questão que me pus, muito embora meu pressuposto seja o de que somente os estudos que procuram acompanhar o movimento dialético da realidade, buscando apreender as mediações do singular com o universal, são capazes de reter a expressão particular do fenômeno estudado, aquela que mais se aproxima do movimento real do objeto, numa perspectiva de totalidade.

Partindo destes fundamentos essencialmente críticos da economia política, tomei como objeto de estudo a análise do conteúdo oficial das explicações acerca da realidade brasileira contemporânea no que diz respeito aos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”. De partida, pressupus que encontraria aí uma visão sobre a sociedade brasileira e algumas de suas questões mais substantivas, como as do crescimento e da “pobreza”, que seria expressão de uma das forças sociais presentes no atual estágio de desenvolvimento do país, e que aquela visão oficial, por conseguinte, implicava a consagração da hegemonia burguesa neoliberal no Brasil.

Minha hipótese era a de que, ao descortinar o conteúdo daquelas explicações, encontraria elementos para caracterizar sem sombra de dúvidas seus fundamentos conservadores, de alguma forma vinculados ao desdobramento daquela “cultura da crise” de que nos falava Mota (1995)

¹⁸¹ A partir da síntese marxiana, o caminho metodológico é do abstrato ao concreto, através de aproximações sucessivas sempre provisórias que procuram revelar a particularidade de um objeto, desvendando as devidas conexões entre seus elementos singulares e universais. Este é o método capaz de melhor apanhar, captar, apreender a essência do objeto, sua lógica imanente, e por esta razão radica uma ruptura. Conforme sintetiza Netto (1998) “*A ruptura consiste em que a crítica marx-engelsiana estrutura então as bases de uma teoria social que **desborda** os quadros do estoque de conhecimentos existente, **everte** as modalidades de apreensão do movimento social real e **subverte** a função social do conhecimento na exata medida em que se constitui, **enquanto teoria**, a partir do **ponto de vista de classe proletário**” (p. XXVII) (Grifos do autor).*

quando analisou a tessitura política de justificação do *status quo* nacional nas décadas de 80 e 90.

Naquelas décadas, as últimas do “breve século XX” (Hobsbawn), como observei, o Brasil, em sintonia com uma realidade de crise estrutural do capitalismo em âmbito internacional, mas marcado pela particularidade das estruturas política, econômica e social que moldaram o desenvolvimento do país e se acentuaram no período monopolista, enveredou por uma crise societal que se mantém até a presente data e cujos resultados têm sido a recessão, a estagnação econômica e a exacerbação da “questão social”.

Nos anos 80, porém, dá-se o ocaso da ditadura e o novo protagonismo das forças democráticas propiciava o tensionamento das estratégias do grande capital para se recuperar da crise com as demandas da classe trabalhadora brasileira e das camadas populares, na luta pela transformação do modelo econômico-social vigente.

Segundo a fecunda análise elaborada por Mota (1995), ainda que as forças democrático-populares forjadas na crise da ditadura e fortalecidas em seu ocaso tenham sido protagonistas do processo de redemocratização da sociedade brasileira, foram incapazes, na seqüência, de postular a diferenciação entre seu discurso sobre a crise e o discurso da direita¹⁸², já que tomaram parte na estratégia de formação de alianças políticas como alternativa principal para o enfrentamento da crise. Enredados pela cultura política da crise, todos (as classes indistintamente) passam a figurar como iguais, em interesses e responsabilidades, na defesa da retomada do crescimento econômico. Comprometia-se, com isso, no plano das esquerdas, a articulação de quaisquer projetos de classe:

“(…) sob a defesa da retomada do crescimento econômico, as esquerdas não imprimiram uma direção política a esse movimento, comprometendo, de certa maneira, seu histórico papel de protagonista de um projeto social alternativo. (...) O caráter indiferenciado desse discurso sugere o pressuposto de

¹⁸² Mota (op. Cit) observa que o discurso utilizado para o enfrentamento da crise pelas principais lideranças brasileiras “tem sido o da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado. Para tanto, a estratégia proposta é a da formação de alianças políticas com o objetivo de superar a crise” (p. 100).

que tal enfrentamento [da crise - NSA] depende da formação de um projeto de natureza transclassista, como condição para retomar o crescimento econômico. Do ponto de vista prático-operativo emerge a idéia de que, na crise, a luta pela recuperação econômica do país beneficia a todos, indistintamente, razão maior do discurso da colaboração e do salvacionismo indiferenciado. Do ponto de vista político, a estratégia adotada tem como consequência o solapamento de um projeto de classe, de corte anticapitalista, mediante a formação de uma vontade política universal que independe da inserção dos sujeitos sociais na estrutura social” (MOTA, 1995, p. 100-101)¹⁸³.

Seguindo na esteira das sugestões de Mota (op. Cit.), destaca-se que a crise, e o discurso sobre ela, assume a função de formador de uma cultura política que busca a recomposição das forças burguesas, pautando-se agora pela conquista de hegemonia e não mais, como historicamente se deu no Brasil, pelas estratégias de mudança pelo alto. Para a consecução desse projeto hegemônico de classe, que no Brasil assume “uma forma particular mas não deixa de ser expressão de um processo mais geral”, a burguesia se sustenta seja no colapso do socialismo real (e tudo que significou e significa para o projeto de classe dos trabalhadores); seja nas mutações que arregimentou no mundo do trabalho – via reestruturação produtiva; seja no discurso modernizador, e assim, assegura o andamento e fortalecimento de seu projeto de dominação (Mota, op. Cit), obviamente que travestido de projeto nacional transclassista.

Mota (1995), quando analisou a formação desta cultura da crise nos anos 80 e 90, constituidora de hegemonia, observou que se tratava de um processo *em transição*, ainda não realizado por completo, no qual a burguesia internacional, e em sua esteira a nacional, através da desterritorialização das relações sociais, via transformação do nacional em internacional, baseou-se na construção de consensos e na idéia de um projeto nacional fundado no pacto

¹⁸³ Vale ressaltar que Mota (1995) também destaca, no início dos anos 90, como expressão dessa cultura política de indiferenciação, os chamados “novos movimentos sociais”, e as ONG’s, por sua pretensa natureza anticlassista e suprapolítica e ideológica, pois vêm se somar na “formação de um novo conformismo social, ao tornar genéricos e universais os interesses de uma classe” (p. 102).

entre trabalhadores, Estado e empresários, cujo sustentáculo era esta cultura indiferenciada entre trabalho e capital de que falei atrás¹⁸⁴, ou seja, a cultura política da crise.

Estaria sob responsabilidade desta cultura moldar um *consenso nacional* em torno da necessidade de mudanças, mascarando a realidade de que elas somente respondiam aos interesses da burguesia, especialmente do capital financeiro, que lança mão de seus fiéis representantes para travesti-los (seus interesses) em questões de interesse nacional.

Foi assim com a falaciosa luta contra os marajás de Collor de Melo, enquanto na verdade seu foco era a desregulamentação da economia; foi assim com a satanização crescente do Estado, plasmando sua “Reforma”, com vistas a garantir novos nichos de lucratividade ao capital em crise através da privatização do patrimônio do povo brasileiro; e foi assim, também, na criação de uma falsa consciência de que a inflação é o grande e maior gargalo da economia nacional e que para o seu controle vale qualquer sacrifício, ainda que seja criar uma das maiores taxas de desemprego do mundo; foi assim, ainda, com a consecução da política macroeconômica que, seguindo a cartilha dos organismos internacionais comandados por Washington, prometia que a estabilidade seria garantia de progresso e interessava e respondia aos anseios de toda a nação.

Contudo, apesar da formulação desta cultura, engendrada pela burguesia e seus representantes, e da inflexão na orientação classista e anticapitalista do grosso dos movimentos dos trabalhadores, naquela ocasião e ao longo dos anos 90, representados pelo principal partido de esquerda – o PT; por sua principal central sindical – a CUT; e por remanescentes dos movimentos sociais anticapitalistas ou até socialistas – como o MST, os trabalhadores ainda foram capazes de oferecer alguma resistência ao projeto do capital consubstanciado na formação desta cultura política da crise. Afirmei isso na análise que fiz da passagem de Collor e FHC pelo Executivo Federal do

¹⁸⁴ Para a autora, “o traço predominante dessa cultura é a idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a saída da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise” (Mota, 1995, p. 101).

Brasil, no capítulo III. E esta é uma posição que pode ser encontrada em diversos analistas do ambiente político brasileiro.

Ainda que essa resistência possa parecer, à priori, um elemento secundário, pois não é possível identificar na ação nem nos discursos dos organismos citados claros componentes anticapitalistas, não há como negar que a atuação do PT e da CUT, e também do MST, como oposição nos oito longos anos de governo FHC e de desertificação neoliberal no Brasil, como quer Antunes (2004), se não engendraram disputas de projetos com clara distinção, foram responsáveis por colocar no mínimo alguns freios à ofensiva neoliberal sobre uma parte do patrimônio público nacional e sobre alguns dos direitos recém-conquistados pelos trabalhadores¹⁸⁵. Assim, foi impossibilitada a realização de todas as contra-reformas requeridas pelo grande capital.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso, nas duas gestões, foi capaz de realizar algumas daquelas mal chamadas “reformas” (na verdade contra-reformas, como já destaquei) a que o ajuste neoliberal se propunha e propõe, como são exemplo as privatizações de empresas de base e de serviços essenciais; e foi capaz de manter a política macroeconômica totalmente alinhada com as “orientações” (que cheiram mais a imposição) do FMI e Banco Mundial; mas não pode, em vista dessa oposição postulada via PT, sindicatos filiados à CUT e alguns movimentos sociais, completar o processo de “reformas”, de certa maneira travando o avanço das garras do neoliberalismo sobre o país, pois foi incapaz de fazer passar as demais demandas do imperialismo contemporâneo, como as “reformas” tributária, da previdência social, trabalhista, a privatização da educação superior, etc.

E isto se deu, acredito, em vista da resistência popular que em larga medida foi arregimentada por aquela oposição advinda dos vários segmentos organizados da sociedade, articulados em torno do PT e da CUT, prioritariamente.

Mesmo com esta oposição e resistência, o quadro da economia brasileira não foi modificado; no período, continuou moldado sob os auspícios do ajuste neoliberal, o que somente reforçou a situação de estagnação e

¹⁸⁵ Considerações como as de Antunes (2006) corroboram com este entendimento. Ele afirma que desde Collor foi iniciado o processo de destruição dos direitos dos trabalhadores, acentuada e tornada eficiente depois por FHC. “Mas, como o tucanato encontrou oposição dos sindicatos, especialmente filiados à CUT e ao PT, FHC não conseguiu destruir num só golpe a legislação social” (p. 46).

alargou as mazelas sociais advindas das décadas anteriores. O crescimento da fome e da miséria; do desemprego; a retração dos gastos com políticas sociais, como o abandono da saúde e da educação públicas; todos estes fatores sociais, unidos a um arrocho salarial que deu continuidade à já histórica perda de poder de compra dos salários, forjavam, juntos, uma situação que colocaria em desgaste aquele processo constituidor de hegemonia para o capital no seio da sociedade brasileira, amalgamado no seio da cultura política da crise e simbolizado, no plano político, pela direita conservadora organizada em torno de partidos como o PSDB e o então PFL.

Nesta tessitura, cresceram a fome e a miséria no Brasil. O país não mostrava qualquer sombra de capacidade para se afastar daquela posição de pior distribuição de renda do planeta; e repetia, nos anos 90, o desastre apresentado por sua economia nos anos 80, chamados por isso de “década perdida”. O modelo adotado, que teórica e ideologicamente pretendia modernizar o país e colocá-lo em situação de competição na economia internacional, fez foi destruir um parque produtivo dos mais desenvolvidos, até então, do planeta, e seguiu o caminho da desestruturação da indústria nacional, não só por causa das privatizações, mas pela total ausência de qualquer estímulo e investimento em uma política industrial capaz de acompanhar o desenvolvimento científico-tecnológico (a terceira revolução industrial) que tomou tanta importância na atual estratégia do capital de recuperação da lucratividade e destituição do poder e do saber da classe trabalhadora.

Agravado o quadro sócio-econômico nacional, para desastre dos trabalhadores brasileiros, mas para deleite do capital rentista, que nada podia reclamar do modelo vigente, descredencia-se o projeto político do PSDB e seus aliados. Mais uma vez foi possível projetar a *mudança* da orientação macroeconômica nacional. Com a quarta candidatura de Lula, o debate se concentrou na crítica ao modelo de crescimento econômico vigente, sustentado nas orientações dos organismos multilaterais internacionais como FMI e Banco Mundial, e numa das expressões mais alarmantes da “questão social” nos países do Sul – a pobreza extrema, cujo corolário é a flagelo da fome.

O centro dessa proposta de oposição se articulava em torno da *mudança*, já agora contra o modelo neoliberal, representado pelas gestões

FHC. O centro deste novo projeto mudancista, protagonizado por Lula-PT e aliados de diversos quilates, foi dirigido muito diretamente para duas questões, interligadas, por suposto: as transformações no modelo de desenvolvimento com vistas à retomada de um largo ciclo de crescimento econômico, depois de 25 anos de crescimento muito baixo – uma média de 2% ao ano no período 1980-2005; e a reversão da chamada “dívida social” brasileira, que tem como um dos resultados a enorme desigualdade social, a miséria e a fome.

Deixo claro que, já naquela ocasião, os analistas econômicos e políticos mais competentes, que sustentavam suas avaliações no processo real pelo qual vinha passando seja o Partido dos Trabalhadores em seu conjunto, seja os movimentos sindical e social que poderiam criar base histórica para garantir a mudança, esclareceram que uma vitória de Lula não poderia significar qualquer ilusão de transformações substantivas, muito menos veleidades socialistas. O discurso mudancista, portanto, deveria ser relativizado. Até porque, como temos visto, o desmantelamento das estratégias classistas de contraposição à ordem do capital e o influxo da perspectiva socialista, enquanto movimento e realidade planetária, impôs nova orientação ao horizonte político das esquerdas¹⁸⁶.

No Brasil, então, com o caminho trilhado pelo PT desde as eleições de 94 e 98, quando foi duplamente derrotado por FHC¹⁸⁷, e com a orientação policlassista e aliancista, amparada na ideologia da solidariedade (sem a atualmente necessária adjetivação de seu tônus classista) que se apossou dos movimentos sociais (Mota, 1995), salvo raras exceções, não havia esteio histórico-social para a construção de um projeto com direção política anticapitalista explícita.

¹⁸⁶ Na reflexão elaborada por Antunes (2006), “o século 20 presenciou a desconstrução de uma dupla experiência: foram derrotadas tanto a experiência soviética (...) quanto o experimento social democrático” (p. 36). Analisando a segunda dessas derrotas, o autor destaca que em consonância com a resposta explosiva do capital à rebeldia dos trabalhadores nos anos 60 (e eu acrescento: e em virtude da crise estrutural em que é engolfado), que arregimentou seja a reestruturação produtiva seja o desmonte neoliberal dos Welfare States, parcela significativa da esquerda, em face do desencanto com a social-democracia e com o desenlace do socialismo, passa a acreditar na mistificação presente na apologética de Fukuyama. Tornando-se adeptas do fim da história e do “não há alternativa”, dá-se o transformismo das esquerdas e elas vão seguidamente abandonando qualquer perspectiva de transformação social, enveredando pela busca de soluções dentro da ordem.

¹⁸⁷ No tocante a este ponto, assevera Sales (2006): “Os desdobramentos históricos e políticos da opção na prática por uma via pragmática e eleitoral de acesso ao poder vão se sentir gradativamente numa série de episódios ao longo da década de 1990 e, mais recentemente, após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República” (p. 30).

Portanto, as esperanças em torno de um governo do PT, para os que conjugavam desta análise, tomavam como bases as possibilidades históricas reais de reequacionar a orientação macroeconômica neoliberal, que já havia dado quantas provas fossem necessárias de fracasso para potencializar o crescimento econômico que alardeava, muito menos resolver ou sequer minorar as largas questões que engolfavam a sociedade brasileira; antes, as estavam agravando. Mas não mantinha ilusões de que este partido, cada vez mais próximo da ordem, estivesse disposto ou assumisse a função de patrocinar grandes transformações sociais.

Apontava-se como possível, todavia, o caminho, minimamente, de um esforço para retomar o crescimento econômico e talvez até, para os mais otimistas, para a consecução de um modelo renovado de desenvolvimento para o país, seguido evidentemente do aumento dos gastos sociais, sem o que seria impossível responder minimamente aos graves problemas acumulados do passado. A possibilidade de colocar freios tanto na direção escandalosamente rentista da economia nacional, ela mesma incapaz de levar o país a qualquer patamar superior de desenvolvimento, quanto impulsionar a efetivação de políticas sociais para responder às demandas mais latentes do grosso da população, através seja do acesso à saúde e educação, da articulação de uma política habitacional, do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, da retomada dos níveis de emprego, etc., esta era a expectativa.

Supunha-se que essa estratégia reformista não seria impossível de executar por dentro da ordem e isso, me parece, era a aposta e a esperança dos mais afinados analistas e dos segmentos democrático-populares, muitos oriundos das classes trabalhadoras, que sempre foram a base de apoio do PT.

Contudo, ainda em 2002, em pleno processo de campanha eleitoral, e em virtude de algumas desconfiças que os capitais internacionais e nacionais teimavam em manter quanto às perspectivas do PT e de Lula¹⁸⁸, foi divulgada a chamada “Carta ao Povo Brasileiro”. Ali estão ratificadas as críticas ao modelo econômico vigente, e a constatação de seu fracasso. Porém, o mais

¹⁸⁸ Afinal, devemos convir que Lula e o PT, ao menos simbolicamente, não poderiam ser tomados como representantes do capital. A história dos dois é parte, ainda que hoje nos uma melancólica lembrança, dos processos de luta e de construção da identidade de classe operária no Brasil. Por isso, até assumir o Governo, como veremos, haviam dúvidas pairando as análises e preocupando capital e trabalho: será que as alianças formadas pelo PT são parte de uma tática eleitoral ou representam a assunção de uma guinada de posição do partido?

determinante, é a afirmação de que a *premissa* fundamental do novo modelo representado por Lula é o *respeito aos contratos e obrigações do país*, a manutenção do superávit primário, o combate à inflação a qualquer custo, o controle das contas públicas.

A carta já expressava, portanto, um aceno do PT-Lula aos “homens de negócios” de que não precisavam temer uma provável gestão sua, dando abertas garantias da continuidade dos fundamentos das políticas fiscal, cambial, de juros e tributária nos moldes que interessavam aos capitais, notadamente o financeiro e rentista¹⁸⁹.

Ainda desta vez, havia dúvidas do que representava concretamente aquele documento, já que podia significar uma peça de campanha, não necessariamente comprometedor do sentido que o PT, após eleito, daria à economia. Findo o processo eleitoral; vitorioso o PT e Lula, é dada a posse, em primeiro de janeiro de 2003. Há pouco mais de cinco anos, portanto, quatro da primeira gestão e um da segunda, governa o Brasil o Partido dos Trabalhadores, grupo político que nasceu como representante partidário dos anseios democrático-populares engendrados no desenvolvimento histórico das organizações dos trabalhadores brasileiros. Amparado num novo discurso da mudança, o PT assume a presidência da República brasileira, e arrasta consigo, ilusoriamente ou não, largas esperanças de reencaminhar as prioridades do país e reorientá-lo em uma nova direção.

¹⁸⁹ A “Carta ao Povo Brasileiro” é um documento *sui generis*. Mesmo para analistas nada críticos, ele aparece como um “documento singular”, paradigmático de “uma transição efetivamente realizada [pelo PT - NSA] mas curiosamente não explicitada nos anais e crônicas do partido. De fato, a carta deve ser identificada como um documento de ruptura, e talvez duplamente, tanto no sentido de proposta para um novo caminho político, mas também ruptura com “tudo aquilo que estava ali”, isto é, com as velhas crenças do PT” (Almeida, 2004). O autor em tela, como bom diplomático, festeja essa mudança, a partir da qual o PT, para ele, resolveu trabalhar com conceitos bem mais tranqüilos “e de fato menos assustadores do que aqueles que apareciam regularmente em seus manifestos anteriores: ruptura, calote, distribuição compulsória de terras, redução dos lucros abusivos dos industriais, limitação dos ganhos dos banqueiros, luta contra o capital financeiro internacional, enfim, a recusa de tudo o que estava ali (no sistema). Agora, somos convidados a aceitar que os contratos serão respeitados, que a estabilidade será garantida e que todas as mudanças serão feitas num marco democrático, o que parece bem razoável (sic!)” (idem). Sabemos que o processo foi mais complexo, e que os sinais de mutação no PT já se apresentavam e exacerbavam durante toda a década de 90. A carta é esclarecedora e reveladora, mas não creio que possa ser considerada expressão de ruptura. Esta já havia se dado há muito, e as coligações da candidatura Lula e de diversas candidaturas do PT nos municípios e unidades federativas brasileiras são prova disso.

1 – O Transformismo do PT-Lula: instrumento ideológico conservador da hegemonia burguesa no Brasil

Ideologia, no sentido marx-engelsiano, significa falsa consciência, expressão falseada do real¹⁹⁰. Esta consciência equivocada não pode ser confundida com manipulação, mas expressa os limites dados pela posição de classe, pelo fetichismo da mercadoria e pela reificação das relações sociais no seio do capitalismo, pois a maneira, como diz Marx e Engels, “como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são”, e o que eles são é resultado das relações sociais que estabelecem para produzir e reproduzir-se, do nível de desenvolvimento das forças produtivas e do aperfeiçoamento da divisão do trabalho¹⁹¹.

Numa sociedade organizada em torno da apropriação privada dos bens coletivamente produzidos e da divisão social do trabalho, a classe dominante não pode manter-se fiel ao conhecimento concreto da realidade social. Ao contrário, ela necessita, sob pena de comprometer sua dominação de classe, afastar do campo científico a razão crítica, e rechaçá-la como patamar ontológico de inteligibilidade do real, dos homens e da sua história, porque os resultados desta orientação crítico-dialética dão significância às críticas oriundas da classe antagônica à burguesia - o proletariado, e lhe serve de solo para um projeto alternativo de sociedade. Em Marx e Engels, portanto,

¹⁹⁰ Segundo Jacob Gorender, na introdução de uma edição brasileira d’A Ideologia Alemão, Marx e Engels foram responsáveis por produzir uma reviravolta no sistema de Hegel. De um ponto de vista materialista, mostraram que as idéias, sejam religiosas, filosóficas, morais, jurídicas, artistas ou políticas, não tinham desenvolvimento autônomo. “O desenvolvimento da idéia era subordinado, dependente, predicativo. As idéias se sistematizavam na **ideologia** – compêndio das ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica”. Gorender (1989) também esclarece que a ideologia, em toda a obra de Marx e Engels, continuou com este sentido de consciência falsa, equivocada da realidade. “Porém consciência necessária aos homens em sua convivência e em sua atividade social. Consciência falsa que não resulta de manipulação calculista, de propagandismo deliberado, mas da necessidade de pensar a realidade sob o enfoque de determinada classe social, no quadro das condições de sua posição e funções, das suas relações com as demais classes etc.” (p. XIX).

¹⁹¹ Em A Ideologia Alemão, Marx & Engels (1989) afirmam: “indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas. (...) A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. (...) O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (p. 20).

o conceito de ideologia denota a construção de um pensamento social que não segue a esteira do conhecimento concreto da realidade concreta, mas se constitui como justificação da ordem social existente.

Como não se trata de um movimento maniqueísta, estabelece-se uma relação *mediada* da burguesia com uma racionalidade que lhe ofereça tanto a possibilidade de conhecer e transformar a natureza, para continuar revolucionando as forças produtivas, quanto uma explicação que sustente sua posição de classe. Esta é a função assumida pela racionalidade formal, que dá suporte ideológico a uma estrutura sócio-econômica que subsume o conhecimento da realidade concreta aos seus aspectos fenomênicos¹⁹².

Esta construção ideológica tem como solo histórico o período que Marx¹⁹³ e depois Lukács (1959, 1967 e 1981) chamaram de etapa decadente da filosofia burguesa, que responde à necessidade de justificação da ordem burguesa como a ordem social universal, em face dos questionamentos da classe operária. É o momento em que a burguesia vai procurar romper com as categorias centrais da razão moderna: o humanismo, o historicismo, e a Razão dialética, já que nelas está radicada a possibilidade de uma *racionalidade ontologicamente fundada*, que apreenda o modo de ser, a lógica imanente da realidade como concreto pensado, síntese de múltiplas determinações. Este período do desenvolvimento filosófico corresponde ao abandono, pela burguesia, dos ideais da Ilustração, quando passa a se desenvolver como classe conservadora na sociedade¹⁹⁴.

Com clara inspiração marxiana, a obra de Lukács (1981) demonstra que a teoria social da etapa decadente reflete “os problemas centrais da evolução do capitalismo”, dentre os quais a “submissão sem combate aos efeitos da divisão capitalista do trabalho” (1981, p. 32) e, especialmente, a tentativa de eliminar as contradições inerentes ao sistema

¹⁹² Temos aqui uma análise segundo a qual a objetiva desumanização das relações sociais sob o capitalismo, ao engendrar um processo de subsunção do trabalho ao capital, alastra-se para as demais instâncias da vida social. Segundo Coutinho (1972): “Nas condições do capitalismo evoluído os traços regressivos da formação econômica burguesa começam progressivamente a assumir o primeiro plano. (...) Marx analisou o processo ao tratar do “fetichismo da mercadoria”, mas é inegável que o movimento de fetichização (de alienação) estende-se a todas as esferas da vida humana (...)” (Coutinho, 1972, p. 23).

¹⁹³ Marx foi o primeiro a demonstrar cabalmente este influxo na filosofia burguesa, trazendo à luz seu caráter decadente. Suas assertivas em torno deste tema podem ser encontradas em várias obras, dentre as quais O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1978) e O Capital - Vol. I (1985).

¹⁹⁴ “De modo geral, podemos situar em 1848 o momento do definitivo rompimento da burguesia com o progresso” (Coutinho, op. Cit., p. 22).

realizando um movimento que, incapaz de seguir desenvolvendo as tendências progressistas no caminho de sua radicalização, tem que efetuar um giro para traz (Lukács, 1959)¹⁹⁵.

As condições materiais da existência, suporte para as perspectivas ideológicas que compõem a etapa decadente do pensamento burguês, não determinam somente o pensamento da classe burguesa. Tomam parte nesta mesma vida material as demais classes e frações de classe, e sua consciência é por ela também influenciada¹⁹⁶. Neste sentido, a consciência, como expressão ideal da vida material, reflete as condições de produção e reprodução da vida. Sob o domínio das relações sociais capitalistas, é o pensamento burguês que toma a dianteira e assume a função de constituidor de hegemonia¹⁹⁷, tornando seu pensamento como o pensamento dominante da época, e “condicionando o processo em geral da vida social, político e espiritual”¹⁹⁸. Como afirmaram Marx & Engels (1989)

¹⁹⁵ Inspirado nesta linha de argumentação lukacsiana, Coutinho (1972) esclarece: “O antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta a partir de 1848 um novo aspecto: as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores do progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana. Do ponto de vista imediatamente social e político, essa inversão tem sua gênese no surgimento de uma contradição antagônica entre as classes que outrora formavam o Terceiro Estado. Enquanto numa primeira etapa a burguesia representava objetivamente os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista-feudal, agora o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante”(p. 8). E acrescenta: “Esta feticização simultânea do sujeito e do objeto, paralela à ruptura dos laços imediatos entre indivíduo e comunidade, é a mais evidente consequência social da divisão capitalista do trabalho em sua fase madura” (idem, p. 24).

¹⁹⁶ As idéias burguesas, a falsa consciência burguesa, podem, portanto, refletir-se e moldar o pensamento das demais classes, e esta é uma de suas principais funções. A depender das condições de organização e formação da consciência de classe, do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, o próprio proletariado e o conjunto do que hoje chamamos de classe trabalhadora, pode assumir as expressões da realidade, na forma como aparecem na ideologia burguesa, como se fosse a realidade *in totum*. Uma das pretensões da ideologia é exatamente construir, o mais amplamente quanto possível, a hegemonia burguesa, e fazer aparecer como real o que não passa de falsa consciência.

¹⁹⁷ “A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e consequentemente pensam.; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e distribuição dos pensamentos da sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época” (Marx & Engels, 1989, p. 47).

¹⁹⁸ “Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. (...) Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 1989, p. 21).

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante” (MARX & ENGELS, 1989, p. 47) (Grifos dos autores)¹⁹⁹.

Conquanto pretende preservar a ordem social, porque é dominante, a burguesia assumiu, historicamente, ao menos desde 1848, uma posição de classe conservadora na sociedade. Sua ideologia, portanto, é preenchida por muitos dos elementos constituintes deste conservadorismo, e é neste sentido que estou qualificando a expressão “*ideologia burguesa conservadora*”. Do mesmo modo, venho supondo que a assunção desta função ideológica, quando assumida pelo PT-Lula, traz como produto a consolidação da hegemonia burguesa.

O conceito de ideologia, após Marx e Engels, passou por algumas transformações, no sentido de seu enriquecimento. Há autores que inclusive identificam este enriquecimento ainda nas obras de Marx, notadamente posteriores à Ideologia Alemã, no que se contrapõem a Gorender (op. Cit) que sustenta que os autores (Marx e Engels) mantiveram sua aceção de ideologia como falsa consciência até o fim. Apesar desta polêmica, a ideologia tem sido caracterizada, correntemente, como o conjunto de idéias, ethos, valores, cultura, vinculado a uma determinada classe.

Assim, tanto a burguesia como o proletariado poderiam construir suas distintas ideologias. Segundo Gramsci (apud Semeraro, 2001), essas ideologias poderiam ser progressistas ou regressistas, inorgânicas ou orgânicas, construtiva ou negativa, real ou irreal, aberta ou dogmática. Neste sentido, Semeraro (2001) afirma, com base no marxista italiano, que

¹⁹⁹ Daqui não se infere, obviamente, a impossibilidade da constituição de uma contra-hegemonia, de um pensamento que se contraponha ao dominante. A teoria marxiana e algumas correntes da tradição marxista, por exemplo, são expressões concretas da construção histórica do pensamento da classe antagônica ao capital, o proletariado, para Marx o real representante dos interesses universais, a classe que detém a possibilidade de conduzir a luta anticapitalista e destruir a sociedade de classes, para estabelecer a sociedade comunista, na qual os homens, já verdadeiramente livres e iguais, poderão construir e gozar uma vida plena de sentido.

“Nas mãos da burguesia, que não representa o conjunto da sociedade, a ideologia se torna uma força que mistifica e desagrega as relações sociais, pelo fato de apresentar os interesses particulares como sendo de toda a sociedade e tentar em vão “conciliar interesses opostos e contraditórios”. Essa ideologia, por ser arbitrária, é necessário desnudar e combater porque expressão direta de uma hegemonia que visa naturalizar o sistema e universalizar a crença na sua inevitabilidade” (SEMERARO, 2001, p. 4).

Cabe destacar, também, o conceito de hegemonia do qual estou me valendo. Assumo a categoria hegemonia na forma clássica como ela foi cunhada pelo italiano Antônio Gramsci (1978), procurando designar o exercício do poder através da busca do consenso, da legitimação, da direção intelectual e moral, que supõe a adoção, por uma classe, dos valores e idéias inicialmente formulados por outra²⁰⁰. Assim, a hegemonia supõe que a ideologia burguesa foi capaz de moldar o pensamento da classe que lhe é antagônica.

Conforme destaca Mota (1995), na correlação de forças entre as classes alargam-se as esferas de conflito e assim é possível a construção:

“de outras formas de racionalidade, da socialização de valores, informações e visões do mundo e da sociedade, como uma condição para a formação de subjetividades coletivas, necessárias à adesão das classes a um projeto econômico, social, político e cultural que consolide a hegemonia de uma classe” (MOTA, 1995, p. 32).

Assim, um dos elementos centrais nesta análise é que está descartada, aqui, o a idéia de refundação de um processo de “modernização conservadora” ou de “revolução passiva”²⁰¹ para designar o modelo efetivado

²⁰⁰ Conforme a sistematização realizada por Mota (1995) “as bases objetivas para o desenvolvimento de uma verdadeira *reforma intelectual e moral*, sob a direção da burguesia, somente é possível porque os rebatimentos objetivos da crise apontam invariavelmente para a penalização dos trabalhadores, enfraquecendo seu poder ofensivo. Nessa conjuntura, a burguesia tenta capitalizar, no plano econômico, as derrotas políticas conjunturais das classes subalternas, sob o discurso do fim das ideologias, do fracasso do socialismo, da indiferenciação das condições de classe” (p. 97) (Grifos da autora).

²⁰¹ Uma das maiores autoridades sobre o pensamento gramsciano no Brasil e no mundo, o professor Carlos Nelson Coutinho, em entrevista concedida à Revista Reportagem (Nº 50 – nov. 2003), afirma que

no país na contemporaneidade, da mesma maneira como fez Behring (2003) ao caracterizar como “contra-reforma” a experiência da atuação estatal na sociedade brasileira desde FHC.

Mas, com o Governo Lula-PT, considero que a burguesia, embora tenha aberto mão, desde os anos 80, das estratégias de transformação pelo alto e desenvolvido um movimento constituidor de hegemonia, se vale da prática do *transformismo*, como se sabe, originariamente uma modalidade atrelada aos processos históricos de “revolução passiva”.

Essa vaga teórico-conceitual de que lanço mão está assentada nas elaborações de Coutinho (2008). Ele assegura que o “transformismo [é] (...) um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social” (p. 9). Na atualidade, seja nos países de capitalismo central seja nos periféricos, dá-se uma generalização de fenômenos de transformismo e eles podem estar ligados a processos de contra-reforma, como seria o caso emblemático do Governo Lula-PT²⁰².

Expus aqui estes conceitos de ideologia, hegemonia, conservadorismo e transformismo porque eles são o solo categorial a partir dos quais realizei as análises das explicações acerca da realidade brasileira contemporânea que se encontram expressas nos discursos oficiais do Governo Federal sob as gestões Lula-PT quando se analisa os temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”, contrapondo-os com uma avaliação crítico-dialética da mesma.

não é seguro que se possa definir a “era FHC” como revolução passiva. “Na concepção de Gramsci, ocorre revolução passiva quando as classes dominantes, sob pressão das classes subalternas, entregam alguns anéis para não perder os dedos, ou seja, concedem algo aos de baixo em troca da sua renúncia a uma luta por transformações efetivamente revolucionárias. (...) Na “era FHC” – bem como no neoliberalismo em geral -, não há nenhuma concessão aos de baixo. Tudo é feito para desconstruir direitos já conquistados, ainda que tais conquistas tenham se dado sob a égide de revoluções passivas. Então, talvez seja mais correto dizer que estamos diante de um período de contra-reformas” (p. 6). Portanto, como se torna impossível encontrar no neoliberalismo a “dialética restauração-revolução que caracteriza, sempre segundo Gramsci, as revoluções passivas”, é mais adequado utilizar a designação de contra-reforma. E, em outro texto, ele lembra: “O que caracteriza a contra-reforma não é assim a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (Coutinho, 2008, p. 8).

²⁰² “Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de socialdemocratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contra-reformistas em países europeus, mas também fenômenos como os Governos Cardoso e Lula num país da periferia do capitalismo como o Brasil” (Coutinho, 2008, p. 9).

Sustento que estas explicações constituem-se em ideologia conservadora, cujo objetivo é completar aquele processo, visto por Mota (op. Cit) como em transição, de constituição da hegemonia burguesa em tempos de neoliberalismo. A mediação desses conceitos permite expor o atual Governo Federal como representante político da classe e da ideologia burguesa e como baluarte do suporte conservador que lhe integra.

2. O Brasil contemporâneo segundo a percepção oficial: consolidação da hegemonia burguesa como produto que completa o processo de transição forjado pela “cultura da crise”

Um dos componentes da cultura política da crise que se constituiu como suporte ideológico a partir do qual a burguesia brasileira moldou a construção de sua hegemonia de classe foi, segundo Mota (1995) a *desterritorialização* das relações sociais, um movimento cuja função ideológica é dissimular as contradições e desigualdades presentes nas relações entre as diversas formações sociais.

A análise realizada por Mota (1995) mostrou que esta desterritorialização, esta transformação do nacional em internacional, era responsável por criar um consenso em torno da idéia de que a solução dos problemas nacionais era de interesse de todos e responsabilidade de todos, já que sua determinação era devida a questões internacionais e não resultado do percurso adotado internamente.

Ao analisar o conteúdo dos discursos oficiais do Governo Lula sobre a realidade brasileira quanto às questões do crescimento e desenvolvimento econômico-social, pude observar um movimento ao mesmo tempo de ratificação e de contraposição àquela dinâmica de desterritorialização. Reitera aquela posição, como parte da ideologia burguesa que busca, na contemporaneidade, a construção de consensos e do consentimento de classe a seu projeto, a disseminação da idéia de que todos os membros da sociedade são igualmente afetados pela situação de crise por que passa o país. Encontramos, dentre tantas outras, as seguintes afirmações:

“Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital”²⁰³.

“(…) o Brasil dispõe hoje de um poderoso consenso para acelerar sua história. Estou falando da consciência nacional em torno da idéia de que o crescimento é a ferramenta que falta para superar os desafios pendentes da nossa sociedade. Ricos ou pobres, somos todos filhos da nossa história e das grandes decisões nacionais”²⁰⁴.

A perspectiva apontada aqui se traduz naquela mesma idéia já trabalhada por Mota (1995) de que todos são afetados igualmente pela situação de parco crescimento econômico do país e até de recessão, nas últimas décadas, o que, portanto, impõe a formação de um *pacto nacional* com vistas à resolução dessa questão central, que diz respeito à construção de um novo modelo de desenvolvimento a partir do qual o país sairia definitivamente da situação de crise e se reencontraria com sua *missão histórica de ser um país grande*²⁰⁵.

Essa mistificação objetiva claramente fraturar a consciência de classe operária e é servil ao projeto burguês de hegemonia. Acrescente-se que

²⁰³ Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. A partir de agora, todas as referências dos discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vão aparecer em nota de rodapé, como o presente caso. A íntegra de todos os discursos oficiais proferidos pelo Presidente Lula, inclusive aqueles que formam o universo e amostragem desta pesquisa, pode ser consultada no site WWW.info.planalto.gov.br, abrindo o link Discursos e Entrevistas. A pesquisa pode ser feita por temas ou datas.

²⁰⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da diretoria e do conselho fiscal da CNI 2006-2010. Confederação Nacional da Indústria - Brasília-DF, 28 de novembro de 2006.

²⁰⁵ É recorrente nos discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a referência a este suposto destino ou missão histórica do Brasil e as vezes até da América Latina. Independentemente da situação concreta, o presidente mostra-se otimista com os rumos do país, “está sempre convencido de que o caminho do crescimento está dado e não tem volta”, para que “o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça”, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História; porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. Em dado momento pronuncia-se assim: “Eu estou convencido (...) que o século XIX foi o século da Europa; o século XX foi dos Estados Unidos; e o século XXI tem que ser da América do Sul, nós não podemos perder a oportunidade e jogar este século fora, porque o Brasil já teve muitas oportunidades” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da fábrica de software da Eletronic Data Systems – EDS, em parceria com a TAM Linhas Aéreas. Araraquara-SP, 31 de março de 2005.

Lula tem consciência do lugar de onde fala²⁰⁶, e de que esta sua posição histórica, da qual se serve à vontade, fortalece e dá sustentação a seu discurso. É assim, por exemplo, quando se vangloria e ecoa aos quatro cantos do planeta por onde andou, que somente ele, por seu *currículum vitae*, foi capaz de fazer aprovar as “reformas” que tanto eram requeridas pelos organismos internacionais, como o caso da reforma da previdência:

“Vamos ser francos: quantas pessoas duvidavam que nós mandássemos os projetos da reforma da Previdência e da reforma tributária no dia 30 de abril, como eu mandei, com a assinatura dos 27 governadores de Estado? Fazer reforma neste país é tão complicado e tão difícil que, se fosse fácil, outros teriam feito”²⁰⁷.

“Passado um ano da minha posse, estou mais otimista hoje do que estava em janeiro do ano passado. Estamos otimistas porque conseguimos (...) fazer as reformas que pareciam impossíveis de serem feitas – a da Previdência e a tributária”²⁰⁸.

“Poucos países conseguiram aprovar, em tão curto prazo reformas sobre temas tão sensíveis quanto complexos”²⁰⁹.

“Tomamos medidas duras, até mesmo politicamente difíceis, que poucos governos tomam. Tem gente que fica dez anos no governo e não tem coragem de fazer mudanças na Previdência Social ou na política tributária. Se dependesse

²⁰⁶ Em um de seus discursos, diz, literalmente: “(...) este país não elegeu um presidente da República da forma como estávamos acostumados a eleger. Este país elegeu um pedaço da História deste país (...)” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de implantação do III Alto-Forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Vitória – ES, 22 de abril de 2003.

²⁰⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul União Européia. Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003. Em várias ocasiões Lula se vangloria deste fato, mostrando consciência do seu papel político na constituição contemporânea deste projeto hegemônico. Ele não admite, por suposto, em hora nenhuma, que se trata de um projeto burguês de dominação ao qual seu governo é servil.

²⁰⁸ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da II Sessão de Trabalho – “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas. Monterrey, México, 13 de janeiro de 2004.

²⁰⁹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – *Council on Foreign Relations*. Nova Iorque - EUA, 25 de setembro de 2003.

apenas do medo político, eu não teria feito a reforma da Previdência, porque eu me confrontei direto com a minha origem política, que é movimento sindical, onde eu nasci”²¹⁰.

Contudo, o compósito ideológico a partir do qual Lula pode se situar, sob pena de perder qualquer credibilidade, não é estritamente o mesmo das lideranças imediatamente anteriores, cuja moldura elitista e abertamente de direita era inegável. No esteio desse movimento de social-liberalização²¹¹ de partes expressivas de antigas representações político-partidárias das esquerdas, seja no Brasil ou no mundo, Lula e o PT, ainda que cooptados via transformismo, necessariamente têm que se agarrar em alguns marcos explicativos que diferenciam seu diagnóstico daqueles oriundos dos governos antecedentes. Neste sentido, a realidade sócio-econômica nacional não é referida somente à dinâmica do ambiente internacional, e esse é o dado novo que tergiversa aquela desterritorialização identificada por Mota (1995).

De um lado, o discurso oficial procura demarcar a idéia de que a responsabilidade pelos males nacionais se encontra aqui mesmo, entre nós, sem o que seria muito mais difícil manter uma concatenação entre o que se afirma agora e aquilo que marcava o discurso do PT e de Lula no curso de suas histórias. Quando delimitar, no capítulo III, alguns traços da particularidade da formação sócio-histórica brasileira, destaquei esse entendimento de que, embora partícipes de um ambiente internacional, todo ele moldado pela dinâmica do capitalismo e de seu desenvolvimento desigual e combinado, as explicações sobre a realidade nacional não podem partir de um determinismo das condições externas. Embora por estas condicionado, o percurso do desenvolvimento nacional só pode ser realmente explicitado como resultado e expressão da particularidade de sua fundação mesma como nação e de seu desenvolvimento tardio e periférico.

²¹⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço com investidores estrangeiros em Nova Iorque. Nova Iorque, 23 de junho de 2004.

²¹¹ Retiro de Antunes (2006) a idéia de que, com a derrocada do socialismo soviético a partir de 1989 e com as estratégias do capital para reordenar sua dominação e hegemonia, das quais tratei no Capítulo II, dá-se um verdadeiro influxo na orientação política das esquerdas. Partindo do antigo domínio da social-democracia como tendência, cada vez mais os partidos de esquerda passam por uma mutação transformista e assumem um posicionamento que o autor chama de social-liberal. Daí vem sua tese de que as esquerdas estão “fora de lugar”.

Possivelmente valendo-se dessa postura crítica formada no seio das perspectivas democrático-populares brasileiras e produzida por uma intelectualidade que assumiu a função de seu representante ideal, o discurso oficial do Governo Lula e do PT, que foi, senão parte, no mínimo produto, daquele processo crítico, sustenta a responsabilidade nacional sobre seu destino histórico:

“A maior parte dos problemas que temos hoje é resultado da ação passada de uma elite que geriu o Estado em proveito de poucos. Ela foi incapaz de realizar reformas. Foi irresponsável”²¹².

“Não existe nenhuma justificativa econômica para que dezenas de milhões de pessoas no nosso país ainda padeçam de insegurança alimentar. Nada justifica que a população desfrute um padrão de vida inferior ao de sociedades equivalentes à nossa. Só o vácuo de cidadania, a ausência de direitos e a omissão republicana do Estado explicam que o Brasil seja uma das dez maiores economias do mundo e ao mesmo tempo ostente uma das piores distribuições de renda do planeta”²¹³.

“Aqui na América do Sul e na América Latina como um todo, muitas vezes, muitos dirigentes, em vários momentos da história deste Continente, se subordinaram com muita facilidade a interesses de outros países, em detrimento ao seu próprio povo. E aí, nós não colhemos coisa proveitosa”²¹⁴.

Contudo, sua intenção, além de manter a integração de seu discurso com sua história de oposição, portanto, diferenciando-o do conjunto

²¹² Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil. Genebra-Suíça, 29 de janeiro de 2004.

²¹³ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Expo Fome Zero 2004. Pavilhão Branco do Expo Center Norte – São Paulo-SP, 10 de fevereiro de 2004.

²¹⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul União Européia. Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003.

dos dirigentes da nação brasileira que lhe antecederam, é esclarecida nas passagens seguintes:

“A primeira solução para a América Latina é que (...) a gente não pode ficar culpando o imperialismo americano pela nossa miséria, ou a riqueza européia pela nossa pobreza. Nós temos que analisar historicamente o que nós fizemos, como se comportou a nossa classe dirigente no século XX, para que a gente perceba que o nosso problema não está nos outros, o nosso problema está em nós mesmos”²¹⁵.

“Era muito fácil aqui, na América Latina, a gente culpar os outros pela nossa desgraça, era muito fácil. (...) Todos culpavam o imperialismo americano, todos culpavam o imperialismo europeu, todos culpavam. E nós estamos percebendo que um pouco do que nós vivemos é resultado da mediocridade de muita gente que foi governante no nosso Continente e que não olhou a parte pobre deste Continente. A culpa não é apenas dos outros, a culpa também é nossa”²¹⁶.

“Eu não agüento mais viajar pelo mundo e encontrar um presidente de um país latino-americano, e ele ficar jogando a culpa das desgraças do Terceiro Mundo em cima do imperialismo não sei da onde, do desenvolvimento dos países ricos, do imperialismo americano. É uma bobagem. Nós não somos vítimas de nada, nós somos vítimas da nossa competência ou da nossa incompetência”²¹⁷.

Como se vê, as transcrições acima revelam uma dupla suposição, que merece destaque: primeiro, um dado novo, pois se trata de chamar a auto-responsabilidade seja do Brasil seja da América Latina como um todo sobre o

²¹⁵ Respostas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a perguntas de empresários durante o World Economic Forum on Latin America. São Paulo-SP, 06 de abril de 2006.

²¹⁶ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho. Brasília-DF, 03 de maio de 2006.

²¹⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de implantação do III Alto-Forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Vitória – ES, 22 de abril de 2003.

percurso do desenvolvimento histórico da região. Essa postura tem a ver com o reconhecimento das possibilidades de construção de uma outra história para o Continente, desde que tivéssemos sido capazes de forjar verdadeiros projetos de Nação, rompendo com a situação de dependência e heteronomia.

Contudo, este chamamento se faz no interior de um arcabouço explicativo que condena o “país” e a região, quase de forma uníssona, por sua “incompetência”. É certo que existe a crítica à elite que dominou e dirigiu os países do continente latino-americano²¹⁸, como sabemos subserviente e servil aos interesses internacionais, o que curiosamente não é explicitado nos discursos; segundo, me parece que a crítica às elites e governos nacionais é atenuada quando da utilização, inclusive, de um tom irônico e de certo desprezo por uma determinada avaliação da dinâmica da economia internacional realizada pelos países do Sul.

É o que se observa quando se trata de relacionar a situação do continente latino-americano com os países do centro do capitalismo mundial, como os da Europa e Estados Unidos da América. Aqui transparece, segundo entendo, a função velada por traz daquele chamamento à responsabilidade, que serve tanto para diferenciar a Gestão PT-Lula das anteriores, ou seja, dos líderes da elite do passado, que tomaram posições e decisões comprometedoras do desenvolvimento sustentado do país, como para retirar o foco do sistema capitalista, já que ele não é sequer mencionado²¹⁹ – a questão é sempre das elites e dos Governos; mas serve também para *reterritorializar* a situação nacional e regional, agora sob o prisma de desacreditar a fundamentação de um pensamento latino-americano que há muito descobriu

²¹⁸ Em outra ocasião, Lula afirma: “Eu tenho feito críticas a muitos de meus amigos do Brasil e de fora que muitas vezes se dirigem aos países ricos como se eles fossem os culpados da nossa miséria. E eu tenho feito questão de dizer, em todos os lugares, que o culpado, na América e no Brasil, de nós não temos resolvido parte dos nossos problemas, não é nem os Estados Unidos, nem a União Européia, nem o Japão e nem Deus. É culpa nossa, da nossa elite, dos nossos governantes, que não fizeram as coisas que deveriam, 50 anos atrás”. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – *Council on Foreign Relations*. Nova Iorque - EUA, 25 de setembro de 2003.

²¹⁹ Terei oportunidade de explorar este elemento na seqüência da análise. Vale dizer, desde já, que nos mais de 200 discursos do Presidente Lula que tive oportunidade de ler somente em 3 deles há alguma referência ao capital, capitalismo ou capitalistas e esta referência se dá de forma indireta, do tipo “temos que ir atrás dos capitais”. Nada, em nenhum momento, que se dirija para qualquer preocupação com a estrutura do sistema, isso num governo que dissemina a idéia de que veio para colocar o Brasil no restrito grupo dos países desenvolvidos. É merecedora de destaque a utilização dos termos: o que existem são pobres (e países pobres) e ricos (e países ricos).

na dinâmica imperialista um dos componentes explicativos de sua posição na divisão internacional do trabalho.

Como ressaltai nos capítulos I, II e III, na contemporaneidade, a partir desta última crise capitalista, as estratégias imperialistas são reformuladas, fortalecidas e, por esta razão, a categoria imperialismo ressurgiu com maior poder explicativo, pois as estratégias capitalistas anti-crise articularam-se a tal modo que foi possível destacar uma terceira etapa do imperialismo, segundo Netto & Braz (1996) ou um novo imperialismo, conforme Harvey (2005c). Nele, uma das questões centrais é exatamente reequacionar o lugar dos países do Terceiro Mundo ou países em desenvolvimento, que no regime de acumulação com dominância financeira assumem a função de repassar divisas para os países do Norte e colocar todas as suas forças sociais e econômicas a serviço desses interesses. Foi pensando nisso, suponho, que Harvey (op. Cit.) delimitou como componente central deste novo imperialismo a estratégia de acumulação por despossessão ou espoliação, o que significa uma nova e sofisticada, nem por isso menos nefasta, pilhagem do Sul pelo Norte.

Ora, o novo lugar das economias periféricas na atual ordem capitalista leva a situações como as descritas por Susan George²²⁰, em entrevista à Carta Maior:

“em lugar do Norte estar ajudando o Sul, é o sul que está financiando o Norte. (...) A cada ano o Sul está pagando ao Norte o equivalente a três planos Marshall, que foi responsável por reconstruir a Europa e a Ásia após a segunda Guerra Mundial. Em 2004, o sul transferiu ao Norte US\$ 274 bilhões (saldo das transações) e apenas os pagamentos de serviços da dívida chegaram a US\$ 374 bilhões”.

Numa realidade como esta, não há como não ter em conta, desde que realmente esteja no horizonte um projeto de desenvolvimento, no mínimo uma renegociação desta dívida, como por exemplo fez a Argentina há pouco

²²⁰ Intelectual norte-americana radicada na França, é Presidente do Conselho de Administração do Transnacional Institute, da Holanda e uma das principais representantes do Movimento Attac (Associação para Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), que hoje tem sede em muitos países e em vários estados brasileiros. A entrevista que cito foi concedida à Carta Maior no ano 2006 e retirada por mim no site da mesma no dia 11.08.2006.

tempo, além da ruptura com alguns preceitos macroeconômicos que sustentam a orientação hegemônica, como os da irrestrita liberalização comercial. Mas isto não passa sequer ao longe das intenções governamentais atuais. Por isso, no momento em que um líder sul-americano, reconhecido internacionalmente como representante dos anseios democrático-populares, ridiculariza a avaliação da situação atual feita por seus vizinhos e procura descredenciá-la, torna-se responsável por repor, nos trópicos e a partir de dentro, a ideologia que mais interessa a este novo imperialismo, e oferece sustentáculo para a consolidação de sua hegemonia.

Aquela reterritorialização das questões de interesse nacional é revertida em sua funcionalidade: não serve como patamar para a tomada de decisões soberanas assentadas em interesses verdadeiramente nacionais, mas como ideologia conservadora que, ao procurar mostrar um descolamento do país e da América Latina da dinâmica da economia internacional, supõe uma independência irrestrita, e por isso inexistente, que não serve como fundamento para quaisquer estratégias nacionais, mas opera com a função de isentar o sistema metabólico do capital em sua dinâmica internacional de suas responsabilidades sobre o maior empobrecimento e engessamento das economias do Sul.

Faz parte ainda dessa ideologia burguesa, deste embuste pelo qual vem se responsabilizando o Governo Lula-PT, apresentar a economia como um jogo de soma zero, donde sempre há a possibilidade de todos saírem ganhando²²¹. O que falta, somente, é que os países do Sul, ou em desenvolvimento, parem de cantar miséria; parem de acusar os países ricos e se joguem ao “diálogo”, à negociação, para construir uma situação de equilíbrio, para tocar a “sensibilidade” dos povos ricos. Esse elemento também

²²¹ “Se nós não sofisticarmos muito as nossas teorias sobre relações comerciais e se olharmos para as coisas que fazemos cotidianamente na nossa vida, vamos perceber que nenhum acordo entre duas pessoas ou dois países será bem vindo se uma parte se sentir prejudicada. Eu sempre me lembro de um trabalhador qualquer, que compra um carro usado. O cidadão sai de sua casa, de manhã, para vender um carro e um outro sai, de manhã, da sua casa, para comprar um carro. O bom acordo e o bom negócio é se o cidadão, que saiu para vender o carro, voltar para sua casa e dizer para a sua mulher: “Fiz um grande negócio; vendi meu carro por um bom preço”; e o que comprou o carro do outro, por um bom preço, chegar em casa e dizer para a mulher: “Fiz um extraordinário negócio; comprei um carro por um preço extraordinário, dentro das minhas possibilidades”. Aí, o acordo é extraordinário. Entre os países tem que ser assim. (...) É plenamente possível construir uma relação de equidade, de equilíbrio” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul União Européia. Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003.

serve aos interesses do capital internacional, afinal, se não há oposição a suas políticas, tanto melhor.

Desta ideologia fica de fora qualquer análise da dinâmica do capitalismo que, como vimos, se sustenta exatamente no contrário, no desequilíbrio, nas diferenças entre regiões e nações, que servem como base ao desenvolvimento desigual e combinado que lhe é inerente. Ela (a ideologia) serve, portanto, tanto para a desresponsabilização do sistema como um todo quanto para dar suporte voluntarista às explicações sobre as causas das grandes questões nacionais, destituindo-as (as explicações) de qualquer vínculo com análises conjunturais efetivas ou com estratégias firmes de posicionamento na chamada “comunidade internacional”, para responder aos interesses verdadeiramente nacionais.

Coerente com esta ideologização, afirma-se:

“Não quero parecer ingênuo. Sei que, muitas vezes, as boas intenções não se traduzem em resultados concretos. Mas os contatos que venho mantendo me levam a crer que há uma sensibilidade crescente dos dirigentes mundiais para os desafios sociais que a humanidade tem pela frente. É crescente a coalizão de governos, ONG’s, sindicatos, entidades de classes e de representantes da sociedade civil, que desejam trabalhar por um novo modelo, menos concentrador de riqueza, mais solidário, mais humano e mais justo”²²².

“A sabedoria humana tem que nos conduzir a encontrarmos um ponto de equilíbrio que permita que haja um acordo onde todos voltem para casa dizendo: “Eu ganhei”. E, se isso acontecer, certamente, quem ganhará serão os povos dos países que fizeram o acordo”²²³.

²²² Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT. Genebra – Suíça, 02 de junho de 2003.

²²³ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul União Européia. Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003.

“Está faltando para nós acreditar em nós mesmos, porque no Brasil temos uma mania cultural de nos achar pequenos. (...) Nós temos que sonhar grande, nós temos que pensar grande, porque o país será do tamanho da capacidade de sonhar do seu povo. Se a gente pensar pequeno, ficar com inveja, olhando os outros, nós não vamos a lugar nenhum. Nós temos que pensar grande. (...) O problema do Brasil não são os outros, somos nós mesmos”²²⁴.

“Para ganhar corações e mentes dos países ricos nós temos que, em primeiro lugar, agir com muita seriedade e com bastante responsabilidade (...). E, portanto, eu acredito que com muita conversa, com muita paciência, nós deveremos criar, quem sabe, uma relação que permita tornar as relações entre países mais humanas, mais justas e mais solidárias”²²⁵.

“O que temos tentado fazer é criar a perspectiva de um novo comportamento político. (...) E acho que não é apenas a visão macroeconômica que determina uma mudança de postura dos governos dos países ricos. Na minha opinião (...) a concepção de desenvolvimento e de mudança de postura devem ter, sobretudo, uma visão ética (...). Acho que esse comportamento de solidariedade, de participação co-responsável nas decisões é, sobretudo, uma exigência ética da espécie chamada “ser humano”, que tem inteligência para não cometer atos de irracionalidade, como tem cometido ao longo do século”²²⁶.

“É preciso que o olhar [do comércio internacional - NSA] não seja ganancioso, é preciso que o olhar seja de solidariedade, é preciso que o olhar seja o de dar uma chance àqueles que não

²²⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da fábrica de software da Eletronic Data Systems – EDS, em parceria com a TAM Linhas Aéreas. Araraquara-SP, 31 de março de 2005.

²²⁵ Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o Fórum da Sociedade Civil, na XI UNCTAD – parte I. São Paulo-SP, 15 de junho de 2004.

²²⁶ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Encontro Internacional “As Dimensões Éticas do Desenvolvimento”. *Minascentro – Belo Horizonte - MG, 03 de julho de 2003*.

tiveram chance no século XX e que não podem perder mais o século XXI. Porque não é compatível com a nossa alma cristã e, muito menos, com a nossa alma de solidariedade, os ricos ficarem sempre mais ricos e os pobres continuarem cada vez mais pobres. O Brasil quer fazer essa discussão da forma mais diplomática, mais didática e mais competente possível”²²⁷.

Acima encontramos pérolas na composição dessa ideologia que sedimenta o terreno da hegemonia burguesa na atualidade, no Brasil. Os trechos citados expõem uma visão simplista, voluntarista, ao mesmo tempo eticista e idealista e, por fim, embora a tentativa de encobri-la sobre o manto de uma suposta soberania, a mendicância frente aos “donos do mundo”, aos quais se pede uma “chance”, em nome da “solidariedade” humana, querendo fazer-se crer com a retórica de que todos podem ganhar e ninguém merece perder.

Não se trata, efetivamente, de desconhecimento da dinâmica da economia capitalista, nem do modelo atual, predatório, de acumulação por espoliação. Trata-se de camuflá-lo, de colocar-lhe uma capa que aparente algo que não condiz com a realidade, função precípua da ideologia burguesa. O recurso à *sensibilidade* dos representantes do grande capital internacional, através do *diálogo*, do *convencimento* e do apelo à “*solidariedade cristã*”, além de gritantes ironias, esconde a assunção de uma posição de subalternidade e subserviência que, aliás, não tem nada de nova. O novo é este papel ideológico ser assumido por um governo liderado pelo PT-Lula, como resultado do transformismo de que falei anteriormente.

A estratégia do Governo Federal de investir na Integração do Continente latino-americano, através do estímulo ao Mercosul, é uma prova de que há alguma clareza desse processo contemporâneo em que o imperialismo opera no sentido da maior concentração da riqueza entre os países e regiões mais ricas, e de que nenhum apelo à solidariedade, à mudança de atitude e de comportamento é suficiente para mudar isto. Inclusive o Governo Lula-PT se responsabilizou, dando vida a esta tática de sensibilização, por reiterar diversas

²²⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Bruxelas, 05 de julho de 2007.

vezes o *apelo* pela “verdadeira liberalização do comércio internacional” (sendo até enfático)²²⁸, e pelo “fim do protecionismo vigente nos países desenvolvidos”²²⁹, notadamente a União Européia e EUA. Mas, como servidor dos interesses destes capitais, não pode ir além desta retórica, e, enquanto por um lado, qual monstro de duas cabeças, investe no fortalecimento do Mercosul, por outro o fragiliza, quando afirma, de forma irônica e desrespeitosa com qualquer pensamento oposicionista:

“Porque no Brasil tem um tipo de gente que leu algum manual, em algum momento da história, e ele acha que aquele manual é irreversível, que aquilo não muda nunca, que não pode mudar. Por exemplo, quando nós tomamos posse tinha uma briga ideológica sobre a questão da Alca. Então, a Alca, que era uma coisa eminentemente comercial, virou um debate ideológico. Quem era contra era de esquerda, quem era a favor era de direita. Um debate maluco. Se o Brasil não fizer a Alca o mais rápido possível, o Brasil vai criar problema com os Estados Unidos. Então, é preciso fazer a Alca”²³⁰.

Ademais, embora vários posicionamentos e intervenções interessantes na política externa, como são os casos da criação do G-3 (Grupo que inclui Brasil, Índia e China) e a afirmação do G-21 (congrega 21 países que ostentam a posição de “emergentes” ou “em desenvolvimento”), nos quais o

²²⁸ “Precisamos, na Rodada de Doha, superar as barreiras protecionistas que impedem o acesso de nossos produtos aos grandes mercados internacionais. O Brasil vem lutando, nas negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre comércio cheguem a todos” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe – Caricom. Paramaribo-Suriname, 16 de fevereiro de 2005.

²²⁹ “As economias em desenvolvimento precisam ter a chance de exercer com plenitude sua competitividade nas atividades econômicas onde conquistaram ou vierem a adquirir capacidade de concorrer. No entanto, a realidade é que enfrentam a imposição de pesadas barreiras tarifárias e não-tarifárias, além de outros mecanismos que distorcem o comércio, justamente em muitos bens e serviços nos quais se mostram aptas a contribuir para a prosperidade global. O comércio de bens agrícolas é um bom exemplo. Convenhamos que não soa bem dizer que há igualdade de oportunidades em um mundo no qual as economias em desenvolvimento, após conquistarem sua competitividade com perseverança e sacrifício, deparam-se com guerras de subsídios e outros meios artificiais de defesa comercial contra seus produtos. É necessário superar a falta de coerência entre o discurso do livre comércio, pregado por países avançados, e sua prática muitas vezes protecionista justamente em relação aos produtos de interesse dos países em desenvolvimento” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, através de videoconferência, na Conferência Anual do Banco Mundial sobre Economia do Desenvolvimento – ABCDE, realizada em Paris, França. Palácio do Planalto, 16 de maio de 2003.

²³⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 25º Encontro Nacional do Comércio Exterior – ENAEX. Rio de Janeiro-RJ, 23 de novembro de 2005.

Brasil tem assumido papel de protagonista, observa-se retrocessos, como a aproximação à Alca e a inserção do país na estratégia européia e estadunidense de quebrar a força do G-21 pela criação das P-5 (grupo das “cinco partes interessadas”). Segundo Bello e Kwa (2004, apud LEHER, 2006),

“A tática dos EUA frente ao G-21 mudou. Concluindo que grandes reuniões fortaleceram os países pobres, em especial quando acompanhadas de enormes mobilizações, os EUA e a UE apostaram no grupo das “5 partes interessadas” (P-5) para fazer um acerto pelo alto em nome dos setores internacionalizados dos EUA, da UE, da Austrália, do Brasil e da Índia. Com essa iniciativa, os EUA e a UE venceram uma batalha extremamente importante, após duas derrotas (Seattle e Cancun). (...) Ao inserir o Brasil e a Índia, em abril de 2004, no seletivo grupo das “5 partes interessadas” (P-5) sem a presença dos países pobres (cerca de 100 países estavam ausentes da reunião do Conselho Geral) e dos alterglobalistas -, a reunião em Genebra garantiu a assinatura de um acordo correspondente a uma declaração ministerial (porém sem conferência ministerial), que expressava o ponto de vista do agrobusiness, mas não da pequena agricultura e muito menos da agricultura camponesa” (p. 10)²³¹.

Cabe destacar, também, como essa ideologização de que falei antes, que procura desintegrar as questões nacionais da dinâmica internacional, tem elementos finos. Por exemplo: um líder populista como Getúlio Vargas ou um entreguista como Juscelino Kubistchek são endeusados e colocados de fora daquele quadro de elites e governantes que, segundo a análise do Governo Lula-PT, prejudicaram as possibilidades de desenvolvimento do país²³², isso

²³¹ E Leher acrescenta que o ex-secretário de comércio estadunidense regressou ao seu país eufórico, “afirmando que o acordo foi uma arrasadora vitória das empresas estadunidenses e que este era apenas o primeiro passo para a abolição das tarifas alfandegárias aos produtos industrializados do país. (...) O agronegócio brasileiro venceu, afinal obteve a promessa de redução gradual dos subsídios dos EUA e da UE; contudo, a indústria, os serviços, e a propriedade intelectual dos países capitalistas dependentes seguirão estrangulados pelo poderio das corporações” (p. 10).

²³² “O Brasil já teve grandeza suficiente para pressentir essas janelas de oportunidade ao longo de sua história. Homens como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, entre outros, conseguiram enxergar além do nevoeiro e credenciar o desenvolvimento nacional com projetos exigidos pelo seu tempo e à altura da justiça social cobrada pelo nosso povo”. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

porque o país, naqueles períodos, teve índices de crescimento econômico expressivos e soube levar a cabo um “verdadeiro projeto nacional”. Mas procura imprimir a marca da responsabilização como devida quase que somente às estratégias sócio-econômicas tomadas nos últimos 20 ou 25 anos, no pós-ditadura, e com destaque para os oito anos de gestões FHC e de domínio neoliberal no país.

Aqui não há motivos para surpresas. Lula se põe, de forma límpida, como oponente da política econômica de FHC. É questão vital para a ideologia governamental atual manter esta aparência de contraposição à política antecedente e é assim que ela está sendo capaz de constituir e consolidar a hegemonia burguesa. Em inúmeras ocasiões, embora em nenhuma delas seja mencionado explicitamente o neoliberalismo, Lula critica a política econômica anterior a suas gestões no governo federal:

“Receitas equivocadas, nos últimos anos, subestimaram o papel do investimento público e do consenso social na construção da estabilidade e do desenvolvimento”²³³.

“No passado recente, o Brasil trilhou o caminho inverso [ao de um projeto social - NSA]. O Estado passou a olhar o país como se usasse um binóculo invertido. Distanciou-se do que deveria se aproximar. Perdeu o foco do principal. Renunciou a um projeto de desenvolvimento”²³⁴.

“Encerrada a luta pela redemocratização, Estados nacionais e projetos legítimos de transformação foram submetidos a um enquadramento econômico e político dotado de pressão máxima. Uma receita ortodoxa foi transplantada para nossos países como se fosse possível realizar, aqui, a mesma trajetória conduzida pelas facilidades existentes nos países ricos. (...) O infortúnio dos anos 90, em grande parte, não foi

na cerimônia de lançamento do Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia. Palácio do Planalto, 20 de dezembro de 2004.

²³³ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da XI UNCTAD. São Paulo-SP, 14 de junho de 2004.

²³⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de relançamento do Projeto Rondon. Tabatinga/AM, 19 de janeiro de 2005.

obra da fatalidade, mas um engessamento voluntário das instituições e do Estado, a tal ponto que a democracia perdeu sua credibilidade como poder regulador, e a política a sua prerrogativa transformadora da sociedade. Para a América Latina isso significou um trágico empobrecimento. O PIB per capita ainda não recuperou os níveis de 1997, ou seja, são sete anos de estagnação e retrocesso na renda da população²³⁵.

O grande problema, portanto, é identificado na política econômica advinda de FHC, especialmente. Sabemos, e já o destacamos no Capítulo III, que esta política estabeleceu certo patamar de domínio da orientação neoliberal no país. Lula a acusa pelos percalços da situação sócio-econômica atual, mas, sua rebeldia, como estou procurando mostrar, é esclarecedora de uma posição marcadamente ideológica que se sustenta na separação, tão proposital quanto indiscutivelmente necessária ao capital, entre produção, distribuição e consumo, entre o econômico, o social e o político.

Com base nela, o governo Lula-PT pode atacar FHC, e buscar se afastar de uma identificação com o projeto burguês neoliberal, sem o que perderia muito de sua legitimidade, mas o “dado concreto”, como o presidente gosta de repetir, é que seu governo tem mantido a mesma política econômica anterior, sedimentando-a²³⁶. Neste *ínterim*, as críticas ao “modelo econômico” de FHC não chegam a atingir a macroeconomia neoliberal, nem poderiam chegar. Esta é preservada de toda crítica, que somente é direcionada à ausência do lado “social”, à falta do projeto de “desenvolvimento sustentável” com “justiça social”, sem o que o crescimento econômico é vão.

²³⁵ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina. Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 02 de dezembro de 2004.

²³⁶ Segundo as formulações de Almeida (2007), “Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico [do PT - NSA] foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de “traição”, pois as mudanças foram feitas às claras e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do ‘transformismo’ da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está consolidando o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital financeiro” (p. 3)

O pressuposto mais importante é o de que aqueles elementos da macroeconomia são intocáveis, são patrimônio da sociedade²³⁷. E que o crescimento e o desenvolvimento virão através da melhor e maior eficácia na administração desta política e numa visão “social” que era a grande carência das administrações da “direita”, pois se “o país tivesse sido administrado de forma mais justa, de forma correta (...) poderia ser infinitamente melhor para os seus filhos do que é hoje”²³⁸.

Nesta guinada, transforma-se o político e o econômico em burocrático-administrativo. Porém, o mais determinante: por meio do discurso de moldar o desenvolvimento e crescimento econômico de forma sustentável (a grande falha do governo antecedente) com vista à justiça social, ratifica-se, na verdade, aquela separação entre o social, o econômico e o político. De partida o econômico é fraturado: o conteúdo das teses defendidas pelo governo PT-Lula é de que não há incompatibilidade entre a política macroeconômica de controle absoluto da inflação, juros altos, liberalização cambial e comercial, superávit primário e prioridade no pagamento dos juros com uma política aberta de crescimento econômico e de distribuição de renda²³⁹. Ao fazer a crítica ao modelo econômico até então vigente, seu alvo maior é este suposto desligamento entre uma política macroeconômica que é dada como indispensável e correta, mas não suficiente, porque carente de articulação com um projeto de desenvolvimento e com perspectivas sociais²⁴⁰.

²³⁷“(...) o controle das contas públicas e da inflação é, hoje, um patrimônio da sociedade, que sofreu e aprendeu as lições do confisco inflacionário e da estagnação. Lutamos para passar de um quadro macroeconômico instável para outro, de estabilidade e retomada do desenvolvimento do país. Sabemos que a transição é árdua, difícil, mas necessária”. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – *Council on Foreign Relations*. Nova Iorque - EUA, 25 de setembro de 2003.

²³⁸ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Via Rural (Fazendinha). Londrina - PR, 12 de abril de 2003.

²³⁹ “Nosso objetivo, no curto prazo, foi restabelecer as condições do crescimento econômico sustentável, articulado com o novo enfoque de políticas sociais. A meta é fazer com que a economia atinja uma taxa de crescimento de, pelo menos, 4% ao ano. Estamos fazendo o que havíamos comprometido a fazer: respeitamos os contratos; reafirmamos, na prática, nosso compromisso com a responsabilidade fiscal e o combate à corrupção e estamos fazendo tudo para favorecer os investimentos produtivos. Na verdade, preparamos o terreno para um novo ciclo de desenvolvimento econômico, com justiça social, capaz de mudar, substancialmente, a má política de distribuição de renda adotada no meu país. A estabilização e o crescimento são alcançados ao mesmo tempo em que o governo redireciona a área social. Tudo isso cria condições excepcionais para custearmos o novo ciclo de crescimento econômico”. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – *Council on Foreign Relations*. Nova Iorque - EUA, 25 de setembro de 2003.

²⁴⁰ Observem como Lula faz um movimento inteligente de ratificar a política neoliberal do FMI, mas humanizá-la com seu falso componente social, do qual não abre mão: “O FMI diz que é preciso, primeiro,

No entanto, como se sabe, os anos de FHC comprovaram o contrário e os dados do primeiro governo Lula somente ratificaram aquela realidade. O espetáculo do crescimento ao qual o Brasil estava destinado²⁴¹, segundo o próprio discurso oficial, e que só é exeqüível com “estabilidade e recuperação da confiança internacional” teima em não aparecer: entre 2003 e 2006 a média do crescimento do PIB ficou em 2,65%, quando calculada pela metodologia que era utilizada até 2005. O IBGE fez neste ano uma revisão desta metodologia e, surpreendentemente, os números crescem bastante na nova avaliação – 3,35%, acréscimo de quase um ponto percentual²⁴². Ainda assim, nada que justifique tanto otimismo²⁴³.

cuidar do ajuste fiscal, do equilíbrio fiscal, porque sem equilíbrio fiscal nada mais pode ser feito. Aqui no Brasil nós também provamos o contrário. Nós provamos que é possível ter uma política fiscal séria, nós provamos que é possível combinar a distribuição de renda para os mais pobres com o crescimento econômico, nós conseguimos provar que é possível crescer o mercado externo com o mercado interno”. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento mundial do Relatório PNUD de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2007.

²⁴¹ Em vários momentos, encontra-se afirmações do grande salto que o país estaria dando em direção a este crescimento sustentado com justiça social e isto é tomado como uma realidade perene, irreversível, e fruto, é claro, do trabalho do atual governo, que teria colocado o país no caminho que o levaria a seu lugar de destino: ser um dos países ricos, desenvolvidos. Vejam: “Estou, hoje, mais otimista do que estava ontem. E, decerto, amanhã, estarei mais otimista do que estava hoje. (...) Porque é irreversível o crescimento da economia deste país. Nós vamos crescer este ano, vamos crescer mais no ano que vem, e vamos crescer mais no outro ano” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração do Aeroporto de Bonito. Bonito-MS, 02 de abril de 2004. “Eu não tenho dúvida nenhuma que a economia brasileira entrou, definitivamente, na rota do crescimento” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de contratos do programa Luz para Todos. Brasília-DF, 09 de junho de 2004.

²⁴² Em artigo publicado na Web por Dary Pretto Neto e Fabrício Borges Sorondo, vemos que “a recente adequação realizada pelo IBGE na sistemática de cálculo do PIB apontou a economia brasileira com um discreto crescimento do PIB 2005 de 2,9%, sendo este resultado somente superior no continente americano ao do paupérrimo Haiti. O Brasil, ainda assim detém a 10ª maior economia do mundo, sendo a maior da América Latina, sem que isto esteja associado às condições de vida da população ou à qualidade de vida. Enquanto o Brasil apresenta o 10º PIB mundial, ao analisar-se sua produção sob o foco do PIB per capita percebe-se que o país despenca para o 53ª lugar do ranking, fazendo com que países que possuem PIBs bem inferiores ao nosso, como a Suíça (58% menor que o PIB Brasil) apresente PIB per capita 8 vezes maior, demonstrando que a riqueza na Suíça embora produzida que em menor escala que no Brasil, melhor atende ao montante de sua população” (p. 1).

²⁴³ “A nossa economia já poderia estar crescendo. Mas vai crescer. Vai crescer porque eu levanto a cada dia mais otimista com o Brasil. Não há indicador social, não há número de previsão de inflação que me faça perder o otimismo com que eu estava no dia 1.º de janeiro, quando tomei posse neste país” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de cooperação entre “Mesa Brasil – SESC e Fome Zero”. *Confederação Nacional do Comércio – Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2003*. “Eu termino este ano infinitamente mais otimista do que comecei” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço de fim de ano com oficiais-generais das Forças Armadas. Clube do Exército – Brasília-DF, 15 de dezembro de 2003. “A segunda coisa que eu queria dizer pra vocês é que eu não conheço, em nenhum momento da história política de qualquer país do mundo, uma situação como a que nós estamos vivendo hoje” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores. Brasília-DF, 20 de abril de 2005.

Segundo dados recolhidos por Gonçalves (2005) a taxa de crescimento econômico (PIB) de longo prazo do Brasil foi de 5,9% no século XX. Já nos anos FHC, a média anual, medíocre, foi de 2,3%. Lula, como se vê, se aproxima mais de FHC do que dos melhores períodos da economia nacional. E poderíamos acrescentar que, “neste país”, não há otimismo que suplante esta realidade.

Uma das grandes preocupações que têm tomado conta da intelectualidade brasileira se dirige exatamente para o engessamento das possibilidades de crescimento do país, pois as gestões Lula continuaram o processo de reprimarização da economia nacional, algo mais ou menos consoante com o que Chesnais (1996) avaliou como “desconexão forçada”, como indiquei nos capítulos I e II. E isto se dá num momento em que o capitalismo se baseia em saltos tecnológicos gigantescos como um dos patamares para sua lucratividade. No Brasil dá-se as costas, também com Lula, para as necessidades urgentes de investimento em ciência e tecnologia e incentivos à formação bruta de capital.

As exportações, notadamente de produtos primários, tornaram-se, segundo Gonçalves (op. Cit) mais importantes ainda que na era FHC como fator de expansão da renda. Cria-se uma situação em que o país se encaminha para uma “especialização retrógrada”, mantendo competitividade apenas em produtos agrícolas e minerais. “Há uma desindustrialização relativa ao resto do mundo (Gonçalves, 2007)²⁴⁴.

Quando o foco é a evolução da renda, apesar do grande otimismo e dos alardeados resultados da última PNAD e/ou do relatório do IDH das Nações Unidas (2007/2008), que põe pela primeira vez o Brasil no nível dos países de alto desenvolvimento humano, como já observei no capítulo III, desde que não se contente com a diminuição da extrema pobreza (voltarei a este ponto mais à frente), a realidade não é nada animadora. O que vamos encontrar é uma piora na concentração de riqueza e renda. Segundo os dados

²⁴⁴ Síntese de idéias de Reinaldo Gonçalves retiradas de entrevista concedida ao “Correio da Cidade”, em 11 de setembro de 2007. O texto publicado no site foi escrito pela jornalista Mariana Mourão. Ao longo da entrevista, o autor vai acrescentando: “Do ponto de vista comercial o foco da política de exportação, do investimento em infra-estrutura e das negociações comerciais do Governo Lula hoje são as commodities. O que aprendemos desde sempre é que é preciso fazer um upgrade do comércio e sair de commodities para entrar em bens e serviços de maior valor agregado. O que está sendo feito hoje é uma volta ao passado, ao açúcar, à borracha. Qual a maior aposta do governo? O etanol, além do minério de ferro, soja, ou seja, está havendo uma “reprimarização” da pauta de exportações”.

de Gonçalves (2005), em 2002 a participação dos salários foi de 26,1% e em 2003, primeiro ano de Lula, essa participação caiu para 25,9%.

Porém, quando comparada com os lucros obtidos por bancos e exportadores do agronegócio (grandes latifundiários), a ilustração torna-se perfeita: os bancos lucraram em média um pouco mais de 20% de seu patrimônio²⁴⁵; e, em 2004, “o lucro líquido das maiores empresas brasileiras cresceu 45,8%, enquanto o rendimento médio real do trabalhador cresceu 0,24% (Gonçalves, 2005, p. 19)²⁴⁶.

Se observarmos o pagamento de juros, o quadro é menos animador ainda. Como ironiza BARROCAL (2007), parafraseando o jargão lulista,

“nunca antes na história deste país governo, estados, prefeituras e empresas estatais, juntos e graças à política econômica federal, pagaram quantias tão altas de juros de dívida ao sistema financeiro, quanto em 2006 e nos quatro anos do primeiro mandato do petista. De janeiro de 2003 a dezembro de 2006 o chamado “mercado” recebeu R\$ 590 bilhões em juros, por ser credor da atualmente trilionária dívida pública brasileira. Deste total, R\$ 330 bilhões (56%) foram quitados com recursos de impostos cobrados da sociedade e negados, por exemplo, à saúde e educação. O resto do dinheiro (R\$ 260 bilhões) foi emprestado pelo mesmo “mercado”, que um dia ganhará mais juros por isso” (p. 1).

Tratando-se do quadro discretamente explorado acima, como é possível, portanto, falar em reversão da situação de quase estagnação econômica e retomada do crescimento “sustentado”, ainda mais com justiça social? Tanto Gonçalves (2005) quanto Leher (2006) indicam argumentos interessantes para pensar essa esdrúxula fórmula postulada pelo Governo PT-Lula e que conseguiu confundir tantos representantes dos anseios populares. No seio da *intelligentsia* de esquerda, desde a ascensão de Lula-PT ao Governo Federal, tornou-se presente o diálogo que expunha uma ilusória contradição entre a política econômica em vigência e a política social. A

²⁴⁵ Informação que foi retirada por Gonçalves do Jornal o Globo, de 5 de março de 2005, p. 28.

²⁴⁶ Idem.

primeira seria péssima, mas a segunda, como também a política externa, que problematizei acima, seriam merecedoras de elogios (Leher, op. Cit.). Desmistificando brilhantemente esta apartação entre o econômico, o político e o social, Leher destaca, primeiro, e lançando mão de Gramsci, os supostos ideológicos presentes neste pensamento. Ele diz:

“a maior vitória que os dominantes podem ter é justamente quando os de baixo pensam conforme os seus parâmetros. Gramsci nos ensinou, com os conceitos de hegemonia e transformismo que uma hegemonia é dominante quando é capaz de incluir em seu sistema de pensamento o ponto de vista inclusive de setores outrora em oposição, e não menos importante, assimilar os quadros políticos mais destacados das forças adversárias ao seu sistema político” (LEHER, 2006, p. 1)²⁴⁷.

É disso que tenho tratado aqui: *demonstrar que o Governo Lula-PT, cuja história político-partidária é de representante orgânico das esquerdas e dos anseios democrático-populares construídos no Brasil nos últimos 30 anos, transformou-se em instrumento de consolidação da hegemonia burguesa neoliberal e opera a seu serviço*. Isso pode ser inferido de seus discursos, como tenho procurado mostrar, notadamente naqueles em que o foco são os temas do crescimento/desenvolvimento econômico e da “pobreza”, onde a perspectiva conservadora é relançada como suporte explicativo, e serve como ideologia, consciência servil aos anseios do grande capital, principalmente quando contraposta à realidade concreta.

Ainda desta vez retiro de Leher (op. Cit.) a seguinte síntese esclarecedora, que ele reproduz, mas que expõe a opinião, digamos assim, do setor financeiro acerca de Lula-PT:

²⁴⁷ Leher também recorda que Ellen Wood, em seu livro “Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico”, Editado no Brasil pela Boitempo, 2003, mostra “que a dominação burguesa por meios “democráticos” tem sido possível justamente devido à disjunção das esferas econômica e política, possibilitando que a democracia econômica tivesse sido suprimida em favor da “democracia política”. É essa concepção que justificaria a autonomia do Banco Central frente à soberania popular, por exemplo (o que ocorreu tanto no governo Cardoso como no de Lula da Silva)” (Leher, 2006, p.1-2).

“Havia uma grande dúvida se o PT era um partido de esquerda, e o governo Lula acabou sendo um governo extremamente conservador... A visão era que o Lula iria levar o país para uma linha socialista. O sistema financeiro estava tensionado, mas, como ele [Lula - NSA] ficou conservador, agora está para ganhar novamente a eleição e o mercado está tranqüilo... Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula ou do Alkmin é igual... Os dois são conservadores. Cada presidente tem suas prioridades, mas dentro do mesmo leque de premissas econômicas. Acho que o Lula vai conservar a premissa do superávit primário, de metas da inflação e tudo o mais” (Olavo Setúbal, patriarca do Grupo Itaú, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo em 18/08/2006, apud LEHER, 2006, p. 5).

Talvez seja vergonhoso a clareza meridiana com que a direita conservadora faz essa análise, em face da incapacidade das esquerdas de assumi-la. É preciso demonstrar, abertamente, o papel mistificador assumido por Lula-PT, que toma falsamente o “social” como prioridade²⁴⁸, utilizando-se ininterruptamente da sua história de líder sindical e popular, inclusive das particularidades de sua linguagem popularesca e de sua feição de homem do povo, mas na realidade tem ao seu lado, hoje, como seus maiores sustentáculos, o capital financeiro, o agronegócio e o setor exportador de commodities.

²⁴⁸ É novamente Leher (2006) quem nos mostra a falácia dessa orientação social do Governo Lula-PT, quando expõe a real situação dos vultosos repasses dos recursos públicos para o setor financeiro/rentista. Segundo o autor: “Para fazer esses repasses para o setor rentista, a área social e os investimentos em infra-estrutura tiveram de ceder grande parte de seus orçamentos, por meio de mecanismos como a manutenção (, tudo indica, que em um possível segundo mandato, a ampliação) da desvinculação de receitas da União [a DRU, que realmente foi mantida - NSA] que retira 35% dos recursos educacionais (ao retirar 20% da receita de impostos vinculados) e do estabelecimento de metas elevadíssimas de superávit primário. Em grandes números, podemos acompanhar como os superávits fiscais primários cresceram a partir da crise de 1998: de 3,75% do PIB (R\$ 165 bilhões durante o segundo Governo FHC) para 4,25%, a meta acertada com o FMI no governo Lula (que, na prática, realizou superávits de 4,3% em 2003, 4,6% em 2004 e 4,8% em 2005, transferindo, como decorrência, R\$ 303,6 bilhões aos banqueiros, até julho deste ano, como pagamento de parte dos juros). E esta situação só tende a piorar, pois o valor que está sendo “economizado” pelo Superávit Primário, a cada ano, não é suficiente para pagar o total dos juros da dívida. Em 2004, por exemplo, o governo tinha de pagar R\$ 79 bilhões em juros da dívida. Como o superávit primário federal foi de R\$ 52 bilhões, o esforço fiscal só permitiu pagar 65% do custo da dívida pública” (Leher, 2006, p. 3-4).

São setores, segundo Leher (op. Cit.), dos mais perniciosos da burguesia atual, como as frações representadas “pela Câmara Americana de Comércio, os bancos, os fundos de pensão, as financeiras e as mega exportadoras de commodities e do agronegócio que promovem saqueio ao meio ambiente (minérios etc.) e superexploram o trabalho (...)” (p. 3).

Para estes, não há percalços nem constrangimentos. Afinal, a eles o Governo Lula-PT dedica toda salva-guarda, pois o capital que quer investir precisa ter “a certeza de que terá seu dinheiro de volta”. Caso queiramos, para dar maior concretude à posição defendida aqui, acessar algo mais direto, podemos ler o que segue:

“Respondi, de forma serena e madura, aos que desconfiaram dos nossos compromissos durante a campanha eleitoral. Na Carta ao Povo Brasileiro, reafirmei a disposição de realizar reformas econômicas, sociais e políticas muito profundas, respeitando contratos e assegurando o equilíbrio econômico”²⁴⁹.

“Preservamos numa linha de responsabilidade fiscal e rigor monetário por estarmos convencidos de que este é o caminho para o crescimento econômico duradouro e sustentável. Esse foi um compromisso assumido pelo Partido dos Trabalhadores, durante a campanha de 2002. Aqui, é importante lembrar aos investidores – muita gente costuma dizer: “o governo mudou de posição, o Lula mudou de posição depois que ganhou as eleições” – é importante lembrar a famosa Carta ao Povo Brasileiro, assinada no mês de junho de 2002, antes das eleições, quando nós assumimos compromisso com a política que estamos colocando em prática, neste momento, no Brasil”²⁵⁰.

“Nos propusemos ajustar o funcionamento da administração pública, mediante uma redefinição de prioridades,

²⁴⁹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2003.

²⁵⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço com investidores estrangeiros em Nova Iorque. Nova Iorque, 23 de junho de 2004.

redistribuição dos recursos para onde são mais necessários, e corte nos gastos improdutivos. Adotamos políticas necessárias para preservar a segurança das atividades empresariais”²⁵¹.

“O mundo se surpreendia positivamente com o esforço do novo governo brasileiro em controlar seus gastos, apertando o cinto e fazendo as coisas sem pressa e com segurança”²⁵².

“Estamos fazendo o que havíamos comprometido a fazer: respeitamos os contratos; reafirmamos, na prática, nosso compromisso com a responsabilidade fiscal e o combate à corrupção e estamos fazendo tudo para favorecer os investimentos produtivos. Na verdade, preparamos o terreno para um novo ciclo de desenvolvimento econômico, com justiça social, capaz de mudar, substancialmente, a má política de distribuição de renda adotada no meu país. A estabilização e o crescimento são alcançados ao mesmo tempo em que o governo redireciona a área social. Tudo isso cria condições excepcionais para custearmos o novo ciclo de crescimento econômico”²⁵³.

“Eu nasci na política, sim, e as pessoas queriam construir uma sociedade perfeita, com um partido perfeito, com tudo perfeito. E eu, junto com os meus amigos, chegamos à conclusão de que a gente não iria construir uma sociedade perfeita, num mundo feito por homens e mulheres nem tão perfeitos”²⁵⁴.

Nada mais límpido e transparente, me parece, do que a mensagem de capitulação dada nesses trechos dos discursos oficiais do Governo Lula-PT. Eles acenam diretamente para os “homens de negócios”, o capital rentista predatório a quem este governo é subserviente, nervosos em registrar como

²⁵¹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil. Genebra-Suíça, 29 de janeiro de 2004.

²⁵² Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo em 2004 e perspectivas para 2005. Brasília-DF, 02 de janeiro de 2005.

²⁵³ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – *Council on Foreign Relations*. Nova Iorque - EUA, 25 de setembro de 2003.

²⁵⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço de fim de ano com oficiais-generais das Forças Armadas. Clube do Exército – Brasília-DF, 15 de dezembro de 2003.

lhes estão sendo fiéis; eles debocham dessa discussão, ao menos desde meados de 2003 já sem nenhum fundamento, no seio das esquerdas em torno de identificar se Lula e o PT passaram ou não para o outro lado; e, por fim, eles conclamam os trabalhadores, os insatisfeitos, aqueles que se encontram ainda perdidos em antigas utopias, a encarar a realidade: não há vida perfeita, não há homens perfeitos, não há partido perfeito. Será que devemos completar: não há alternativa. A história é finda?!

Um outro traço que passo a destacar é referente ao componente participativo, de diálogo com os movimentos sociais, que também distinguiria, no campo da política, a atuação do atual Governo Federal em relação à postura das elites que sempre governaram o país. De partida, devemos ter em conta que esta separação entre o político, o econômico e o social, como dito, é falsa e serve à mistificação ideológica e à manutenção do *status quo*. Mas, analisando este componente de participação, esbarra-se com outro tipo de fenômeno.

Trata-se, na verdade, de cooptação clara e aberta, em vista de conquistar, para a ideologia burguesa, os segmentos populares e representantes políticos e ídeo-teóricos das esquerdas. Longe de se pautar na autonomia dos movimentos e das representações dos trabalhadores, o governo Lula-PT restaura, através da cooptação, um tratamento autoritário, em que o consenso é a única barganha oferecida²⁵⁵. Assim, fica fácil afirmar: “o governo não abre mão de suas convicções e compromissos, (...) mas faz todo empenho para negociar suas propostas, buscando o maior consenso possível”²⁵⁶.

Foi com base em avaliação semelhante que Leher (2006) afirmou acerca da relação de Lula-PT enquanto Governo Federal com os movimentos sociais e os representantes dos trabalhadores, notadamente a CUT:

²⁵⁵ Quando se refere às reformas (contra-reformas) que seu governo se responsabilizou por implantar, Lula usa de um misto de fato consumado com construção do diálogo: “E se o Estado brasileiro continuar do jeito que está, ninguém vai ter direito neste país, porque não tem dinheiro para pagar. E alguém tem que dizer quem é que vai pagar a conta, quem é que vai arrumar o dinheiro para pagar. É por isso que nós vamos fazer as reformas. E vamos fazê-las da forma mais tranqüila. Não haverá um único setor nervoso da sociedade com o qual nós não teremos uma conversa. Não haverá setor, por mais bravo que esteja, onde o Presidente da República não terá boas e muitas horas para conversar, seja ele empresarial, sindical, ou político” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de implantação do III Alto-Forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Vitória – ES, 22 de abril de 2003.

²⁵⁶ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço comemorativo dos 30 anos dos “Melhores e Maiores” da revista Exame, em homenagem aos 100 maiores empresários brasileiros. *Hotel Renaissance – São Paulo-SP, 04 de julho de 2003.*

“O diálogo com os movimentos sociais não tem respeitado a autonomia diante do governo, a relação esperada é de subserviência e lealdade. Poucas foram as entidades que lograram diálogo com o governo sem perder a autonomia. (...) A principal Central sindical brasileira, a CUT, não manteve uma relação de diálogo, mas de simbiose com o governo: inúmeros quadros da CUT migraram para o governo e em um momento de crise o próprio presidente da Central saiu diretamente deste cargo para o de ministro do trabalho, objetivando reunir uma base de apoio que opere a favor do bloco de poder por meio do transformismo. A situação de colaboração foi evidente no apoio às contra-reformas da previdência, trabalhista e sindical (estas últimas não chegaram a termo em virtude da crise no governo). (...) Assim, essa propalada abertura para o diálogo sempre foi feita tendo como pressuposto a cooptação” (LEHER, 2006, p. 13)²⁵⁷.

É suporte dessa ideologia, e do autoritarismo a ela subjacente, seja cooptar os movimentos sociais e o movimento sindical, seja fazer aparecer como supérflua, ingênua, imatura e primitiva – no sentido de retrógrada – quaisquer perspectivas adversárias²⁵⁸. Ao desprezar as “ideologias” (tratada

²⁵⁷ Como se vê, também Leher articula contra-reforma e transformismo, como conceitos explicativos da realidade brasileira contemporânea. Demonstrando o transformismo em vigor na CUT, Leher (op. Cit) afirma que a Central está sendo levada a uma homogeneização política “que teve início antes do Governo Lula da Silva, mas se intensificou no último quadriênio. Em síntese, é possível indicar as seguintes mudanças estruturais na Central: a) as mudanças na sistemática de escolha de delegados encolheram a participação da base e extinguiram a participação das oposições sindicais, ampliando a participação das confederações; b) Já no governo Cardoso a CUT apoiou a primeira geração da reforma da previdência por meio de declarações do ex-presidente Vicente de Paula da Silva (Vicentinho). Na mesma época destacados ex-dirigentes já estavam empenhados na criação de fundos de pensão, a exemplo de Luiz Gushiquen, que oferecia consultoria para a criação de fundos de pensão; c) Já na condição de presidente da República, por duas vezes, Lula da Silva interferiu na escolha do novo presidente da CUT (1. 8º Congresso, 2004 – escolha de Luiz Marinho em detrimento de J. Felício – Secretário Geral; 2. 9º Congresso, 2006 – o eletricitário Arthur Henrique em detrimento de J. Felício – Relações Internacionais/ Cargo honorífico); d) exclusão das correntes de esquerda da direção da Central no 9º Congresso” (p. 13-14).

²⁵⁸ Para isso, encontra-se este tipo de afirmação: “Quando eu era mais ignorante do ponto de vista político eu achava que eu tinha a verdade absoluta, então, o que eu falasse, os outros tinham que seguir. Mas você vai ficando velho, amadurecendo, apanhando, aí percebe: “espera aí, eu não tenho a verdade, eu tenho a minha verdade. Eu preciso submeter a minha verdade a outras” – Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Teatro Guararapes – Olinda, PE, 17 de março de 2004. Estas outras verdades a que se refere, às quais integrou a sua, são as dos interesses burgueses. Já aquela onde se formou, a do proletariado, está caduca e precisou

como utopia das esquerdas); ao tornar a política – concebida restritamente como a arte de *governar* – elemento pragmático, isento de significação social²⁵⁹, o Governo Lula-PT avança no processo de reconstrução da hegemonia burguesa, e deixa atrás de si um lastro de destruição sem precedentes na história da formação da consciência de classe no país, como também joga areia na fogueira que acalentaria as perspectivas de construção de um projeto nacional alternativo. Observemos o trecho destacado abaixo:

“(…) É a evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda, e as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem, não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela está com problema. Se conhecer uma pessoa muito nova de direita, também está com problema. Então, quando a gente tem 60 anos (...) é a idade do ponto de equilíbrio, em que a gente não é nem um nem outro, a gente se transforma no caminho do meio, aquele caminho que precisa ser seguido pela sociedade”²⁶⁰.

Esse desrespeito com as concepções antagônicas às suas, que são as do capital, (ora essa – lembremos: Lula se considera companheiro do Aznar, todos os dois são governantes do capital), salienta e torna transparente a função ideológica do discurso político do Governo Lula-PT como instrumento de consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea. Na verdade não há novo projeto ou proposta de

ser reciclada. O problema é que dela não sobrou nada!

²⁵⁹ “Passei parte da minha vida achando que o Aznar era conservador. E ele passou parte da vida dele achando que eu era um esquerdista. E, depois de nos encontrarmos duas vezes, nem ele é tão conservador, nem eu sou tão esquerdista. Somos dois governantes. (...) Você pode fazer o seu discurso político na hora em que você quiser, você pode ter as suas definições ideológicas onde você quiser, mas na hora de governar é “pão-pão, queijo-queijo”, como dizemos aqui no Brasil. Você nem sempre faz o que quer. Você faz aquilo que é importante fazer, dentro das possibilidades das coisas que pode fazer” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul União Européia. Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003.

²⁶⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista IstoÉ, “Empreendedor do Ano” pela revista IstoÉ Dinheiro, e “Personalidade do Ano” pela revista IstoÉ Gente. São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2006.

desenvolvimento e crescimento econômico para o país. Trata-se apenas de retórica, que procura marcar uma diferença entre este governo e o anterior, com vistas a não fraturar sua legitimidade e sustentar a hegemonia . No âmbito do real, mantida a política macroeconômica, o Brasil continua alinhado com o lugar que lhe foi atualmente reservado na divisão internacional do trabalho pelo capital financeiro e pelos grandes oligopólios. Tudo o mais são paliativos e tem sentido adjetivo no verdadeiro jogo do comércio internacional de mercadorias nos tempos de mundialização financeira do capital.

Em vista de tudo o que vim argumentando, não é de se estranhar o tipo de solução proposta para o tratamento das seqüelas da “questão social”, exponenciada na contemporaneidade. Repõe-se, também sobre este tema, como procuro mostrar a seguir, traços deletérios de uma ideologia que tem larga história na sociedade brasileira, caucionada nos meandros de um neoconservadorismo que repõe o mais grosseiro paternalismo, o voluntarismo, a moralização e a solidariedade, enquanto princípio aclassista, como seus corolários.

3. A “pobreza” e os pobres como nova categoria classificatória: a “questão social” é finita no Brasil?

Analisando os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina, Soares (2000) identificou que os pobres, nesta ideologia, passaram a ser considerados nova categoria classificatória, para os quais deveria ser dirigida a política social focalizada, e prioritariamente a política de assistência social, no novo formato de Estado conveniente aos anseios do capital financeiro: o chamado Estado mínimo, mas para o social, porque máximo para o capital. Segundo a autora, o “pobre” é tomado numa “lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existe, “naturalmente”, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora (p. 13).

Estes fundamentos põem uma nova maneira de conceber a questão da pobreza, da pobreza extrema e da miséria no seio da sociedade capitalista e principalmente no interior dos países do Sul. Conforme argumenta MAURIEL (2006), os programas contemporâneos de combate à pobreza

“são a expressão mais visível de um movimento de refuncionalização das políticas sociais e reestruturação (aliado ao desmonte) da proteção social, (...) [dado na - NSA] ressignificação da natureza das políticas sociais, as quais passam a ser concebidas como mecanismos que reforçam os esquemas mercadorizantes, pela criação de um mix público/privado na oferta de serviços coletivos que ajudam a conservar e proteger o padrão de desenvolvimento globalmente estabelecido” (p. 48-49)²⁶¹.

Na mesma direção, ao tratar da construção daquela hegemonia burguesia consubstanciada no chamado “Consenso de Washington”²⁶² - o “real comandante do movimento concreto de globalização financeira e produtiva” - Mota (1995) destaca que além dos ajustes na orientação macroeconômica, exige-se dos países periféricos algumas “reformas”, e estas procuram implicar certo nível de atenuação das

“contradições produzidas pelo próprio modelo de ajuste, como é o caso da defesa de *projetos focalizados na pobreza*, ou das chamadas *redes de proteção social*, plasmadoras de uma nova modalidade de intervenção na questão social, tanto nos

²⁶¹ Uma das maneiras mais estreitas, mas amplamente em voga na sociedade contemporânea, é medir níveis de pobreza pela porcentagem de pessoas com uma ingestão diária de calorias inferior ao mínimo necessário – que seria de aproximadamente 2000/2500 kilocalorias dia. O Banco Mundial define a pobreza extrema como aqueles que vivem com menos de um dólar por dia e a pobreza moderada como os que vivem com entre um e dois dólares ao dia. Estima-se hoje que cerca de 1 bilhão e 100 milhões de pessoas em nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a um dólar por dia e que 2 bilhões e 700 milhões tenham um nível inferior a dois dólares. A política de combate à pobreza no Brasil segue as definições do Banco Mundial, e estabeleceu como critério de acesso ao Bolsa Família uma renda familiar de até R\$ 60,00 por pessoa, ou de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 se há crianças de 0 a 15 anos. Ver os dados do programa no site www.mds.gov.br/bolsafamilia.

²⁶² Mota (op. Cit) assim sistematiza as funções e características do “consenso de Washington”: “Segundo Num, “o *Consenso de Washington* é um modelo de desenvolvimento de cunho neoclássico, elaborado pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo *think tanks* de Washington e que, agora, passa como sendo a única interpretação racional possível dos problemas da estabilização e do crescimento” (1992:48), ganhando força de doutrina constituída e aceita por praticamente todos os países capitalistas do mundo. Objetivado em propostas de políticas macroeconômicas e de reformas estruturais, o *Consenso de Washington* deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 80, especialmente no que diz respeito às reformas a serem implementadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional” (p. 79-80).

países centrais como nos países periféricos” (p. 84) (Grifos da autora).

Um dos frutos deste processo é uma dada inflexão nas concepções e nas propostas de tratamento para a questão da pobreza, portanto. Como nos recorda Mauriel (2006), “até o início dos anos 80 a questão da pobreza na América Latina tendeu a ser tratada como parte da questão social” e, enquanto tal, sua resolução era pautada nos marcos de um projeto de desenvolvimento que articulava processos econômicos, sociais e políticos, ou seja, possui dimensões estruturais.

Na atualidade, e centrada na ótica disseminada pelo Banco Mundial²⁶³ (segundo Lula um “parceiro solidário do Brasil”), a pobreza é pensada pelo enfoque de um conjunto de carências individuais a serem abordadas de forma empírica (Mauriel, 2006, p. 50). Assim,

“Medidas individualizadas de status dos pobres têm servido como matéria-prima central para o desenho e redesenho das políticas públicas, fundamentadas numa definição de pobreza pensada a partir de características pessoais e padrões de comportamento dos pobres. As políticas sociais, sob este prisma, são concebidas como instrumentos para ajudar na construção de habilidades que tornarão esses indivíduos “inseríveis” no padrão de sociabilidade contemporânea (uma sociedade de troca, de mercado, com dimensões globalizantes). Assim, cada vez mais a política social é entendida como combate à pobreza, deixando de ser pensada como um sistema de proteção social universal e passando a ser entendida como um conjunto de programas de atendimento aos grupos mais pobres” (MAURIEL, 2006, p. 50).

²⁶³ Segundo síntese elaborada por Faleiros (2003), o Banco Mundial assinala, em seus documentos sobre pobreza, a necessidade de medidas que complementem as políticas universais, estabelecendo uma nova relação entre Estado e mercado. “Embora reconheça o papel do Estado, este não deve voltar-se para políticas distributivas, mantendo a ênfase no esforço individual e no ciclo do aumento do investimento privado, da expansão dos mercados internacionais, da ampliação dos ativos para os pobres, como bolsas (...) considera importante também o combate às discriminações e a focalização dos gastos públicos junto aos mais pobres (...). Além disso, a vulnerabilidade deve ser acompanhada de capacitação, para que os pobres venham a gerir seus próprios riscos, por exemplo com micro-seguros e micro-créditos e combater as doenças” (p. 115).

Uma imbricação mais-que-perfeita dessa estratégia pode ser encontrada na política social do Governo Lula-PT e no conteúdo das suas explicações acerca das prioridades em torno do social. Como sabemos, desde o início da primeira gestão no Governo Federal, e até ainda na campanha eleitoral, foi assumida como prioridade a questão do combate à fome. Trata-se de um tema e de um problema de largo interesse social, e que merece, por conseguinte, a atenção dos governantes. Até porque a situação da fome no Brasil chegou a patamares catastróficos, o que era nada menos que uma infâmia num país da dimensão econômica do Brasil.

Porém, se uma das mais explícitas e compreensíveis manifestações da exploração do trabalho e da apropriação privada da riqueza produzida, expressão concreta da ordem metabólica do capital, se dá nesta forma em que a carência material compromete até um ato que deveria ter se tornado elementar, em vista do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, que é o acesso ao alimento, nem assim o combate à fome, ainda que essencial e urgente, pode ser elevado à condição de resposta suficiente à “questão social”.

O projeto “teórico” do governo Lula-PT, aquele que logrou encher de esperança o país, pelo que representava, era mudar o país, no sentido de constituir um novo modelo de desenvolvimento, marcadamente popular, que pusesse no mínimo freios aos tentáculos do neoliberalismo sobre o patrimônio público nacional, e avançasse na efetivação de alguns direitos e garantias sociais, através da construção de um conjunto de políticas sociais – muitas das quais não tinham sequer sido regulamentadas quando de sua formulação na Constituição de 1988 e careciam de vigência concreta, inclusive na sua dimensão de universalidade.

Todavia, ao observar-se a atuação até agora das Gestões PT-Lula, a afinação de sua política econômica com os interesses do capital rentista internacional se expressa também, como não poderia deixar de ser, na formatação de sua política social, com destaque para a política de assistência social, neste processo que hoje vem sendo cunhado como “assistencialização das políticas sociais”.

Em virtude disso, a feição inicial do Governo Lula, com a qual ele correu o mundo, se assentou no Programa Fome Zero, e na seqüência no seu principal braço institucional, o Programa Bolsa Família. Não farei aqui uma análise e sequer uma descrição desses projetos de governo. Meu interesse é destacar sua funcionalidade como instrumento de composição daquele arcabouço ideológico de sustentação da hegemonia burguesa conservadora na sociedade brasileira contemporânea. Contudo, devo ressaltar que a formulação de todo o Programa Fome Zero, desde suas mediadas chamadas *estruturais* – que tratam do programa de micro-crédito, da alfabetização de adultos, de cursos profissionalizantes, etc. – até o seu carro chefe – o Programa Bolsa Família – são uma cópia mais que fiel das orientações do Banco Mundial no tocante ao combate à pobreza.

Através destes programas, a idéia central que é repassada, segundo me parece, é de que a fome, a extrema pobreza, não são expressão da “questão social” no Brasil, já que esta sequer é aventada. Parece que a “questão social” desapareceu da cena da história no Governo Lula-PT, e teria restado, como fruto dos desequilíbrios, das injustiças, dos descaminhos do passado, o leque da “pobreza”²⁶⁴. Aqui, como em toda a ideologia conservadora, a “questão social” é fracionada, fragmentada em um conjunto mais ou menos amplo de *problemas sociais*.

No momento atual, sob o governo Lula-PT, reconhece-se quase que somente a existência desses desvios, no geral localizados no passado, nas formas de distribuição da riqueza, cujo resultado foi a pressão gritante da “pobreza” e mais destacadamente da extrema pobreza.

Também não quero afirmar que o Governo Lula-PT deixou de atacar outras ramificações, como é exemplo a questão do desemprego, que teve seu lugar de destaque - embora o resultado tenha sido um retumbante fracasso - até porque, em campanha, o lema dos 10 milhões de postos de trabalho em quatro anos foi amplamente utilizado como estratégia eleitoral. Mas me parece

²⁶⁴ Tenho utilizado entre aspas a expressão pobreza em vista do seguinte entendimento: para destacar que no discurso oficial do Governo Lula-PT, em consonância com os preceitos da ideologia neoliberal, a “pobreza” é destacada, é retirada, do rol das expressões da “questão social”. Não se trata de responder a uma de suas seqüelas, que são fruto das contradições fundadas na relação capital trabalho. “Pobreza”, aí, é situação de carência, risco, vulnerabilidade. Por isso a utilizo entre aspas, para não confundir com a designação de pobreza, sem aspas, como uma das mais alarmantes expressões da apropriação privada da riqueza levada ao extremo.

que a centralidade das ações de combate à fome permite inferir o diagnóstico de que essa estratégia coaduna com as expectativas e prerrogativas das orientações dos organismos internacionais e do imperialismo norte-americano, de quem Lula-PT tornou-se representante.

Assim, o combate à extrema pobreza, como patamar inovador das estratégias do Consenso de Washington, é assumido pelo atual Governo Federal brasileiro²⁶⁵. Ressalto, desde já, por conseguinte, que o lema do combate à fome como resultante da extrema pobreza assume a função de lateralizar os reflexos advindos da manutenção da orientação macroeconômica neoliberal. Com este foco, o Governo Lula-PT sustenta aparentemente sua diferenciação com as direções anteriores (notadamente FHC) e condensa uma visão de um governo que procura demarcar uma preocupação central com os mais pobres, os mais necessitados, os mais carentes, etc.

Entretanto, todo o suporte dessa programática se funda num posicionamento condizente com a idéia de minimização do Estado no tocante a suas responsabilidades sociais e no chamamento à participação da sociedade civil na resolução desse grave problema, de interesse de todos. Já destaquei esta orientação, que age como suporte da construção de consensos e hegemonia no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e que é parte nevrálgica da ideologia neoliberal, nos capítulos anteriores.

Segundo esta ideologia, moldada em torno de um humanismo abstrato elevado ao extremo e numa concepção de solidariedade que não mantém qualquer relação com a perspectiva de classe, mas se supõe, ao contrário, policlassista e apolítica, a “pobreza” e a fome são flagelos cujas causas é a má distribuição de renda e a ausência de justiça social.

²⁶⁵ Mas atenção: como se trata de ideologia, e bem no espírito do *modus operandi* lulista, há espaço para deboche deste instrumento impositivo que comanda a lógica de tantas economias periféricas no mundo afora. Observem: “Houve um tempo em que a gente dizia que o Brasil não podia crescer por causa do FMI. Em um outro tempo a gente dizia que o Brasil não podia crescer por que o mercado internacional estava vivendo um processo de desaquecimento. Houve um tempo em que a gente dizia que não podia crescer porque não tinha projeto e houve um tempo em que se tomou uma determinação de terceirizar o país. O País foi terceirizado, os governantes entendiam que tinha havido um tal de Consenso de Washington, que ninguém tinha lido, mas se era de Washington era bom, e para mim o consenso é do sertão nordestino, é de Brasília, é de São Paulo, é do Sul deste País (...)” - Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome. Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2007.

Aqui, como disse MARX (1978), “ressurge novamente o absurdo (...) [de considerar] a produção como uma verdade eterna, enquanto proscrevem a História ao domínio da distribuição” (p. 113).

Por isso, não é possível criticar, a fundo, as causas dessa má distribuição de renda, já que nenhum questionamento à lógica estrutural do sistema é posto no horizonte, a exigência que se põe são medidas para sua atenuação. Para tratá-la, a equação proposta pelo governo parece fácil: distribuir renda, como medida paliativa, esclarece-se, mas suficiente para garantir a “justiça social” e devolver aos que passam fome a condição de “cidadão”.

“O ser humano pode ficar sem muitas coisas na vida, mas tem direitos elementares que estão na Bíblia, que estão em todas as constituições, e que estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos: todos têm direito a tomar café, almoçar e jantar todo dia. Esse é o direito mais elementar, portanto deve ser a obrigação mais elementar para que cada governante do mundo permita que seu povo tenha acesso a esses bens mínimos que a humanidade tanto precisa”²⁶⁶.

“Um dos compromissos nossos é fazer com que a fome e a miséria sejam colocadas como uma questão de direitos humanos. Não tem nada mais sagrado do que a gente tomar café da manhã, almoçar e jantar todo dia, e ir dormir sem fome. A pessoa pode não ter um carro, é normal. A pessoa pode não poder comprar um *rayban*, é normal. A pessoa pode não poder comprar um boné, é normal. Agora, não é normal, não está na Bíblia, não está em lugar nenhum, que uma pessoa possa ficar sem comer três ou quatro dias, como neste país”²⁶⁷.

“Eu acho que combater a fome é uma coisa sagrada, porque o direito de comer é o direito mais elementar que existe na

²⁶⁶ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza. Xangai, China, 26 de maio de 2004.

²⁶⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce. Teresina – PI, 10 de janeiro de 2003.

espécie humana. A pessoa pode não ter ido à escola, pode não ter ido ao dentista, pode não comprar uma roupa nova mas tem que ter direito a comer porque, se não comer, não sobrevive; e se sobrevive sem comer, vai sobreviver com seqüelas profundas²⁶⁸.

Deixando de lado as questões de cunho religioso/cristão, mas que têm significado, porque quando se trata de direitos, e de um direito humano elementar, praticar esta imbricação não é nada inocente, mas sustenta a falácia da benesse, da filantropia, do fundamento religioso que é tão deletério ao desenvolvimento da consciência de classe e à própria consolidação de um ambiente minimamente democrático; mas deixando-as de lado, é preciso sublinhar a idéia de que o acesso ao alimento diário se constitui no grande horizonte das aspirações de distribuição nas quais se ampara o Governo Lula-PT.

Faço-me entender: não quero nem de longe deixar transparecer qualquer entendimento, do qual não participo, de que a batalha contra a fome é dispensável e inexpressiva, muito menos negar o significado de um programa de transferência de renda como o Bolsa Família na dinâmica cotidiana de milhões de famílias brasileiras que vivem em situação de total destituição de recursos.

Meus questionamentos se dirigem, portanto, seja para o conteúdo, velado ou explícito, da ideologia que sustenta a justificção do Programa, encontrado nos discursos oficiais do Presidente Lula, seja para a centralidade que ele assume, passando, de medida emergencial e paliativa, para o único instrumento verdadeiro de combate à fome e à desigualdade social no seio da estrutura de classes brasileira, já que as demais ações e políticas continuam reproduzindo uma lógica cujo resultado é a exacerbação do empobrecimento de parcelas crescentes da população do país.

Esse é um posicionamento altamente retrógrado, pois a causa da concentração de renda tem outra determinação fundante, que é a lógica de exploração do modo de produção capitalista: apropriação privada da riqueza

²⁶⁸ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Teatro Guararapes – Olinda, PE, 17 de março de 2004.

socialmente produzida. Hoje, ela age no Brasil, através, por exemplo, da financeirização da economia e de uma estrutura tributária regressiva, fortemente agravadas nos últimos tempos. E, “ainda enfrentamos outras determinações de ordem mais estrutural que continuam agravando a situação social, tal como a estrutura fundiária e concentrada de posse da terra” (SOARES, 2004, p. 40)).

Para GONÇALVES (2007), as ações do Governo Lula-PT em torno do Bolsa Família não passam de “assistencialismo populista”. Embora sua crítica seja bastante rude, creio que merece ser destacada aqui, porque revela mediações importantes para a análise:

“Não nego que tenha efeitos sobre a distribuição de renda [o Programa Bolsa Família - NSA], mas cria condições para a manutenção desse modelo liberal periférico que exclui. A política do Bolsa Família é um instrumento perverso, que combina a flexibilização e precarização do trabalho com as políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza. Existe distribuição de renda, mas ela é intrasalarial. A riqueza está se concentrando, ou seja, os ricos estão mais ricos. A melhora na distribuição pessoal da renda (que exclui juros e lucros) vem acompanhada da piora da distribuição funcional, que coloca de um lado os salários e, de outro, juros e lucros. Tem havido melhora de distribuição de renda desde 1998, com o Bolsa Família, benefícios da previdência e aumento do salário mínimo. No dia em que isso acabar aumenta a concentração de riqueza. Uma coisa é distribuição de renda entre trabalhadores, outra entre eles e os capitalistas. Se o Brasil estivesse melhorando, o Bolsa Família estaria diminuindo, porque as pessoas saíam à medida em que tivessem trabalho e renda própria” (p. 4).

O que pode ser subtraído dali não é propriamente a assunção de direitos que respondem pela responsabilidade do Estado com a assistência social, como propugnado já na Constituição de 1988. Esclareço: opera-se um movimento contraditório, porque a ação do Estado não faz mais do que reduzir

“riscos” e “vulnerabilidades”, sustentada na idéia mais que conservadora e elitista de que tudo pode faltar aos pobres, menos o prato de comida. Contudo, em vista do atual condicionante de um Estado democrático, o Governo precisa fazê-lo através da mediação do direito, como por exemplo, o direito à assistência social.

Porém, o movimento realizado, através da política de combate à fome inscrita no Programa Fome Zero/Bolsa Família e mediante o discurso oficial de Governo busca justificar a concretização de um formato de Estado socialmente mínimo, portanto, crescentemente isento de responsabilidades sociais. Vejamos:

“Nós fomos educados culturalmente a achar que o Estado poderia fazer tudo. Nós participamos desta educação de que o Estado pode fazer tudo. E não é verdade, nunca pode fazer tudo. A sociedade tem um papel importante, ela só tem que ser chamada. Eu acho que a nós está destinado estabelecer um novo jeito de fazer as coisas. Acreditar na sociedade, provocá-la, desafiá-la”²⁶⁹.

“Tem um tipo de gente que não precisa mais [do Estado - NSA]. Eu digo que tem um tipo de gente que não precisa mais de nós, do Estado (...).Você pega uma categoria muito organizada, bancários, você pega os metalúrgicos, são trabalhadores com carteira profissional assinada, são trabalhadores com salário razoável, se comparado à média nacional, são trabalhadores de sindicatos fortes, então estes não precisam das políticas sociais do governo. (...) E aqueles que vocês tão bem conhecem, aqueles que ainda não têm emprego, aqueles que ainda não têm habitação, aqueles que não têm acesso à saúde, aqueles que não têm salário, aqueles que não têm nada. (...) Esses precisam do Estado brasileiro, e é para esses que o Estado tem que definir

²⁶⁹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço comemorativo da “Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade”. Porto Alegre-RS, 21 de agosto de 2004.

prioridades, para tirá-los da condição de pobreza absoluta e elevar à posição de cidadania”²⁷⁰.

“O governo é um coitadinho, não tem dinheiro, nós vamos fazer o nosso papel mas a gente faria uma revolução neste país sem precisar ninguém comprar um arma, sem ninguém precisar atirar, a gente faria uma revolução de comportamento [se a sociedade fizesse a sua parte - NSA]”²⁷¹.

Constata-se, com base nos trechos citados acima, que o Governo Lula-PT tomou para si a tarefa de cristalizar o conteúdo conservador das teses neoliberais acerca do papel do Estado e da sociedade civil. Cabe ao Estado tratar dos mais “vulneráveis”, dos extremamente pobres, daqueles em situação de “risco social”; e fazê-lo dessa forma inconseqüente com qualquer possibilidade de traçar um outro caminho além da distribuição de uma quantia irrisória de dinheiro, pois a maior inserção da economia brasileira de forma subalterna no comércio internacional somente fortalece sua posição periférica e torna mais longínqua e difícil a possibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional, sem o qual aquele quadro de pobreza tende a se agravar e não a melhorar.

Abertamente, o Governo PT-Lula ratifica e solidifica a tese, tão criticada pelos movimentos sociais e pelo próprio PT antes de ser governo, de que os trabalhadores como um todo, o conjunto daqueles que ostentam hoje a condição privilegiada de ser assalariados – seja com um ou mais salários-mínimos – não podem encontrar no Estado um ente federativo responsável pelo oferecimento de bens e serviços sociais básicos, como saúde, educação, programas de habitação, etc. Estes devem buscar no mercado a satisfação de suas necessidades, pois assim está garantida a lucratividade do capital que vem seguidamente tomando posse desses nichos, verdadeiras estradas de mercantilização deixadas ao sabor e deleite da “iniciativa privada”.

²⁷⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília-DF, 05 de dezembro de 2005.

²⁷¹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Palácio do Planalto, DF - 04 de setembro de 2003.

E, a rigor, como assevera SOARES (2004), aquilo que o Estado se propõe a assumir, os programas focalizados na pobreza, constituem-se na

“antipolítica social, na medida em que exigem comprovação de pobreza – o que permite sua inclusão não por direito de cidadania, mas por ser mais “pobre” do que o vizinho -, não garantindo, portanto, a base de igualdade necessária a uma política social. O cadastramento de pobres leva (...) a compulsórios, à multiplicação de clientelas e ao estigma” (p. 41).

Mas, ainda assim, o Estado, mesmo deixando à margem a grande maioria da população, que são aqueles que vivem de salários, não se mostra nem se pretende capaz de agir sozinho no combate à pobreza. Ele conclama a sociedade civil, indiferenciadamente, a assumir “a sua parte”. E, conforme com ideologia burguesa que lhe embasa, e coerente com a contemporaneidade, em que a cultura do voluntariado assume parte das funções de consolidação da hegemonia do pensamento burguês na sociedade, reclama o sentimento de solidariedade, no sentido humanista abstrato, e conclama a todos, com base naquela indiferenciação de classe de que já falei, a se engajarem na grande tarefa de erradicar a fome e a pobreza. Realiza apelo a determinadas “virtudes” como bondade e altruísmo, e se mune de um sentimentalismo tosco, altamente idealista, resgatando sempre um componente cristão, mistificado, obscurecendo as bases sócio-econômicas da composição da sociedade capitalista que tem como um de seus resultados inelimináveis a enorme concentração de riqueza, renda e poder na classe dominante e suas frações.

“(…) Se a gente souber extrair o potencial de bondade, de companheirismo, de solidariedade que tem dentro de cada ser humano, nós poderemos fazer uma grande revolução neste nosso querido planeta Terra. Nós passamos o tempo inteiro só analisando se tem dinheiro ou se não tem dinheiro (...) como se apenas o dinheiro valesse para fazer as coisas. E a gente

não utiliza o potencial financeiro que é o coração do ser humano, que é a solidariedade, que é a fraternidade”²⁷².

“(…) Não é possível, no nosso meio, que prevaleça apenas a discussão da macroeconomia, a lógica da contabilidade (...). Os dirigentes, os empresários e a sociedade não podem mais pensar apenas com a cabeça. Eu acho que em algum momento nós temos que ter a consciência que nós, seres humanos, somos tocados por sentimentos. É o sentimento que nos toca e, portanto, se a gente colocar o coração para falar um pouquinho, no nosso dia-a-dia, possivelmente as soluções dos problemas do Brasil estejam muito mais próximos e muito mais fáceis do que os números gelados de uma pesquisa (...). A gente poderia fazer um milhão de coisas neste país, se cada um de nós parasse de falar: eu tenho que cobrar de alguém, eu tenho que cobrar do ministro, eu tenho que cobrar do governo, e se cada um de nós falasse: “o que eu posso fazer?” “qual é o gesto que eu posso ter para fazer alguma coisa?””²⁷³.

“E o projeto Fome Zero não terá o sucesso que nós queremos que ele tenha se ficar dependendo apenas do governo. (...) A sociedade civil, pela sua dinâmica, será a única e maior responsável pelo sucesso total do projeto Fome Zero. O governo vai cumprir a sua parte. O governo vai fazer o que é possível fazer, na medida do Orçamento, na medida da burocracia, (...) na medida do convencimento a entidades organizadas da própria sociedade. Mas a sociedade civil é o mais importante elo na construção e na vitória dessa guerra. (...) Para os incrédulos, que não acreditam numa coisa chamada “sociedade civil” e que ficam, ano após ano, esperando que o Governo faça tudo, como se o Governo fosse uma espécie de Deus, o impossível começa a acontecer (...)”²⁷⁴.

²⁷² Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço comemorativo da “Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade”. Porto Alegre-RS, 21 de agosto de 2004.

²⁷³ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Palácio do Planalto, DF - 04 de setembro de 2003.

²⁷⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de

Não vou me ocupar das impropriedades do discurso, como aparece no apelo a um incompreensível “potencial financeiro do coração” ou no “colocar o coração para falar”, já que os lingüistas e intelectuais da área de comunicação têm assumido este papel, e também não cabe aos objetivos do estudo; me interessa fazer sobressair desse emaranhado de frases mal feitas a intencionalidade a elas subjacente: o repasse das responsabilidades pela prestação de serviços públicos que são, ao menos na letra da lei, direitos sociais, para a “sociedade”, desobrigando o Estado de seus compromissos, liberando-o para funcionar livremente em favor do capital, sem constrangimentos e, ao mesmo tempo, suscitando a disseminação da ideologia burguesa que se sustenta num sentimentalismo abjeto, num irracionalismo, que serve ao embuste neoliberal e enfraquece o conhecimento das contradições da sociedade burguesa constituída, tornando-se por isso fator fortalecedor de entraves para a constituição de um projeto que se lhe contraponha.

Por isso utiliza-se de desdém quanto à cultura reivindicativa; por isso conclama os brasileiros a pensar com o coração, para que o capital continue a pensar com o bolso e possa continuar a enchê-lo com as riquezas produzidas pelo conjunto das classes trabalhadoras.

Não há que se estranhar, portanto, que outro aspecto fortalecido nesta consolidação da hegemonia burguesa, que assumiu um patamar sem precedentes na história nacional, seja o paternalismo. Desde que um dos resultados da exploração capitalista sobre o conjunto da classe trabalhadora, como é o exemplo da exposição à situação de pobreza e extrema pobreza que assola amplo contingente da população da Terra, foi transformado, por esta ideologia, em questão de piedade, filantropia e “solidariedade”, não há como fugir da assunção, pelo representante governamental, do primeiro lugar na grande fileira de homens e mulheres que “pensam com o coração” e que se propõem a contribuir com a causa dos desvalidos, dos necessitados, dos esquecidos, dos coitados, mercedores de carinho e cuidado.

A figura do pai não poderia ficar de fora desta ideologia e ela assume o seu lugar de destaque. Surge também, como elemento deste imbuste, uma esfera não terrestre, uma espécie de limbo, onde são projetadas as

possibilidades de uma vida diferente, num tempo tão longínquo e indeterminado que só pode aparecer como sonho²⁷⁵.

“E nós estamos vivendo um momento, neste começo de século, em que precisamos priorizar o ser humano. O ser humano está cada vez menos sendo tratado como ser humano, cada vez mais desrespeitado na sua dignidade, na sua honra, cada vez mais desrespeitado naquilo que são os direitos fundamentais da sociedade, que estão escritos na Bíblia, na Constituição, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em qualquer lugar está escrito que todos têm direito a viver dignamente e que todos devem ser tratados em igualdade de condições. Eu acho que nós temos a chance de mostrar ao mundo que nós não sabemos apenas falar de pobreza, sabemos cuidar dela com carinho. Eu sonho com o dia em que cada governante deste país trate o ser humano como tratamos os nossos filhos, com o carinho que tratamos nossa família, as pessoas de quem gostamos”²⁷⁶.

“Como presidente da república, eu me considero um pai de 27 filhos que são os 27 estados da Federação (...). Então, mais do que governar (...) eu me levanto todos os dias para cuidar deste país”²⁷⁷.

“Todo mundo sabe que meu sonho é melhorar a vida do povo pobre deste país. Isso não é discurso, isso está na minha história, isto está nas minhas origens, isso está na minha cara. Agora, para fazer isso – eu só posso dar um presente para o

²⁷⁵ Em vista disso, Lula pode afirmar: “Eu sonho que, um dia, a gente não precise do Bolsa Família. Eu sonho que, um dia, a gente tenha uma situação de desenvolvimento e crescimento econômico tão grande, que a gente tenha todo mundo trabalhando e que a gente não precise garantir um ajuda de Bolsa Família para as pessoas” - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de cartões do Programa Bolsa Família. Santo André-SP, 04 de junho de 2005.

²⁷⁶ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência Internacional de Lançamento da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana. Hotel Blue Tree Towers, São Paulo – SP, 14 de abril de 2003.

²⁷⁷ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos relativos às obras do PAC no estado do Amazonas nas áreas de habitação, saneamento e transportes. Manaus-AM, 20 de setembro de 2007.

meu filho se eu tiver dinheiro. Quantas vezes eu já fui obrigado a dizer para o meu filho: não dá. “Ah, pai, mas eu preciso fazer uma viagem”. Não dá. Então, você tem que tratar o povo como se trata um filho, da forma mais carinhosa possível, mas sem fazer o que fez a elite governante deste país, ao longo dos últimos anos”²⁷⁸.

Sabemos que este paternalismo se ancora na antiga ideologia do favor e da ajuda, procurando repassar a idéia do pai amoroso, cuidadoso e preocupado, porém responsável, que não ultrapassa os limites impostos pelos constrangimentos econômicos. Sustenta um posicionamento deletério, que esconde as responsabilidades do Estado por baixo dessa tese do favor, mas cria uma relação de dependência e de subordinação, além de ser destrutiva e disruptiva de qualquer componente organizativo de classe.

Passados os quatro primeiros anos, ainda que o espetáculo do crescimento não tenha se dado, ainda que o lugar marginal do país na divisão internacional do trabalho somente tenha se agravado, ainda que o desemprego, o analfabetismo e inclusive a pobreza continuem como grandes problemas nacionais, o Governo Lula-PT, reeleito, segue na mesma seara de afirmação de um projeto afinado com os ditames do capital financeiro internacional, que hoje é tratado como amigo, companheiro, parceiro. A meta de 11 milhões de famílias a serem atingidas pelo Programa Bolsa Família foi cumprida ainda em julho de 2006. É uma pena que as pesquisas do PNAD/IBGE não sejam capazes de aferir a renda real dos ricos, como reclama Leher (2006), com o que poderíamos observar os montantes remetidos por estes ao exterior por meios “informais”. Mas, como para o governo Lula-PT não importam alguns números, mas o coração, pode desconsiderar a arbitrariedade na linha que separa os pobres dos miseráveis (extrema pobreza), por exemplo.

Além do mais, como destaquei, esse programa não altera a condição de miséria, somente impedindo seus beneficiários de morrerem de fome, mantendo-os “vegetativamente vivos”. Mas esta é a função do Estado, segundo esta ideologia, porque pode-se passar sem praticamente tudo, como diz Lula,

²⁷⁸ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de implantação do III Alto-Forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Vitória – ES, 22 de abril de 2003.

desde que se coma, com o que se busca manter e preservar uma tranquilidade social que muito interessa ao capital. Dados recolhidos por Leher (op. Cit.) mostram que o corte de renda da focalização das políticas de transferência de renda em voga “gera uma situação absurda e profundamente injusta: se em vez de R\$120,00 o corte fosse de R\$ 125,00 o programa teria que atender a mais 1 milhão de famílias” (p. 7).

Porém, o governo Lula-PT adora fazer política para pobre:

“Muitas vezes o pobre quer apenas um pão, enquanto muitas vezes o rico, cada vez que encosta perto, quer um milhão. Então, fazer política para pobre é uma coisa prazerosa, porque a gente sente que a comida chega na casa das pessoas”²⁷⁹.

Com base em todo o exposto, afirmo a tese de que o transformismo vivido pelo PT e encarnado na figura de seu maior líder, Lula, foram e estão sendo responsáveis pela consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. Através da análise das explicações sobre a realidade brasileira constantes dos discursos do Governo Federal que versam prioritariamente sobre os temas do crescimento/desenvolvimento econômico e da “pobreza”, identifiquei o papel ideológico, cujo sustentáculo é o conservadorismo, assumido pelo Governo Lula-PT, na construção desta hegemonia burguesa.

Assim como assevera SAMPAIO JR. (2004): “o governo Lula representa uma grande derrota para as esquerdas. Foram anos de acúmulo político perdido, e agora nos resta contabilizar o prejuízo, tirar as lições da trombada e dar a volta cima, um processo lento e doloroso” (p. 1).

E como acrescenta CANO (2004): “Assim como ficamos “na fila” da democracia entre 1964 e 1985, a esquerda pode ter que amargar outra longa e sofrida espera, até que uma nova oportunidade histórica surja. A persistência do marasmo é contagiante e embotadora das consciências críticas” (p. 2).

Na esteira dessas preocupações foi que realizei a análise cujos resultados ratificam a hipótese de que o Governo Lula-PT atua como instrumento de consolidação da hegemonia burguesa conservadora neoliberal

²⁷⁹ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva ao cumprimento da meta do Programa Bolsa Família. Contagem - MG, 28 de junho de 2006.

no Brasil. Mas meu objetivo não era só constatar. Pretendo que este documento possa contribuir no esclarecimento da situação e servir de esteio para outras análises, e para a moldagem de novas estratégias que possam iniciar o resgate do patrimônio conflitivo, anticapitalista e socialista que se impõe no horizonte dos que se mantêm na luta por uma outra sociedade, que nos acene com mais, com muito mais do que pão, e nos permita usufruir dos frutos oriundos das enormes capacidades de que nós, espécie humana, somos dignitários. Esta sociedade não se faz por dentro do capitalismo. Trata-se então da retomada das lutas por sua destruição enquanto forma de organização da produção e reprodução das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que me pus o desafio de analisar o conteúdo das explicações acerca da realidade brasileira encontradas nos discursos oficiais do Governo Federal nas gestões Lula-PT, especificamente quanto aos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza”, parti da hipótese, em vista da já larga experiência desses cinco anos passados de Governo, de que encontraria ali a ratificação de uma concepção conservadora, marcadamente ideológica, que se ocupa de cumprir o objetivo de fortalecer o avanço do neoliberalismo e dos interesses da mundialização financeira do capital no Brasil.

Ao longo do processo de aproximações ao objeto, fui percebendo que aquela hipótese se confirmava. Porém, muitas outras mediações apareceram e vieram enriquecer os pressupostos iniciais de que me vali. Dentre elas, destaca-se o conceito de hegemonia. Foi na descoberta de que a atuação do Governo Lula-PT era constituidora de hegemonia que pude me aproximar e apropriar de uma tese defendida por Mota (1995), mas referente à realidade dos anos 80 e 90.

Como explicitarei ao longo do texto, ali, a autora identificou a construção de uma cultura política da crise cujo movimento assumia função constituidora de hegemonia. Tratava-se de um processo em transição, não completado, mas que se responsabilizava por criar uma indiferenciação de classe com vistas a conquistar o consentimento do trabalho ao projeto hegemônico do capital.

No percurso dos estudos, das análises, fui encontrando com alguns determinantes mais gerais da crise capitalista contemporânea, pela observação de sua longa duração, que já ultrapassa três décadas, configurando sem sombra de dúvidas o que Mandel (1982) chamou de “onda longa de estagnação”. O processo de pesquisa me levou, então, à análise das causas primárias e estruturais das recorrentes crises do capital, ao longo de sua história. Trata-se de uma característica ineliminável do modo de produção capitalista, cuja dinâmica necessariamente repõe a manifestação de suas contradições, sendo a principal delas a dissociação entre a crescente

socialização da produção e o alargamento da apropriação privada dos bens e riquezas produzidos.

Essa dissociação expressa a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, característica exacerbada no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Na busca insaciável pela extração e realização da mais-valia, o capital, para concretizar crescentemente a subsunção real do trabalho a seus imperativos, impulsiona o desenvolvimento da técnica e da ciência como estratégia de diminuir o peso do trabalho vivo no movimento de produção das mercadorias, incrementando, ao contrário, a participação do trabalho morto.

Ocorre, como procurei mostrar, que este movimento faz elevar a composição orgânica do capital e, embora inicialmente possa parecer eficiente, o desfecho se dá pela queda tendencial da taxa de lucros, produto da contradição existente - e fortalecida - entre as fases de produção e realização da mais-valia. Interrompe-se, assim, o movimento de reprodução ampliada do capital, pelas dificuldades de realização da mais-valia.

Está posto o cenário para a eclosão das crises estruturais do capitalismo e reversão de uma etapa de “onda longa expansionista”. Seus detonadores podem ser variados. No caso da crise contemporânea, que se apresentou, no momento de sua eclosão, como uma “crise clássica de superprodução” (Mandel, 1990), destaquei que o modelo de organização vigente no pós-guerra congregou uma série de estratégias anticíclicas, elas próprias aplicáveis somente nas condições forjadas no modelo em questão, portanto, datadas, e reversíveis quando suas possibilidades de desenvolvimento fossem esgotadas.

Foi o que ocorreu entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, quando se acentua a tendência de queda da taxa média de lucro e a recessão é inevitável. Em resposta a ela, o capital organiza um conjunto articulado de estratégias em vista de superá-la: a conjunção da reestruturação produtiva, neoliberalismo e mundialização financeira.

Destaquei, também, que um dos componentes centrais dessa ofensiva de classe burguesa é a busca da conquista do consentimento de classe por parte dos trabalhadores, e de sua adesão ao projeto burguês. Para alcançá-lo, para ganhar corações e mentes da classe trabalhadora e derruir

sua orientação anticapitalista, o sistema metabólico do capital, na contemporaneidade, conta seja com os resultados de sua própria ofensiva no campo da reestruturação produtiva, como o desemprego estrutural; seja com as políticas neoliberais assumidas pelo Estado, e aquilo que representam na destruição de suas capacidades tanto como indutor do desenvolvimento quanto como responsável pela implementação de um rol de políticas públicas sociais que garantam parte da reprodução da força de trabalho; ou seja, ainda, com o influxo das organizações de classe de base socialista, que ocorre pelo menos desde finais dos anos 80, tendo como um de seus condicionantes o esfacelamento do socialismo real e tudo o que significou na construção de um projeto de sociedade contraposto ao capitalismo.

A forma como este período de crise e transformações societárias incide sobre a realidade brasileira não poderia deixar de ser determinada pela particularidade de sua formação sócio-histórica. Assim, no seio do movimento da totalidade concreta que é o desenvolvimento do capitalismo, a eclosão da crise assume formatos e funções diferenciadas, em virtude do lugar ocupado por cada formação social na dinâmica desigual e combinada do sistema. A experiência brasileira se deu pelo esgotamento do modelo implantado na ditadura militar, que procurou completar o processo de substituição de importações na forma de uma aliança tríplice entre capital nacional, Estado, e capital internacional, com predominância deste último, mantendo uma articulação subordinada do projeto de consolidação do capital monopolista no Brasil com os interesses forâneos.

Articulada em torno desta dependência do capital internacional e organizada a fim de garantir seus interesses, a industrialização pesada brasileira passou a ser travada no momento em que o capitalismo muda suas estratégias de funcionamento, reverte a lógica da cobrança de juros, fraturando o acordo de *Bretton Woods*, e redireciona os recursos internacionais prioritariamente para a esfera financeira, dando resposta à crise do modelo fordista e impetrando um novo formato de ofensiva imperialista, donde os países de capitalismo periférico deixam de ser *locus* de aplicação dos capitais produtivos sobranes e passam a desempenhar nova função na divisão internacional do trabalho.

Agora, à periferia do sistema, cabe servir essencialmente aos interesses dos grandes oligopólios, inclusive aos seus objetivos de extensão de tentáculos sobre os ramos produtivos ou de serviços que tinham sido mantidos, até então, no domínio do Estado; e servir, de forma mais determinante, às peripécias do capital financeiro ou rentista, em virtude da nova ordenação do capitalismo que, incapaz de reverter a “onda longa recessiva” e tornar virtuoso o processo ampliado de produção e reprodução do capital, se põe na aventura de investir grande parte da riqueza acumulada, fruto do esforço físico e intelectual dos trabalhadores de todo o mundo, na reprodução fictícia do capital, procurando produzir mais dinheiro (D´) de dinheiro (D), independentemente de sua fluidez, da instabilidade econômica e social, e do desperdício de forças produtivas que essa estratégia acarreta.

O Brasil debuta nessa estratégia rentista que se baseia na ideologia neoliberal - sustentada, financiada e imposta pelo Consenso de Washington - a partir do ocaso da ditadura e, na seqüência, da fratura das possibilidades mais radicalmente progressistas, ainda que reformistas, postas nas experiências do processo de redemocratização dos anos 80. As eleições indiretas em 1995, a derrota de Lula para Collor em 1989, são alguns marcos desse processo gradual, e dotado de resistências, de inserção do país na lógica requerida pelo capital internacional e seu representante mais fiel - o imperialismo norte-americano.

Embora as resistências democrático-populares, como foi exemplo a intensa mobilização para a construção da nova Carta Constitucional em 1988 e a quase vitória de um proletário nas eleições presidenciais de 1989, a burguesia brasileira consegue rearticular suas forças e recompor seu projeto de dominação. Este se assenta, seguindo a marca histórica de sua formação social, na permanência e aprofundamento de seu lugar subalterno, apostando numa “modernização” do modelo de desenvolvimento, toda ela formulada por dentro do projeto neoliberal.

Busca justificar a participação do país no novo modelo de desenvolvimento do capitalismo em âmbito internacional, apresentado como avançado, preche de possibilidades dadas pelo espetacular desenvolvimento científico e tecnológico que inclui, apesar de não esclarecer suas características de inclusão subserviente e nefasta aos verdadeiros interesses nacionais. Seria

o mundo da ampliação das liberdades, em vista da derrocada do “socialismo real” – sempre tomado como monstro totalitário e despótico - e também das possibilidades de comércio livre, dada a “globalização” –, uma falácia, como sabemos; seria o mundo da elevação das capacidades humanas, por causa do desenvolvimento de tecnologias como as de comunicação, propiciadoras de um maior intercâmbio, em tempo real, entre os vários cantos do planeta; seria o ambiente da abolição do trabalho alienado, conquista advinda da organização taylorista do “chão da fábrica”, sustentada na polivalência, no incentivo ao desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores, no incremento dos programas do controle de qualidade, que buscam a melhora das mercadorias, mas aparentam também preocupação com a satisfação não só dos consumidores, mas de seus produtores.

Mostrei, com base em Mota (1995), que a implantação desse projeto neoliberal no Brasil, que dá suporte político-ideológico ao modelo de acumulação com dominância financeira, se mune também do elemento da *desterritorialização*, buscando justificar a crise nacional através da determinação irrestrita das condições externas, com o que isenta as escolhas e programáticas internas da responsabilidade que lhes cabe frente à situação presente.

Para tanto, a burguesia nacional se nutre de um caminho novo, identificado por Mota (1995) como um processo *em transição*, dado pela construção de uma cultura política da crise, a partir da qual é moldada a hegemonia da classe burguesa na sociedade brasileira, nos anos 80 e 90.

Trata-se de um elemento novo, por que o percurso histórico da dominação burguesa no Brasil se deu através de repetidas experiências de “revolução passiva” e “modernização conservadora”, estratégias que supõem uma “transformação pelo alto” para a consecução dos objetivos de classe burgueses, incorporando mudanças, mas, sobretudo, conservação, e tomando como suporte a exclusão das massas populares dos processos de decisão.

Na contemporaneidade, porém, impossibilitada - pelo desencadear de um desenvolvimento da consciência e da organização de classe dos trabalhadores brasileiros, forjada ao longo da sua história de constituição enquanto classe-para-si e fortalecida com os processos erigidos no ocaso da ditadura militar e na redemocratização dos anos 80 – de seguir aquela trilha, a

burguesia, particularmente aquela mais ligada ao capital financeiro, se direciona para equacionar a construção de sua hegemonia, que supõe o consentimento e a conquista de frações majoritárias da classe trabalhadora e de outras frações de classe burguesa ao seu projeto particular de dominação, embora isso não signifique que dispense totalmente a estratégia coercitiva. Significa que, além de sustentar o domínio das relações econômicas, a burguesia precisa se tornar também dirigente²⁸⁰ para estar em condições de exercer plenamente os supostos conservadores de sua constituição ideológica contemporânea.

Quando observei esta tese, já trabalhada por Mota (1995) em referência aos anos 80 e 90, descobri sua articulação e desdobramento com o período mais atual, notadamente aquele em que a direção política da sociedade brasileira é efetuada por um partido e um líder histórico forjados como representantes das frações de classes trabalhadoras e camadas populares.

Sabe-se que de 1994 a 2002, período das duas gestões de FHC-PSDB no executivo federal brasileiro, deu-se o fortalecimento do projeto neoliberal. Ao seguir fielmente os desígnios das orientações dos órgãos financeiros internacionais, que hoje determinam as políticas econômicas e sociais dos países em desenvolvimento com vistas a seu forçado enquadramento na lógica pertinente ao atual modelo de acumulação com dominância financeira, o governo de FHC protagonizou os primeiros e largos passos da despossessão por eles requerida. Disto resultou a debilitação crescente da economia nacional, e a exacerbação das dificuldades do país para enfrentar os desafios postos na exponenciação da “questão social”, essa também produto do percurso profundamente excludente e cada vez mais concentrador de renda implantado na atual etapa imperialista do desenvolvimento capitalista.

²⁸⁰ Nos esclarece Mota (1995) que, “para Gramsci, a construção da hegemonia do grupo dominante não se restringe às relações de dominação e exploração no terreno da economia, mas remete à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de uma classe que, sendo dominante, é também dirigente no interior da própria classe e diante das frações majoritárias das demais classes. Essa concepção não subtrai a economia da política, apenas lhe atribui uma concepção não determinista” (p. 32) E acrescenta: “Segundo Gramsci: “embora a hegemonia seja ético-política, ela deve ser também econômica, baseada necessariamente na função decisiva exercida pelo grupo dominante no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, apud Mota, 1995, p. 32-33).

A observação deste processo mostrou também a existência de uma carga de dificuldades da burguesia brasileira para tornar efetiva a consagração desse projeto hegemônico, pois a sociedade brasileira contava com o contraponto oferecido por uma oposição à esquerda, moldada e fundada nos acúmulos da organização da classe trabalhadora, tendo como fruto, além de variados movimentos sociais, um partido de massas de corte proletário – o PT, e uma central sindical que era seu principal braço sindicalista – a CUT.

Nesta justa medida, a operacionalização das contra-reformas arregimentadas pelo Estado brasileiro, concretizadas com maior ênfase nas gestões FHC, sofreu alguns entraves e deixou de ser completada. O governo FHC logrou êxito em efetuar as privatizações exigidas pelo ordenamento capitalista contemporâneo, para oferecer ao capital novos nichos de lucratividade num processo de acumulação por despossessão (Harvey, 2005). Conseguiu realizar algumas “reformas” no âmbito do funcionamento do Estado, preparando e construindo o ambiente institucional necessário à desregulamentação da economia e à desconstrução de seu papel de indutor do desenvolvimento. Também foi capaz, neste movimento, de destruir parte de suas capacidades de ação sobre as seqüelas da “questão social”, configurando o desejado Estado mínimo para o social e maximizado em suas funções de protetor da dinâmica de lucratividade do capital.

Porém, algumas de suas tarefas não foram cumpridas, e a conclusão a que cheguei, com base no estudo realizado, é de que isto se deu pela oposição, ainda que frágil e profundamente vacilante em seu fundamento anticapitalista e classista, consagrada através da atuação resistente da organização da classe trabalhadora, especialmente assumida, no período, pelo Partido dos Trabalhadores e pela Central Única dos Trabalhadores.

O descrédito construído em torno do projeto político da direita, representado numa nova candidatura tucana, foi resultante do agravamento das condições econômico-sociais, depois de quase uma década de primazia e domínio da orientação neoliberal no país. Assim, se consagra vencedora, em 2002, a alternativa oposicionista, encarnada pelo PT-Lula.

Inicialmente, foram realizadas análises que se preocupavam em debater o significado daquela vitória, em vista do percurso aliancista e eleitoreiro que vinha sendo trilhado pelo PT desde as eleições de 1994 e 1998.

Apontavam-se dúvidas acerca de sua trajetória recente, mas mantinham-se algumas esperanças em torno da disputa de projetos que, minimamente, a eleição de Lula parecia representar. Entretanto, após serem percorridos cinco anos, aquela tendência apontada, de disputa de direcionamento do projeto nacional, não se confirmou.

A política macroeconômica manteve-se afiada aos interesses do capital internacional. Não houve nenhuma alteração de importância nesta rota e, ao contrário, houve fortalecimento da política de manutenção de um superávit primário exorbitante com vistas ao pagamento de juros ao capital financeiro. As políticas cambial, de juros e tributária não sofreram maiores interferências. Deu-se continuidade ao ciclo de destruição do parque industrial nacional e de sua “modernização” seletiva, ou “especialização retrógrada”, como denomina Gonçalves (2007), porque centrada em produtos de pouco valor agregado, com apostas crescentes na exportação de bens primários e alguns semifaturados, de pouco incremento tecnológico.

Efetua-se, assim, a reprimarização da economia e da pauta de exportações brasileiras, um processo que ratifica a análise de que aos países da periferia do sistema capitalista cabe constituir uma “desconexão forçada” em relação à dinâmica do desenvolvimento científico e tecnológico da economia internacional, para atender aos interesses desta nova etapa do imperialismo, na qual o domínio privatista do conhecimento tornou-se peça fundamental.

No campo do tratamento das seqüelas da “questão social”, ocorre uma clara afinação das propostas governamentais com as perspectivas das políticas ditadas pelos representantes dos interesses do capital internacional. O repasse das responsabilidades da prestação de serviços públicos para o âmbito da iniciativa privada ou do “setor público não estatal”, além do apelo à solidariedade e à responsabilidade social de uma indefinível e indiferenciada sociedade civil, se conjuga com a focalização da atenção pública ao contingente populacional em situação de extrema pobreza.

Esta realidade demonstrou que o Governo Lula-PT não manteve qualquer relação com a perspectiva de mudanças na orientação do modelo plasmado no Brasil desde Collor até FHC, como era sua bandeira no processo eleitoral de 2002. De porte desta avaliação, analisei a maneira como o atual governo federal explica a realidade brasileira contemporânea, focando minha

atenção nos discursos oficiais que se centravam nos temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da pobreza. Escolhi este foco porque supus que seriam férteis na exposição da visão de sociedade que se procurava disseminar, e um excelente invólucro, no caso de confirmada a hipótese de que essas explicações sobre a realidade nacional serviam como suporte à constituição de um arcabouço ideológico que visava justificar o *status quo*.

Os resultados a que cheguei demonstraram que o Governo Lula-PT assumiu a função conservadora de consolidar e consagrar a hegemonia burguesa na sociedade brasileira, completando aquele processo iniciado por FHC e se constituindo como suporte ideológico a serviço dos interesses do capital. Este resultado não indica, sequer implicitamente, que não haja contraponto ou oposição ao projeto burguês hegemônico em vigência hoje na sociedade brasileira. Mas afirma que o Governo Lula-PT, através da prática do transformismo, foi cooptado pelo capital e alçado à condição de seu dirigente político, devendo ser considerado representante da ideologia burguesa e de seu substrato conservador.

O elemento novo por mim identificado, portanto, é referente à *consagração da hegemonia burguesa, um produto/resultado daquele processo de construção da cultura política da crise. A consolidação da hegemonia burguesa foi alcançada pela imbricação, na contemporaneidade da realidade brasileira, de uma estratégia de dominação e direção que se sustenta em um projeto de contra-reformas, portanto, de caráter regressivo, conjugada com a prática do transformismo.* Porque assente nesta cooptação de antigos representantes dos projetos das esquerdas é que foi possível forjar a consagração da hegemonia burguesa na sociedade brasileira contemporânea.

O Governo Lula-PT, nestes cinco anos, quando observado o conteúdo de suas explicações sobre os temas do crescimento e desenvolvimento econômico e da “pobreza” e quando confrontado com os resultados do projeto que vem implantando, aparece como instrumento ideológico de base conservadora que responde aos interesses do capital - e particularmente do capital financeiro internacional e nacional -, cuja função última é garantir a consolidação da hegemonia burguesa e do modelo neoliberal no Brasil.

Estes resultados de minha pesquisa, embora reflitam um momento histórico em que as forças partidárias estão muito desgastadas, não só no Brasil como em nível mundial, não podem, não devem e nem se propõem a servir a qualquer espécie de negativismo ou justificar paralisias político-sociais. Ao contrário, pretendo que de alguma forma esta análise apresentada aqui sirva não só para o conhecimento do que efetivamente é o governo que teoricamente representaria uma alternativa à direita conservadora, mas para que, realizada a avaliação, as forças de oposição existentes, aqueles que se mantêm na perspectiva das mudanças, possam abrir novos caminhos e encontrar as possibilidades de reconstrução.

Conforme refletiu ANTUNES (2004b)

“Tudo precisa ser recomeçado. Esse quadro da esquerda brasileira, que vigorou no último quartel do século passado, acabou. O PT não é mais o partido anticapitalista, não é mais o partido de socialistas que pretendiam mudar o mundo. O PT no poder não se alinha mais à bandeira imperiosa de que um outro mundo é possível” (p. 2).

Nesta realidade, não há que guardar esperanças vãs. Mas, menos ainda, podemos nos permitir um posicionamento fatalista e pessimista quanto ao futuro. Disto se ocupam outras tantas tendências conservadoras, elas também servindo aos interesses do capital. Há que congregar, como ensinou Gramsci, o pessimismo da crítica com o otimismo da vontade. Ou talvez recordar que a estrada continua aberta.

A história não terminou. Ainda que o tempo urja, porque o capitalismo vem exacerbando suas funções regressivas, e que a barbárie, portanto, seja cada vez mais uma possibilidade no horizonte, devemos lembrar, com Netto (1995) “que a aposta na superação da ordem burguesa não é um voto fideísta num futuro escatológico – é uma projeção calçada em tendências reais” (p. 55). E estas tendências estão postas sempre que se mantêm operando o movimento da realidade que tem como um de seus produtos o antagonismo entre capital e trabalho, fruto da exploração do último pelo primeiro. Por isso, é verdade que os “homens *podem* preferir a barbárie, mas é

pouco provável que o façam, pela simples (ou muito complexa) razão de que, com esta escolha, ao contrário do poeta, prefeririam nenhum movimento” (NETTO, 1995, p. 56).

Aos derrotados de agora, que somos todos os que ajudamos a construir uma alternativa de esquerda na sociedade brasileira, cabe somente conclamar, parafraseando um dos sábios pernambucanos: “seguremos bem forte a mão, e vamos lembrando a revolução”, vamos mantendo-a no horizonte, vamos trabalhando na reconstrução de seus suportes, porque, como disse Marx, “a velha toupeira continua à espreita, e, como a coruja, só alça vôo ao amanhecer”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 1995.

ABRANCHES, S. H. **Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, G. R. O Governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a Reforma Sindical. **Revista Katálysis**, v. 10, nº 1. Florianópolis, Jan./Jun. 2007. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 20.02.08.

ALMEIDA, P. R. Dois Anos de “Carta ao Povo Brasileiro”: de volta a um documento de ruptura. **Revista Espaço Acadêmico** nº 38, Ano IV, julho de 2004. Disponível em www.espacoacademico.com.br. Acesso em 15.01.08.

ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANDERSON, P. **Balço do Neoliberalismo**. In Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. **A Desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. A Persistência do Marasmo é Contagante e Embotadora. Entrevista à Sala de Imprensa - **Jornal da Unicamp**. Edição 243, 8-14 mar./2004b. Disponível: www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2004/ju243pag08. Acesso em 21.01.08.

_____. **Uma Esquerda Fora do Lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

ARANTES, P. E. **Último round**. In Revista Margem Esquerda nº 5. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCAL, A. Balço de 4 anos. **Carta Maior**. Publicado em 01.02.07. Disponível em www.cartamaior.com.br/templates. Acesso em 20.12.07.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 (Coleção Básica de serviço social; v. 2).

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado:** um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BORÓN, A. **A Sociedade Civil depois do Dilúvio Neoliberal.** In Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, R. **A Restauração do Capital:** um estudo sobre a crise contemporânea, São Paulo: Xamã, 1996.

BRAZ, M. **O Governo Lula e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In Revista Serviço Social e Sociedade nº 78, Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

CERQUEIRA FILHO, G. **A “questão social” no Brasil:** crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 (Coleção Retratos do Brasil; v. 162).

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Coord.). **A Mundialização Financeira:** gênese, custos e riscos. Tradução Carmen Cristina Cacciacarro, Luís Leira, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. et al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003 (Seminário Marista: questões contemporâneas).

_____. **O Capital Portador de Juros:** acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. In A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1972.

_____. **Cultura e Sociedade no Brasil:** ensaios sobre idéias e formas. 3 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. [Para aquilatar a atualidade do pensamento gramsciano]. **Reportagem** Nº 50, nov. 2003. Entrevista concedida a Chico de Oliveira, Luiz Werneck Viana, José Luís Fiori e Paulo Eduardo Arantes. Disponível em www.artnet.com.br/gramsci/arquiv314.htm. Acesso em 20.02.08.

_____. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Panorama Internacional**, out. 2007. Disponível em www.panoramainternacional.com/noticias. Acesso em 20.02.08.

DIAS, E. **A Liberdade (Im) Possível na Ordem do Capital**: reestruturação produtiva e passivização. IFCH/Unicamp. Campinas, SP, 1997 (Coleção Textos Didáticos nº 29, 141p.).

DRAIBE, S. M. **Rumos e Metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil – 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESPING-ANDERSON, Gosta. **As três Economias Políticas do Welfare State**. In Lua Nova: revista de cultura e política nº 24, setembro de 1991. São Paulo.

FALEIROS, V. P. **Fome, Pobreza e Exclusão Social**: desafios para o governo e a sociedade. In Ser Social nº 13, jul./dez. 2003. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (Didática 1).

FLORESTAN, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (Biblioteca de Ciências Sociais).

FERNANDES, L. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. In Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GEORGE, S. Distorções da Globalização: países do Sul transferem aos do Norte o equivalente a três planos Marshall por ano. **Carta Maior**, agosto 2006. Disponível em www.cartamaior.com/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11927. Acesso em 11.08.06.

GONÇALVES, R. **Distribuição de Riqueza e Renda**: alternativa para a crise brasileira. In O desmonte da Nação – Ivo Lesbaupin (Org.). 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. A Macroeconomia de Lula. **Rede Brasil**. Publicado em 2005. Disponível em www.desempregozero.org.br/artigos. Acesso em 15.01.08.

_____. O Brasil Passa Por Reprimarização. **Correio da Cidadania**. 11-set-2007. Entrevista concedida a Mariana Durão. Disponível em www.correiocidadania.com.br/content/. Acesso em 2.02.08.

GORENDER, J. **Introdução** a Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Série Novas Direções).

GRAMSCI, A. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo**: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. In Revista Margem Esquerda nº 5. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **O Novo Imperialismo**: 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005c.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa**. Paz e Terra, 1996.

_____. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. 10 ed. – Paz e Terra: São Paulo, 2004.

_____. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. 19 ed. – Paz e Terra: São Paulo, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12 ed. Cortez: São Paulo, 1998.

IANNI, O. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo. Brasiliense, 1992.

KAMEYAMA, N. **Notas Introdutórias Para a Discussão Sobre Reestruturação Produtiva e Serviço Social**. In A Nova Fábrica de Consensos – Ana Elizabete Mota (org.). São Paulo: Cortez, 1998.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. 6 ed. Paz e Terra: São Paulo, 1995.

LAURELL, A. C. **Avançando em Direção ao Passado**: a política social do neoliberalismo. In Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEHER, R. Debate Eleitoral e as Perspectivas para os socialistas. **Desenvolvimento, Democracia e Direitos** - Boletim de Acompanhamento Social do BNDES. Publicado em 19.10.06. Disponível em www.ibase.br/dvdm/conteudos/bndes_viabiliza.htm. Acesso em 07.02.08

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 3.ed. São Paulo: Global, 1985. 128 p. (Bases, v 23).

LESSA, S. **Beyond Capital: a atualidade do projeto socialista**. Resenha. Alagoas, 2000. (mimeo.).

LEVY, D.; DUMÈNIL, G. **O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norteamericana**. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. In A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. **El Asalto a La Razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Fondo de Cultura Económica – México/Buenos Aires, 1959.

_____. **Estética I**, Prólogo - Grijalbo: Barcelona, 1965.

_____. **Existencialismo ou Marxismo** – Senzala: São Paulo, 1967.

_____. **Marx e o Problema da Decadência Ideológica** In Marxismo e Teoria da Literatura – RJ: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Marx e El Problema de La Decadência Ideológica** – Introducción de Juan Flores. Biblioteca del Pensamiento Socialista. México: Siglo Veintiuno, 1981.

MAURIEL, A. P. O. **Combate à Pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea**. Revista Ser Social nº 18 do Programa de Pós Graduação em Política Social/Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Introdução de Paulo Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Reis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

_____. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. São Paulo: Zahar, 1992.

MARX, K. **As Crises Econômicas do Capitalismo**. Tradução de Marisa M. Teixeira. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. **O Capital: crítica da economia política; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e**

Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os economistas).

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos escolhidos.** Seleção de Textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (Série Novas Direções).

MATTOSO, J. E. L. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Página Aberta, 1995.

_____. **Produção e Emprego: renascer das cinzas.** In O desmonte da Nação – Ivo Lesbaupin (Org.). 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio.** 9 ed. Prefácio Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 20).

_____. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social.** In Revista Serviço Social e Sociedade n.º 50. São Paulo: Cortez, 1996b.

_____. **Prólogo** ao Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** In Revista Temporalis n.º 3, ano II (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. 88p.

_____. **FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In O desmonte da Nação – Ivo Lesbaupin (Org.). 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **A Conjuntura Brasileira:** o Serviço Social posto à prova. In Revista Serviço Social e Sociedade n° 79, Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de serviço social; v. 1).

ORTIZ, F. G. **A Imagem do Serviço Social no Brasil:** avanços e continuidades. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OURIQUES, N. D. **Plano Real:** estabilização monetária e estratégia recolonizadora. In A Crise Brasileira e o Governo FHC. São Paulo: Xamã, 1997 (Coleção Fora da Ordem).

PLIHON, D. **Desequilíbrios Mundiais e Instabilidade Financeira:** a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos. Tradução Carmen Cristina Cacciaccaro, Luís Leira, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRETTO NETO, D.; SORONDO, F. B. A Nova Metodologia de Cálculo do PIB: Brasil a 10ª economia mundial e o desenvolvimento. **Cofecon/artigos.** Publicado em 25.05.07. Disponível: www.cofecon.org.br. Acesso em 04.02.08.

SADER, E. et al. **Governo Lula:** decifrando o enigma. São Paulo: Viramundo, 2004.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALES, M. **Ética, Democracia Participativa e Socialismo:** o modo petista de governar em xeque sob o Governo Lula. Revista Serviço Social e Sociedade n° 85. Ano XXVII, São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPAIO JR, P. A.; CANO, W. A Persistência do Marasmo é Contagante e Embotadora. Entrevista à Sala de Imprensa - **Jornal da Unicamp.** Edição 243, 8-14 mar/2004. Disponível: www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2004/ju243pag08.html. Acesso em 21.01.08.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEMERARO, G. Anotações Para uma Teoria do Conhecimento em Gramsci. **La Insignia,** Ano I, out. 2001. Disponível em www.lainsignia.org/2001/octubre/dial_001htm. Acesso em 25.02.08.

SERFATI, C. **O Papel Ativo dos Grupos Predominantemente Industriais na Financeirização da Economia.** In A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos. Tradução Carmen Cristina Cacciacarro, Luís Leira, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

SOARES, L. T. **Os Custos do Ajuste Neoliberal na América Latina.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78).

_____. et al. **Governo Lula: decifrando o enigma.** São Paulo: Viramundo, 2004.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de O. (Org.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TONET, I. **O Pluralismo Metodológico: um falso caminho.** In Revista Serviço Social e Sociedade nº 48, Ano XVI, ago. 1995. São Paulo: Cortez, 1995.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** 4 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VASAPOLLO, L. (Coord.). **A Europa do Capital: transformações do trabalho e competição global.** Tradução de Maria de Jesus de Britto Leite. São Paulo: Xamã, 2004.

WEFFORT, F. **O Populismo na Política Brasileira.** 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)